FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO:2 0173334334

DJ 2609
17/03/2011

# Diário da Justiça

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DO TOCANTINS

**SEÇÃO I** **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CRIADO PELO ATO 02/89 DE 17/01/1989–ANO XXIII–**DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 2609**–PALMAS, QUINTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2011 (DISPONIBILIZAÇÃO)

PRESIDÊNCIA ..... 1
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA ..... 2
DIRETORIA GERAL ..... 4
DIRETORIA FINANCEIRA ..... 4
TRIBUNAL PLENO ..... 5
1ª CÂMARA CÍVEL ..... 9
2ª CÂMARA CÍVEL ..... 10
1ª CÂMARA CRIMINAL ..... 13
2ª CÂMARA CRIMINAL ..... 17
DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS ..... 23
DIVISÃO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS ..... 23
DIVISÃO DE CONFERÊNCIA E CONTADORIA JUDICIAL ..... 26
1ª TURMA RECURSAL ..... 27
2ª TURMA RECURSAL ..... 27
1º GRAU DE JURISDIÇÃO ..... 27

## PRESIDÊNCIA

### Decretos Judiciários

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 249/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte, resolve EXONERAR a pedido e a partir desta data, JONES SOLDERA CARNEIRO, do cargo de provimento em comissão de CONCILIADOR DOS JUIZADOS ESPECIAIS.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 16 dias do mês de março do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 250/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte, resolve EXONERAR, a pedido da Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE, Corregedora-Geral da Justiça, e a partir desta data, LÍLIAN CAVALCANTE CARDOSO, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SERVIÇO.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 16 dias do mês de março do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 251/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte, resolve EXONERAR, a pedido da Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE, Corregedora-Geral da Justiça, e a partir desta data, ELIETE RODRIGUES DE SOUSA, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SERVIÇO.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 16 dias do mês de março do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 252/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte, resolve NOMEAR, a pedido da Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE, Corregedora-Geral da Justiça, e a partir desta data, NEUZÍLIA RODRIGUES SANTOS, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SERVIÇO na Corregedoria Geral da Justiça.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 16 dias do mês de março do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 253/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte, resolve NOMEAR, a pedido da Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE, Corregedora-Geral da Justiça, e a partir desta data, MARIA AUGUSTA BOLENTINI CAMELO, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SERVIÇO na Corregedoria Geral da Justiça.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 16 dias do mês de março do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 254/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte, resolve EXONERAR, a pedido da Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE, Corregedora-Geral da Justiça, e a partir desta data, SHÁRINNA PEREIRA SOBRINHO, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SERVIÇO, e NOMEÁ-LA para o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO TJ na Corregedoria Geral da Justiça.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 16 dias do mês de março do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 255/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte, resolve EXONERAR, a pedido da Desembargadora

ÂNGELA PRUDENTE, Corregedora-Geral da Justiça, e a partir desta data, MARIA DALVA CONCEIÇÃO DOS SANTOS, do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO TJ, e NOMEÁ-LA para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SERVIÇO na Corregedoria Geral da Justiça.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 16 dias do mês de março do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

## Portaria

PORTARIA Nº 104/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no artigo 12, § 1º, inciso III, do Regimento Interno da Corte,

CONSIDERANDO o requerimento da Magistrada;

RESOLVE:

AUTORIZAR o afastamento da Juíza CIRLENE MARIA DE ASSIS SANTOS OLIVEIRA, titular da Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de 3ª Entrância de Araguaína, no período de 1º/4/2011 a 6/5/2011, em compensação aos dias trabalhados durante os recessos de 20 a 31/12/1999, 20 a 31/12/2001 e 20 a 31/12/2003, conforme Portarias nºs 261/1999, 251/2001 e 288/2003.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 16 dias do mês de março do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

# CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

## Republicação

Através da presente errata, retificamos que devido à ocorrência de falhas na transmissão dos dados para o Diário da Justiça, inerentes a Comarca de Tocantínia e Wanderlândia, RETIFICO o relatório Estatístico referente ao mês de Janeiro de 2011, publicado no Diário da Justiça nº 2.608, de 16/03/2011.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Comarca de: | 1ª Entrância | | | | | | | | |
| Juiz: | Marco Antonio da Silva Castro | | | | | Vara: | Criminal | | |
| Comarca: | Tocantínia | | | | | | | | |
| Situação: | Respondendo | | | | | | | | |
| PROCESSOS | Anterior | Autuados | Arquivados | Andamento | Percentual | MOVIMENTAÇÃO | | ATOS DO MAGISTRADO | |
| Ações Penais | 321 | 10 | 1 | 330 | 49% | Processos Conclusos | 11 | Despachos | 18 |
| Incidentes | 1 | 0 | 0 | 1 | 0% | Processos a Serem Conclusos | 164 | Sentenças | 0 |
| TCOs (Lei 9.099/95) | 173 | 26 | 0 | 199 | 30% | Processos Com vista ao MP | 16 | Decisões | 1 |
| Execução Criminal | 13 | 0 | 0 | 13 | 2% | Processos Com vista às Partes | 61 | Audiências Designadas | 0 |
| Inquérito(S/ Denúncia) | 89 | 3 | 1 | 91 | 14% | Júri Designados | 0 | Audiências Realizadas | 1 |
| Outros Feitos | 12 | 0 | 3 | 9 | 1% | Júri Realizados | 0 | Audiências Não Realizadas | 0 |
| Precatórias | 25 | 12 | 12 | 25 | 4% | Mandados de Prisão a Serem Cumpridos | 0 | Remessa | |
| | | | | | | Réus Presos | 2 | Tribunal de Justiça | 0 |
| | | | | | | Autos Conclusos para Sentença | 0 | | |
| Total | 634 | 51 | 17 | 668 | 100% | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | Vara | Cível | | |
| PROCESSOS | Anterior | Autuados | Arquivados | Andamento | Percentual | MOVIMENTAÇÃO | | ATOS DO MAGISTRADO | |
| Ações Cíveis | 1144 | 6 | 1 | 1149 | 54% | Processos Conclusos | 85 | Despachos | 36 |
| Vara Família e Sucessões | 539 | 14 | 0 | 553 | 26% | Processos a Serem Conclusos | 206 | Sentenças | 1 |
| Vara Infância e Juventude | 68 | 0 | 0 | 68 | 3% | Processos Com vista ao MP | 37 | Decisões | 12 |
| Juizado Especial Cível | 199 | 5 | 0 | 204 | 10% | Processos Com vista às Partes | 110 | Audiências Designadas | 0 |
| Precatórias | 118 | 17 | 0 | 135 | 6% | Mandados de Prisão a Serem Cumpridos | 0 | Audiências Realizadas | 0 |
| | | | | | | Réus Presos | 0 | Audiências Não Realizadas | 0 |
| | | | | | | Autos Conclusos para Sentença | 38 | Remessa | |
| Total | 2068 | 42 | 1 | 2109 | 100% | | | Tribunal de Justiça | 0 |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | Diretoria | | |
| PROCESSOS | Anterior | Autuados | Arquivados | Andamento | Percentual | MOVIMENTAÇÃO | | ATOS DO MAGISTRADO | |
| Diretoria do Foro | 16 | 0 | 0 | 16 | 100% | Processos Conclusos | 0 | Despachos | 0 |
| Precatórias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% | Processos a Serem Conclusos | 0 | Decisões | 0 |
| | | | | | | Processos Com vista às Partes | 0 | Audiências Designadas | 0 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | Autos Conclusos | 0 | Audiências Realizadas | 0 |
| Total | 16 | 0 | 0 | 16 | 100% | | | Audiências Não Realizadas | 0 |
| | | | | | | | | | |
| Total Geral | 2718 | 93 | 18 | 2793 | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Comarca de: | 1ª Entrância | | | | | | | | |
| Juiz: | José Carlos Tajra Reis Júnior | | | | | Vara: | Criminal | | |
| Comarca: | Wanderlândia | | | | | | | | |
| Situação: | Titular | | | | | | | | |
| PROCESSOS | Anterior | Autuados | Arquivados | Andamento | Percentual | MOVIMENTAÇÃO | | ATOS DO MAGISTRADO | |
| Ações Penais | 286 | 0 | 2 | 284 | 30% | Processos Conclusos | 104 | Despachos | 55 |
| Incidentes | 74 | 3 | 0 | 77 | 8% | Processos a Serem Conclusos | 12 | Sentenças | 20 |
| TCOs (Lei 9.099/95) | 256 | 0 | 4 | 252 | 27% | Processos Com vista ao MP | 93 | Decisões | 27 |
| Execução Criminal | 79 | 0 | 1 | 78 | 8% | Processos Com vista às Partes | 0 | Audiências Designadas | 0 |
| Inquérito(S/ Denúncia) | 200 | 4 | 2 | 202 | 22% | Júri Designados | 0 | Audiências Realizadas | 1 |
| Outros Feitos | 7 | 2 | 0 | 9 | 1% | Júri Realizados | 0 | Audiências Não Realizadas | 2 |
| Precatórias | 9 | 25 | 2 | 32 | 3% | Mandados de Prisão a Serem Cumpridos | 65 | Remessa | |
| | | | | | | Réus Presos | 22 | Tribunal de Justiça | 0 |
| | | | | | | Autos Conclusos para Sentença | 0 | | |
| Total | 911 | 34 | 11 | 934 | 100% | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | Vara | Cível | | |
| PROCESSOS | Anterior | Autuados | Arquivados | Andamento | Percentual | MOVIMENTAÇÃO | | ATOS DO MAGISTRADO | |
| Ações Cíveis | 991 | 24 | 59 | 956 | 64% | Processos Conclusos | 94 | Despachos | 369 |
| Vara Família e Sucessões | 321 | 1 | 35 | 287 | 19% | Processos a Serem Conclusos | 121 | Sentenças | 29 |
| Vara Infância e Juventude | 116 | 0 | 9 | 107 | 7% | Processos Com vista ao MP | 49 | Decisões | 18 |
| Juizado Especial Cível | 57 | 1 | 7 | 51 | 3% | Processos Com vista às Partes | 184 | Audiências Designadas | 5 |
| Precatórias | 75 | 8 | 0 | 83 | 6% | Mandados de Prisão a Serem Cumpridos | 0 | Audiências Realizadas | 4 |
| | | | | | | Réus Presos | 0 | Audiências Não Realizadas | 2 |
| | | | | | | Autos Conclusos para Sentença | 0 | Remessa | |
| Total | 1560 | 34 | 110 | 1484 | 100% | | | Tribunal de Justiça | 8 |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | Diretoria | | |
| PROCESSOS | Anterior | Autuados | Arquivados | Andamento | Percentual | MOVIMENTAÇÃO | | ATOS DO MAGISTRADO | |
| Diretoria do Foro | 71 | 3 | 0 | 74 | 100% | Processos Conclusos | 0 | Despachos | 12 |
| Precatórias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% | Processos a Serem Conclusos | 2 | Decisões | 3 |
| | | | | | | Processos Com vista às Partes | 0 | Audiências Designadas | 0 |
| | | | | | | Autos Conclusos | 0 | Audiências Realizadas | 1 |
| Total | 71 | 3 | 0 | 74 | 100% | | | Audiências Não Realizadas | 7 |
| | | | | | | | | | |
| Total Geral | 2542 | 71 | 121 | 2492 | | | | | |

## Provimento

PROVIMENTO Nº. 04/2011 – CGJUS/TO

"*Altera o artigo 5º do Provimento nº. 06/2006 – CGJUS/TO".*

A Desembargadora *ÂNGELA PRUDENTE*, Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Tocantins, o exercício de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a atribuição institucional deste Órgão Censório, de exercer a fiscalização disciplinar, controle e orientação dos serviços judiciários, editar e alterar provimentos regulamentando os mesmos, consoante o que dispõe o artigo 1º do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça e art. 17, inc. XII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos PA – 42321/2011, em trâmite nesta Corregedoria-Geral da Justiça, a qual reconheceu que deve ser aceita a Carteira Nacional de Habilitação – CNH, como documento hábil a provar identificação civil junto aos Cartórios Extrajudiciais do Estado;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o artigo 5º, do Provimento nº. 06/2006 – CGJUS/TO que passará a ter a seguinte redação:

*"Art. 5º. Serão aceitos como documentos de identificação civil:*

*I - a cédula de identidade expedida pelos órgãos de identificação civil dos Estados;*

*II - a carteira emitida pelos órgãos controladores do exercício profissional, criados por lei federal (art.1º. da Lei Federal 6.206/75) contendo foto;*
*III - o passaporte, no caso de estrangeiros não residentes no país, dentro do prazo de validade e com foto;*
*IV - Carteira Nacional de Habilitação - CNH, no modelo atual, com foto, assinatura e dentro do prazo de validade".*

Art. 2º. Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Desembargadora Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Tocantins, aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e onze 11/03/2011.

Registre-se. Cumpra-se.

Palmas-TO, em 11 de março de 2011.

*Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE*
Corregedora-Geral da Justiça

# DIRETORIA GERAL

## Portarias

PORTARIA Nº 267/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, bem como de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, considerando a solicitação contida nos Autos Administrativos - PA 42355/2011 (11/0091844-0), resolve conceder ao Juiz JOSSANER NERY NOGUEIRA LUNA, ajuda de custo na importância de R$ 27,82 (vinte e sete reais e oitenta e dois centavos), por seu deslocamento em objeto de serviço à Comarca de Cristalândia, nos dias 02 e 03.02.2011.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 14 de março de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 263/2011-DIGER-Republicação

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 012/2010 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida nos Autos Administrativos - PA 42474/2011 (11/0092339-7), resolve conceder ao Juiz ERIVELTON CABRAL SILVA, o pagamento de 03 (três) diárias e ½ (meia) na importância de R$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais), por seus deslocamentos em objeto de serviço à Comarca de Axixá, nos dias 24, 25, 26, 27 e 28.01.2011; 09 e 17.02.2011.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 14 de março de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 262/2011-DIGER-Republicação

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, bem como de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, considerando a solicitação contida nos Autos Administrativos - PA 42474/2011 (11/0092339-7), resolve conceder ao Juiz ERIVELTON CABRAL SILVA, ajuda de custo na importância de R$ 111,23 (cento e onze reais e vinte e três centavos), por seus deslocamentos em objeto de serviço à Comarca de Axixá, nos dias 24, 25, 26, 27 e 28.01.2011; 09 e 17.02.2011.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 14 de março de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 266/2011-DIGER -Republicação

*O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA*, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 012/2010 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida nos Autos Administrativos - PA 42355/2011 (11/0091844-0), resolve conceder ao Juiz JOSSANER NERY NOGUEIRA LUNA, o pagamento de 01 (uma) diária na importância de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), por seu deslocamento em objeto de serviço à Comarca de Cristalândia, nos dias 02 e 03.02.2011.

Publique-se.

*GABINETE DA DIRETORIA-GERAL*, Palmas, 14 de março de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 280/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 012/2010 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida no Memorando nº 11/2011/CGP, de 15 de março de 2011, resolve conceder à Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE e à Juíza FLÁVIA AFINI BOVO, 1/2 (meia) diária, bem como adicional de embarque e desembarque, por seus deslocamentos à Brasília-DF, para participarem de audiência a ser realizada no Conselho Nacional de Justiça, no dia 16.03 do corrente ano.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 16 de março de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 261/2011-DIGER

*O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA*, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 012/2010 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida nos Autos Administrativos - PA 42227/2011(11/0090939-4), resolve revogar a Portaria nº 169/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2592, de 18.02.2011, e conceder ao Servidor ALEXS GONÇALVES COELHO, Escrivão Judicial, o pagamento de 02 diárias e ½ (meia) na importância de R$ 362,50 (trezentos e sessenta e dois reais e cinqüenta centavos), por seu deslocamento em objeto de serviço às Comarcas de Alvorada e Araguaçu, nos dias 11.01.2011; 13 e 14.01.2011; e 17.01.2011.

Publique-se.

*GABINETE DA DIRETORIA-GERAL*, Palmas, 14 de março de 2011.

*José Machado dos Santos*
Diretor-Geral

# DIRETORIA FINANCEIRA

DIRETORA: MARISTELA ALVES REZENDE

## Extrato de Portaria de Suprimento de Fundos

PORTARIA Nº: 007/2011-DIGER
AUTOS ADMINISTRATIVOS: PA- 42575/2011
CONCEDENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
SUPRIDOS: Dr. Adriano Morelli e Sandra Maria Ribeiro Santos
RESPONSÁVEL PELO ATESTO: Edilson Magalhães Chagas
OBJETO DA PORTARIA: Portaria fundamentada nos anexos I, II e III do Decreto nº. 100 de 12/02/2007, visando à descentralização de recursos próprios (TRIBUNAL DE JUSTIÇA) por meio de Adiantamento/Suprimento de Fundos/SUFUAU, para atendimento de despesas de pronto pagamento e pequeno vulto para a Comarca de Formoso do Araguaia-TO.
VALOR CONCEDIDO: R$ 6.000,00 (Seis mil reais).
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 (0100); 3.3.90.36 (0100) e 3.3.90.39 (0100)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recurso: TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TO
PROGRAMA: Modernização do Poder Judiciário
ATIVIDADE: 2011.0501.02.061.0009.2163
DATA DA ASSINATURA: 04 de março de 2011.
PRAZO PARA APLICAÇÃO: Até 90 dias após recebimento pelo responsável.
PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 30 dias após a expiração do prazo de aplicação.
Palmas – TO, 04 de março de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor Geral – TJ/TO

PORTARIA Nº: 009/2011-DIGER
AUTOS ADMINISTRATIVOS: PA- 42577/2011
CONCEDENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
SUPRIDOS: Dr. Nassib Cleto Mamud e Helena dos Reis Campos
RESPONSÁVEL PELO ATESTO: Debora de Paula Bayma Gomes
OBJETO DA PORTARIA: Portaria fundamentada nos anexos I, II e III do Decreto nº. 100 de 12/02/2007, visando à descentralização de recursos próprios (TRIBUNAL DE JUSTIÇA) por meio de Adiantamento/Suprimento de Fundos/SUFUAU, para atendimento de despesas de pronto pagamento e pequeno vulto para a Comarca de Gurupi - TO.
VALOR CONCEDIDO: R$ 10.000,00 (Dez mil reais).
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 (0100) e 3.3.90.39 (0100)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recurso: TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TO
PROGRAMA: Modernização do Poder Judiciário
ATIVIDADE: 2011.0501.02.061.0009.2163
DATA DA ASSINATURA: 10 de março de 2011.
PRAZO PARA APLICAÇÃO: Até 90 dias após recebimento pelo responsável.
PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 30 dias após a expiração do prazo de aplicação.
Palmas – TO, 10 de março de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor Geral – TJ/TO

# TRIBUNAL PLENO

SECRETÁRIO: WAGNE ALVES DE LIMA

## Intimação às Partes

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4822/11 (11/0093018-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: MARDEN DE OLIVEIRA CARVALHO
ADVOGADA: KELLY NOGUEIRA SILVA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: Desembargador AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON - Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls. 38/39, a seguir transcrita: "MARDEN DE OLIVEIRA CARVALHO impetra o presente remédio heróico contra ato do SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS exteriorizado na negativa que seus proventos sejam depositados na Instituição Financeira por ele indicada, ante a argumentação de que o Estado possui convênio com outro banco para depósito dos proventos dos servidores públicos. Pondera que a apontada autoridade, inadvertidamente, por meio de ato arbitrário, ilegal e abusivo, causou gravame a vários servidores públicos, inclusive, ao ora impetrante, ao obrigá-los a abrir conta-corrente junto ao Banco do Brasil S/A para o recebimento de seus proventos. Afirma que o "*'perigo do demora', por sua vez, montra-se presente, in casu, em conseqüência do fato de que o servidor impetrante não fizer a abertura das contas no banco determinado pelo impetrado ficará sem receber os seus proventos de salários via Banco do Brasil*". Requer a concessão da medida liminar para que seja É o relatório. Passo a DECIDIR. Pois bem, é de clareza meridiana que para a concessão de liminar em mandado de segurança deve o impetrante demonstrar a existência dos seus pressupostos autorizadores, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora. Pois bem, sem embargos das ponderações pertinentes a fumaça do bom direito, não vislumbro a presença do prejuízo irreparável apontado pelo impetrante, mesmo porque do compulsar do caderno mandamental nota-se que o mesmo mantém ativa a conta no Banco do Brasil S/A, através da qual vêm regularmente percebendo seus proventos, ou seja, não há que se falar que caso a medida não lhe seja concedida "*ficará sem perceber seus proventos*". Neste esteio, ante a ausência da demonstração de um elemento essencial à concessão da medida perseguida, deixo de deferi-la. Por outro lado, defiro a Justiça Gratuita perseguida, já que dos autos não vislumbro prova de robustez financeira a ensejar o indeferimento do pedido de assistência judiciária. No mais, proceda a Secretaria com as providências de praxe, inclusive, procedendo nos termos do artigo 160, IV, "a" do Regimento Interno, bem como nos termos do artigo 7º, II *da Lei 12.016/09*. Intime-se Cumpra-se. Palmas – TO, 15 de março de 2011. Desembargador AMADO CILTON – Relator".

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4821/11 (11/0092867-4)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: ALUÍZIO ROBERT GALVÃO FARIA
ADVOGADOS: CARLOS FRANKLIN DE LIMA BORGES, FRANCIELLE PAOLA RODRIGUES BARBOSA, ÉRICO VINICIUS RODRIGUES BARBOSA
IMPETRADO: SECRETÁRIA DE SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR em substituição: Juíza CÉLIA REGINA REGIS

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juíza CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em substituição, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls. 39/46, a seguir transcrita: "Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por ALUIZIO ROBERT GALVÃO FARIA contra ato praticado pelo SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO TOCANTINS, que, segundo alega, afronta direito líquido e certo seu. Alega o Impetrante que ocupa o cargo de Agente de Polícia Civil, 2ª Classe – E, lotado e em exercício nesta capital, entretanto, por meio da edição, pela autoridade impetrada, da Portaria nº 525, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no DOE nº 3.329, de 23/02/2011, foi removido ex oficio para a Delegacia de Regional de Policial Civil/2ª DPC de Araguaína/TO, o que lhe traz sérios e graves prejuízos. Aduz que o ato apontado como ilegal não tem fundamentação objetiva e motivação, eis que desorganiza sua vida familiar, financeira e social. Assevera que a remoção tem que ser justificada e lícita, sendo necessário que esteja devidamente embasada em fatores sociais suficientes a demonstrar a sua real necessidade. Ao final, pleiteia a concessão de liminar para sustar os efeitos da Portaria nº 525, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no DOE nº 3.329, de 23/02/2011, até o julgamento final do presente mandamus. Acosta documentos 13/35. É o relatório em essencial. DECIDO. A ação é própria e adequada à espécie. Com efeito, cabe ao julgador do Mandado de Segurança, quando for regularmente requerido pelo Impetrante, suspender liminarmente os efeitos do ato coator. Isto posto, impende avaliar a presença das condicionantes para a suspensão liminar dos efeitos do ato respectivo. É cediço que o provimento liminar, cuja admissão está prevista na lei do Mandado de Segurança, somente se justifica quando sejam relevantes os fundamentos da impetração e quando do ato impugnado resultar a ineficácia da decisão, se concedida ao final. É o que dispõe o artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, que, verbis: "Art. 7º. Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: (...) III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica." Assim, necessário se faz a presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, como elementos justificadores para a concessão da medida liminar no Mandado de Segurança. Acerca de tais requisitos, tomamos os ensinamentos do mestre HELY LOPES MEIRELLES: "Para a concessão da liminar devem concorrer os dois requisitos legais, ou seja, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido na inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante se vier a ser reconhecido na decisão de mérito – fumus boni juris e periculum in mora. (...) A liminar não é uma liberalidade da Justiça; é medida acauteladora do direito do impetrante, que não pode ser negada quando ocorrem seus pressupostos, como também não deve ser concedida quando ausentes os requisitos de sua admissibilidade". (Mandado de Segurança; Editora Malheiros; 73/74; 23ª Edição)." No caso em análise, o Impetrante pleiteia a concessão de liminar para sustar os efeitos da Portaria nº 525, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no DOE nº 3.329, de 23/02/2011, até o julgamento final do presente mandamus. A princípio, em análise perfunctória, vislumbro a presença dos requisitos para a concessão da liminar por ele almejada, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora. Compulsando os autos, verifico que o ato de remoção do Impetrante, consubstanciado na Portaria nº 525, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no DOE nº 3.329, de 23/02/2011, juntada às fls. 15 dos autos, não é devidamente motivado, sendo justificado tão somente na "necessidade do serviço". Além da referida justificativa, não se registra nenhuma motivação, no ato concreto, a ensejar a conclusão de que a remoção do Impetrante foi determinada respeitando seus direitos como servidor e mediante inequívoca obediência ao interesse público. A propósito do caso em análise, cito os arestos: "ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. REMOÇÃO EX OFFICIO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. NULIDADE DO ATO. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. "O princípio da motivação possui natureza garantidora quando os atos levados a efeito pela Administração Pública atingem a seara individual dos servidores. Assim, a remoção só pode ser efetuada se motivada em razão de interesse do serviço." (Gilson Dipp, 5.ª Turma, relator do RMS 12.856/PB, DJ de 01/07/2004.) 2. Na hipótese em apreço, o ato atacado, o qual ordenou a remoção da servidora, encontra-se desacompanhado do seu motivo justificador. Não há qualquer menção, nem mesmo sucinta, referente à causa que deu ensejo ao deslocamento. Por conseguinte, trata-se de ato eivado de nulidade por ausência de motivação. 3. Inexistindo qualquer fundamento apto a afastar as razões consideradas no julgado ora agravado, deve ser a decisão mantida por seus próprios fundamentos. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no RMS 18.388/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2006, DJ 12/02/2007, p. 273) "DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO . MANDADO DE SEGURANÇA . SERVIDOR PÚBLICO . REMOÇÃO DE OFÍCIO . AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO . INTERESSE PÚBLICO NÃO-DEMONSTRADO . NULIDADE CONFIGURADA . CONCESSÃO DA SEGURANÇA . SENTENÇA CONFIRMADA . I - A motivação, enquanto elemento do ato administrativo que concretiza a remoção, visa à garantia da preservação dos direitos do servidor e à demonstração inequívoca de obediência estrita ao interesse público . II - Ordenada a remoção de servidor pela Administração Pública, sem a exteriorização do motivo justificador do deslocamento, é de se reconhecer a nulidade do ato . III - Apelação desprovida ." (TJMA. AC nº 362862009. Relator(a): MARCELO CARVALHO SILVA. Julgada em 21/01/2010) Desta forma, a plausibilidade do direito invocado pelo Impetrante, numa análise perfunctória, ressai cristalino. Por outro lado, igualmente, vislumbro a presença do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, eis que a mudança de domicílio do Impetrante poderá acarretar-lhe desorganização na vida familiar, financeira e social. Assim, presentes as condições apontadas, a medida liminar não é uma liberalidade da Justiça; é medida acauteladora do direito do Impetrante, que não pode ser negada quando ocorrem seus pressupostos. Diante do exposto, estando presentes os pressupostos apontados, DEFIRO a medida liminar pleiteada, para sustar os efeitos da Portaria nº 525, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no DOE nº 3.329, de 23/02/2011, até o julgamento final do presente mandamus. Também, defiro os benefícios da Assistência Judiciária ao Impetrante, nos termos da Lei nº 1.060/50. Comunique-se à autoridade impetrada para prestar as informações que julgar necessárias. Nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016/2009, seja dado ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito. Após, abrir vista ao Ministério Público, nesta instância, para manifestação. Cumprido integralmente o determinado, volvam-me conclusos os presentes autos para outras deliberações. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 16 de março de 2011. Juíza CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em substituição".

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4811/11 (11/0092489-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTES: DEUEL PAIXÃO DE SANTANA E HÉLIO DOMINGOS DE ASSIS ALVES
ADVOGADOS: FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES E CAMILA VIEIRA DE SOUSA SANTOS
IMPETRADO: ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: JUIZ EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Por ordem do Excelentíssimo Senhor JUIZ EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER – Relator em substituição, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls. 121/125, a seguir transcrita: "Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado através de advogado por Deuel Paixão de Santana e Hélio Domingos de Assis Alves, tendo como impetrado o Estado do Tocantins, a quem atribuem o ato comissivo consistente na Homologação do Concurso Público relativo ao Edital nº. 001/2007 – para Provimento do Cargo de Delegado de Polícia Civil, sem a inclusão e nomeação dos impetrantes ao respectivo cargo. Na inicial requerem inicialmente a gratuidade da justiça, declarando-se hipossuficientes financeiramente; defendem a legitimidade passiva *ad causam*; a tempestividade da impetração, e que possuem direito líquido e certo a nomeação pretendida em virtude da ocorrência de vacância de cargos pelo não posse de candidatos e exonerações havidas dentro do prazo de validade do certame. Argúem que concorreram ao referido cargo inscrevendo-se no certame para as vagas existentes nas Regionais de Dianópolis (Deuel) e Gurupi (Hélio), sendo que em cada Regional foram disponibilizadas 04 (quatro) vagas, mais 01 (uma) para deficiente em Gurupi. Aduzem que se classificaram fora dos números de vagas existentes no concurso em 5º lugar, e 6º lugar, respectivamente, e por esta razão não foram convocados para o Curso de Formação Profissional na Academia de Polícia, pois a Administração limitou as convocações ao candidatos aprovados dentro das vagas, já que o Edital do certame não previa a existência de cadastro de reserva. Afirmam que combateram administrativamente a cláusula que vedava o cadastro de espera, e somente encontraram êxito quando ajuizaram uma Ação Ordinária em 1ª Instância – Autos nº. 2009.005.7477-0/00 – onde obtiveram ordem para terem seus nomes inclusos na homologação final do certame, possibilitando assim, a suas participações em eventual curso de Formação que por ventura surgisse durante o prazo de validade do concurso, bem como a suas nomeações ao referido cargo. Asseveram que, não obstante a ordem judicial obtida, o fato é que a Administração Pública até o presente momento não a cumpriu. Dessa maneira entendem que o impetrante violou de forma explícita os seus direitos a nomeação, pois estariam segundo o entendimento que fizeram da decisão de 1º Grau, relacionados junto aos aprovados. Além do que, alegam que houve afronta ao princípio da isonomia, já que foram incluídos no cadastro de espera os candidatos Waldemir Costa de Oliveira e Joelberth Nunes de Carvalho, também beneficiados pela decisão de 1º Grau. Sustentam que após a

homologação do concurso, havida em 16/11/2009, surgiram 02 (duas) vagas para a Regional de Dianópolis, em virtude da desistência do candidato Cláudio Ângelo Correa Gonzaga, e da exoneração do candidato Davi Freire Rezende, e mais 02 (duas) vagas na Regional de Gurupi, estas em razão do pedido de Exoneração de Viviane Lúcia Costa e de Leandro P. F. Pereira. No entanto, a Administração não os nomeou, descumprindo a ordem judicial obtida em 1º Grau. No mais tecem comentários acerca da necessidade de suprimento dos cargos de Delegado de Polícia Civil em todo Estado do Tocantins mencionando nomeações em casos análogos ao presente; apontam as nomeações sem efeito e os pedidos de exoneração que segundo narram abriram vagas que teriam de ser preenchidas com suas nomeações; discorrem sobre o princípio da indisponibilidade do interesse público; o interesse público subjetivo; evolução do tema – direito público subjetivo a nomeação - e o entendimento dos Tribunais; princípios constitucionais e a legalidade que a Administração deve sempre observar em seus atos. Por fim requer a concessão da segurança liminarmente, demonstrando a presença dos requisitos ensejadores da medida, bem como determinar que autoridade impetrada os nomeie imediatamente para o cargo de Delegado de Polícia Civil do Estado do Tocantins, bem como as notificações de estilo. No mérito que seja confirmada a liminar eventualmente concedida. Deu à causa o valor de R$ 500,00 (Quinhentos reais). Eis o relatório no que é essencial. Decido. Defiro o pedido de Assistência Judiciária Gratuita. A medida liminar, em sede de Mandado de Segurança, não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final, é procedimento acautelador do possível direito do impetrante, justificado pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Por isso, não importa prejulgamento; não afirma direitos; nem nega poderes à Administração Pública. Preserva apenas, o impetrante de lesão irreparável, sustando provisoriamente os efeitos do ato impugnado. O art. 7º, inc. III da Lei 12.016/2009, estabelece que o relator, ao despachar a inicial, entre outras coisas, suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando for relevante a fundamentação e quando do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida. Pois bem, quanto ao primeiro dos requisitos, a relevância da fundamentação, não parece, suficientemente demonstrado, uma vez que os documentos trazidos à colação pelo impetrante, entre os quais destaco: cópia da decisão proferida em 1º Grau, fls. 109/115; cópia do Ato Governamental nº.816, de 24/02/2011, não abonam a tese defendida pelos impetrantes, pois a decisão que concedeu antecipação de tutela não faz menção a nomeação, mas sim, ao direito de figurar no cadastro de reserva para eventual novo curso de formação profissional, se realizado quando ainda em vigência o concurso. Neste contexto, não há prova nos autos de que tal curso tenha sido implementado até fev/2011, quando expirou o prazo do certame. Em segundo lugar, o Ato Governamental referido, faz referencia a nomeação de candidatos para a Regional de Arraias, e nenhum dos impetrantes concorreu para vagas nesta sede, mas sim, Dianópolis e Gurupi. Assim, não vislumbro Presente o *fumus boni iuris.* Também não me parece evidente que a prestação jurisdicional reclame urgência, pois caso o provimento requerido seja concedido no julgamento final do *mandamus* não há risco de ineficácia, uma vez que a ordem judicial pode garantir a vaga postulada ainda que finalizado o concurso. Face ao exposto indefiro a liminar requestada. Notifique-se a autoridade indigitada coatora do conteúdo da petição inicial, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo impetrante, com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de dez (10) dias, preste as informações necessárias (art. 7, I, da Lei nº. 12.016/2009), e dê-se ciência do feito ao Órgão de representação Judicial da pessoa jurídica interessada, nos termos do Inciso II do citado artigo. Após, e imediatamente, colha-se o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça. Intime-se. Palmas, 15/ março/2011. Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier– Relator em substituição".

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4787/11 (11/0090599-2)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS – SISEPE-TO
ADVOGADOS: EVANDRO BORGES ARANTES, MARCIO FERREIRA LINS
IMPETRADOS: GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS E PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: JUIZ EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Por ordem do Excelentíssimo Senhor JUIZ EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER – Relator em substituição, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls. 67/68, a seguir transcrito: "Transcrevo o relatório do despacho de fl. 60, in verbis: "Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DOTOCANTINS – SISEPE/TO contra ato supostamente ilegal praticado pelo GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS e PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, consubstanciado na retenção de verba relativa a contribuição sindical compulsória, descontadas na folha de pagamento de seus afiliados, materializada pelo Despacho proferido nos autos do Processo Administrativo nº 2009.2300.000147, que determina o retorno do processo administrativo a Proger, com o seguinte teor "Retorne-se a Proger por determinação do gestor daquela pasta." Extrai-se da exordial que a verba a título de contribuição sindical foi direcionada, equivocadamente, a outra instituição sindical, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins – SINTET e, somente através do processo administrativo supracitado a impetrante busca haver tal verba." Foi determinada a intimação do impetrante para promover a citação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins – SINTET, o qual deve figurar na mandamental na condição de litisconsorte passivo necessário. Intimado através do Diário da Justiça Eletrônico nº 2588, pág. 4, do dia 14/02/2011, e considerada a publicação no dia 15/02/2011, até o dia 15 do fluente mês (15/03/2011), o impetrante não cumpriu a determinação. No dia 09/032011 o impetrante protocolizou petição para juntada de substabelecimento de procuração, sem reserva de poderes, com juntada no dia 11/0311, fls. 62/65. DECIDO Conforme relatei acima, transcorrera in albis o prazo de 10 (dez) dias assinalado ao impetrante para promover a citação do litisconsorte passivo necessário. Em que pese a substituição do procurador constituído, através de substabelecimento juntado aos autos, a intimação foi feita quando o impetrante ainda era patrocinado pelo advogado substabelecente, e, este ainda era advogado do imperante durante o prazo de 10 (dez) previstos para a citação do litisconsorte passivo necessário. Segundo o magistério de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, in CPC comentado, editora RT, 9ª edição, pág. 226, "A sanção para a parte que não providencia a citação do litisconsorte necessário ou unitário, no prazo assinalado pelo Juiz, é a extinção do processo sem resolução de mérito. O fundamento para a extinção é a ausência de pressuposto processual (CPC 267 IV). Já que a não integração do litisconsórcio necessário ou unitário enseja a falta de legitimatio ad processun.". À vista do exposto, nos termos do art. 267, inciso IV, do CPC, extingo o processo sem resolução de mérito. Dê-se a baixa dos autos na forma regulamentar. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 15 de março de 2011. Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier - Relator".

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº. 1700/10 (10/0090314-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
EXCEPTO:A. B. DE S.
ADVOGADO: ANGELLY BERNARDO DE SOUSA
RELATOR: Desembargador BERNARDINO LUZ

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador BERNARDINO LUZ , ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls. 18/20, a seguir transcrita: "(...) Pelas razões expostas e, com fundamento no artigo 187, do Regimento Interno desta egrégia Corte de Justiça, REJEITO liminarmente a presente exceção de suspeição. Comunique-se ao douto magistrado excepto. Publique-se. Intime-se. Palmas-TO, 15 de março de 2011. Desembargador BERNARDINO LUZ – Relator".

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4378/09 (09/0077776-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: LUIZ EDUARDO RAMOS JUBÉ
ADVOGADO: CÉLIO HENRIQUE MAGALHÃES ROCHA
IMPETRADOS: SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS, DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS E GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: Desembargador LUIZ GADOTTI

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ GADOTTI – Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls. 320/332, a seguir transcrita: "Luís Eduardo Ramos Jubé, discordando de ato praticado pelas Autoridades apontadas como coatoras, a Secretária da Administração do Estado do Tocantins, a Defensora Pública Geral do Estado do Tocantins e o Governador do Estado do Tocantins, impetra o presente mandado de segurança. Informa ter tomado posse no cargo efetivo de Defensor Público, após aprovação em concurso público, sendo nomeado conforme Decreto nº 10772, datado de 08 de agosto de 1994. Acresce ter sido lotado inicialmente na Comarca de Araguaçu, através da Portaria nº 361/1994, e que no ano de 1995 surgiu a oportunidade de cursar especialização na Universidade de Goiás, contudo como estava em estágio probatório, após devido requerimento, obteve permissão do então Procurador Geral do Estado para que pudesse freqüentar o curso de especialização, desde que não causasse prejuízo à prestação de serviço junto à Defensoria Pública. Registra que após a mudança da titularidade da Procuradoria Geral do Estado, o novo Procurador, através da Coordenação da Defensoria Pública, emitiu comunicado de que não poderia continuar a especialização; ao que, coagido e pressionado a paralisar suas atividades acadêmicas, acabou por protocolizar, na data de 02 de outubro de 1995, pedido de exoneração do cargo, que foi recebido no dia 20 de novembro de 1995. Consigna que, contudo, continuou a desempenhar suas funções, mas nesse ínterim, contra ele foi aberto processo disciplinar por abandono de cargo, que culminou com a aplicação da pena de demissão, através da Portaria nº 088, de 18 de abril de 1996. Aduz que a documentação constante do referido processo disciplinar comprova que o pedido de exoneração do cargo de Defensor Público, protocolizado à época, não havia sido admitido. Argumenta que referido processo disciplinar se encontrava eivado de vícios insanáveis, maculando de nulidade todos os atos praticados, razão pela qual acabou, por intermédio de decisão emanada pela Secretária de Estado de Administração, publicada através da Portaria nº 37, de 12 de janeiro de 2009, sendo anulado. Afirma que, embora tenha anulado o processo administrativo disciplinar, através da referida Portaria foi determinada a sua exoneração, tomando por base o requerimento, então formulado, que não mais existia, pois já havia desistido expressamente de tal pedido, fato este que se deu, através de pedido de retratação, na data de 04 de junho de 2008, antes da publicação da Portaria que o exonerou, em 12 de janeiro de 2009, e após não ter sido, tal pedido, admitido pela Administração Estadual. Registra que, indignado com a punição imposta pela Secretária da Administração, interpôs recurso ao Governador do Estado, com o objetivo de esgotar os meios de obter na esfera administrativa a sua reintegração no cargo de Defensor Público. Ressalta, após, que o cerne da questão esteia-se apenas sobre o seu direito de se retratar do pedido de exoneração antes da publicação do ato exoneratório, e, reconhecido este direito, consequentemente, deverá ser reintegrado ao cargo de Defensor Público do Estado do Tocantins. Após assevera sobre os aspectos legais e jurisprudenciais que envolvem a questão e, ao final, requer a concessão da segurança, para que seja reintegrado ao cargo de Defensor Público do Estado do Tocantins, com todas as vantagens e direitos, inclusive levando-se em conta o tempo em que foi afastado ilegalmente. Objetivando esclarecer melhor a situação, exarei despacho, às folhas 266, concedendo a gratuidade da justiça e determinando a notificação das autoridades coatoras para que prestassem informações quanto ao feito em exame. A Defensora Pública Geral do Estado do Tocantins prestou informações às folhas 271/278, ocasião em que manifestou acerca da intempestividade da impetração e da ausência de direito líquido e certo a amparar a pretensão do Impetrante. Já o Secretário de Administração do Estado do Tocantins, o fez às folhas 282/292, asseverando, preliminarmente, sobre a decadência da impetração e, no mérito, pugnando pela denegação da segurança em razão de estar caracterizada a prescrição. O Impetrante comparece aos autos (fls. 294/301) renovando seu pleito de liminar. O Ministério Público nesta instância, às folhas 309/318, manifestou-se pela denegação da segurança. Às folhas 319, os autos foram devolvidos pelo Ministério Público e encaminhados ao Gabinete. É o relato do necessário. Decido. A pretensão do Impetrante, através do presente *writ* é, em síntese, obter, conforme dito, a concessão da segurança, a fim de que seja determinada a sua reintegração ao cargo de Defensor Público do Estado do Tocantins, com todas as vantagens e direitos, inclusive levando-se em conta o tempo em que foi afastado ilegalmente. Inicialmente, cumpre analisar questão preliminar tangente à decadência da impetração. No caso dos autos, impugna-se atos levados a efeito pela Secretária da Administração do Estado do Tocantins e pela Defensora Pública Geral do Estado do Tocantins, quais sejam, respectivamente, o Despacho nº 66/2009, publicado por intermédio da Portaria nº 37-TSE, de 12 de janeiro de 2009, e a Decisão de folhas 254/249, datada de 13 de agosto de 2009. Pois bem! Considerando a situação posta, referentemente ao início da contagem do prazo para o ajuizamento da ação mandamental, há de se considerar a data do primeiro

ato levado a efeito, a Decisão originária da Secretaria da Administração do Estado do Tocantins, em razão de que, dali, teve, o Impetrante, ciência do ato que alega ter lesado direito líquido e certo seu. A Lei nº 12016/09, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, adotando disposição contida na revogada Lei nº 1533/51, em seu artigo 5º, inciso I, dispõe que: "(...) Art. 5º. Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; (...)". Cotejando os fatos anteriormente narrados e as disposições legais acima transcritas, conclui-se, por óbvio, que o acórdão emanado da Secretaria da Administração, o Despacho nº 66/2009, publicado por intermédio da Portaria nº 37-TSE, datado de 12 de janeiro de 2009, constitui-se em ato passível de recurso sem efeito suspensivo ao Governador do Estado do Tocantins, inclusive como o fora feito, daí a possibilidade de se impetrar mandado de segurança, a contar de sua publicação; sendo esse, portanto, no caso em exame, o momento de início da contagem do prazo decadencial para o ajuizamento do mandado de segurança. Assim entendo, em razão de que o Despacho, em relação ao qual se buscou a reforma junto ao Governador do Estado, não pode ser atacado por Recurso Administrativo dotado de efeito suspensivo, à mingua do qual explicitar-se-á situação que foge à previsão do artigo 5º, inciso I, da Lei do Mandado de Segurança. Enfatize-se que, o Impetrante, ao não se ater ao exame acurado das disposições legais acima, no afã de aguardar solução para a situação por ele apresentada, para só então aviar a ação mandamental, deixou escoar o prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança, máxime na consideração de que a interposição de recurso administrativo, frise-se, sem efeito suspensivo, não adia o início do cômputo do prazo decadencial para impetrar mandado de segurança, que é de 120 (cento e vinte) dias da ciência inequívoca do ato. Assim, prevalece para fins de impetração, a data do primeiro ato, no caso, o proveniente da Secretaria da Administração, datado de 12 de janeiro de 2009, daí se concluir pela intempestividade da ação mandamental em exame, uma vez que fora proposta na data de 25 de setembro de 2009, passados, portanto, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, previsto legalmente (artigo 23 da Lei nº 12016/09 – correspondente ao artigo 18 da Lei nº 1533/51)). O Superior Tribunal de Justiça, em casos análogos, pacificou o entendimento que, a seguir, passo a colacionar. Vejamos: "RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO APONTADO COMO VIOLADOR DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO ADMINISTRATIVO SEM EFEITO SUSPENSIVO. CÔMPUTO DO PRAZO DECADENCIAL. RECURSO DESPROVIDO. I - O ato a ser apontado como coator é aquele que, de fato, é capaz de violar o direito líquido e certo do impetrante. Na espécie, é o acórdão do e. Conselho da Magistratura que decidiu acerca do direito alegado como violado pelo impetrante. II - A interposição de recurso administrativo sem efeito suspensivo não adia o início do cômputo do prazo decadencial para impetrar mandado de segurança. III - O recorrente impetrou o *mandamus* (23.06.2000) após o transcurso dos cento e vinte dias contados da publicação do acórdão do e. Conselho da Magistratura (02.12.1999) e, pois, resta decaído o direito à impetração. Recurso ordinário desprovido". (RMS 15225/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/08/2006, DJ 11/09/2006, p. 311) "PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRAZO PARA IMPETRAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. VERBETE SUMULAR 430/STF. DECADÊNCIA CONFIGURADA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Consoante firme posicionamento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prazo decadencial para impetração do mandado de segurança não se interrompe nem se suspende em razão de pedido de reconsideração ou da interposição de recurso administrativo ao qual não seja dado efeito suspensivo. 2. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento." (AgRg no REsp 744217/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 29/05/2008, DJe 01/09/2008) "PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. TEMPESTIVIDADE DA IMPETRAÇÃO. FIXAÇÃO DO MARCO INICIAL PARA IMPETRAÇÃO DO "WRIT". RECONHECIMENTO DA DECADÊNCIA. ART. 18 DA LEI 1.533/51. ATO DE EFEITOS CONCRETOS. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DOS EFEITOS PRODUZIDOS. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 430/STF. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. I - O Superior Tribunal de Justiça, secundando o entendimento do Supremo Tribunal Federal cristalizado na Súmula 430, possui jurisprudência uniforme no sentido de que a fluência do prazo decadencial no mandado de segurança tem início na data em que o interessado teve ciência inequívoca do ato atacado, independentemente do manejo de eventual recurso administrativo, salvo se o mesmo tivesse o excepcional efeito suspensivo, hipótese que não se vislumbra nestes autos. Precedentes. II - Agravo interno desprovido. (AgRg nos EDcl no REsp 644640/RS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 27/02/2007, DJ 30/04/2007, p. 337) Já no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em situação semelhante, colhe-se o seguinte entendimento: "EMENTA: Os embargos de declaração, regulados pelo art. 350 do RITST, interpostos contra acórdão em recurso administrativo do Tribunal Superior do Trabalho, não emprestam a este recurso natureza jurisdicional, nem têm efeito suspensivo. O início da contagem do prazo, previsto no art. 18 da Lei 1.533/51 para impetração do mandado de segurança, conta-se da decisão do primeiro acórdão embargado. Aplica-se, à hipótese, a Súmula 430/STF. Agravo improvido." (RMS 23928 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Primeira Turma, julgado em 04/12/2001, DJ 01-02-2002 PP-00087 EMENT VOL-02055-01 PP-00183) A propósito, a Súmula nº 430 do STF, que teve como precedentes os mandados de segurança de números 3607, 7239, 9647 e o recurso em mandado de segurança número 10578, apresenta o seguinte teor: "SÚMULA Nº 430. Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança." *Ad argumentandum*, quanto ao mérito da mandamental, observo cingir-se o objeto da impetração à validade da retratação, formulada pelo Impetrante em 04 de junho de 2008, referentemente ao pedido de exoneração registrado em 02 de outubro de 1995. Compulsando os autos, no que tange ao cerne da questão, qual seja, o direito do Impetrante de se retratar do pedido de exoneração (04/06/2008) antes da publicação do ato exoneratório (12/01/2009), e, em decorrência, ser reintegrado ao cargo de Defensor Público do Estado do Tocantins, entendo que melhor sorte não lhe socorre. Explico! Embora pacífica a jurisprudência dos Tribunais Superiores no sentido de ser possível a retratação do pedido de exoneração antes da publicação do ato administrativo que o aperfeiçoa, no caso em exame, não se pode desconsiderar o lapso temporal havido entre o pedido de exoneração e o pedido de retratação, correspondentes, respectivamente, a 02 de outubro de 1995 e 04 de junho de 2008. É que, transcorridos aproximadamente 13 (treze) anos até que houvesse o pleito de retratação, não obstante a Administração Pública Estadual ter deixado de deliberar a respeito do pedido de exoneração, o Impetrante se afastou de suas atribuições como Defensor Público, frise-se, por vontade própria, tanto que, decorrido todo esse tempo, veio a receber a notícia de que havia sido demitido por abandono de função pública, quando, no ano de 2008, diligenciou pelo Ato administrativo que o exonerou do cargo em alusão. Entendo, no caso em análise, que o pedido de retratação não tem o condão de devolver o direito ao exercício do cargo ao Impetrante, ainda mais se considerarmos que se encontrava afastado de suas atribuições espontaneamente, ao passo que para tal desiderato (retratação do pedido de exoneração) deveria permanecer no desempenho de suas atribuições, não sendo crível, portanto, que retorne ao posto anteriormente ocupado. A conclusão acima, encontra respaldo no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que, analisando situação análoga, assim decidiu, vejamos: "ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PEDIDO DE EXONERAÇÃO COM PRONTO AFASTAMENTO DO SERVIÇO. INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR, POR ABANDONO DE EMPREGO, O QUAL ACABOU POR SER ARQUIVADO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, EM VISTA DA EXONERAÇÃO ANTERIORMENTE REQUERIDA. RETRATAÇÃO MANIFESTADA QUASE DOIS ANOS MAIS TARDE. AÇÃO REINTEGRATÓRIA PROPOSTA DEZESSEIS ANOS DEPOIS. HIPÓTESE EM QUE A RETRATAÇÃO NÃO PODERIA PRODUZIR EFEITO, JÁ QUE MANIFESTADA POR QUEM DE HÁ MUITO SE ACHAVA FORA DO CARGO. PRETENSÃO REINTEGRATÓRIA DE TODO DESCABIDA, ALÉM DE HAVER SIDO POSTULADA QUANDO DE MUITO JÁ FORA ALCANÇADA PELA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ACÓRDÃO QUE DECIDIU DE ACORDO COM ESSA ORIENTAÇÃO. EMBARGOS INFRINGENTES REJEITADOS." (EAR nº 258/SP, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Seção, julgado em 21/08/1990, DJ 24/09/1990, p. 9952) Outrossim, da leitura do voto do eminente Relator, extrai-se a lição a seguir transcrita: "Na verdade, a retratação, para tornar ineficaz o ato exoneratório, (Formulação nº 27 do DASP), é mister que seja manifestada quando o servidor ainda se encontra em seu posto, isto é, sem ter havido interrupção na prestação do serviço. Conforme ensina Guimarães Menegale (Estatutos dos Funcionários, Forense, Rio, 1962, pág. 268), antes da publicação 'não se considera exonerado o funcionário, a quem é defeso, nesse intervalo, deixar o cargo, sob pena de começar a correr prazo para processo de abandono de emprego. É preciso, em suma, que o deferimento da exoneração o encontre no exercício do cargo'. (sem grifos no original) Neste caso, como se viu, a retratação foi feita por quem já se achava há dois anos fora do cargo, hipótese em que não poderia esperar, nem esperou, fosse ela considerada, tanto é assim que jamais indagou sobre o destino de seu requerimento, certo que estava de que seu desligamento dos quadros da CEF àquela altura era irretratável." Neste ponto observo, consoante se extrai dos autos, haver registro no Boletim de Freqüência (fls. 84/88), que o Impetrante, mesmo antes de protocolizar o pedido de exoneração, ausente estava do desempenho de suas atribuições por período superior a 30 (trinta) dias. De resto, anoto que a situação já se encontrava, por ocasião do pedido de retratação, acobertada pela prescrição qüinqüenal (Decreto nº 20910/32), aqui corolária do princípio da segurança jurídica. Sobre esse aspecto, há de se ressaltar que a segurança jurídica é um princípio básico do ordenamento jurídico pátrio, que segundo enuncia, deve-se buscar a estabilidade das relações jurídicas. Quanto ao assunto, a Professora Fernanda Marinela, em sua obra, "Direito Administrativo" (3ª ed., Salvador: Editora Juspodivm, 2006, p. 51/52), leciona que: "(...) Este princípio é considerando viga mestra da ordem jurídica, sendo um dos subprincípios básicos do conceito de Estado de Direito. Faz parte do sistema constitucional como um todo, sendo um dos mais importantes princípios gerais do direito. Tem como objetivo evitar alterações supervenientes que instabilizem a situação dos administrados e minorar os efeitos traumáticos de novas disposições, protegendo, assim, a estabilidade como certeza na regência da vida social. (...)" Já o Professor José dos Santos Carvalho Filho, anota em sua doutrina (Manual de Direito Administrativo, 16ª ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005, p. 25/26) que: "(...) As teorias jurídicas modernas sempre procuraram realçar a crise conflituosa entre os princípios da legalidade e da estabilidade das relações jurídicas. Se, de um lado, não se pode relegar o postulado de observância dos atos e condutas aos parâmetros estabelecidos na lei, de outro é preciso evitar que situações jurídicas permaneçam por todo o tempo em nível de instabilidade. O que evidentemente, provoca incertezas e insegurança entre os indivíduos. (...)". Conclui-se, desse modo, que a pretensão deduzida pelo Impetrante encontra-se atingida pela prescrição qüinqüenal, a consideração do lapso temporal, aproximadamente 13 (treze) anos, superior, portanto, a 05 (cinco) anos, transcorridos entre o pedido de exoneração e a sua ulterior retratação. Em tempo, ressalte-se ser pacífico no âmbito do Supremo Tribunal Federal que o princípio da segurança jurídica deve ser interpretado em consonância com o prazo prescricional previsto pelo Decreto nº 20910/32, vejamos: "SERVIDOR PÚBLICO. FUNCIONÁRIO. APOSENTADORIA. CUMULAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES. ANULAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. INADMISSIBILIDADE. ATO JULGADO ILEGAL PELO TCU HÁ MAIS DE 5 (CINCO) ANOS. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO. INADMISSIBILIDADE. DECADÊNCIA ADMINITRATIVA. CONSUMAÇÃO RECONHECIDA. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RESPEITO AO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA E SEGURANÇA JURÍDICA. CASSAÇÃO DO ACÓRDÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA PARA ESSE FIM. APLICAÇÃO DO ART. 5º, INC. IV, DA CF, E ART. 54 DA LEI FEDERAL Nº 9.784/99. Não pode o Tribunal de Contas da União, sob fundamento ou pretexto algum, anular aposentadoria que julgou legal há mais de 5 (cinco) anos." (STF, MS nº 25.963, PLENÁRIO, Min. CEZAR PELUSO, DJe 21/11/2008) Ainda, apenas por argumentação, na esteira do acórdão acima transcrito, embora inviável, através da presente mandamental, ingressar no mérito do processo administrativo disciplinar, que culminou na demissão do Impetrante do cargo de Defensor Público em razão de abandono de cargo, entendo que à Administração Estadual não competia adotar a decisão que acabou por transformar a pena de demissão por abandono de cargo por exoneração a pedido, uma vez que passados mais de 05 (cinco) anos de sua conclusão. Destarte, considerando toda a explanação acima, entendo que cumpria ao Impetrante ater-se ao prazo previsto em lei para utilizar-se da ação mandamental, para o desiderato de proteger eventual direito líquido e certo, uma vez que, conforme se verifica dos autos, o prazo legal destinado ao aviamento da ação em exame esvaiu-se, pois, fora realizado após o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, ou seja, precisamente, no dia 25/09/2009, ao passo que deveria ter sido realizado até a data de 12/05/2009. Assim, ante as considerações acima, hei por reconhecer a decadência do presente mandado de segurança, e extingui-lo, monocraticamente, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, bem como do art. 10, *caput*, e § 1º, da Lei 12.016/2009, c/c as disposições do art. 30, II, alínea "d", do RITJTO. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas, 14 de março de 2011. Desembargador LUIZ GADOTTI – Relator".

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4810/11 (11/0092481-4)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: EDISON DE SOUZA PARENTE
ADVOGADO: CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO
IMPETRADO: SECRETÁRIA DE SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR em substituição: Juíza CÉLIA REGINA REGIS

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juíza CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em substituição, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls. 66/72, a seguir transcrita: "Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por EDISON DE SOUZA PARENTE contra ato praticado pelo SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO TOCANTINS, que, segundo alega, afronta direito líquido e certo seu. Narra o Impetrante que ocupa o cargo de Delegado de Polícia, Classe Especial, lotado e em exercício na Delegacia de Repressão a Homicídios/DHP/Palmas, exercendo suas funções nesta capital desde o ano de 2002, entretanto, por meio da edição, pela autoridade impetrada, da Portaria nº 313, de 11 de fevereiro de 2011, publicada no DOE nº 3.324, de 16/02/2011, o mesmo foi removido ex oficio para a Delegacia de Polícia de Barrolândia/TO, o que lhe traz sérios e graves prejuízos. Aduz que o ato apontado como ilegal não tem fundamentação objetiva, ausente de motivação, sendo abusivo, e afrontando os artigos 226 e 227 da Constituição Federal, eis que desorganiza sua vida familiar, financeira e social. Assevera, ainda, que no caso posto em análise, não há prevalência do interesse público sobre o particular, porquanto o bem maior a ser tutelado é a união e manutenção da própria instituição familiar. Ao final, pleiteia a concessão de liminar para sustar os efeitos da Portaria nº 313, de 11 de fevereiro de 2011, publicada no DOE nº 3.324, de 16/02/2011, até o julgamento final do presente mandamus. Relatados, DECIDO. A ação é própria e adequada à espécie. Com efeito, cabe ao julgador do Mandado de Segurança, quando for regularmente requerido pelo Impetrante, suspender liminarmente os efeitos do ato coator. Isto posto, impende avaliar a presença das condicionantes para a suspensão liminar dos efeitos do ato respectivo. É cediço que o provimento liminar, cuja admissão está prevista na lei do Mandado de Segurança, somente se justifica quando sejam relevantes os fundamentos da impetração e quando do ato impugnado resultar a ineficácia da decisão, se concedida ao final. É o que dispõe o artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, que, verbis: "Art. 7º. Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: (...) III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica." Assim, necessário se faz a presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, como elementos justificadores para a concessão da medida liminar no Mandado de Segurança. Acerca de tais requisitos, tomamos os ensinamentos do mestre HELY LOPES MEIRELLES: "Para a concessão da liminar devem concorrer os dois requisitos legais, ou seja, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido na inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante se vier a ser reconhecido na decisão de mérito – fumus boni juris e periculum in mora. (...) A liminar não é uma liberalidade da Justiça; é medida acauteladora do direito do impetrante, que não pode ser negada quando ocorrem seus pressupostos, como também não deve ser concedida quando ausentes os requisitos de sua admissibilidade". (Mandado de Segurança; Editora Malheiros; 73/74; 23ª Edição)." No caso em análise, o Impetrante pleiteia a concessão de liminar para sustar os efeitos da Portaria nº 313, de 11 de fevereiro de 2011, publicada no DOE nº 3.324, de 16/02/2011, até o julgamento final do presente mandamus. A princípio,em análise perfunctória, vislumbro a presença dos requisitos para a concessão da liminar almejada pelo Impetrante, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora. Bem se vê que, consoante a teoria dos motivos determinantes, os motivos apresentados pelo agente como justificativas do ato associam-se à sua validade e vinculam o próprio agente. No caso sob análise, os fatos apontados como motivadores para a edição da portaria de remoção do Impetrante foram "as constantes reinvidicações do Ministério Público e do Poder Judiciário, no sentido de prover os mais populosos centros urbanos do Tocantins, de Autoridade Policial, como forma de melhor operacionalizar as ações repressivas que competem à Polícia Judiciária." Entretanto, observa-se dos documentos carreados para os autos, especialmente o de fl. 31, que por meio das Portarias nº 168 e nº 172, publicadas no DOE de 16/02/2011, o Impetrado lotou em unidades localizadas nesta capital, Delegados de Polícia mais recentes na carreira que o impetrante e que atuavam em unidades no interior do Estado, remanejando o Impetrante, aqui lotado, para a Delegacia de Polícia de Barrolândia, não havendo, pois, plausibilidade nos motivos apontados como fundamento para esta remoção. Cito jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça neste sentido: "AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. REMOÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. TRANSFERÊNCIA DE LOCAL DE SERVIÇO. DEFERIMENTO. MORA IMOTIVADA PARA EFETIVAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. STF.ACÓRDÃO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. ENUNCIADO 83, DA SÚMULA DO STJ. 1. A Administração, ao autorizar a transferência ou a remoção de agente público, vincula-se aos termos do próprio ato, portanto, submete-se ao controle judicial a morosidade imotivada para a concretização da movimentação (Teoria dos Motivos Determinantes). 2. Pela Teoria dos Motivos Determinantes, a validade do ato administrativo está vinculada à existência e à veracidade dos motivos apontados como fundamentos para a sua adoção, a sujeitar o ente público aos seus termos. 3. No caso, em harmonia com a jurisprudência do STJ, o acórdão recorrido entendeu indevida a desvinculação do procedimento administrativo ao Princípio da Razoabilidade, portanto considerou o ato passível ao crivo do Poder Judiciário, verbis: "a discricionariedade não pode ser confundida com arbitrariedade, devendo, assim, todo ato administrativo, mesmo que discricionário, ser devidamente motivado, conforme os preceitos da Teoria dos Motivos Determinantes, obedecendo ao Princípio da Razoabilidade." (fls. 153).4. Pretensão e acórdão a quo, na via especial, firmados em preceito constitucional elidem o exame do STJ. 5. Acórdão a quo em consonância com a jurisprudência deste Tribunal (Enunciado 83 da Súmula do STJ). 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ - AgRg no REsp 670.453/RJ, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 18/02/2010, DJe 08/03/2010). (Grifo). Desta forma, a plausibilidade do direito invocado pelo impetrante, numa análise perfunctória, ressai cristalino. Por outro lado, igualmente, vislumbro a presença do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, eis que a mudança de domicílio do Impetrante poderá acarretar-lhe desorganização da vida familiar, financeira e social. Assim, presentes as condições apontadas, a medida liminar não é uma liberalidade da Justiça; é medida acauteladora do direito do Impetrante, que não pode ser negada quando ocorrem seus pressupostos. Diante do exposto, estando presentes os pressupostos apontados, DEFIRO a medida liminar pleiteada, para sustar os efeitos da Portaria nº 313, de 11 de fevereiro de 2011, publicada no DOE nº 3.324, de 16/02/2011, assegurando o exercício e lotação do Impetrante nesta capital, até o julgamento final do presente mandamus. Comunique-se à autoridade impetrada para prestar as informações que julgar necessárias. Também, nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016/2009, que seja dado ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito. Após, abrir vista ao Ministério Público, nesta instância, para manifestação. Cumprido integralmente o determinado, volvam-me conclusos os presentes autos para outras deliberações. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 11 de março de 2011. Juíza CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em substituição".

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4819/11 (11/0092802-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: GISELE LACERDA FERREIRA
ADVOGADOS: CARLOS FRANKLIN DE LIMA BORGES, ÉRICO VINICIUS RODRIGUES BARBOSA, FRANCIELLE PAOLA RODRIGUES BARBOSA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Juiz EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER – Relator em substituição, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS do DESPACHO de fls. 51/58, a seguir transcrito: "Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar de antecipação dos efeitos da tutela, impetrado através de advogado por Gisele Lacerda Ferreira, no qual aponta como autoridade coatora o Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Tocantins, a quem atribui o ato apontado como abusivo e ilegal, consubstanciado na Portaria nº. 314/2011, publicada no Diário Oficial do Estado em 16/02/2011, que removeu a impetrante, servidora daquela secretaria, atualmente lotada na Academia de Polícia Civil som sede em Palmas, para a Sexta Delegacia Regional de Polícia de Paraíso do Tocantins. Relata que a autoridade impetrada justificou o ato de remoção alegando necessidade de serviço, e que determinou que a remoção deveria se efetivar de imediato, contrariando o Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins, o qual prevê prazo de 10 (dez) dias para que o servidor proceda a mudança. Relata, também, que juntamente com o ato nesta impetração mencionado outros tantos foram publicados na mesma data, todas argüindo o mesmo motivo de necessidade de serviço. Ressalta que na data mencionada, 11/02/2011, foi publicada a Portaria nº. 141/2011, na qual a Escrivã Dayany Pereira de Souza Araújo, foi removida da Sexta Delegacia Regional de Paraíso do Tocantins para Palmas, donde a impetrante concluiu que não é verídica a alegação de necessidade de serviço, mas sim, vislumbrou a ocorrência de desvio de finalidade e uma indisfarçada perseguição política, haja vista que a mesma assessorou três secretários de segurança em governos anteriores. Alega que inexiste realidade fática nas unidades policiais do estado que justifique a remoção da impetrante de imediato e sem qualquer aviso prévio, pois, segundo seu entendimento não há elementos na vida social/administrativa nas unidades envolvidas que conduzam ao entendimento de que se trate de medida necessária e emergencial. Pondera que não existe respaldo jurídico para as referidas remoções, pois não se trata de ação com o objetivo de aumentar o efetivo local, mas, tão somente modificar a pessoa ocupante do cargo nas regionais, sem qualquer respaldo na necessidade de serviço ou interesse público. Assevera que encontra-se radicada em Palmas, onde possui família, e que está de casamento marcado, sendo que seu noivo já adquiriu Apartamento nesta Capital. Neste contesto sustenta que remoção, com a conseqüente mudança, trará graves danos e prejuízos graves tanto de ordem material como moral, pois ficará exposta a riscos de viagens semanais ou diárias entre Palmas e Paraíso/TO. Registra que a impetrante trabalha na secretaria multi-referida desde 2004, tendo sido aprovada em Concurso Público, permanecendo na área de assessoramento técnico devido ao seu perfil profissional e inquestionável competência. Menciona que, ainda que houvesse a necessidade de serviço, a sua permanência na Academia de Polícia em Palmas, deve ser mantida, uma vez que a própria Diretora da DPAC, declarou, através do Memorando nº. 053/2011/GAB/DAPC, que a remoção causará enormes prejuízos aos trabalhos do órgão, face a sua imprescindibilidade no desenvolvimento e execução de projetos. Diz que a impetrante não conseguiu gozar seus períodos de férias sob alegação de necessidade de serviço, e que a remoção denota mera perseguição política contra sua pessoa. Argui quanto ao direito postulado a importância da motivação do ato administrativo para remoção de servidor público, afirmando que o Direito não acolhe o ato de remoção sem um justo motivo, sem que o autor do ato o fundamente e expresse suas reais motivações, para que o ato seja revestido de moralidade e legalidade. Sobre o tema colaciona diversas jurisprudências pátrias que abonam a tese exposta na impetração. Pugna pela concessão de liminar, para que sejam suspensos os efeitos das Portarias nº. 314/2011, que trata da remoção da impetrante, bem como as de números 1.034/2008 e 1.629/2009, que tratam das férias postergadas, garantindo-se a impetrante o direito de permanecer lotada na Academia de Polícia Cilvil de Palmas. Aponta a presença do *fumus boni iuris* no direito exposto na inicial, onde entende demonstrado o direito liquido e certo inequivocamente. Já o *periculum in mora* entende demonstrado na ameaça que a remoção pode causar na sobrevivência familiar, posto que o ato combatido determina a remoção imediata. Deu à causa o valor de R$ 500,00, com os requerimentos de estilo. Juntou a inicial os documentos de fls. 012/048, entre os quais d estaco a cópia da Portaria que gerou o ato impugnado, fls. 022. Eis o relatório no que é essencial. Passo ao *decisum*. Inicialmente, quanto aos pleitos relativos às férias, deixo de fazer qualquer análise haja vista tratar-se de atos realizados nos anos de 2009 e 2008, estando assim, obviamente atingidos pela prescrição do prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, haja vista que os referidos atos constituem-se atos únicos de efeito permanente. Assim, considera-se a data de início da contagem do referido prazo aquele em que o ato entrou em vigor, produzindo, assim, os efeitos que supostamente violariam o direito líquido e certo da impetrante. Pois bem. A medida liminar, em sede de Mandado de Segurança, não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final, é procedimento acautelador do possível direito do impetrante, justificado pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Por isso, não importa prejulgamento; não afirma direitos;

nem nega poderes à Administração Pública. Preserva apenas, o impetrante de lesão irreparável, sustando provisoriamente os efeitos do ato impugnado. O art. 7º, inc. III da Lei 12.016/2009, estabelece que o relator, ao despachar a inicial, entre outras coisas, suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando for relevante a fundamentação e quando do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida. Vale dizer, quando estiverem demonstrados concorrentemente o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. No caso em apreço, vislumbro a ocorrência concomitante de ambos os pressupostos vertendo em favor da impetrante. Vejamos. É bastante plausível a fundamentação do pleito da impetrante no que diz respeito a necessidade de vinculação do ato administrativo discricionário a efetiva existência de motivos capazes de dar-lhe sustentação. Assim, caso contrário, ou seja não demonstrado o motivo do ato, tem-se como possível que esteja ocorrendo desvio de finalidade. A jurisprudência Pátria é forte neste sentido (Precedentes: STJ - AgRg no MS/ Nº. 18.388 – Min. Laurita Vaz; STJ – RMS/Nº. 26.965 – Min. Napoleão Nunes Maia. No entanto, *in casu* não se pode admitir como certa ou legal a motivação argüida pela autoridade impetrada para a remoção da impetrante, até mesmo porque, praticamente na mesma data procedeu outra remoção para lotação de outra servidora no lugar da impetrante. Ora, a manobra pelo menos em tese configura desvio de finalidade, pois a justificativa, repito, não se enquadra como motivação idônea a dar suporte a medida excepcional e extrema que é a remoção do servidor. De outra plena, também se verifica a presença do *periculum in mora*, uma vez que a Portaria determina que a remoção seja procedida de imediato, assim, evidente que a demora no julgamento final do *writ* pode tornar ineficaz o provimento judicial caso seja deferido somente no julgamento do mérito. Face ao exposto, defiro a liminar requestada para suspender os efeitos da Portaria nº. 314/2011, publicada em 16/02/2011 – DOE, e, em consequência, determinar ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, que se abstenha de praticar qualquer ato no sentido de concretizar a remoção da impetrante, até que se julgue em definitivo o presente *mandamus*. Notifique-se a autoridade indigitada coatora do conteúdo da petição inicial, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo impetrante, com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de dez (10) dias, preste as informações necessárias (art. 7, I, da Lei nº. 12.016/2009), e dê-se ciência do feito ao Órgão de representação Judicial da pessoa jurídica interessada, nos termos do Inciso II do citado artigo. Após, e imediatamente, colha-se o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça. Intime-se. Palmas, 14/ março/ 2011. JUIZ EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER -Relator em substituição".

# 1ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIO: ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA

## Pauta

PAUTA Nº. 11/2011

Serão julgados pela 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, em sua 11ª (décima primeira) Sessão Ordinária de Julgamento, aos 23 (vinte e três) dias do mês de março do ano de 2011, quarta-feira a partir das 14:00 horas, ou nas Sessões posteriores, os seguintes Processos:

1)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-9719/09 (09/0076621-2)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 8269/09 DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS/TO).
AGRAVANTE: ANTIÓGENES FERREIRA DE SOUZA.
ADVOGADO: ADELER FERREIRA DE SOUZA.
AGRAVADO(A): PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.
ADVOGADO: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU.

3ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | RELATOR |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | VOGAL |
| Desembargador Bernardino Lima Luz | VOGAL |

2)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10824/10 (10/0087080-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO Nº 5.7043-1/08 DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO).
AGRAVANTE: LUIS MARCIO VILELA RODRIGUES.
ADVOGADO: RÔMOLO UBIRAJARA SANTANA.
AGRAVADO(A): VALDEMAR GALVÃO MESSIAS FILHO.
DEF. PÚBLICO: NAZÁRIO SABINO CARVALHO.

3ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | RELATOR |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | VOGAL |
| Desembargador Bernardino Lima Luz | VOGAL |

3)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10677/10 (10/0085521-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO Nº 59338-3/09 - 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ARAGUAINA-TO).
AGRAVANTE: JOSÉ DIVINO ALVES.
ADVOGADO: JULIANA PEREIRA DE OLIVEIRA.
AGRAVADO(A): BANCO BRADESCO S/A.
ADVOGADO: FÁBIO DE CASTRO SOUZA E OUTROS

3ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | RELATOR |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | VOGAL |
| Desembargador Bernardino Lima Luz | VOGAL |

4)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10426/10 (10/0083768-5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 5277-0/05 DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS/TO).
AGRAVANTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A.
ADVOGADO: ALESSANDRO DE PAULA CANEDO.
AGRAVADO(A): CLÁUDIO CERRETA E OUTRA.
ADVOGADO: ÉRIK FRANKLIN BEZERRA, PEDRO BAPTISTA E OUTROS.

3ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | RELATOR |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | VOGAL |
| Desembargador Bernardino Lima Luz | VOGAL |

5)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10676/10 (10/0085520-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCARIO Nº 43186-3/09 - 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ARAGUAINA - TO).
AGRAVANTE: JOSÉ DIVINO ALVES.
ADVOGADO: JULIANA PEREIRA DE OLIVEIRA.
AGRAVADO(A): BANCO BRADESCO S/A.
ADVOGADO: DEISE MARIA DOS REIS SILVÉRIO E OUTRO.

3ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | RELATOR |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | VOGAL |
| Desembargador Bernardino Lima Luz | VOGAL |

6)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGI-9301/09 (09/0072556-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1.9915-4/09 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAGUATINGA/TO).
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE TAGUATINGA/TO.
ADVOGADO: ROGER DE MELLO OTTAÑO E OUTROS.
AGRAVADO(A): JOAQUIM RAIMUNDO NASCIMENTO E JOCI FERREIRA DE OLIVEIRA.
ADVOGADO: ILZA MARIA VIEIRA DE SOUZA.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA.

3ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | RELATOR |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | VOGAL |
| Desembargador Bernardino Lima Luz | VOGAL |

7)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10391/10 (10/0083307-8)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 34393-3/10 DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MIRANORTE-TO).
AGRAVANTE: AVILMAR ANTÔNIO RODRIGUES.
ADVOGADO: OSEMAR NAZARENO RIBEIRO.
AGRAVADO(A): ÉDIO FERREIRA CARRIJO.
ADVOGADO: TIAGO AIRES DE OLIVEIRA E KESLEY MATIAS PIRETT.

3ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | RELATOR |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | VOGAL |
| Desembargador Bernardino Lima Luz | VOGAL |

8)=APELAÇÃO - AP-10435/09 (09/0080361-4)
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL.
REFERENTE: (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 7760/04 DA 1ª VARA CIVEL).
APELANTE: 2R - REPRESENTAÇÕES LTDA.
ADVOGADO: ADOILTON JOSÉ ERNESTO DE SOUZA.
APELADO: CORR PLASTIK INDUSTRIA LTDA.
ADVOGADO: TARCÍSIO CASSIANO DE SOUSA ARAÚJO E OUTROS.
RECORRENTE: CORR PLASTIK INDUSTRIA LTDA.
ADVOGADO: TARCÍSIO CASSIANO DE SOUSA ARAÚJO E OUTROS.
RECORRIDO: 2 R REPRESENTAÇÕES LTDA.
ADVOGADO: ADOILTON JOSÉ ERNESTO DE SOUZA.

3ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | RELATOR |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | VOGAL |
| Desembargador Bernardino Lima Luz | VOGAL |

9)=APELAÇÃO - AP-11862/10 (10/0088666-0) – SEGREDO DE JUSTIÇA
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (ATO INFRACIONAL Nº 18880-4/08 - JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE).
APELANTE: L. R. M. DA S..
DEFEN. PÚBL.: KARINE CRISTINA B. BALLAN.
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES.

3ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | RELATOR |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | VOGAL |
| Desembargador Bernardino Lima Luz | VOGAL |

10)=APELAÇÃO - AP-11697/10 (10/0087772-5)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DE CONHECIMENTO Nº 72189-0/07 - 4ª VARA DOS FEITOS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: IRIS RODRIGUES COSTA.
ADVOGADO: MURILO SUDRÉ MIRANDA E OUTROS.

APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: SILVIA NATASHA AMERICO DAMASCENO.

4ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | RELATOR |
| Desembargadora Jacqueline Adorno | REVISORA – juiz certo |
| Juíza Adelina Gurak | VOGAL |

11)=APELAÇÃO - AP-12233/10 (10/0089682-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 106858-6/08 - 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APENSO: (EXECUÇÃO FISCAL Nº 80409-0/09).
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: RODRIGO DE M. DOS SANTOS.
APELADO: DISTRIBUIDORA AMAZONIA ARMARINHOS E AVIAMENTOS LTDA.
DEFEN. PÚBL.: CLEITON MARTINS DA SILVA.

2ª TURMA JULGADORA

| | |
|---|---|
| Juíza Célia Regina Régis | RELATORA |
| Desembargador Amado Cilton | REVISOR |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | VOGAL |

# 2ª CÂMARA CÍVEL

**SECRETÁRIA: ORFILA LEITE FERNANDES**

## Intimação às Partes

CAUTELAR INOMINADA Nº 1533/11 (11/0092069-0)
ORIGEM: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
REFERENTE: Apelação nº. 12853 do TJ/TO
REQUERENTE: M. R. DE C.
ADVOGADOS: Márcio Rodrigues de Cerqueira e Outros
REQUERIDO: G. V. C. REPRESENTADO POR GENITORA V. V. DE C.
ADVOGADO: Fernando Henrique Avelar Oliveira
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de *Cautelar Inominada*, com pedido liminar, ajuizada por *M. R. DE C.*, objetivando a concessão de efeito suspensivo à Apelação nº 12853, interposta contra sentença de fls. 151/153, proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Gurupi –TO, nos autos da *AÇÃO DE ALIMENTOS* interposta em seu desfavor por G.V.C., representado por sua genitora V.V. DE C., que o condenou ao pagamento de pensão alimentar no importe de R$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais). Sustenta o recorrente que a sentença recorrida na apelação susomencionada poderá lhe trazer prejuízo financeiro irreparável, notadamente a prisão civil. Por tal motivo, pugna pela concessão do efeito suspensivo, pois assim teria assegurado o seu direito de continuar pagando alimentos no valor de 20% (vinte) por cento do salário mínimo, fixado a título de alimentos provisionais. É o sucinto relatório. Decido. Nos termos do art. 796 do Código de Processo Civil, o processo cautelar destina-se a garantir o resultado útil do processo principal, impedindo que alguma circunstância tenha o condão de inviabilizá-lo. O art. 520, *caput,* do Código de Processo Civil, estabelece que se devam receber os recursos de apelação, em regra, nos efeitos suspensivo e devolutivo, e traz taxativamente, nos incisos do mencionado artigo, hipóteses em que se comporta apenas o efeito devolutivo. Apelação contra sentença que fixa alimentos, nos termos do art. 520, II, do Código de Processo Civil deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, *in verbis: "Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto,* recebida só no efeito devolutivo, *quando interposta de sentença que: [...] II* - condenar à prestação de alimentos;". Grifei. Na presente Cautelar Inominada, o requerente busca liminarmente a concessão de efeito suspensivo ao recurso de Apelação nº 12853, manejado contra sentença de fls. 151/153, proferida nos autos da *AÇÃO DE ALIMENTOS* interposta em seu desfavor por G. V. C., representado por sua genitora V. V. DE C., alegando prejuízo financeiro irreparável, notadamente a prisão civil. A liminar tem como requisitos o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora.* O primeiro deve ser entendido como a plausibilidade do direito invocado pelo interessado; o segundo como concernente ao fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause à outra lesão grave e de difícil reparação. A lei é clara ao determinar que apelação contra sentença que fixa alimentos deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, e só se poderá fugir da aplicação dessa expressa regra legal, quando se tratar de decisão teratológica. Contudo, nesta análise preliminar, verifica-se não ser o caso dos autos. E por mais ponderáveis que possam ser as alegações do requerente, não vejo, neste momento, justificativa para deixar de aplicar a expressa previsão legal inserta no art. 520, II, do Código de Processo Civil, principalmente se considerar o *periculum in mora inverso*, pois a verba alimentar, por se destinar à sobrevivência de quem necessita, deve ser tratada com responsabilidade, de forma a não trazer resultado pior daquele que se visa evitar, qual seja, comprometer a subsistência do alimentando. Posto isso, indefiro o efeito suspensivo pleiteado. Cite-se a requerida para contestar em cinco dias. Decorrido o prazo legal para contestação, com ou sem apresentação desta, encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça para parecer. Palmas –TO, 10 de março de 2011. Desembargador MARCO VILLAS BOAS - Relator."

APELAÇÃO Nº 10419/09 (10/0080341-0)
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL-TO
REFERENTE: Ação de Manutenção de Posse nº. 37435-7/08 da 2ª Vara Cível
APELANTE: ANA RÍZIA ACRA DE CASTRO
ADVOGADO: Ronaldo Eurípedes de Souza
APELADOS: EURIVAL COELHO DE OLIVEIRA E VALDENY ALVES DA SILVA
ADVOGADO: Oswaldo Penna Júnior
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL interposta por ANA RIZIA AGRA DE CASTRO contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Nacional-TO, nos autos da AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE movida em desfavor de EURIVAL COELHO DE OLIVEIRA e VALDENY ALVES DA SILVA, ora apelados. Para a admissibilidade de um recurso, mister se faz a verificação da presença dos pressupostos recursais. Um desses pressupostos, de ordem objetiva, é o preparo tempestivo e integral do recurso, sem o que a reapreciação da decisão recorrida tornar-se-á completamente inviável, impondo-se seja decretada a deserção e negado seguimento ao apelo, com fundamento no artigo 511, c*aput*, do Código de Processo Civil. No caso sob exame, foi indeferido o pedido de assistência judiciária e determinada à recorrente para que complementasse as custas recursais, conforme despacho de fl. 505. Devidamente intimada a recorrente (certidão de fl. 507), esta quedou-se inerte (certidão de fl. 512), patente, pois, a inexistência do recolhimento do preparo quando da determinação do complemento das custas, motivo por que há que ser decretada a deserção do presente recurso. A par de todo o exposto, e com fundamento nos artigos 511, caput, redação de acordo com a Lei 8.950/94 e 557, *caput*, primeira parte, redação de acordo com a Lei 9.756/98, ambos do Estatuto Processual Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso porque deserto. Após o trânsito em julgado desta decisão, em atendimento às disposições insertas nos arts. 510, do CPC e 77 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, baixem-se os autos à origem, 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Nacional-TO. P.R.I. Palmas, 03 de março de 2011. Desembargador MOURA FILHO - Relator."

APELAÇÃO Nº 12489/10 (10/0090410-2)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO
REFERENTE: Ação Ordinária nº. 0849-8/04 da 5ª Vara Cível
APELANTES: NEUSA DA ROSA AVELLO E JOSÉ ARÃO PELEGRIN AVELLO
ADVOGADOS: Péricles Landgraf Araújo de Oliveira e Outros
APELADO: BANCO DO BRASIL S. A.
ADVOGADOS: Adriana Naura de Toledo Leme Pallaoro
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Cuida-se de Recurso de Apelação, interposto por Neusa da Rosa Avello e José Arão Pelegrin Avello, contra sentença proferida no âmbito da Ação de Cobrança nº 0849-8/04, em trâmite na 5ª Vara Cível desta Comarca de Palmas, movida pelo Banco do Brasil S/A. Ao sentenciar, o Juiz julgou parcialmente procedente os pedidos do autor para determinar aos requeridos, ora apelantes, o pagamento do valor constante da cédula de crédito rural objeto da demanda, com as alterações então imposta no bojo da sentença. Inconformados, os apelantes recorrem pleiteando pela revisão total das cláusulas do contrato, uma vez que em desacordo com a legislação e a jurisprudência aplicáveis à espécie, requerendo, ao final, a reforma da sentença para expungir a capitalização mensal dos juros, invertendo o ônus de sucumbência, já que decaíram de parte mínima dos seus pedidos. Comprovante de preparo acostado às fls. 197. Embora devidamente intimados, os apelados não apresentaram contrarrazões (certidão de fl. 98 verso). Remetido a esta Corte, coube a mim a relatoria do feito (fls. 102). É, em síntese, o essencial a relatar. DECIDO. Analisando detidamente estes autos, conclui-se que o recurso manejado não ultrapassa sequer o juízo de sua admissibilidade, em face de sua manifesta intempestividade. Com efeito, a sentença foi proferida em audiência realizada no dia 03/12/2009, da qual saíram os apelantes intimados, consoante se infere de fls. 59/63. Considerando então que o prazo peremptório começou a fluir no dia 04/12/2009 (sexta-feira), tem-se que o termo final encerraria no dia 18/12/2009 (sexta-feira), e, no entanto, o recurso só veio a ser protocolizado no dia 07/01//2010, conforme chancela de fls. 76. Os próprios apelantes assim consignam no bojo da peça recursal, vejamos: "A intimação da decisão proferida pelo MM. Juiz a quo foi efetuada em sede de audiência de conciliação realizada no dia 03.12.2009 (quinta-feira), conforme se depreende do termo de audiência nos autos. Assim, sendo o prazo de 15 (quinze) dias para a interposição de Apelação, o referido prazo teve seu início em 04.12.2009 (sexta-feira) e expiraria em 18.12.2009 (sexta-feira). Destarte, tempestivo o presente recurso. Ademais, encontra-se anexo o comprovante de preparo." (sic fl. 79 - grifo nosso). Embora reconheçam que o prazo do recurso encerraria no dia 18 de dezembro de 2009, tendo inclusive recolhido o preparo no dia 15/12/2009 (fls. 97), só foram protocolizar a peça no dia 07 de janeiro de 2010, não trazendo os apelantes qualquer justificativa para o atraso. Aliás, não há qualquer possibilidade de considerar a incidência da norma regimental desta Corte referente ao recesso de final de ano, visto que a suspensão dos prazos ocorre no período compreendido entre os dias 20 de dezembro a 06 de janeiro, nos termos do art. 301, alínea 'b'. Veja-se, portanto, que quando iniciou o recesso forense – 20/12 (domingo), o prazo dos apelantes já havia expirado. Destarte, considerando que os prazos recursais elencados no digesto processual são peremptórios, a apelação interposta após o exaurimento daqueles não pode ser conhecida. Cabe aqui a ressalva de que "*a matéria relativa à admissibilidade do recurso é considerada de ordem pública.* Desta feita, mesmo que o recorrido, nas contrarrazões do recurso, não argua preliminar de não-conhecimento do recurso por ausência de um dos requisitos de admissibilidade, o tribunal deverá examinar esta questão de ofício". Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do apelo e nego-lhe seguimento, nos termos do artigo 557 do CPC. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Comarca de origem. Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 04 de março de 2011. Desembargador DANIEL NEGRY - Relator."

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº. 1627 (11/0091683-8).
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº. 62787-7/10 da 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO.
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO.
SUSCITADO: JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO.
RELATOR: Desembargador ANTÔNIO FÉLIX
JUIZ SUBSTITUTO: EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER – Relator Substituto ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS do seguinte DESPACHO: "Não há medida que exija procedimento de urgência. Ouça-se o suscitado, Juiz da 2ª Vara dos Feitos das Faz. e Reg. Públicos da Comarca de Araguaína-TO, no prazo de 10 (dez) dias, remetendo-lhe cópia da decisão de fls. 11/13. Após, com ou

sem manifestação, dê-se vista à douta Procuradoria-Geral de Justiça, para opinar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 135, do RITJ-TO). Palmas, 02 de março de 2011."

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11451/10 (10/0092428-8)
ORIGEM: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
REFERENTE: Mandado de Segurança nº 8.0541-4/10 da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi -TO.
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROCª ESTADO: Sílvia Natasha Américo Damasceno
AGRAVADO: ROMÁRIO FERREIRA SOUZA
DEFEN. PÚBLICO: Leandro de Oliveira Gundim
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Cuida-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo ESTADO DO TOCANTINS contra decisão proferida no âmbito do Mandado de Segurança (Autos nº 8.0541/10), oriundos da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi-TO, a qual deferiu a liminar de segurança preventiva "*para que O PRESIDENTE DO DETRAN-TO EXPEÇA A CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO GRADUADA NA CATEGORIA C ao impetrante*". Sobre os fatos narra, em síntese, que o ora apelado, ROMÁRIO FERREIRA SOUZA, impetrou Mandado de Segurança em face ao ato do Presidente do Detran do Estado do Tocantins, que lhe negou a emissão de sua CNH graduada na categoria C. Preliminarmente alega o apelante "*inépcia da inicial por inexistência de ato ilegal/abusivo*", argumentando que o impetrante não comprovou a existência de seu direito. No mérito sustenta que o apelado não faz jus à habilitação pretendida, pois a validade de seu exame psicológico teria expirado em 16/03/2010. Argui a impossibilidade de concessão de liminar contra ato do poder público, e ainda de medida que esgote o objeto da demanda. Afirma estarem demonstrados o fumus boni iuris e o periculum in mora necessários à concessão do efeito suspensivo ao presente recurso. Ao final requer a suspensão da liminar concedida; a extinção do feito sem julgamento do mérito, com o acolhimento da preliminar suscitada; e, o provimento do presente agravo, para cassar a decisão açoitada. Instruem o recurso os documentos de fls. 13/49. É o sucinto relatório. Decido. O recurso é próprio, preenche os demais pressupostos de admissibilidade, razões pelas quais CONHEÇO do impulso. Consoante o artigo 558, do Código de Processo Civil, "o relator poderá a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara". Nesse caminho, após, análise apriorística e juízo de cognição sumária das razões expostas, em cotejo com os documentos colecionados, próprios do estágio inicial do feito, observo que os pressupostos ensejadores da liminar pleiteada encontram-se satisfatoriamente demonstrados. Denota-se que os fundamentos expendidos nas razões do recurso afiguram-se, de fato, relevantes, restando evidenciado, o risco de lesão grave e de difícil reparação, caso o pleito seja atendido somente ao final julgamento do recurso. A primeira vista, a decisão impugnada não considerou a legislação pertinente ao caso em análise. O §1º do artigo 143, do Código de Trânsito Brasileiro prevê a necessidade de o condutor estar habilitado no mínimo há um ano na categoria B para habilitar-se na categoria C. O erro cometido pela administração em permitir que iniciasse os procedimentos para graduação de sua CNH antes de transcorrido o prazo legal, não autoriza a inobservância da lei. O Poder Judiciário pela essência de seu desiderato, não pode deixar de cumprir a norma enquanto vigente. Assim, a priori, entendo que o equívoco ocorrido não confere ao agravado/impetrante direito líquido e certo à categoria almejada, vez que não cumpriu o prazo legal para tanto. Desta forma, amparado nas disposições do art. 527, inciso III, c/c o art. 558, *caput*, ambos do Código de Processo Civil, CONCEDO a medida liminar pleiteada, para determinar a suspensão dos efeitos da decisão agravada, até final julgamento de mérito do presente recurso. Cientifique-se o ilustre juiz *a quo* da presente decisão, solicitando-lhe, ainda, as informações pertinentes, nos termos do art. 527, IV, do CPC. Intime-se a parte agravada, na forma do art. 525, V, do referido Códex, para, querendo, oferecer as contra-razões a que têm direito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 14 de março de 2011. Desembargador DANIEL NEGRY - Relator."

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11449/10 (10/0092423-7)
ORIGEM: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
REFERENTE: Mandado de Segurança nº 1.0198-95/11 da Única Vara Cível da Comarca de Goiatins-TO.
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE GOIATINS-TO
ADVOGADOS: Daniel dos Santos Borges e Outro
AGRAVADA: MARIA DA PAZ GUIMARÃES MACHADO SILVA
ADVOGADO: Fernando Henrique Avelar Oliveira
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: " Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido liminar, interposto pelo MUNICÍPIO DE GOIATINS –TO, contra decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Goiatins –TO, nos autos do mandado de segurança em epígrafe, impetrado contra ato imputado ao Prefeito e ao Secretário de Educação do Município de Goiatins –TO. O mandado de segurança foi impetrado pela agravada, professora concursada do Município de Goiatins –TO, contra sua remoção para escola da zona rural, levada a efeito pela Portaria nº 5/2011, de 26 de janeiro de 2011. No *writ*, taxou o ato de ilegal, e alegou sofrer graves problemas familiares, que inviabilizam o atendimento da remoção. Aduziu que o ato foi motivado por perseguição política, e feriu seu direito líquido e certo à anterior lotação. Pediu a suspensão liminar da Portaria de remoção e, para o mérito, sua anulação. Ao despachar a petição inicial, o Magistrado suspendeu liminarmente os efeitos da portaria. Inconformado, o Município interpõe este agravo. Alega a existência de um Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público do Trabalho, pelo qual teve de extinguir todos os contratos de trabalho de professores temporários. Com isso, a zona rural e os povoados mais distantes da sede municipal tornaram-se carentes de profissionais. Em contraposição, na sede há excesso de professores. Defende a legalidade e a constitucionalidade da remoção, para a qual utilizou critérios objetivos, ou seja, deslocou servidores do concurso mais recente, observando as notas de classificação. Pede a suspensão liminar da decisão agravada, e sua revogação quando do exame do mérito recursal. Instrui o recurso com os documentos de caráter obrigatório. É o relatório. Decido. O recurso é tempestivo e merece tramitar pela forma de instrumento, por combater decisão concessiva de segurança. O exame permitido neste momento processual se limita à verificação da presença dos requisitos para o deferimento da liminar combatida, sob pena de indevida antecipação do exame do mérito da ação mandamental, ainda não efetuado ordinariamente. Nesse compasso, observo que, embora a remoção conte com amparo legal e esteja devidamente fundamentada – situação por mim já constatada no exame de outros agravos de instrumento, nos quais outras remoções são questionadas – a agravada apresentou, no Juízo de primeiro grau, argumentos excepcionais e relevantes para sua manutenção na sede do Município, quais sejam, ter um filho adolescente viciado em drogas, que necessita de integral acompanhamento familiar, além de cuidar de dois parentes em idade avançada, os quais residem com ela. Pela situação excepcional argüida, a impetrante não poderá cumprir os termos da Portaria, situação que não interessa, também, ao Município, pois redundaria numa servidora a menos no quadro. Destarte, ao menos neste momento processual, entendo plausível a suspensão liminar da remoção, como feito no primeiro grau, motivo pelo qual indefiro a liminar recursal. Requisitem-se as informações de mister ao Juízo de origem, e intime-se a agravada para oferecer contra-razões, no prazo legal. Após, colha-se o parecer da Procuradoria Geral de Justiça. Publique-se, registre-se e intimem-se. Cumpra-se. Palmas –TO, 10 de março de 2011. Desembargador MARCO VILLAS BOAS - Relator."

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11395/10 (10/0091923-3)
ORIGEM: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
REFERENTE: Ação Anulatória de Protesto c/c Indenização por Danos Morais nº 5000320-16.2011.827.2729 da 2ª Vara Cível da Comarca de Palmas -TO.
AGRAVANTE: PAULO CÉSAR DA COSTA GONÇALVES
ADVOGADOS: Renato Martins Cury e Outros
AGRAVADO: TOCANTINS CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA.
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Juiz EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER – Relator em Substituição ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS do seguinte DESPACHO: "Cuida-se de agravo de instrumento com pedido de liminar interposto por PAULO CÉSAR DA COSTA GONÇALVES, contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Palmas /TO, que nos autos da ação anulatória de protesto c/c indenização por danos morais, movida em face de TOCANTINS CAMININHÕES E ÔNIBUS LTDA. indeferiu o pedido de antecipação de tutela em que se busca o cancelamento do protesto. O agravante afirma que emitiu um cheque com data de vencimento em 04/09/2006 em favor da agravada, tendo referido título porém, sido apresentado para protesto somente no dia 09/10/2008, ou seja, mais de dois anos após a sua data de vencimento. Tece considerações sobre a ilegalidade do protesto tardio do título e ao final, pede, liminarmente, a antecipação de tutela recursal para determinar ao Tabelionato de Protestos que proceda ao levantamento (sic) do protesto feito pela agravada. Junta documentos às fls. 15 a 74. É o relatório no essencial. DECIDO. O recurso preenche os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, portanto, dele conheço. À luz do atual Diploma Processual Civil é necessário averiguar se o presente recurso foge à regra de ser convertido na forma retida, ou seja, se ficou demonstrada a presença de um dos requisitos para a provisão jurisdicional que enseja o agravo na modalidade por instrumento, consoante a redação dada pela Lei. nº 11.187/05 ao art. 527 do C.P.C. No contexto em análise, entendo não ser razoável aguardar o julgamento do feito na instância singela para eventual reapreciação do direito vindicado pelo recorrente, porquanto a matéria em exame trata dos efeitos decorrentes da restrição de crédito, cujos dados permanecem ao crivo da consulta pública, o que revela o risco de lesão a uma das partes litigantes. Por tal motivo, recebo o recurso na forma de instrumento. Pois bem. O agravante insurge contra o apontamento de um título de crédito feito há mais de dois anos após o seu vencimento. A par do alegado, denoto que às fls. 41 consta a cópia do referido apontamento, cujos dados confirmam que o título apresentado para protesto, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) possui data de vencimento em 04/09/2006 e que foi levado ao protocolo na respectiva serventia extrajudicial no dia 09/10/2008. Sem adentrar no mérito das ações de que dispõe o credor para a busca do cumprimento da obrigação, tanto a teor do Código Civil quanto em relação à legislação específica (Lei do Cheque), tenho que as datas descritas no documento de protesto me conduzem ao entendimento de que não se trata de chamado protesto necessário, sobretudo diante do teor da Súmula nº 600 do STF e do artigo 48 da Lei 7357/85, sendo que, neste momento, sua manutenção teria o escopo de apenas constranger o devedor; isso, sem imputar qualquer responsabilidade ao Cartório Extrajudicial, tendo em vista o teor da parte final do artigo 9º da Lei nº 9492/1997. Diante disso, e ante a existência da aparência do direito e o fundado receio de configuração de dano de difícil reparação, como é o abalo de crédito, não me parece regular que se obste a antecipação da tutela no sentido de suspender os efeitos do protesto. O *fumus boni juris* evidencia-se pela análise dos documentos exibidos, deles transparecendo a razoabilidade e plausibilidade do direito invocado. O *periculum in mora*, pelos evidentes prejuízos que as informações acarretam ao recorrente, obstaculizando seu crédito na praça. Ademais, no caso de improcedência da ação principal ou de desprovimento do recurso, não haverá óbice para o restabelecimento do protesto em comento. Posto isso, DEFIRO LIMINARMENTE A ANTECIPAÇÃO PARCIAL DA TUTELA, até o julgamento de mérito do presente recurso ou da ação principal, para o fim de suspender os efeitos do protesto referente ao Protocolo nº 534.762, lavrado contra o agravante no Tabelionato de Protesto de Títulos de Palmas. Oficie-se ao Cartório de Protestos desta capital. Notifique o M.M. juiz da causa para que preste as informações que entender necessárias, dentro do prazo legal. Intime-se a agravada para os fins do artigo 527, V, do Código de Processo Civil. Palmas – TO, 10 de março de 2011. Juiz EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER - Relator em substituição."

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11155/10 (10/0089740-8)
ORIGEM: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
REFERENTE: Ação de Obrigação de Fazer nº 11.3730-0/10 da 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas -TO.
AGRAVANTE: GRANDE LOJA MAÇÔNICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADOS: Jader Ferreira dos Santos e Jair de Alcântara Paniago
AGRAVADO: RAIMUNDO ROSAL FILHO E EDSON PAULO LINS
ADVOGADO: Raimundo Rosal Filho
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "À vista da

certidão de fls. 148, a agravante, devidamente intimada quanto ao interesse no prosseguimento do feito (despacho de fls. 146), quedou-se silente. Logo, alternativa não resta senão a sua extinção sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Publique-se. Arquive-se. Cumpra-se. Palmas, 09 de março de 2011. Desembargador DANIEL NEGRY – Relator."

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº. 1770 (11/0093038-5).
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº. 56803-8/08– 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO.
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI.
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI.

Por ordem do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO:" Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, pretendendo seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis da mesma Comarca, para processar e julgar a presente ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Afirma o Juízo Suscitante que a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, Lei Complementar nº. 10/1996, ao estabelecer a competência do juízo das Fazendas Públicas Estadual e Municipal, não insere no rol do inciso II do art. 41 as autarquias federais. Por isso, no seu entender, não há que se falar em competência privativa do juízo fazendário para processar e julgar o feito, mas de competência residual do juízo cível. É a síntese. Decido. Inicialmente, cumpre esclarecer que este Tribunal não é competente para processar e julgar o presente conflito instaurado, uma vez que ambos os juízes estão investidos de jurisdição federal. É que se trata de ação de natureza previdenciária – aposentadoria rural por idade – ajuizada contra o Instituto Nacional da Previdência Social (INSS), em Comarca desprovida de Vara da Justiça Federal (CF, art. 109, § 3º). Com efeito, se é do Tribunal Regional Federal da 1ª Região a competência para processar e julgar eventuais recursos deduzidos de autos como os presentes (§4º art. 109 da CF), nos quais a atuação do juízo estadual é motivada por delegação Constitucional (§ 3º art. 109 da CF), por simetria também o é a competência para decidir com qual dos dois juízes, que se consideram incompetentes, está a competência para o feito. Dessarte, evidente que não compete a este Egrégio Tribunal de Justiça dirimir conflito suscitado entre juízes investidos de jurisdição Federal. Por isso, em atenção ao princípio da economia processual, remetam-se estes autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Publique-se. Cumpra-se". Palmas – TO, 16 de março de 2011. Desembargador Luiz Gadotti – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11568 (11/0093009-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO Nº 1798-8/11 DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUATINS
AGRAVANTE: ERICA DE CASSIA MAIA FERREIRA RODRIGUES
ADVOGADO: RODRIGO DOURADO MARTINS BELARMINO
AGRAVADA: MARIA FILOMENA DE FREITAS
RELATOR: DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Desembargador DANIEL NEGRY – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO:" Cuida-se de Agravo de Instrumento, interposto por ERICA DE CASSIA MAIA FERREIRA RODRIGUES, contra decisão proferida no âmbito da Ação de Consignação em Pagamento, autos nº 2011.0000.1798-8/0, oriundos da Única Vara Cível da Comarca de Araguatins – TO, movida por si em desfavor de MARIA FILOMENA DE FREITAS, a qual indeferiu o pedido de assistência gratuita formulado nos autos. Esclarece a agravante que a negativa se deu sob o fundamento de que "o procurador precisaria ter poderes especiais para requerer os benefícios da assistência gratuita". Alega o recorrente que a lei não faz tal exigência, e que a jurisprudência trazida na decisão é isolada. Sustenta que o indeferimento por tais fundamentos é uma "burocratização processual". Colaciona julgados contrários à tese do decisum. Ao final requer: - o provimento do recurso nos termos do art. 557, §1º, do CPC, por estar a decisão em manifesto confronto com a jurisprudência do STJ; - a concessão do benefício da assistência gratuita para interposição do presente agravo; - a concessão da tutela antecipada para que seja dado prosseguimento ao feito; e, - no mérito, o conhecimento e provimento do recurso. Acompanham a inicial os documentos de fls. 08/19. É, em síntese, o que importa no momento relatar. Decido. Primeiramente, concedo o benefício da justiça gratuita para o presente agravo. Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, CONHEÇO do impulso. Consoante o artigo 558, do Código de Processo Civil, "o relator poderá a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara". Nesse caminho, após, análise apriorística e juízo de cognição sumária das razões expostas, em cotejo com os documentos colecionados, próprios do estágio inicial do feito, observo que os pressupostos ensejadores da liminar pleiteada encontram-se satisfatoriamente demonstrados. Denota-se que os fundamentos expendidos nas razões do recurso afiguram-se, de fato, relevantes, restando evidenciado, o risco de lesão grave e de difícil reparação, caso o pleito seja atendido somente ao final julgamento do recurso, já que, nos termos da decisão agravada, se o recorrente não proceder ao recolhimento das custas e despesas processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, ocorrerá o cancelamento da distribuição e indeferimento da inicial. Ademais, constato a presença da fumaça do bom direito, uma vez que, diante da declaração de pobreza firmada pelo procurador da agravante na petição inicial (fls. 10), vislumbra-se o preenchimento dos requisitos legais necessários para concessão da assistência judiciária. Isto porque, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "o pedido de assistência judiciária gratuita pode estar embasada em declaração de pobreza firmada por advogado da parte com poderes para o foro em geral, sendo desnecessário poderes específicos". Assim, amparado nas disposições do art. 558, caput, do Código de Processo Civil, CONCEDO o efeito suspensivo, para determinar a suspensão dos efeitos da decisão agravada, até final julgamento de mérito do presente recurso. Cientifique-se o ilustre juiz a quo da presente decisão, solicitando-lhe, ainda, as informações pertinentes, nos termos do art. 527, IV, do CPC. Intime-se a parte agravada, na forma do art. 525, V, do referido Códex, para, querendo, oferecer as contra-razões a que têm direito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se". Palmas, 16 de março de 2011. Desembargador DANIEL NEGRY-RELATOR.

APELAÇÃO Nº 12.470/10 (10/0090376-9)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
REFERENTE: AÇÃO CAUTELAR INOMINADA nº 104329-8/09 – 1ª VARA CÍVEL
APELANTES: LUIZ ALBERTO FLORÊNCIO E OUTRO
ADVOGADO: CARLOS FRANCISCO XAVIER
APELADOS: VIOLETA DE SOUZA BARROS E OUTROS
ADVOGADA: CÉLIA CILENE DE FREITAS PAZ
RELATOR: DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Desembargador DANIEL NEGRY – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO:" Cuida-se de Recurso de Apelação, interposto por Luiz Alberto Florêncio e Aparecido Donizeti Lima Vilela, contra sentença proferida no âmbito da Ação Cautelar Inominada nº 104329-8/09, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Araguaína. Ao sentenciar, na data de 12/01/2010, o Juiz julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual pela perda do objeto, destacando como razão de decidir: a) que os autores não indicaram a demanda principal a ser ajuizada; b) que a data da última parcela seria 1º/11/2009 e c) que o comprador não foi localizado para intimação (fl. 26). Posteriormente, em 04/05/2010, os apelantes interpuseram embargos de declaração (fls. 62/63) requerendo atribuição de efeitos infringentes para tornar sem efeito a sentença, os quais, embora conhecidos, foram rejeitados nos termos da decisão de fls. 66/70, datada de 09/07/2010. No recurso de apelação, protocolado no dia 29/07/2010, os apelantes combatem as razões que motivaram a sentença e requerem o seu provimento para afastar a extinção prematura do feito, por entenderem que todas as exigências declinadas pelo Juiz foram efetivamente comprovadas (fls. 82/85). Sem integralização da lide, não houve apresentação de contrarrazões. Remetido a esta Corte, coube a mim a relatoria do feito (fls. 130). É, em síntese, o essencial a relatar. DECIDO. Analisando detidamente estes autos, conclui-se que o recurso manejado não ultrapassa sequer o juízo de sua admissibilidade em face de sua manifesta intempestividade. É cediço o prazo para interposição de recurso deve ser contado a partir do momento em que a parte teve ciência inequívoca da decisão, notadamente naquelas hipóteses em que, como no caso dos autos, o recorrente demonstra que já tinha conhecimento do teor da decisão objurgada antes mesmo de sua intimação formal. Como relatado, a sentença foi proferida no dia 12/01/2010, extinguindo-se o feito em razão da parte autora, ora recorrente, não ter tomado certas providências necessárias ao regular andamento da ação. O ato decisório realmente não foi publicado e tampouco há certidão quanto à intimação formal do apelante sobre ele. Entretanto, a seqüência de manifestações nos autos demonstra que ele teve conhecimento do teor da sentença muito antes da data de protocolização dos embargos de declaração. Veja que no dia 15/03/2010 (fls. 28) o apelante atravessa uma petição alegando que a parte requerida já havia sido intimada e que o último pagamento do contrato previsto para o mês de novembro não havia sido realizado por problemas na documentação da fazenda, porém, os requeridos haviam sinalizado a intenção de cumprir a liminar. Neste ato não faz menção a qualquer requerimento, apenas junta o comprovante de intimação dos apelados - veja que a ausência de intimação do comprador foi uma das causas ensejadoras da extinção do feito. Posteriormente, em 08/07/2010, conseguiu o apelante fazer juntada de cópia da petição da ação de cobrança que ele havia então ajuizado contra os apelados em 15/12/2009 (fls. 52/53) – o fato de o recorrente não ter comprovado a interposição da ação principal no prazo legal também foi uma das causas que levaram à extinção da ação cautelar. Assim, perscrutando o caderno processual e as razões que motivaram a extinção do feito, não há como deixar de questionar certas particularidades, como por exemplo, o fato de o apelante ter juntado o comprovante de intimação da parte contrária somente após a prolação da sentença, como também, o fato de a cópia da ação principal ter sido juntada neste processo aleatoriamente, sem qualquer manifestação do recorrente com tal finalidade. Ora, a peça processual não foi protocolizada, não há petição do recorrente requerendo sua juntada para fins probatórios, como então ela poderia ter sido juntada nos autos? O serventuário simplesmente recebeu a peça em cartório, por certo, e mesmo sem requerimento para tal, fez sua juntada no processo. Por qual razão, pergunta-se novamente? O motivo da irregularidade não se mostra evidente, todavia, os pormenores comprovam, sem dúvida, que o apelante teve ciência do teor da sentença combatida muito antes da data de interposição do recurso aclaratório, no momento em que tenta a todo custo comprovar, pelas peças processuais acostadas posteriormente à sua prolação, que as razões nela invocadas não se sustentam. De ressaltar-se, ainda, que os embargos de declaração protocolados em 04/05/2010, também foram intentados sem que o apelante tenha sido formalmente intimado da sentença. Ora, se o apelante não manuseou os autos antes dessa data, e o decisum não foi publicado, como então ele pode embargar a sentença quase quatro meses depois de sua prolação, sem saber do seu teor, pergunta-se. A situação levaria, por certo, à intempestividade dos próprios aclaratórios. Destarte, tendo em conta que a movimentação processual provocada pelo apelante após a prolação da sentença induz que dela teve conhecimento informal, necessário reconhecer a intempestividade do recurso de apelação manejado quase quatro (4) meses depois dessas manifestações. Em respaldo cito, apenas a título de complementação, jurisprudências firmadas nesse sentido, in verbis: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 522 DO CPC. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO. TERMO INICIAL. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO AOS AUTOS. 1. O termo a quo do prazo para interposição de agravo de instrumento, instituído pelo art. 522 do CPC, contra liminar concedida inaudita altera pars, começa a fluir da data da juntada aos autos do mandado de citação, exceto na hipótese de comparecimento espontâneo aos autos ou retirada dos mesmos de cartório, pelo advogado da parte, formas de inequívoca ciência do conteúdo da decisão agravada, fluindo a partir daí o prazo para a interposição do recurso. Precedentes do STJ: REsp 591250/RS, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, Quarta Turma, DJ 19.12.2005; REsp 698073/SE, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 28.11.2005; REsp 430086/PR, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Terceira Turma, DJ 10.03.2003; REsp 258821/SE, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, Quarta Turma, DJ 18.12.2000. (...)." (grifei). "Inicia o transcurso do prazo recursal no momento em que a parte manifesta, inequivocamente, conhecimento do conteúdo da decisão, ainda que anterior à intimação do ato judicial." "AGRAVO (ART. 557, § 1º, DO CPC) EM AGRAVO

DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECLAMO, POR INTEMPESTIVO - PRAZO RECURSAL - JUNTADA DE PETIÇÃO NOS AUTOS ORIGINÁRIOS - CIÊNCIA INEQUÍVOCA - CONTAGEM A PARTIR DESTA - DESNECESSIDADE DE AGUARDAR A INTIMAÇÃO OFICIAL - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. O prazo recursal passa a fluir a partir do momento em que a parte toma CIÊNCIA INEQUÍVOCA do conteúdo da decisão, ainda que anterior à intimação do ato judicial. Mesmo que a intimação do ato judicial tenha ocorrido posteriormente, mas demonstrado que o procurador do agravante teve CIÊNCIA INEQUÍVOCA do seu conteúdo anteriormente, através da juntada de petição NOS AUTOS, tal circunstância determina automaticamente o início do transcurso do prazo recursal. "É dispensável a intimação na forma determinada na lei se demonstrada a CIÊNCIA INEQUÍVOCA do conteúdo do ato judicial [...]. (STJ - REsp. 61409/PR, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, j. em 10/10/1995). (....)."(g. n.). Ante o exposto, com supedâneo nas disposições dos artigos 557 do CPC e 30, II, "e" do RITJ/TO, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Comarca de origem. Publique-se. Cumpra-se. Palmas,16 de março de 2011. Desembargador DANIEL NEGRY-Relator.

EMBARGOS INFRINGENTES NA APELAÇÃO Nº 8907 (09/0074698-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: Acórdão de fls. 1025/1026
EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS
ADVOGADA: Mônica Torres Coelho
EMBARGADOS: ANTÔNIO CARDOSO DE CASTRO E OUTROS
ADVOGADOS: Jakeline de Moraes e Oliveira e Outro
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Cuida-se de Embargos Infringentes opostos pelo Município de Paraíso do Tocantins, face ao acórdão não unânime da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do voto vencedor, da relatoria do Juiz Nelson Coelho Filho, restou provido o recurso de apelação, no sentido de reformar integralmente a sentença monocrática que julgou procedentes os pedidos contidos na Ação Civil Pública. Em suas razões recursais (fls. 1033/1036), o embargante alega que a decisão singular sabiamente tomou por absurdas as irregularidades averiguadas em torno deste Egrégio Tribunal de Justiça (fls. 1.025/1026), pelo qual, nos termos do certame, que violam os princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade. Diante da divergência apontada, o embargante verbera que mesmo que não tenha prova que ocorreram trocas de favores durante a realização do III Concurso Público para preenchimento de 37 (trinta e sete) vagas do seu quadro funcional (Decreto nº 2.021/07), a suspeita de favorecimento gerou entre os candidatos a dúvida da sua moralidade, junto com grande indignação. Nesse sentido, pugnou pelo provimento dos infringentes, mantendo na íntegra a sentença singular, a fim de anular o referido certame objeto da demanda. A Procuradoria Geral de Justiça, às fls.1.064/1069, opinou pelo conhecimento e improvimento dos embargos para o fim de se manter o v. acórdão. É o que importa neste momento relatar. DECIDO. Neste momento devo-me ater apenas ao juízo de admissibilidade do recurso ora manejado. Pois bem. Consoante disposto no artigo 530, do Código de Processo Civil, e de acordo com a doutrina, caberá embargos infringentes "*quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito...* ." Tem-se, portanto, o cabimento da espécie recursal, uma vez que busca o embargante a anulação do III Concurso Público para provimento de vagas de seu quadro funcional, sustentando que as irregularidades nele averiguadas violam os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, como restou confirmada pelo voto vencido, nesta instância. Assim, preenchidos estão os pressupostos subjetivos (legitimidade e interesse) do recurso. Presentes também se fazem os demais pressupostos objetivos recursais, pois interposto mediante petição, dentro do prazo legal de 10 (dez) dias, de julgamento não unânime, desfavorável ao recorrente. Diante do exposto, em juízo de admissibilidade, conheço dos presentes embargos infringentes, a fim de que sejam devidamente processados e analisados, procedendo-se, por conseguinte, ao sorteio de novo relator. Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 09 de março de 2011. Desembargador DANIEL NEGRY - Relator."

# 1ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIO: WANDELBERTE RODRIGUES DE OLIVEIRA

## Intimação às Partes

HABEAS CORPUS – HC 6854 (10/0088741-0
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: MARIA DE FÁTIMA FERNANDES CORRÊA
PACIENTE: CLÊNIO DA ROCHA BRITO
ADVOGADA(O)S.: MARIA DE FÁTIMA NETO E OUTRO
IMPETRADA: JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL
DA COMARCA DE XAMBIOÁ- TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Trata-se de habeas corpus impetrado em favor do paciente Clênio Da Rocha Brito, denunciado por ter, em 28/06/2009, participado do crime de homicídio qualificado perpetrado contra a vítima Izabel Barbosa Pereira, ocorrido na cidade de Xambioá/TO.A liminar foi indeferida e o feito encontra-se em fase de análise meritória. Entretanto, na sessão realizada na data de ontem, 15/03/2011, a 1ª Câmara Criminal desta Corte julgou o Habeas Corpus nº 6845/10, impetrado em favor de Vilmar Martins Leite, também denunciado na mesma ação penal que originou o presente *mandamus*, na qual proferi voto no sentido de denegar a ordem por ausência de constrangimento ilegal, uma vez presentes os requisitos do art. 312 do CPP.O Exmo. Des. Luiz Gadotti proferiu voto divergente pela concessão da ordem, possibilitando ao paciente responder o processo em liberdade. Houve empate no julgamento e, nos termos do artigo 106 do Regimento Interno desta Corte, prevaleceu a decisão que mais favoreceu o réu, sendo, pois, vencedor para lavrar o respectivo o acórdão, o Des. Luiz Gadotti, consoante previsto na norma regimental do art. 114, § 1º: "vencido o relator, o prolator do primeiro voto vencedor redigirá o acórdão."Decorre desse resultado, que o Desembargador Luiz Gadotti será competente para continuar na relatoria deste feito, uma vez que seu voto vencedor provocou a prevenção de todos os incidentes e recursos relativos a mesma matéria analisada e julgada no habeas corpus nº 6784/10, nos moldes definidos pelo artigo 69, § 3º e § 4º, do nosso Regimento Interno, que expressamente estabelecem: "§ 3º. O conhecimento de mandado de segurança, habeas corpus, reclamação e recurso cível ou criminal previne a competência do Relator para todos os feitos posteriores, ainda que deduzido por outro sujeito da relação processual, desde que seja relativo a mesmo fato que ensejou a prevenção." § 4º. Vencido o Relator, será prevento, nos termos do parágrafo anterior, o Desembargador designado para lavrar o acórdão." (g.n.). Desse modo, observando-se as regras pertinentes à prevenção, remetam-se os autos ao setor competente para os devidos fins. Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 16 de março de 2011. *Desembargador DANIEL NEGRY."*

HABEAS CORPUS – HC 6857 (10/0088743-7
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: CÉLIA CIRLENE DE FREITAS PAZ
PACIENTE: JENNER SANTIAGO PEREIRA
ADVOGADA(O)S : CÉLIA CIRLENE DE FREITAS PAZ E OUTRO
IMPETRADA: JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL
DA COMARCA DE XAMBIOÁ- TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Trata-se de habeas corpus impetrado em favor do paciente Jenner Santiago Pereira, denunciado por ter, em 28/06/2009, participado do crime de homicídio qualificado perpetrado contra a vítima Izabel Barbosa Pereira, ocorrido na cidade de Xambioá/TO. A liminar foi indeferida e o feito encontra-se em fase de análise meritória. Entretanto, na sessão realizada na data de ontem, 15/03/2011, a 1ª Câmara Criminal desta Corte julgou o Habeas Corpus nº 6845/10, impetrado em favor de Vilmar Martins Leite, também denunciado na mesma ação penal que originou o presente mandamus, na qual proferi voto no sentido de denegar a ordem por ausência de constrangimento ilegal, uma vez presentes os requisitos do art. 312 do CPP. O Exmo. Des. Luiz Gadotti proferiu voto divergente pela concessão da ordem, possibilitando ao paciente responder o processo em liberdade. Houve empate no julgamento e, nos termos do artigo 106 do Regimento Interno desta Corte, prevaleceu a decisão que mais favoreceu o réu, sendo, pois, vencedor para lavrar o respectivo o acórdão, o Des. Luiz Gadotti, consoante previsto na norma regimental do art. 114, § 1º: "vencido o relator, o prolator do primeiro voto vencedor redigirá o acórdão." Decorre desse resultado, que o Desembargador Luiz Gadotti será competente para continuar na relatoria deste feito, uma vez que seu voto vencedor provocou a prevenção de todos os incidentes e recursos relativos a mesma matéria analisada e julgada no habeas corpus nº 6784/10, nos moldes definidos pelo artigo 69, § 3º e § 4º, do nosso Regimento Interno, que expressamente estabelecem: "§ 3º. O conhecimento de mandado de segurança, habeas corpus, reclamação e recurso cível ou criminal previne a competência do Relator para todos os feitos posteriores, ainda que deduzido por outro sujeito da relação processual, desde que seja relativo a mesmo fato que ensejou a prevenção." § 4º. Vencido o Relator, será prevento, nos termos do parágrafo anterior, o Desembargador designado para lavrar o acórdão." (g.n.). Desse modo, observando-se as regras pertinentes à prevenção, remetam-se os autos ao setor competente para os devidos fins. Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 16 de março de 2011. Desembargador DANIEL NEGRY.

HABEAS CORPUS – HC 6890 (10/0089008-0
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: PAULO ROBERTO DA SILVA E LORINEY DA SILVEIRA MORAES
PACIENTE: VILMAR MARTINS LEITE
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO DA SILVA E LORINEY DA SILVEIRA MORAES
IMPETRADA: JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL
DA COMARCA DE XAMBIOÁ- TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Trata-se de habeas corpus impetrado em favor do paciente Vilmar Martins Leite, denunciado por ter, em 28/06/2009, participado do crime de homicídio qualificado perpetrado contra a vítima Izabel Barbosa Pereira, ocorrido na cidade de Xambioá/TO. A liminar foi indeferida e o feito encontra-se em fase de análise meritória. Entretanto, na sessão realizada na data de ontem, 15/03/2011, a 1ª Câmara Criminal desta Corte julgou o Habeas Corpus nº 6845/10, impetrado em favor de Vilmar Martins Leite, também denunciado na mesma ação penal que originou o presente *mandamus*, na qual proferi voto no sentido de denegar a ordem por ausência de constrangimento ilegal, uma vez presentes os requisitos do art. 312 do CPP. O Exmo. Des. Luiz Gadotti proferiu voto divergente pela concessão da ordem, possibilitando ao paciente responder o processo em liberdade. Houve empate no julgamento e, nos termos do artigo 106 do Regimento Interno desta Corte, prevaleceu a decisão que mais favoreceu o réu, sendo, pois, vencedor para lavrar o respectivo o acórdão, o Des. Luiz Gadotti, consoante previsto na norma regimental do art. 114, § 1º: "vencido o relator, o prolator do primeiro voto vencedor redigirá o acórdão." Decorre desse resultado, que o Desembargador Luiz Gadotti será competente para continuar na relatoria deste feito, uma vez que seu voto vencedor provocou a prevenção de todos os incidentes e recursos relativos a mesma matéria analisada e julgada no habeas corpus nº 6784/10, nos moldes definidos pelo artigo 69, § 3º e § 4º, do nosso Regimento Interno, que expressamente estabelecem: "§ 3º. O conhecimento de mandado de segurança, habeas corpus, reclamação e recurso cível ou criminal previne a competência do Relator para todos os feitos posteriores, ainda que deduzido por outro sujeito da relação processual, desde que seja relativo a mesmo fato que ensejou a prevenção."§ 4º. Vencido o Relator, será prevento, nos termos do parágrafo anterior, o Desembargador designado para lavrar o acórdão." (g.n.).Desse modo, observando-se as regras pertinentes à prevenção, remetam-se os autos ao setor competente para os devidos fins. Publique-se. Cumpra-se.Palmas, 16 de março de 2011. *Desembargador DANIEL NEGRY."*

HABEAS CORPUS – HC 7026 (11/0090605-0
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTES: JADILSON SILVA FEITOSA E WESLEANY MENDES DA SILVA FEITOSA
PACIENTE: WAGNER MENDES DA SILVA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
DA COMARCA XAMBIOÁ- TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR (em substituição automática)
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Trata-se de habeas corpus impetrado em favor do paciente Wagner Mendes da Silva, denunciado por ter, em 28/06/2009, participado do crime de homicídio qualificado perpetrado contra a vítima Izabel Barbosa Pereira, ocorrido na cidade de Xambioá/TO. A liminar foi indeferida e o feito encontra-se em fase de análise meritória.Entretanto, na sessão realizada na data de ontem, 15/03/2011, a 1ª Câmara Criminal desta Corte julgou o Habeas Corpus nº 6845/10, impetrado em favor de Vilmar Martins Leite, também denunciado na mesma ação penal que originou o presente *mandamus*, na qual proferi voto no sentido de denegar a ordem por ausência de constrangimento ilegal, uma vez presentes os requisitos do art. 312 do CPP. O Exmo. Des. Luiz Gadotti proferiu voto divergente pela concessão da ordem, possibilitando ao paciente responder o processo em liberdade. Houve empate no julgamento e, nos termos do artigo 106 do Regimento Interno desta Corte, prevaleceu a decisão que mais favoreceu o réu, sendo, pois, vencedor para lavrar o respectivo o acórdão, o Des. Luiz Gadotti, consoante previsto na norma regimental do art. 114, § 1º: "vencido o relator, o prolator do primeiro voto vencedor redigirá o acórdão." Decorre desse resultado, que o Desembargador Luiz Gadotti será competente para continuar na relatoria deste feito, uma vez que seu voto vencedor provocou a prevenção de todos os incidentes e recursos relativos a mesma matéria analisada e julgada no habeas corpus nº 6784/10, nos moldes definidos pelo artigo 69, § 3º e § 4º, do nosso Regimento Interno, que expressamente estabelecem: "§ 3º. O conhecimento de mandado de segurança, habeas corpus, reclamação e recurso cível ou criminal previne a competência do Relator para todos os feitos posteriores, ainda que deduzido por outro sujeito da relação processual, desde que seja relativo a mesmo fato que ensejou a prevenção." § 4º. Vencido o Relator, será prevento, nos termos do parágrafo anterior, o Desembargador designado para lavrar o acórdão." (g.n.). Desse modo, observando-se as regras pertinentes à prevenção, remetam-se os autos ao setor competente para os devidos fins.Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 16 de março de 2011. *Desembargador DANIEL NEGRY."*

HABEAS CORPUS – HC 7175 (11/0091917-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: RENATO ALVES SOARES
PACIENTE: RONALDO ESPÍNDOLA SILVA
ADVOGADO: RENATO ALVES SOARES
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE XAMBIOÁ TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado por Renato Alves Soares, advogado constituído, em favor do paciente RONALDO ESPÍNDOLA SILVA, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Comarca de Xambioá/TO. O impetrante aduz que, o paciente encontra-se preso desde o dia 19/10/2010, em razão de prisão preventiva decretada pelo Juízo da Comarca de Xambioá/TO, por suposta participação no delito perpetrado contra a vítima Isabel Barbosa Pereira. Assevera ainda que, o paciente teve prisão preventiva decretada, exclusivamente, por uma suposta denúncia anônima, realizada através do Disque Denúncia, na qual se narra uma versão para o crime ocorrido em 28/07/2009, em desfavor da vítima acima citada, isso após mais de 01 ano de investigações sobre o referido crime e, tendo sido ouvidas no inquérito policial mais de 50 pessoas, sendo que, nenhuma delas noticiou a participação do paciente no delito. Sustenta que sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que preso desde o dia 19.10.2010 ainda não houve conclusão da instrução criminal. Assim aduzindo, requer a medida liminar, objetivando a concessão da liberdade provisória do paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura. O pedido foi inicial protocolizado junto ao juízo de 1ª instância, tendo então o Juiz declinado de sua competência para conhecimento da ordem, determinando sua remessa para esta Corte (fls. 10/11). Autos distribuídos a minha relatoria, por prevenção ao processo nº 10/0088593-0 (HC 6836/10). É o essencial a relatar, passo à decisão. A impetração é própria e preenche os requisitos de admissibilidade, razões pelas quais dela conheço. O impetrante alega que o paciente sofre constrangimento ilegal pelo excesso de prazo na conclusão da instrução criminal. Na análise de pedido de liminar, mesmo que em sede de *habeas corpus,* há que se constatar, para sua concessão, de plano e concomitantemente, os requisitos do *fumus boni juris*, bem como do *periculum in mora*. *In casu*, após análise apriorística e juízo de cognição sumária da exordial, próprios do estágio inicial em que se encontra o feito, não vislumbro a ocorrência dos requisitos indispensáveis à concessão da liminar pleiteada. No que se refere à prisão preventiva do paciente esta Corte já declarou sua legalidade, conforme restou definido no Habeas Corpus nº 6836/10, julgado na sessão realizada no dia 08 do presente mês, não cabendo aqui qualquer inserção neste aspecto. Já com relação ao alegado excesso de prazo para formação da culpa, em que pese a data do ergástulo, necessário enfatizar que os prazos para conclusão da instrução criminal não são rígidos e podem ser dilatados por diversas causas que o justifiquem. O processo em questão é bastante complexo, com vários acusados e testemunhas, o que, por certo, dificulta a normal tramitação do feito. Além do mais, o impetrante não acostou qualquer documento que pudesse noticiar em que fase se encontra a instrução probatória, sendo, pois, necessário aquilatar maiores detalhes sobre a real situação do feito para, só então, formar um juízo concreto sobre o constrangimento que o paciente ora alega estar sofrendo. Posto isto, por não vislumbrar os requisitos ensejadores da medida pleiteada, INDEFIRO o pedido de liminar. Oficie-se à autoridade dita coatora, solicitando informações, no prazo de 05 (cinco) dias, podendo ser prestadas inclusive via fax-símile, remetendo-lhe cópia da inicial. Após o prazo, com ou sem as informações, ouça-se o douto Órgão de Cúpula Ministerial. Autorizo o Senhor Secretário a subscrever o expediente. Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 18 de fevereiro de 2011. *Desembargador DANIEL NEGRY*- Relator."

HABEAS CORPUS – HC 6784 (10/0087838-1
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: IWACE ANTÔNIO SANTANA
PACIENTE: ROSELY FRANCISCO DA SILVA
DEFEN. PÚBL. : IWANCE ANTÔNIO SANTANA
IMPETRADA: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO
DA COMARCA DE XAMBIOÁ- TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA (em substituição automática)
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Trata-se de habeas corpus impetrado em favor do paciente Rosely Francisco da Silva, denunciado por ter, em 28/06/2009, participado do crime de homicídio qualificado perpetrado contra a vítima Izabel Barbosa Pereira, ocorrido na cidade de Xambioá/TO.A liminar foi indeferida e o feito encontra-se em fase de análise meritória.Entretanto, na sessão realizada na data de ontem, 15/03/2011, a 1ª Câmara Criminal desta Corte julgou o Habeas Corpus nº 6845/10, impetrado em favor de Vilmar Martins Leite, também denunciado na mesma ação penal que originou o presente *mandamus*, na qual proferi voto no sentido de denegar a ordem por ausência de constrangimento ilegal, uma vez presentes os requisitos do art. 312 do CPP.O Exmo. Des. Luiz Gadotti proferiu voto divergente pela concessão da ordem, possibilitando ao paciente responder o processo em liberdade. Houve empate no julgamento e, nos termos do artigo 106 do Regimento Interno desta Corte, prevaleceu a decisão que mais favoreceu o réu, sendo, pois, vencedor para lavrar o respectivo o acórdão, o Des. Luiz Gadotti, consoante previsto na norma regimental do art. 114, § 1º: "vencido o relator, o prolator do primeiro voto vencedor redigirá o acórdão."Decorre desse resultado, que o Desembargador Luiz Gadotti será competente para continuar na relatoria deste feito, uma vez que seu voto vencedor provocou a prevenção de todos os incidentes e recursos relativos a mesma matéria analisada e julgada no habeas corpus nº 6784/10, nos moldes definidos pelo artigo 69, § 3º e § 4º, do nosso Regimento Interno, que expressamente estabelecem: "§ 3º. O conhecimento de mandado de segurança, habeas corpus, reclamação e recurso cível ou criminal previne a competência do Relator para todos os feitos posteriores, ainda que deduzido por outro sujeito da relação processual, desde que seja relativo a mesmo fato que ensejou a prevenção."§ 4º. Vencido o Relator, será prevento, nos termos do parágrafo anterior, o Desembargador designado para lavrar o acórdão." (g.n.). Desse modo, observando-se as regras pertinentes à prevenção, remetam-se os autos ao setor competente para os devidos fins. Publique-se. Cumpra-se.Palmas, 16 de março de 2011. *Desembargador DANIEL NEGRY."*

HABEAS CORPUS – HC 7027 (11/0090606-9
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: JADILSON SILVA FEITOSA E WESLEANY MENDES DA SILVA FEITOSA
PACIENTE: SERGIO MENDES DA SILVA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
DA COMARCA XAMBIOÁ- TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR (em substituição automática)
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Trata-se de habeas corpus impetrado em favor do paciente Sergio Mendes da Silva, denunciado por ter, em 28/06/2009, participado do crime de homicídio qualificado perpetrado contra a vítima Izabel Barbosa Pereira, ocorrido na cidade de Xambioá/TO. A liminar foi indeferida e o feito encontra-se em fase de análise meritória. Entretanto, na sessão realizada na data de ontem, 15/03/2011, a 1ª Câmara Criminal desta Corte julgou o Habeas Corpus nº 6845/10, impetrado em favor de Vilmar Martins Leite, também denunciado na mesma ação penal que originou o presente *mandamus*, na qual proferi voto no sentido de denegar a ordem por ausência de constrangimento ilegal, uma vez presentes os requisitos do art. 312 do CPP. O Exmo. Des. Luiz Gadotti proferiu voto divergente pela concessão da ordem, possibilitando ao paciente responder o processo em liberdade. Houve empate no julgamento e, nos termos do artigo 106 do Regimento Interno desta Corte, prevaleceu a decisão que mais favoreceu o réu, sendo, pois, vencedor para lavrar o respectivo o acórdão, o Des. Luiz Gadotti, consoante previsto na norma regimental do art. 114, § 1º: "vencido o relator, o prolator do primeiro voto vencedor redigirá o acórdão." Decorre desse resultado, que o Desembargador Luiz Gadotti será competente para continuar na relatoria deste feito, uma vez que seu voto vencedor provocou a prevenção de todos os incidentes e recursos relativos a mesma matéria analisada e julgada no habeas corpus nº 6784/10, nos moldes definidos pelo artigo 69, § 3º e § 4º, do nosso Regimento Interno, que expressamente estabelecem: "§ 3º. O conhecimento de mandado de segurança, habeas corpus, reclamação e recurso cível ou criminal previne a competência do Relator para todos os feitos posteriores, ainda que deduzido por outro sujeito da relação processual, desde que seja relativo a mesmo fato que ensejou a prevenção." § 4º. Vencido o Relator, será prevento, nos termos do parágrafo anterior, o Desembargador designado para lavrar o acórdão." (g.n.). Desse modo, observando-se as regras pertinentes à prevenção, remetam-se os autos ao setor competente para os devidos fins. Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 16 de março de 2011. *Desembargador DANIEL NEGRY."*

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº2528 (10/0088973-1
ORIGEM: COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA
REFERENTE :(AÇÃO PENAL Nº 24063-8/07 DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO )
T. PENAL : ARTIGO 121, § 2º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL
RECORRENTE: DOMINGOS BARBOSA MACHADO
ADVOGADO.: AÉLITON DE AQUINO GOMES
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ EDUARDO SAMPAIO (Promotor de Justiça em substituição)
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Compulsando os autos, nota-se que o mesmo foi distribuído a minha relatoria por prevenção ao processo nº 10/0088930-8 – Habeas Corpus nº 6884/10 (fls. 187). Ocorre que no julgamento do referido *mandamus*, em sessão realizada no dia 08/02/2011, fui voto vencido, tendo prevalecido, por maioria, o voto divergente proferido pelo Exmo. Des. Luiz Gadotti que, conheceu, mas negando-lhe provimento, consoante se infere do histórico do processo, extraído do sistema de acompanhamento processual em anexo. Decorre desse resultado, que o Desembargador Luiz Gadotti será competente para continuar na relatoria deste feito, uma vez que seu voto vencedor provocou a prevenção de todos os incidentes e recursos a ele inerentes, nos moldes definidos pelo artigo 69, § 3º e § 4º, do nosso Regimento Interno, que expressamente estabelecem: "§ 3º. O conhecimento de mandado de segurança, habeas corpus, reclamação e recurso cível ou criminal previne a competência do Relator para todos os feitos posteriores, ainda que deduzido por outro sujeito da relação processual, desde que seja relativo a mesmo fato que ensejou a prevenção."§ 4º. Vencido o Relator, será prevento, nos termos do parágrafo anterior, o Desembargador designado para lavrar o acórdão." (g.n.).Desse modo, observando-se as regras pertinentes à prevenção, ao setor competente para os devidos fins.Publique-se. Cumpra-se.Palmas, 16 de março de 2010. *Desembargador DANIEL NEGRY*."

HABEAS CORPUS N.º 7336/11 (11/0092825-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: EDWOR HENRIQUE GOMES
PACIENTE:EDWOR HENRIQUE GOMES
ADVOGADO: HILTON PEIXOTO TEIXEIRA FILHO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE DIRETO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "É consabido que em sede de *habeas corpus* a concessão liminar da ordem pode significar o exaurimento da prestação jurisdicional, pela própria natureza da decisão, de sorte que a denegação do mérito implicaria em novas providências para o ergastulamento dos pacientes indevidamente liberados, cujo sucesso dessa diligência seria uma incógnita. Daí porque antes de conceder tal medida o julgador deve ser especialmente cauteloso.Ademais, a concessão de liminar em sede de *habeas corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada, de forma manifesta, a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.Na hipótese presente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano. À vista disso, deixo para deliberar sobre o pedido de soltura do réu por ocasião do julgamento final deste *writ*, quando então o Juiz indigitado coator já terá prestado suas informações, que somadas aos documentos carreados a estes autos, darão maior clareza e segurança a este Tribunal para decidir sobre os fatos alegados pelo impetrante.Diante do exposto e por cautela, DENEGO a liminar requestada.NOTIFIQUE-SE o Juiz-impetrado para que preste as informações, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme disposto no art. 149 do RITJTO. Em seguida, OUÇA-SE a Douta Procuradoria Geral da Justiça.P.R.I.C.Palmas-TO, 15 DE março de 2011. Desembargador MOURA FILHO-Relator."

HABEAS CORPUS Nº 7263 (11/0092368-0
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: JULIO CESAR CAVALCANTI ELHIMAS
PACIENTE: ROBERTO GOMES SILVA
DEF. PÚBL : JULIO CESAR CAVALCANTI ELIHIMAS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO E AUXILIAR DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO
RELATOR: Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "É sabido que liminar em *habeas corpus* decorre de construção pretoriana para remediar situações onde seja manifesta a ilegalidade e/ou abuso de poder. Nesse sentido, tem-se que tal medida somente deve servir para hostilizar a decisão vergastada quando ela se mostra teratológica, manifestamente ilegal ou abusiva.Por tal motivo, e diante da alegada inexistência de decisão do magistrado singular a respeito da ordem de prisão, reputo importante, antes de dizer o direito sobre o pedido de liminar, aguardar os informes da autoridade impetrada, os quais contribuirão para a formação do meu convencimento.Posto isso, postergo a decisão do pedido de liminar, para após as informações da autoridade nominada coatora.Requisite-se da autoridade impetrada, no prazo de 48 horas, portanto, as informações circunstanciadas sobre o caso, em especial sobre o conteúdo da decisão que decretou a prisão preventiva do réu, a qual deverá acompanhar as informações.Cumpra-se.Palmas – TO, 14 de março de 2011.Juiz EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER-Relator em substituição."

HABEAS CORPUS Nº 7264 (11/0092368-0
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: JULIO CESAR CAVALCANTI ELHIMAS
PACIENTE: EDIVALDO BEZERRA TIBURTINO DA SILVA
DEF. PÚBL : JULIO CESAR CAVALCANTI ELIHIMAS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE PALMAS-TO
RELATOR: Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório com pedido de liminar impetrado pela o Defensor Público JÚLIO CÉSAR CAVALCANTI ELIHIMAS em favor do paciente EDIVALDO BEZERRA TIBURTINO DA SILVA, no qual aponta como autoridade coatora o MM. Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Palmas – TO.Alega que o paciente deveria cumprir pena privativa de liberdade no regime prisional semi-aberto. Contudo, o mesmo estaria recolhido em regime prisional inadequado (fechado), pois segundo narra, o estabelecimento prisional tem por finalidade segregar apenados de alta periculosidade, que se encontram em regime fechado.Aduz que a comarca de Palmas não há vagas em estabelecimentos congênere que abrigue apenados no regime semi-aberto e nem no próprio Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã de Gurupí – TO. Em função disto, o paciente está sofrendo coação ilegal em virtude do cumprimento de seu regime de pena, ou seja, o mesmo está sendo obrigado a cumprir pena em regime diferente e mais gravoso do que lhe foi imposto em *decisum in juditio*.Com estes argumentos pugna para que seja concedida a ordem do *Habeas Corpus* liminarmente, para possa cumprir a pena em regime de albergue domiciliar, em razão das anomalias já expendidas (ausência de estrutura segura para cumprimento da pena em regime semi-aberto). É o necessário a relatar. Decido.De acordo com o relatado, busca o impetrante, no presente *writ,* a transformação da pena corporal imposta ao paciente, estabelecida em regime semi-aberto, para o regime domiciliar, sob a alegação de que está sofrendo constrangimento ilegal, em vista da aplicação de regime mais gravoso.Como é cediço a liminar em sede de *habeas corpus* não tem previsão legal, trata-se de construção pretoriana que tem como finalidade dar celeridade ao feito quando for evidente o constrangimento ilegal imposto ao indivíduo. É pois medida excepcional e esta condicionada a presença concorrente dos pressupostos necessários as cautelares. Neste caso, o impetrante limitou-se pedir a liminar sem, contudo, expressar articuladamente em que consistiria o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris,* além do que as alegações expendidas pelo impetrante não trazem elementos que demonstrem, de plano, a ilegalidade da decisão que ora se busca desconstituir. Desta forma, tendo em vista não restar demonstrada a presença concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora,* INDEFIRO a ordem requestada sob a forma liminar Notifique-se a autoridade acoimada de coatora para que preste seus informes. Após, à digna Procuradoria-Geral de Justiça para o respectivo parecer criminal.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Palmas-TO, 14 de março de 2011.JUIZ EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER –Relator.."

HABEAS CORPUS Nº 7275 (11/0092439-3
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: ELSON STECCA SANTANA
PACIENTE: PAULO SERGIO DOS SANTOS
DEF. PÚBL : ELSON ESTECCA SANTANA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE PALMAS-TO
RELATOR: Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório com pedido de liminar impetrado pela o Defensor Público ELSON STECCA SANTANA em favor do paciente PAULO SÉRGIO DOS SANTOS, no qual aponta como autoridade coatora o MM. Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Palmas – TO.Alega que o paciente deveria cumprir pena privativa de liberdade no regime prisional semi-aberto. Contudo, o mesmo estaria recolhido em regime prisional inadequado (fechado), pois segundo narra, o estabelecimento prisional tem por finalidade segregar apenados de alta periculosidade, que se encontram em regime fechado.Aduz que a comarca de Palmas não há vagas em estabelecimentos congênere que abrigue apenados no regime semi-aberto e nem no próprio Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã de Gurupí – TO. Em função disto, o paciente está sofrendo coação ilegal em virtude do cumprimento de seu regime de pena, ou seja, o mesmo está sendo obrigado a cumprir pena em regime diferente e mais gravoso do que lhe foi imposto em *decisum in juditio*.Com estes argumentos pugna para que seja concedida a ordem do *Habeas Corpus* liminarmente, para possa cumprir a pena em regime de albergue domiciliar, em razão das anomalias já expendidas (ausência de estrutura segura para cumprimento da pena em regime semi-aberto).É o necessário a relatar. Decido.De acordo com o relatado, busca o impetrante, no presente *writ,* a transformação da pena corporal imposta ao paciente, estabelecida em regime semi-aberto, para o regime domiciliar, sob a alegação de que está sofrendo constrangimento ilegal, em vista da aplicação de regime mais gravoso.Como é cediço a liminar em sede de *habeas corpus* não tem previsão legal, trata-se de construção pretoriana que tem como finalidade dar celeridade ao feito quando for evidente o constrangimento ilegal imposto ao indivíduo. É pois medida excepcional e esta condicionada a presença concorrente dos pressupostos necessários as cautelares. Neste caso, o impetrante limitou-se pedir a liminar sem, contudo, expressar articuladamente em que consistiria o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris,* além do que as alegações expendidas pelo impetrante não trazem elementos que demonstrem, de plano, a ilegalidade da decisão que ora se busca desconstituir. Desta forma, tendo em vista não restar demonstrada a presença concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora,* INDEFIRO a ordem requestada sob a forma liminar Notifique-se a autoridade acoimada de coatora para que preste seus informes. Após, à digna Procuradoria-Geral de Justiça para o respectivo parecer criminal.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Palmas-TO, 14 de março de 2011.JUIZ EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER –Relator."

HABEAS CORPUS Nº 7275 (11/0092439-3
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: ELSON STECCA SANTANA
PACIENTE: PAULO SERGIO DOS SANTOS
DEF. PÚBL : ELSON ESTECCA SANTANA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE PALMAS-TO
RELATOR: Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório com pedido de liminar impetrado pela o Defensor Público ELSON STECCA SANTANA em favor do paciente PAULO SÉRGIO DOS SANTOS, no qual aponta como autoridade coatora o MM. Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Palmas – TO.Alega que o paciente deveria cumprir pena privativa de liberdade no regime prisional semi-aberto. Contudo, o mesmo estaria recolhido em regime prisional inadequado (fechado), pois segundo narra, o

estabelecimento prisional tem por finalidade segregar apenados de alta periculosidade, que se encontram em regime fechado.Aduz que a comarca de Palmas não há vagas em estabelecimentos congênere que abrigue apenados no regime semi-aberto e nem no próprio Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã de Gurupí – TO. Em função disto, o paciente está sofrendo coação ilegal em virtude do cumprimento de seu regime de pena, ou seja, o mesmo está sendo obrigado a cumprir pena em regime diferente e mais gravoso do que lhe foi imposto em *decisum in juditio.*Com estes argumentos pugna para que seja concedida a ordem do *Habeas Corpus* liminarmente, para possa cumprir a pena em regime de albergue domiciliar, em razão das anomalias já expendidas (ausência de estrutura segura para cumprimento da pena em regime semi-aberto).É o necessário a relatar. Decido.De acordo com o relatado, busca o impetrante, no presente *writ,* a transformação da pena corporal imposta ao paciente, estabelecida em regime semi-aberto, para o regime domiciliar, sob a alegação de que está sofrendo constrangimento ilegal, em vista da aplicação de regime mais gravoso.Como é cediço a liminar em sede de *habeas corpus* não tem previsão legal, trata-se de construção pretoriana que tem como finalidade dar celeridade ao feito quando for evidente o constrangimento ilegal imposto ao indivíduo. É pois medida excepcional e esta condicionada a presença concorrente dos pressupostos necessários as cautelares. Neste caso, o impetrante limitou-se pedir a liminar sem, contudo, expressar articuladamente em que consistiria o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris,* além do que as alegações expendidas pelo impetrante não trazem elementos que demonstrem, de plano, a ilegalidade da decisão que ora se busca desconstituir. Desta forma, tendo em vista não restar demonstrada a presença concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora,* INDEFIRO a ordem requestada sob a forma liminar Notifique-se a autoridade acoimada de coatora para que preste seus informes. Após, à digna Procuradoria-Geral de Justiça para o respectivo parecer criminal.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Palmas-TO, 14 de março de 2011.JUIZ EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER –Relator."

HABEAS CORPUS Nº 7286 (11/0092451-2
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: JULIO CESAR CAVALCANTI ELHIMAS
PACIENTE: DORVALINO DA SILVA
DEF. PÚBL : JULIO CESAR CAVALCANTI ELHIMAS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE PALMAS-TO
RELATOR: Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório com pedido de liminar impetrado pela o Defensor Público JÚLIO CÉSAR CAVALCANTI ELIHIMAS em favor do paciente DORVALINO DA SILVA, no qual aponta como autoridade coatora o MM. Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Palmas TO.Alega que o paciente deveria cumprir pena privativa de liberdade no regime prisional semi-aberto. Contudo, o mesmo estaria recolhido em regime prisional inadequado (fechado), pois segundo narra, o estabelecimento prisional tem por finalidade segregar apenados de alta periculosidade, que se encontram em regime fechado.Aduz que a comarca de Palmas não há vagas em estabelecimentos congênere que abrigue apenados no regime semi-aberto e nem no próprio Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã de Gurupí – TO. Em função disto, o paciente está sofrendo coação ilegal em virtude do cumprimento de seu regime de pena, ou seja, o mesmo está sendo obrigado a cumprir pena em regime diferente e mais gravoso do que lhe foi imposto em *decisum in juditio.*Com estes argumentos pugna para que seja concedida a ordem do *Habeas Corpus* liminarmente, para possa cumprir a pena em regime de albergue domiciliar, em razão das anomalias já expendidas (ausência de estrutura segura para cumprimento da pena em regime semi-aberto). É o necessário a relatar. Decido.De acordo com o relatado, busca o impetrante, no presente *writ,* a transformação da pena corporal imposta ao paciente, estabelecida em regime semi-aberto, para o regime domiciliar, sob a alegação de que está sofrendo constrangimento ilegal, em vista da aplicação de regime mais gravoso.Como é cediço a liminar em sede de *habeas corpus* não tem previsão legal, trata-se de construção pretoriana que tem como finalidade dar celeridade ao feito quando for evidente o constrangimento ilegal imposto ao indivíduo. É pois medida excepcional e esta condicionada a presença concorrente dos pressupostos necessários as cautelares. Neste caso, o impetrante limitou-se pedir a liminar sem, contudo, expressar articuladamente em que consistiria o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris,* além do que as alegações expendidas pelo impetrante não trazem elementos que demonstrem, de plano, a ilegalidade da decisão que ora se busca desconstituir. Desta forma, tendo em vista não restar demonstrada a presença concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora,* INDEFIRO a ordem requestada sob a forma liminar Notifique-se a autoridade acoimada de coatora para que preste seus informes. Após, à digna Procuradoria-Geral de Justiça para o respectivo parecer criminal.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Palmas-TO, 14 de março de 2011.JUIZ EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER -Relator."

HABEAS CORPUS Nº 7144 (11/0091816-4
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: FABRÍCIO BARROS AKITAYA
PACIENTE: EDILSON SOUZA GOMES
DEF. PÚBL : FABRICIO BARROS AKITAYA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO
RELATOR: Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Conforme relatado o paciente impetrou por intermédio do DD. Defensor Público o presente *habeas corpus,* com pedido de liminar, visando responder em liberdade ao processo no qual responde pela prática do crime tipificado no artigo 155, § 4º do Código Penal. A liminar foi indeferida às fls. 39/40.Extrai-se das fls. 43, conforme informações prestadas pela autoridade impetrada que, com a prolação da sentença, o paciente foi solto, tendo sido a ele concedido o direito de recorrer em liberdade contra a condenação a ele imposta, a qual resultou na pena de prestação de serviços à comunidade.Posto isso, acolho o parecer do Órgão Ministerial de Cúpula e JULGO PREJUDICADO o presente *habeas corpus,* nos termos do artigo 659 do Código de Processo Penal.P.R.I.C.Palmas – TO, 14 de março de 2011.JUIZ EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER-Relator em substituição."

HABEAS CORPUS – HC 7347 (11/0092900-0
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: CAROLINA SILVA UNGARELLI
PACIENTE: ANTÔNIO RODRIGUES DOS SANTOS
DEF.ª PÚBLª.: CAROLINA SILVA UNGARELLI
IMPETRADA: JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
DA COMARCA DE MIRACEMA DO TOCANTINS- TO
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Trata-se de Habeas Corpus, impetrado por Carolina Silva Ungarelli, Defensora Pública, em favor de Antônio Rodrigues dos Santos, em razão da negativa de concessão da liberdade provisória proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Miracema.Alega que o paciente se encontra preso em flagrante desde o dia 09/02/2011 pela suposta prática de tentativa de homicídio, sem existirem fatos concretos que determinem, cautelarmente, a necessidade de seu afastamento do convívio social, principalmente em razão do paciente ser primário, com residência fixa, contar com bons antecedentes, possuir ocupação lícita, demonstrando, desse modo, que não terá interesse em causar dificuldades à justiça ou mesmo obstruir possível aplicação da lei penal.Requer, pois, a concessão da ordem liminarmente para que o paciente possa responder o processo em liberdade.Juntou a documentação de fls. 14/22.É o essencial a relatar. Decido.A impetração é própria e preenche os requisitos de admissibilidade, razões pelas quais dela conheço.Em que pesem as ilações da impetrante não vislumbro, no momento, de forma clara e inconteste os pressupostos para a concessão da liminar almejada.A liminar em sede de Habeas Corpus, deve ser concedida quando cabalmente demonstrados o *fumus boni iuris* (elementos da impetração que indiquem a existência da ilegalidade) e o *periculum in mora* (a probabilidade de dano irreparável ante a coação ilegal).In casu, na decisão combatida, que indeferiu o pedido de liberdade provisória ao ora paciente, não se vislumbra qualquer ilegalidade, e embora não tenha feito uma incursão minuciosa sobre cada um dos pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal, mostra-se suficiente, pelo menos até esta fase, a afastar qualquer dano de difícil reparação e, conseqüentemente, a presença do *periculum in mora* que pudesse ensejar a concessão da liberdade almejada.Assim, impossível a concessão da ordem, *in limine*, se não se fazem presentes os dois requisitos no momento processual exigidos.Desse modo, denego a liminar pleiteada.Oficie-se à autoridade dita coatora, solicitando informações, no prazo de 10 dias, inclusive quanto ao estágio do processo (interrogatório, inquirições, etc.) e demais circunstâncias que entender necessárias. Após o prazo, com ou sem as informações, ouça-se o douto Órgão de Cúpula Ministerial.Autorizo o Sr. Secretário da Câmara a assinar o expediente.P.R.I.Cumpra-se.Palmas/TO, 14 de março de 2011. Desembargador *DANIEL NEGRY*- Relator."

HABEAS CORPUS N.º 7141/11 (10/0091724-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
PACIENTE: CLEIDIR DA SILVA MENDONÇA
DEF. PÚBL. : FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
RELATOR : Desembargador MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO - Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, do despacho a seguir transcrito: "Tendo em vista a certidão de fl. 54 atestando que os autos em que figura o paciente foram remetidos à Vara Especializada no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher de Araguaína-TO, NOTIFIQUE-SE, pois, o (a) MM(a). Juiz (a) de Direito da aludida Vara Especializada para que, no prazo legal, presta informações. Após, OUÇA-SE a Douta Procuradoria Geral de Justiça. P.R.I. Palmas-TO, 11 de março de 2011."

## Intimação de Acórdão

HABEAS CORPUS Nº 6982 (10/0090389-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
T. PENAL: ART. 33, caput, da Lei 11.343/2006.
IMPETRANTE: MARLEIDE DE SOUSA SOARES BARBOSA
PACIENTE: MARLEIDE DE SOUSA SOARES BARBOSA
ADVOGADO(A)S: ROMEU ELI VIEIRA CAVALCANTE E OUTRA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS – TO
SECRETARIA: 1ª CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: Des. MARCO VILLAS BOAS
E M E N T A: HABEAS CORPUS. AÇÃO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. RECLUSÃO. REGIME INICIAL FECHADO. PROGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA POR RESTRITIVA DE DIREITO. VEDAÇÃO LEGAL. ART. 44 DA LEI Nº 11343/2006. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. Os condenados por crimes hediondos e equiparados deverão cumprir a pena privativa de liberdade aplicada na sentença condenatória no regime inicial fechado. No entanto, poderá progredir para um regime menos rigoroso, a ser concedido pelo juiz, desde que haja cumprido ao menos 2/5 (dois quintos) da pena no regime anterior (art. 2º, § 2º, da Lei dos Crimes Hediondos) e tenha bom comportamento carcerário, devidamente certificado pelo diretor do estabelecimento prisional (art. 112, parte final, da Lei de Execução Penal). Enquanto os artigos 33, § 4º, e 44, caput, da Lei nº 11.343/06 não forem declarados inconstitucionais, é expressamente proibida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos a condenado por tráfico ilícito de entorpecentes, pois a declaração de inconstitucionalidade, de forma incidental, pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, em sede de Habeas Corpus (HC nº 97256), não tem efeito vinculante.
A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 6982/10, no qual figuram como Impetrante-Paciente Marleide de Sousa Soares Barbosa e como Impetrado o Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Paraíso do Tocantins –

TO. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador LUIZ GADOTTI, a 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, conheceu do presente writ e denegou a ordem pleiteada, nos termos do voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte. Ausência justificadas dos Exmos. Srs. Desembargadores MOURA FILHO e DANIEL NEGRY. Votaram, com o Relator, o Exmo. Sr. Desembargador LUIZ GADOTTI – Vogal e o Exmo. Sr. Juiz EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER – Vogal. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCOS LUCIANO BIGNOTTI– Promotor de Justiça. Palmas –TO, 1º março de 2011.

# 2ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIO: PELÁGIO NOBRE CAETANO COSTA

## Pauta

PAUTA ORDINÁRIA Nº 9/2011

Serão julgados pela 2ª CÂMARA CRIMINAL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins na 9ª SESSÃO ORDINÁRIA JUDICIAL, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março (3) de 2011, terça-feira, ou nas sessões posteriores, a partir das 14:00 horas, os seguintes processos:

1)=HABEAS CORPUS Nº 7123(11/0091549-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ARTS. 129, §9º E 147, AMBOS DO CPB C/C A LEI Nº 11.340/06
IMPETRANTE: FRANCISCO CLAUDIVAN SILVA SANTOS
PACIENTE: FRANCISCO CLAUDIVAN SILVA SANTOS
DEFENSORA PUBLICA: IWASSE ANTÔNIO SANTANA
IMPETRADO: JUÍZA DA VARA CRIMINAL DE ARAGUATINS-TO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGELICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

| 2ª CÂMARA CRIMINAL | 7123(11/0091549-1) |
|---|---|
| Desembargador Bernardino Luz | Relator |
| Desembargador Amado Cilton | Vogal |
| Juíza Adelina Gurak | Vogal |
| Juíza Célia Regina | Vogal |
| Juiz Helvécio Maia | Vogal |

2)=HABEAS CORPUS Nº 7205(11/0092133-5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ARTS. 14, DA LEI Nº 10.826/03 E 19, DA LEI Nº 3.688/41
IMPETRANTE: SÉRGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS
PACIENTE: GERMAR HOLANDA SILVA
ADVOGADO: SÉRGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS
IMPETRADO: JUÍZA DE DIREITO DA V. CRIMINAL DE COLINAS DO TOCANTINS-TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

| 2ª CÂMARA CRIMINAL | 7205(11/0092133-5) |
|---|---|
| Desembargador Bernardino Luz | Relator |
| Desembargador Amado Cilton | Vogal |
| Juíza Adelina Gurak | Vogal |
| Juíza Célia Regina | Vogal |
| Juiz Helvécio Maia | Vogal |

3)=HABEAS CORPUS - HC-7161/11 (11/0091877-6)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ART. 155 § 4º, INCS. I E IV DO CPB (FLS. 74)
IMPETRANTES: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS E OUTRO
PACIENTE: DOUGLAS GONÇALVES DO NASCIMENTO
DEFENSORES PÚBLICOS: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS E OUTRO
IMPETRADO: JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

| 2ª CÂMARA CRIMINAL | HC-7161(11/0091877-6) |
|---|---|
| Desembargador Bernardino Luz | Relator |
| Desembargador Amado Cilton | Vogal |
| Juíza Adelina Maria Gurak | Vogal |
| Juíza Célia Regina Régis | Vogal |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | Vogal |

4)=HABEAS CORPUS - HC-7074/11 (11/0091053-8)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ART. 157 § 2º, INCS. I E II, E ART. 157, 2º, I, C/C ART. 71 DO CPB (FLS. 60)
IMPETRANTE: CLÓVIS JOSÉ DOS SANTOS
PACIENTE: EPAMINONDAS PEREIRA DE BRITO
ADVOGADO: CLÓVIS JOSÉ DOS SANTOS
IMPETRADO: JUÍZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

| 2ª CÂMARA CRIMINAL | HC-7074(11/0091053-8) |
|---|---|
| Desembargador Bernardino Luz | Relator |
| Desembargador Amado Cilton | Vogal |
| Juíza Adelina Maria Gurak | Vogal |
| Juíza Célia Regina Régis | Vogal |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | Vogal |

5)=HABEAS CORPUS - HC-6909/10 (10/0089339-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ART. 155, CAPUT, DO CPB (FLS. 48)
IMPETRANTE: JOSÉ ALVES MACIEL
PACIENTE: SANDY PATRICIO PEREIRA COSTA
DEFEN. PÚBL.: JOSÉ ALVES MACIEL
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GURUPÍ - TO
RELATORA: JUÍZA ADELINA GURAK.

| 2ª CÂMARA CRIMINAL | HC-6909(10/0089339-9) |
|---|---|
| Juíza Adelina Maria Gurak | Relatora |
| Desembargador Amado Cilton | Vogal |
| Juíza Célia Regina Régis Ribeiro | Vogal |
| Juiz Helvécio de Brito Maia Neto | Vogal |
| Desembargador Bernardino Luz | Presidente |

6)HABEAS CORPUS - HC-6706/10 (10/0086944-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ART. 33, CAPUT DA LEI 11.343/06 (FLS. 172)
IMPETRANTES PAULO ROBERTO DA SILVA E OUTRO
PACIENTE: KEYTTLOHELSON LIMA CAMPOS
ADVOGADOS PAULO ROBERTO DA SILVA E OUTRO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATORA: JUÍZA ADELINA GURAK

| 2ª CÂMARA CRIMINAL | HC-6706(10/0086944-7) |
|---|---|
| Juíza Adelina Maria Gurak | Relatora |
| Desembargador Amado Cilton | Vogal |
| Juíza Célia Regina Régis | Vogal |
| Juiz Helvécio Maia | Vogal |
| Desembargador Bernardino Luz | Vogal |

7)=HABEAS CORPUS – HC 7061 (11/0090918-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ART. 33 DA LEI 11.343/06 (FLS. 67)
IMPETRANTE: FABIANA RAZERA GONÇALVES
PACIENTE: FERNANDO NETO PEREIRA PINTO
DEF. PÚBLICO: FABIANA RAZERA GONÇALVES
IMPETRADA: JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS – TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CÉSAR AUGUSTO MARGARIDO ZARATIN (PROCURADOR EM SUBSTITUIÇÃO)
RELATOR: JUIZ HELVÉCIO MAIA

| 2ª CÂMARA CRIMINAL | HC 7061(11/0090918-1) |
|---|---|
| Juiz Helvécio Maia | Relator |
| Desembargador Amado Cilton | Vogal |
| Juíza Adelina Gurak | Vogal |
| Juíza Célia Regina Régis | Vogal |
| Desembargador Bernardino Luz | Presidente |

8)=HABEAS CORPUS Nº. 7048 (11/0090795-2)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ART. 121 DO CPB (FLS 34)
IMPETRANTE: JOSÉ ALVES MACIEL
PACIENTE: EDSON RODRIGUES PINTO
DEFEN. PÚBL.: JOSÉ ALVES MACIEL
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO PLANTONISTA DE PEIXE – TO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGELICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: JUIZ HELVÉCIO MAIA

| 2ª CÂMARA CRIMINAL | 7048 (11/0090795-2) |
|---|---|
| Juiz Helvécio Maia | Relator |
| Desembargador Amado Cilton | Vogal |
| Juíza Adelina Gurak | Vogal |
| Juíza Célia Regina Régis | Vogal |
| Desembargador Bernardino Luz | Presidente |

9)=HABEAS CORPUS nº. 7068 (11/0090963-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ART. 33, CAPUT E 35 CAPUT, AMBOS DA LEI Nº 11.343/06, OBSERVADOS OS RIGORES DA LEI Nº 8072/90
IMPETRANTE: FERNANDO FRAGOSO DE NORONHA PEREIRA
PACIENTE: JOÃO ALENCAR COELHO
ADVOGADO: FERNANDO FRAGOSO DE NORONHA PEREIRA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE WANDERLÂNDIA – TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: JUIZ HELVÉCIO MAIA

| 2ª CÂMARA CRIMINAL | 7068 (11/0090963-7) |
|---|---|
| Juiz Helvécio Maia | Relator |
| Desembargador Amado Cilton | Vogal |
| Juíza Adelina Gurak | Vogal |
| Juíza Célia Regina Régis | Vogal |
| Desembargador Bernardino Luz | Presidente |

10)=RECLAMAÇÃO - RCL-1645/11 (11/0091272-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA Nº 8121-0/11 DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE TOCANTÍNIA-TO)
RECLAMANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROMOTOR DE JUSTIÇA: JOÃO EDSON DE SOUZA

RECLAMADO: JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO AUTOMÁTICA DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TOCANTÍNIA-TO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES.
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

2ª CÂMARA CRIMINAL RCL-1645(11/0091272-7)

| | |
|---|---|
| Desembargador Amado Cilton | Relator |
| Juíza Adelina Maria Gurak | Vogal |
| Juíza Célia Regina Régis | Vogal |
| Juiz Helvécio Maia | Vogal |
| Desembargador Bernardino Luz | Presidente |

## Intimação às Partes

HABEAS CORPUS Nº 7300(11/0092464-4)
TIPO PENAL : 121 § 2º INICISO 4º C/C 29 DO CPB. (FLS. 33)
IMPETRANTE : DANILO FRASSETO MICHELINI
PACIENTE : ROSIVÂNIA MARIA DA SILVA
DEF. PÚBLICO : DANILO FRASSETO MICHELINI
IMPETRADO : JUÍZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE PALMAS-TO
RELATOR : JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Convocado Dr HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO – Relator em Substituição ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados,da decisão a seguir transcrita:DECISÃO:HABEAS CORPUS Nº.7300 (11/0092464-4)Cuida-se de habeas corpus,com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins, objetivando a transferência do paciente ROSIVÂNIA MARIA DA SILVA, recolhida atualmente na Unidade Prisional Feminina de Palmas, para cumprimento de pena em regime domiciliar "por estar demonstrada a ilegalidade da prisão em regime mais gravoso (fechado) face à ausência de vagas no Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã bem como inexistência de Casa do Albergado..." (fls. 12) Fundamenta o *fumus boni iuris* e *o periculum* in mora no direito da paciente ao regime semi-aberto desde 02 de agosto de 2010 sem que, contudo, tal direito esteja sendo observado pelo Estado. É a síntese do necessário. Decido. Verifico, de plano, que o pedido de transferência da paciente para cumprimento de pena em regime domiciliar não foi objeto de exame pelo Juízo da vara das execuções penais e, portanto, o pleito não merece sequer ser conhecido, pela evidente ausência de ato coator impugnado. A pretensão do impetrante sem a devida apreciação da matéria pelo juízo monocrático ensejaria uma indevida supressão de instância, pelo que, com a devida vênia, imperioso se mostra o indeferimento liminar do presente HC. Nesse sentido, pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. REGIME SEMIABERTO. INEXISTÊNCIA DE VAGA NO ESTABELECIMENTO ADEQUADO. QUESTÃO NÃO-ANALISADA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM NÃO-CONHECIDA. 1. Não havendo manifestação do Juízo da Execução acerca da inexistência de estabelecimento prisional adequado para início de cumprimento da reprimenda no regime semiaberto e da possibilidade de seu cumprimento em prisão domiciliar, não pode o Superior Tribunal de Justiça analisar o tema, sob pena de indevida supressão de instância. Precedente do STJ. 2. Ordem não conhecida". (STJ - HABEAS CORPUS Nº. 116.979 - SP (2008/0215962-8) - RELATOR: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA – Data do julgamento: 16 de abril de 2009). Ex positis, INDEFIRO LIMINARMENTE o presente habeas corpus por se mostrar flagrantemente incabível. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas-TO,11de março de 2011. Juiz Helvécio de Brito Maia Neto. Relator – em substituição".

HABEAS CORPUS 7282 (11/0092445-8)
TIPO PENAL : ART. 157, § 2º inciso I e II, c/c art. 14, II, todos do CPB. (Fls. 07).
IMPETRANTE : DANILO FRASSETO MICHELINI
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE PALMAS-TO
PACIENTE : ANTÔNIO MARCOS BARBOSA DE SOUSA
DEFEN. PÚBL. : DANILO FRASSETO MICHELINI
RELATOR : Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO (em substituição)

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Convocado Dr HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO - Relator (em Substituição), ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados,da decisão a seguir transcrita:DECISÃO: HABEAS CORPUS Nº. 7282 (11/0092445-8) DECISÃO: Trata-se de HABEAS CORPUS, com pedido de liminar, impetrado pelo Defensor Público, Dr. DANILO FRASSETO MICHELINI, em favor de ANTÔNIO MARCOS BARBOSA DE SOUSA, apontando como autoridade coatora o JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE PALMAS/TO. Consta nos autos que o paciente foi condenado a várias penas que perfazem o montante de 32 anos, 11 meses e 26 dias de reclusão, no regime fechado, encontrando-se recolhido desde o dia 27 de fevereiro de 2002 (fls. 31/32). Ocorre que no dia 09 de dezembro de 2010, houve a progressão do regime prisional do paciente para o semi-aberto, porém, este continua recolhido na Casa de Prisão Provisória de Palmas/TO, em razão da ausência de vagas em estabelecimento adequado.Por tais razões, defende o impetrante que, por deficiência estatal, o paciente está sendo forçado a cumprir a pena em um regime prisional mais gravoso, razão pela qual pleiteia a concessão da ordem de Habeas Corpus para que possa cumprir a pena em prisão domiciliar, por ausência de estabelecimento penal adequado na cidade de Palmas e por não existir vaga no Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã de Gurupi/TO, determinando-se a expedição de Alvará de Soltura até a audiência admonitória. Acostados a inicial vieram os documentos de fls. 23/32. É o que basta relatar. Decido. Pretende o impetrante seja concedido ao paciente o direito à prisão domiciliar ou a implementação do cumprimento da pena em regime aberto. Em exame preliminar, verifica-se que o feito não se encontra devidamente instruído, pois não existe nos autos comprovação de que o pedido ora formulado foi levado a conhecimento do magistrado singular, não existindo cópia de qualquer decisão proferida neste sentido. O impetrante juntou apenas alguns documentos comprovando a superlotação do Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã de Gurupi/TO (fls. 24/27), a Guia de Recolhimento Definitiva do Paciente (fls. 28/29) e a decisão que concedeu a progressão de regime prisional ao paciente (fls. 31/32). Da mesma forma, não havendo manifestação do Juízo da Execução acerca da inexistência de estabelecimento prisional adequado para o cumprimento da reprimenda no regime semi-aberto e da possibilidade de seu cumprimento em prisão domiciliar, não pode este Tribunal de Justiça analisar o tema, sob pena de indevida supressão de instância. Nesse sentido, pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. REGIME SEMIABERTO. INEXISTÊNCIA DE VAGA NO ESTABELECIMENTO ADEQUADO. QUESTÃO NÃO-ANALISADA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNIA. ORDEM NÃO-CONHECIDA. 1. Não havendo manifestação do Juízo da Execução acerca da inexistência de estabelecimento prisional adequado para início de cumprimento da reprimenda no regime semiaberto e da possibilidade de seu cumprimento em prisão domiciliar, não pode o Superior Tribunal de Justiça analisar o tema, sob pena de indevida supressão de instância. Precedente do STJ. 2. Ordem não conhecida". (STJ - HABEAS CORPUS Nº. 116.979 - SP (2008/0215962-8) - RELATOR: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA – Data do julgamento: 16 de abril de 2009). Diante das razões expostas, nos termos do artigo 157 do Regimento Interno deste Tribunal, INDEFIRO liminarmente o presente HABEAS CORPUS. Publique-se e intime-se. Palmas/TO, 11 de março de 2011. Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO em substituição".

HABEAS CORPUS Nº7318/11 (11/0092778-3)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ARTS. 213 C/C 224, "B", TODOS DO CP.
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS.
PACIENTE: JÚLIO CÉSAR MORAES LAUNE.
DEF.PÚBLICO: JOSÉ ALVES MACIEL.
IMPETRADA: JUÍZA DE DIREITO DA VARA DE EXEC. CRIMINAIS DE GURUPI-TO.
RELATOR: DES. BERNARDINO LIMA LUZ.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador BERNARDINO LUZ- Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, através da Defensora Pública acima nominada, impetrou o presente Habeas Corpus, com pedido de liminar, a favor do paciente JÚLIO CÉSAR MORAES LAUNE, apontando como autoridade coatora a MMA. JUÍZA DE DIREITO DA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE GURUPI-TO, alegando, em síntese, na sua exordial de fls.02/15, que: 1) o paciente encontra-se preso, em regime fechado, na Colônia Agrícola em que vem cumprindo sua pena, mesmo tendo sido fixado o cumprimento da pena no semi-aberto; 2) "todos os reeducandos em regime semi-aberto que não estão trabalhando vem cumprindo sua pena no regime fechado, ficando a maior parte do dia reclusos em suas celas, com saída ao pátio apenas para banho de sol, três vezes por semana, duas horas por dia" (fl.04); 3) "o MM Juiz(a) a quo está agindo em omissão, vez que não vem fiscalizando a contento a maneira como está sendo cumprida a pena do Paciente, o que lhe causa constrangimento ilegal em desrespeito aos seus direitos prescritos na Lei de Execuções Penais, pois cumpre sua pena pragmaticamente em regime mais gravoso ao que deveria retirando-lhe o direito de ressocializar-se" (fl.05); 4) dos 139(cento e trinta e nove) reeducandos, que deveriam estar em regime semi-liberdade, podendo trabalhar e/ou estudar, recolhendo-se no alojamento coletivo para descanso, apenas 18(dezoito) estão prestando serviços na chácara da unidade penal, ou seja, 121(cento e vinte e um), a exemplo do paciente, estão cumprindo pena em regime prisional inadequado; e, 5) "portanto, a manutenção do Paciente em regime mais rigoroso, segundo as regras do regime fechado, É UMA AFRONTA A SUA LIBERDADE INDIVIDUAL AO DIREITO DE IR E VIR, enfim, à sua dignidade, sanável pelo remédio heróico." (fl.12) Diante do alegado constrangimento, pelo qual vem passando o paciente, após a citação de dispositivos legais, constitucionais e jurisprudenciais, o impetrante requereu a concessão liminar da ordem, a fim de que este possa ser progredido para o regime aberto e, no mérito, pediu a sua confirmação definitiva. A inicial veio instruída com os documentos de fls.16/42. EIS, em breve resumo, O RELATÓRIO. DECIDO: Devo ressaltar, inicialmente, que para a concessão de liminar, nossa legislação exige, concomitantemente, a percepção de dois pressupostos, materializados no consagrado binômio "fumus boni iuris" e "periculum in mora". Nesta fase processual, a análise dos autos se restringe, portanto, na verificação da presença desses requisitos, de forma a deixar patenteada a urgência na obtenção da medida, a caracterizar a impossibilidade de se prolongar - até o breve julgamento pelo Colegiado - o estado de coação ilegal incidente sobre o jus libertatis do paciente. Por isso, a liminar em habeas corpus é um instituto que deve ser utilizado com cautela, posto que sua irreversibilidade, em alguns casos, pode trazer sérios prejuízos à ordem social e judicial e, conforme se tem reiteradamente decidido, em casos análogos, todo zelo adotado é recomendável. Desprovida de previsão legal específica, a liminar em sede de habeas corpus, admitida pela doutrina e jurisprudência pátrias, reclama, no mínimo, a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais sejam, o perigo da demora e a fumaça do bom direito, o que será analisado adiante. Há de se esclarecer, ainda, que, em sede de cognição sumária, o relator não pode conceder liminar que importe na antecipação do mérito do próprio habeas corpus, o que usurparia a função do Órgão Colegiado, salvo quando a não-concessão tornar ineficaz a decisão final a ser proferida pelo órgão competente. Na hipótese dos autos, a liminar pleiteada tem natureza satisfativa e se confunde com o próprio mérito da impetração, não podendo, desse modo, ser deferida, conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "CRIMINAL. HABEAS CORPUS. AGRAVO REGIMENTAL. LIMINAR INDEFERIDA. NATUREZA SATISFATIVA. EFEITO DEFINITIVO. DESCABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. 1. Sendo o pedido liminar, em habeas corpus, idêntico, em sua forma e matéria, à tutela jurisdicional de mérito, com produção, portanto, de efeito definitivo, não cabe recurso de agravo regimental contra a decisão indeferitória, devidamente fundamentada, sob pena de se usurpar a competência do órgão colegiado. 2. Precedentes do STJ. 3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 30.123/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 09/09/2003, DJ 06/10/2003, p. 299). E mais: "AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM HABEAS CORPUS. INCABIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Esta Corte Superior de Justiça, na esteira dos precedentes do Excelso Supremo Tribunal Federal, firmou já entendimento no sentido de que não cabe recurso contra decisão de Relator que, em habeas corpus, defere ou indefere, fundamentadamente, pedido de medida liminar. 2. É induvidosamente satisfativa a liminar que, no tempo da sua duração, produz efeitos definitivos, necessariamente decorrentes da desconstituição da eficácia do ato impugnado, implicando o seu acolhimento, nesse tanto, usurpação da competência do órgão coletivo, proibida ao Relator. 3. Agravo regimental não conhecido". (AgRg no HC 27258/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 10/06/2003, DJ 04/08/2003, p. 442). (Grifei). Cumpre anotar, por último, que o caso que se

examina não se compraz com qualquer das hipóteses excepcionais de que se trata, pois a alegação de que se valeu a impetrante para justificar a ilegalidade da coação imposta ao paciente recomenda que se remeta para o julgamento definitivo da ação perante a egrégia 2ª Câmara Criminal a análise mais percuciente das razões postas. Pelas razões acima expostas, DENEGO a liminar requestada. Solicitem-se informações à autoridade inquinada coatora, no prazo de 10(dez) dias, nos termos do artigo 149, "caput", do RITJ-TO. Em seguida, com ou sem estas, fulcrado no artigo 150 , do RITJ-TO, ouça-se a douta Procuradoria-Geral da Justiça para a gentileza de seu parecer. Após, voltem-me os autos conclusos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Palmas-TO, 10 de MARÇO de 2011. Desembargador Bernardino Luz - RELATOR.

HABEAS CORPUS Nº 7311 (11/0092771-6)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL: ART. 155, PARAGRAFO 4º, II C/C ART. 14, II AMB OS DO CP.
IMPETRANTE: FABRÍCIO SILVA BRITO
PACIENTE: UBIRATAN ARAÚJO DE SOUZA
DEFENSOR PÚBLICO: FABRÍCIO SILVA BRITO
IMPETRADO: JUÍZA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATORA: JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak- Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Trata-se de pedido de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor do paciente Ubiratan Araújo de Souza, via Defensor Público, regularmente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora a MMª. Juíza da Vara de Execuções Penais da Comarca de Gurupi-To. Informa que o paciente foi condenado a 7 anos, 6 meses e 5 dias de reclusão, pela prática do crime tipificado no art. 155, § 4º, II, c/c art. 14, II, ambos do CP, e que, por ter cumprido 1/6 da pena e apresentado bom comportamento carcerário, foi-lhe concedido a progressão do regime fechado para o semi-aberto, com data retroativa à 14/04/2010, encontrando-se, atualmente, recolhido no Centro de Ressocialização Social Luz do Amanhã, na cidade de Cariri-TO, cumprindo regime prisional mais gravoso do qual lhe é de direito, pois permanece em cela fechada, argumentando que a omissão do Magistrado "a quo" estaria causando constrangimento ilegal ao paciente, pois, nos termos do art. 66 da Lei de Execução Penal, seria dele a responsabilidade de fiscalizar os estabelecimentos penais, no que lhe assistiria o direito de cumprir pena em regime domiciliar. Alega que preenche os requisitos para concessão da medida cautelar, já que o fumus boni iuris encontra-se evidenciado na documentação que confirma a reclusão em local inadequado e o periculum in mora estaria demonstrado no direito que o paciente detém ao regime semi-aberto. Requer, em caráter liminar, a concessão da ordem para determinar a transferência do paciente Hubiratan Araújo de Souza ao cumprimento de regime domiciliar, e, no mérito, a confirmação da ordem em definitivo. Com a ordem recursal trouxe os documentos de fls. 20/36. Em síntese, é o relatório. DECIDO. O pedido de habeas corpus é cabível sempre que alguém se encontrar sofrendo, ou na iminência de sofrer constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir. Trata-se, pois, de garantia individual destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou, a simples ameaça de constrição à liberdade do indivíduo. Compete, porém, ao Juízo da Execução analisar e decidir a possibilidade ou não da progressão de regime, conforme dispõe o art. 66, III, b da Lei nº. 7.210/84, Lei de Execução Penal. Nesse contexto, observa-se que, não há nos presentes autos, documento que confirme que o impetrante requereu concessão de regime aberto domiciliar ao Juízo da Execução Penal, sequer juntou ao recurso decisão da ora autoridade coatora, que demonstre a configuração do alegado ato tido por ilegal que justifique a concessão da medida pleiteada, não cabendo a este Tribunal conhecer de tal matéria, sob pena de supressão de instância. A propósito da matéria, confira orientação do Superior Tribunal de Justiça: "HABEAS CORPUS. BENEFÍCIOS ATINENTES À PROGRESSÃO DE REGIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO NA VIA DO WRIT. REGIME SEMI-ABERTO. EVENTUAL AUSÊNCIA DE VAGA EM COLÔNIA AGRÍCOLA OU CONGÊNERE. PRISÃO DOMICILIAR. INVIABILIDADE. ORDEM DENEGADA. É vedado ao tribunal ad quem apreciar pedidos atinentes à progressão de regime ainda não analisados em primeiro grau, sob pena de supressão de instância, além de ser necessário o exame de requisitos de ordem subjetiva, o que não se admite na estreita via do remédio heróico". "Eventual inexistência de vaga em estabelecimento adequado para fins de cumprimento de sanção carcerária em regime semi-aberto não confere ao sentenciado direito líquido e certo ao recolhimento em residência particular". (TJMG; HC 1.0000.07.453656-6/000; Belo Horizonte; Primeira Câmara Criminal; Rel. Des. Eduardo Brum; Julg. 08/05/2007; DJMG 15/05/2007)". "HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FURTO QUALIFICADO. PROGRESSÃO DE REGIME. QUESTÃO NÃO DEBATIDA NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 1. A questão concernente à progressividade de regime não foi argüida perante o Juízo da Vara de Execuções Penais, tampouco foi examinada pelo Tribunal a quo, pelo que não pode ser objeto de apreciação neste Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância. 2. Habeas Corpus não conhecido. (HC nº 37918 – Processo nº 200401217112/SP – DJ de 01/08/2005, p. : 484 – Relatora: Min. Laurita Vaz)". "EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. REGIME SEMIABERTO. INEXISTÊNCIA DE VAGA NO ESTABELECIMENTO ADEQUADO. QUESTÃO NÃO-ANALISADA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM NÃO-CONHECIDA. 1. Não havendo manifestação do Juízo da Execução acerca da inexistência de estabelecimento prisional adequado para início de cumprimento da reprimenda no regime semiaberto e da possibilidade de seu cumprimento em prisão domiciliar, não pode o Superior Tribunal de Justiça analisar o tema, sob pena de indevida supressão de instância. Precedente do STJ. 2. Ordem não conhecida. (HC 116979 / SP – Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA - 16/04/2009)". Diante do exposto, nego seguimento ao presente recurso de habeas corpus. Publique-se. Palmas – TO, 15 de março de 2011. Juíza ADELINA GURAK – RELATORA.

HABEAS CORPUS Nº 7230 (11/0092331-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL: 214, C/C 224, ALÍNE "A" E ART. 71, TODOS DO CP
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE: CLEBERSON DIAS DE SOUSA
DEF. PÚBLICO: LETÍCIA C. AMORIM S. DOS SANTOS
IMPETRADO: JUÍZA DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATORA: JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak- Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Trata-se de pedido de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor do paciente Cleberson Dias de Sousa, via Defensor Público, regularmente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora a MMª. Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Gurupi-To. Abstrai-se dos documentos apresentados e das alegações expendidas que, o paciente foi condenado à pena privativa de liberdade de 9 (nove) anos de reclusão em regime fechado, pelo delito tipificado nos artigos 214, c/c 224, alíne "a" e art. 71, todos do CP, e que, por ter cumprido 1/6 da pena e apresentado bom comportamento, teria sido beneficiado com a progressão de regime para o semi-aberto, encontrando-se, atualmente, recolhido no Centro de Ressocialização Social Luz do Amanhã, na cidade de Cariri-TO, cumprindo regime prisional mais gravoso do que lhe é de direito, pois permaneceria em cela fechado durante todo o dia. Que na cadeia pública de Araguacema, local em que o paciente cumpriu inicialmente a sua pena, este exercia atividades laborais, ao passo em que, o mencionado Centro de Ressocialização não possui condições de cumprir com a finalidade a qual foi criado, pois, estaria com lotação além de sua capacidade, caracterizando omissão do Magistrado "a quo" e ineficiência do Estado, pois cabe àquele zelar pelo cumprimento da lei e de suas decisões, e ao último, a construção e manutenção de Estabelecimentos Prisionais adequados. Pondera que diante da ilegalidade da situação prisional, preenche os requisitos para concessão da medida cautelar, já que o fumus boni iuris encontra-se evidenciado na documentação que confirma a reclusão em local inadequado e o periculum in mora está demonstrado no direito que o paciente detém ao regime semi-aberto desde o dia 11 de agosto de 2010. Requer, em caráter liminar, a concessão da ordem para determinar a transferência do paciente para o cumprimento do regime domiciliar e, no mérito, a confirmação da ordem em caráter definitivo. Com a inicial trouxe os documentos de fls. 15/38. Em síntese, é o relatório. DECIDO. O pedido de habeas corpus é cabível sempre que alguém se encontrar sofrendo, ou na iminência de sofrer constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir. Trata-se, pois, de garantia individual destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou, a simples ameaça de constrição à liberdade do indivíduo. Compete ao Juízo da Execução analisar e decidir a possibilidade ou não da progressão de regime, conforme dispõe o art. 66, III, b da Lei nº. 7.210/84. Nesse contexto, observa-se que o impetrante juntou decisão do Magistrado "a quo" que concedeu a progressão de regime ao paciente, porém, não há nos presentes autos, documento que evidencia pedido de concessão de regime aberto domiciliar ao Juízo da Execução Penal, tampouco manifestação deste que configure o alegado ato tido por ilegal que justifique a concessão da medida pleiteada, não cabendo a este Tribunal conhecer de tal matéria, sob pena de supressão de instância. A propósito da matéria, confira orientação do Superior Tribunal de Justiça: "HABEAS CORPUS. BENEFÍCIOS ATINENTES À PROGRESSÃO DE REGIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO NA VIA DO WRIT. REGIME SEMI-ABERTO. EVENTUAL AUSÊNCIA DE VAGA EM COLÔNIA AGRÍCOLA OU CONGÊNERE. PRISÃO DOMICILIAR. INVIABILIDADE. ORDEM DENEGADA. É vedado ao tribunal ad quem apreciar pedidos atinentes à progressão de regime ainda não analisados em primeiro grau, sob pena de supressão de instância, além de ser necessário o exame de requisitos de ordem subjetiva, o que não se admite na estreita via do remédio heróico". "Eventual inexistência de vaga em estabelecimento adequado para fins de cumprimento de sanção carcerária em regime semi-aberto não confere ao sentenciado direito líquido e certo ao recolhimento em residência particular". (TJMG; HC 1.0000.07.453656-6/000; Belo Horizonte; Primeira Câmara Criminal; Rel. Des. Eduardo Brum; Julg. 08/05/2007; DJMG 15/05/2007). "HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FURTO QUALIFICADO. PROGRESSÃO DE REGIME. QUESTÃO NÃO DEBATIDA NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 1. A questão concernente à progressividade de regime não foi argüida perante o Juízo da Vara de Execuções Penais, tampouco foi examinada pelo Tribunal a quo, pelo que não pode ser objeto de apreciação neste Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância. 2. Habeas Corpus não conhecido". (HC nº 37918 – Processo nº 200401217112/SP – DJ de 01/08/2005, p. : 484 – Relatora: Min. Laurita Vaz). "EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. REGIME SEMIABERTO. INEXISTÊNCIA DE VAGA NO ESTABELECIMENTO ADEQUADO. QUESTÃO NÃO-ANALISADA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM NÃO-CONHECIDA. 1. Não havendo manifestação do Juízo da Execução acerca da inexistência de estabelecimento prisional adequado para início de cumprimento da reprimenda no regime semi-aberto e da possibilidade de seu cumprimento em prisão domiciliar, não pode o Superior Tribunal de Justiça analisar o tema, sob pena de indevida supressão de instância. Precedente do STJ. 2. Ordem não conhecida". (HC 116979 / SP – Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA - 16/04/2009). Diante do exposto, nego seguimento ao presente recurso de habeas corpus. Publique-se. Palmas – TO, 15 de março de 2011. Juíza ADELINA GURAK – RELATORA."

HABEAS CORPUS Nº 7293 (11/0092457-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL: ART. 121, § 2º, INCISO II,IV, DO CP. C/C ART. 1º, I, PARTE FINAL DA LEI 8072/90
IMPETRANTE: JULIO CESAR CAVALCANTE ELIHIMAS
PACIENTE: GILBERTO RIBEIRO DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: JULIO CESAR CAVALCANTE ELIHIMAS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE PALMAS-TO
RELATORA: JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak- Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Trata-se de pedido de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor do paciente Gilberto Ribeiro da Silva, via Defensor Público, regularmente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Palmas-To. Abstrai-se, dos documentos apresentados. que o paciente foi condenado à pena privativa de liberdade em decorrência da prática delituosa do art. 121, § 2º, II e IV do CP c/c art. 1º, parte final, da Lei 8072/90, no quantitativo de 9 (nove) anos e 06 (seis) meses de reclusão, e que, por ter cumprido 1/6 da pena e apresentado bom comportamento, teria sido beneficiado com a progressão de

regime para o semi-aberto, alegando o impetrante que o paciente estaria cumprindo regime prisional mais gravoso do que lhe foi imposto em decisão judicial, pois o único estabelecimento do Estado para o cumprimento de regime semi-aberto encontra-se com sua capacidade além da permitida, configurando omissão do Magistrado "a quo" e ineficiência do Estado, pois caberia àquele zelar pelo cumprimento da lei e de suas decisões, e ao último, a construção e manutenção de Estabelecimentos Prisionais adequados. Aduz que a disposição do art. 117 da Lei de Execução Penal e a falta de estabelecimento adequado ao cumprimento da reprimenda em regime semi-aberto, não são fundamentos suficientes para denegação da ordem, e que, por restar evidenciado o constrangimento ilegal que vem sofrendo o paciente, restaria preenchido os requisitos para concessão da medida cautelar, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Requer, em caráter liminar, a concessão da ordem para determinar a transferência do paciente para o cumprimento do regime domiciliar, com a expedição do Alvará de Soltura em favor de Gilberto Ribeiro da Silva, e, no mérito, a confirmação da ordem em definitivo. Com a ordem recursal trouxe os documentos de fls. 23/35. Em síntese, é o relatório. DECIDO. O pedido de *habeas corpus* é cabível sempre que alguém se encontrar sofrendo, ou na iminência de sofrer constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir. Trata-se, pois, de garantia individual destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou, a simples ameaça de constrição à liberdade do indivíduo. Compete, porém, ao Juízo da Execução analisar e decidir a possibilidade ou não da progressão de regime, conforme dispõe o art. 66, III, b da Lei nº. 7.210/84, Lei de Execução Penal. Nesse contexto, observa-se que o impetrante juntou decisão do Magistrado "*a quo*" que concedeu a progressão de regime ao paciente com data retroativa à 03/03.2010, porém, não há nos presentes autos, documento que confirme que o impetrante requereu concessão de regime aberto domiciliar ao Juízo da Execução Penal, sequer há juntada de decisão da autoridade coatora que demonstre o alegado ato tido por ilegal que justifique a concessão da medida pleiteada, não cabendo a este Tribunal conhecer de tal matéria, sob pena de supressão de instância. A propósito da matéria, confira orientação do Superior Tribunal de Justiça: "HABEAS CORPUS. BENEFÍCIOS ATINENTES À PROGRESSÃO DE REGIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO NA VIA DO WRIT. REGIME SEMI-ABERTO. EVENTUAL AUSÊNCIA DE VAGA EM COLÔNIA AGRÍCOLA OU CONGÊNERE. PRISÃO DOMICILIAR. INVIABILIDADE. ORDEM DENEGADA. É vedado ao tribunal ad quem apreciar pedidos atinentes à progressão de regime ainda não analisados em primeiro grau, sob pena de supressão de instância, além de ser necessário o exame de requisitos de ordem subjetiva, o que não se admite na estreita via do remédio heróico". "Eventual inexistência de vaga em estabelecimento adequado para fins de cumprimento de sanção carcerária em regime semi-aberto não confere ao sentenciado direito líquido e certo ao recolhimento em residência particular". (TJMG; HC 1.0000.07.453656-6/000; Belo Horizonte; Primeira Câmara Criminal; Rel. Des. Eduardo Brum; Julg. 08/05/2007; DJMG 15/05/2007)". "HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FURTO QUALIFICADO. PROGRESSÃO DE REGIME. QUESTÃO NÃO DEBATIDA NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 1. A questão concernente à progressividade de regime não foi argüida perante o Juízo da Vara de Execuções Penais, tampouco foi examinada pelo Tribunal a quo, pelo que não pode ser objeto de apreciação neste Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância. 2. Habeas Corpus não conhecido. (HC nº 37918 – Processo nº 200401217112/SP – DJ de 01/08/2005, p.: 484 – Relatora: Min. Laurita Vaz)". "EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. REGIME SEMIABERTO. INEXISTÊNCIA DE VAGA NO ESTABELECIMENTO ADEQUADO. QUESTÃO NÃO-ANALISADA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM NÃO-CONHECIDA. 1. Não havendo manifestação do Juízo da Execução acerca da inexistência de estabelecimento prisional adequado para início de cumprimento da reprimenda no regime semiaberto e da possibilidade de seu cumprimento em prisão domiciliar, não pode o Superior Tribunal de Justiça analisar o tema, sob pena de indevida supressão de instância. Precedente do STJ. 2. Ordem não conhecida. (HC 116979 / SP – Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA - 16/04/2009)". Diante do exposto, e dos argumentos expendidos, nego seguimento ao presente recurso de *habeas corpus.* Publique-se. Palmas – TO, 15 de março de 2011. Juíza ADELINA GURAK - RELATORA.

HABEAS CORPUS Nº. 7269 (11/0092384-2)

| | | |
|---|---|---|
| T. PENAL | : | Art. 155, *caput, do CPB* |
| IMPETRANTE | : | JOÃO GUILHERME FURUKAWA RIBEIRO e outros |
| IMPETRADO | : | JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO |
| PACIENTE | : | WELDER DA COSTA FORTINI |
| ADVOGADO | : | MARCELO SOARES OLIVEIRA e outros |
| RELATOR | : | JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO (EM SUBSTITUIÇÃO) |

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Convocado Dr HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO - Relator em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de HABEAS CORPUS, com pedido de liminar, impetrado por JOÃO GUILHERME FURUKAWA RIBEIRO, VIVIAN MEGUMI FURUKAWA RIBEIRO, VIVIAN MEGUME FURUKAWA, JURANDIR JOSÉ ALMEIDA DA SILVA, LILIAN DANIELE RODRIGUES DE AZEVEDO, DARLENE COELHO LUZ, CÉLIO ANTÔNIO REGO DE SOUSA, ELIAS BARBOSA DE SOUSA JÚNIOR, SABRINA SILVA DE CARVALHO, KATIUSSE LOPES DE PAIVA, FERNANDA CERQUEIRA MARTINS, GERUSA SANTOS DE ALMEIDA e MARCELO SOARES OLIVEIRA, em favor de WELDER DA COSTA FORTINI, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS/TO. Consta nos autos que o paciente foi condenado a uma pena privativa de liberdade de 03 anos de reclusão e 90 dias-multa, pela prática do crime tipificado no artigo 155 do Código Penal (fls. 06/12). Os impetrantes alegam que o paciente vem sofrendo coação ilegal, pois o magistrado singular, no momento da condenação, elevou a pena duas vezes pelo mesmo fato, qual seja, a reincidência. Defendem também que, na valoração das circunstâncias judiciais, a personalidade do réu não pode ser considerada como desfavorável sem a avaliação de um psicólogo, mediante a realização de perícia judicial. Da mesma forma, se a conduta social do agente não foi investigada, a sua personalidade deve ser considerada de maneira benéfica. Por fim, afirmam que o magistrado não elencou quais são os motivos justificadores da decretação da prisão preventiva que impediriam o réu de recorrer da sentença em liberdade. Por tais razões, requerem que seja concedida a ordem para que a pena do paciente seja fixada no mínimo legal, a ser cumprida em regime aberto, afastando-se a aplicação da circunstância agravante, determinando-se a imediata liberação do sentenciado. Junto à inicial, apresentou o Termo de Audiência de Instrução e Julgamento do processo nº 2010.0008.0148-0 (fls. 05/12), ocasião em que foi proferida a sentença condenatória. É o que basta relatar. Decido. Os impetrantes pretendem, através do presente remédio constitucional, a análise das provas e dos critérios utilizados pelo Juízo Monocrático da sentença que condenou o paciente a uma pena privativa de liberdade de 03 anos de reclusão e 90 dias-multa, pela prática do crime tipificado no artigo 155 do Código Penal. Como cediço, a via estreita do habeas corpus não admite ampla revisão do conjunto fático-probatório, por se tratar de rito sumário, que não comporta dilação probatória, salvo nas hipóteses de ilegalidades ou nulidades, aferíveis de plano, o que não se evidencia no caso em tela. Da mesma forma, a sentença condenatória é passível de ser combatida pelo recurso de apelação, o que, pelo Princípio da Unirrecorribilidade, inviabiliza a utilização do Habeas Corpus para o questionamento dos critérios empregados para a dosimetria da pena. Neste sentido mostra-se a melhor jurisprudência: (...) REDISCUTIR PROVAS E FATOS NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS EQUIVALE A UTILIZAR O WRIT COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. VEDAÇÃO, A NÃO SER EM HIPÓTESES TERATOLÓGICAS (...). (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Processo: 2010002006334-3. HBC. Registro do Acórdão Número: 423214. Data de Julgamento: 13/05/2010. Órgão Julgador: 1ª Turma Criminal. Relator: SANDRA DE SANTIS). HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. O "habeas corpus" não é sucedâneo recursal, sendo admissível tão-somente quando flagrante o prejuízo ao direito de ir e vir do paciente, o que não é o caso dos autos. Questões relativas a nulidades e à pena estabelecida desafiam a interposição de apelação. HABEAS NÃO CONHECIDO. (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - Habeas Corpus Nº 70040220188, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ivan Leomar Bruxel, Julgado em 16/12/2010). No que tange ao direito do paciente de recorrer da sentença em liberdade, verifica-se que a condenação determinou como regime inicial para cumprimento da pena o semi-aberto, o que demonstra a prejudicialidade da manutenção da custódia cautelar. Fixado o regime semi-aberto para o inicial cumprimento da reprimenda, a negativa do apelo em liberdade constitui constrangimento ilegal, porquanto não pode o acusado aguardar o julgamento de seu recurso em regime mais gravoso do que aquele fixado na sentença condenatória. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. REGIME INICIAL SEMIABERTO. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE NEGADO. MANUTENÇÃO DE REGIME MAIS GRAVOSO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARTS. 312 E 387, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ORDEM CONCEDIDA. (...) 2. Fixado o regime semi-aberto para o inicial cumprimento da reprimenda, a negativa do apelo em liberdade constitui constrangimento ilegal, porquanto não pode o acusado aguardar o julgamento de seu recurso em regime mais gravoso do que aquele fixado na sentença condenatória. Precedentes desta Corte. 3. Ordem concedida, para assegurar à Paciente o direito de recorrer em liberdade" (STJ - HC 152653 / DF - Relator(a) Ministra LAURITA VAZ - Órgão Julgador - QUINTA TURMA - Data da Publicação/Fonte: DJe 22/03/2010 - Data do Julgamento: 23/02/2010) – grifo nosso. "DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS . TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE. CONDENAÇÃO. REGIME SEMI-ABERTO. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. 1. Ao preso em flagrante condenado à pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime semi-aberto, é assegurado o direito de recorrer em liberdade. Trata-se de idéia-força decorrente do princípio constitucional da proporcionalidade, visto que a prisão provisória, medida cautelar, nas circunstâncias, é mais gravosa que a reprimenda, finalidade precípua do processo penal. 2. Ordem concedida para assegurar ao paciente o direito de recorrer em liberdade" (STJ - HC 101493 / RS - Relator(a) Ministro HAMILTON CARVALHIDO - Relator(a) p/ Acórdão - Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - Órgão Julgador: SEXTA TURMA - Data da Publicação/Fonte: DJe 28/10/2008 - Data do Julgamento: 26/05/2008) – grifo nosso. O referido posicionamento jurisprudencial evidencia a presença do "fumus boni iuris", da mesma forma que o "periculum in mora" consubstancia-se na manutenção da prisão do paciente em um regime mais gravoso. Diante das razões expostas, DEFIRO A LIMINAR, exclusivamente, para conceder ao paciente o direito de recorrer em liberdade da sentença que o condenou à pena de 03 anos de reclusão e 90 dias-multa, em regime semi-aberto, pela prática do crime tipificado no artigo 155 do Código Penal, nos autos da ação penal n. 2010.0008.0148-0, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, até o julgamento final do presente Habeas Corpus. Expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA, devendo o paciente ser colocado em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso. Comunique-se, com urgência, à autoridade impetrada, solicitando-lhe as informações (artigo 149 RITJ/TO). Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público (artigo 150 RITJ-TO). Publique-se, intime-se e cumpra-se. Palmas/TO, 14 de março de 2011. Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO (em substituição)".

HABEAS CORPUS Nº 7245 (11/0092346-0)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS-TO
TIPO PENAL: ART. 157, § 2º, I E II DO CP.
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTES: RENATO PEREIRA BATISTA E JOÃO ALVES LIMA
D. PÚBLICA: LETÍCIA C. AMORIM S. DOS SANTOS
IMPETRADO: JUIZ DA VARA CRIMINAL DE FIGUEIRÓPOLIS-TO
RELATOR: DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador BERNARDINO LUZ- Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir: D E C I S Ã O: RENATO PEREIRA BATISTA e JOÃO ALVES LIMA, através da defensora acima epigrafada, impetraram o presente Habeas Corpus, com pedido de liminar, apontando como autoridade coatora o MM. JUIZ DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FIGUEIRÓPOLIS-TO, alegando, em síntese, na exordial de fls. 02/11, que no dia 14/11/2010 o paciente Renato foi preso em flagrante, sob a suposta prática do crime de roubo qualificado, com base no artigo 157, § 2º, I e II, do nosso Código Penal, e, no dia 13/12/2010, o paciente João foi preso em razão do pedido de prisão preventiva, formulado nos autos 2010.0009.0791-8, em trâmite na Comarca de Figueirópolis. Assevera que há excesso de prazo, não provocado pela defesa, tendo em vista que a inicial da Ação Penal supramencionada (2010.0009.0791-8) foi recebida em novembro de 2010 e até a data da impetração presente writ, em 25/02/2011, a citação dos pacientes não tinha sido realizada e, ainda, não constar dos autos, a guia de recolhimento do paciente João, o que leva a crer que possivelmente, este nem saiba os motivos de sua prisão. Ressalta que a defesa dos pacientes está totalmente prejudicada, que a demora na instrução do processo não

pode ser imputada à defesa e, por isso, as prisões debatidas são absolutamente ilegais. Após transcrever jurisprudências, lições doutrinárias e dispositivos constitucionais e legais, em abono a sua tese, a impetrante requereu a concessão liminar da ordem, para que possam os pacientes gozar da plena liberdade e a sua confirmação, no mérito, instruindo o pedido com os documentos de folhas nºs.12/341. O juízo a quo prestou informações de fls.347/385. EIS, em breve resumo, O RELATÓRIO. DECIDO. Devo ressaltar inicialmente que, para a concessão de liminar, a nossa legislação exige, concomitantemente, a presença de dois pressupostos, materializados no consagrado binômio "fumus boni iuris" e "periculum in mora". Nesta fase processual, a análise dos autos se restringe tão somente à verificação da presença desses requisitos, na medida em que a liminar em habeas corpus é um instituto que deve ser utilizado com cautela, posto que sua irreversibilidade, em alguns casos, pode trazer sérios prejuízos à ordem social e judicial, conforme se tem reiteradamente decidido, em casos análogos. Desprovida de previsão legal específica, a liminar, em sede de habeas corpus, admitida pela doutrina e jurisprudência pátrias, reclama, no mínimo, a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais sejam, o perigo da demora e a fumaça do bom direito, o que não ocorre, in casu, conforme será demonstrado adiante. Desse modo, o relator não pode conceder liminar, em sede de cognição sumária, que importe na antecipação do mérito do próprio habeas corpus, salvo quando a não concessão tornar ineficaz a decisão final, a ser proferida pelo órgão competente. Na hipótese dos autos, a liminar pleiteada tem natureza satisfativa e se confunde com o próprio mérito da impetração, não podendo, por isso, ser deferida. A propósito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não diverge, nesse sentido, senão vejamos: "A leitura dos autos demonstra que o pleito liminar se confunde sobremaneira com o próprio mérito da impetração, cuja análise caberá, oportunamente, ao Órgão Colegiado." (HC 099575, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ 12.02.2008). "Em juízo de cognição sumária, não vislumbro, de plano, o fumus boni iuris do pedido urgente que, frise-se, confunde-se com o próprio mérito da impetração, cuja análise competirá ao órgão colegiado, no momento oportuno." (HC 108265, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 18.06.2008). ISTO POSTO, não vislumbrando a presença dos pressupostos autorizadores da medida, "in limine litis", DENEGO a liminar requestada. Ouça-se a douta Procuradoria-Geral da Justiça, para a gentileza de seu parecer. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Palmas-TO, 11 de março de 2011. Desembargador Bernardino Luz - RELATOR".

HABEAS CORPUS N.º 7351 (11/0093065-2)

| | | |
|---|---|---|
| T.PENAL | : | ART. 33, *CAPUT* DA LEI 11.343/06 |
| IMPETRANTE | : | HILDEBRANDO CARNEIRO DE BRITO |
| PACIENTE | : | DIENES ALVES SARDINHA |
| DEF. PUBL. | : | HILDEBRANDO CARNEIRO DE BRITO |
| IMPETRADO | : | JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DE FILADÉLFIA |
| RELATOR | : | Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO |

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Convocado Dr HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO - Relator em Substituição ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: DECISÃO Cuidam os autos de *habeas corpus* com pedido de concessão de liminar impetrado pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do Defensor Hildebrando Carneiro de Brito em favor de DIENES ALVES SARDINHA apontando como autoridade coatora o mm. Juiz de Direito da Única Vara Criminal da Comarca de Filadélfia/TO. Alega que o paciente fora preso em flagrante pela prática de crime de tráfico de entorpecente e que se acha recolhido desde o dia 30 de novembro de 2010 e que, passados três meses, o processo encontra-se em fase de apresentação de defesa preliminar. Afirma, por outro lado, que requerida a liberdade provisória o beneficio foi negado consoante se depreende da decisão de fls. 67/69, sob o argumento de garantir a ordem pública. Aponta a existência do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* e requer, desta forma a concessão da liminar. Indica, ainda, que a decisão que negou a liberdade provisória ao paciente é carente de fundamentação. Ao final, pugna pelo deferimento definitivo da ordem de *habeas corpus*, requerendo, assim, a expedição do competente alvará de soltura. É o sucinto relatório. Decido. É fato que a liminar em *habeas corpus* não encontra previsão legal no ordenamento jurídico pátrio, sendo na realidade, criação doutrinária e jurisprudencial reservada aos casos em que o constrangimento ilegal no direito de ir e vir apareça evidenciada *prima facie* nos autos. Entretanto, apesar de extremamente célere e útil, a concessão da medida *in limine*, depende da coexistência de dois requisitos essenciais: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Além disso, a possível nulidade ou irregularidade que cause o constrangimento ilegal deve aparecer com absoluta clareza nos autos, sob pena de indeferimento. Pois bem. Não há duvida que o excesso de prazo na instrução criminal provoca, em tese, constrangimento ilegal na prisão temporária ou preventiva. De igual forma, extrapolado o prazo da prisão temporária sem que se chegue à uma conclusão sobre a investigação que recai sobre a pessoa detida, também, é causa passível de concessão da ordem de *habeas corpus*. Porém, a apreciação do pleito liminar, em ambos os casos, esbarra na necessidade de analisar os motivos que ensejam a extrapolação do prazo, visto que, somente nos casos em que o excesso seja exclusivamente por culpa da máquina judiciária estatal é que se considera o constrangimento. Tal análise somente se obtém após a juntada aos autos das informações da autoridade acoimada como coatora e que dará ao relator condições de apreciar se há, ou não, motivos razoáveis para o excesso de prazo, caso em que será negado o pedido ou, inexistindo motivos, concederá a ordem e colocará o preso em liberdade imediatamente. Com efeito, no caso em exame, pela documentação acostada ao caderno processual não vislumbro de imediato e com a segurança necessária, a ocorrência de plausibilidade nas alegações do impetrante, visto que o excesso de prazo poderia, ao menos em hipótese, ser creditado ao próprio paciente. Não obstante, por se tratar de medida excepcional, para o deferimento da liminar é necessário que o impetrante demonstre a ocorrência de nulidade flagrante, aquela que salta aos olhos, o que não ocorre nesse caso. Desse modo, não se acha presente uma das condições para a concessão da medida liminar, qual seja, a fumaça do bom direito e, por essa razão, neste momento, INDEFIRO o pleito liminar. NOTIFIQUE-SE a autoridade para, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, apresentar as informações necessárias, autorizando, desde já, o envio por meio de transmissão eletrônica ou fac-símile. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 16 de março de 2011. *Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO Relator*

HABEAS CORPUS Nº 7160 (11/0091876-8)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL: ART. 33, *caput* da Lei 11.343/06 sob as diretirzes da Lei 8.072/90.
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE: MAURÍCIO ALVES DE MOURA
DEF. PÚBLICOS: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS e outros
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
RELATORA: Juíza ADELINA GURAK – em substituição

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak- Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "1.RELATÓRIO. Trata-se de pedido de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor do paciente Maurício Alves Moura, via Defensor Público, regularmente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Araguaína-To, alegando que o paciente encontra-se recolhido na Casa de Prisão Provisória de Araguaína-To, em razão da prática de crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/2006, tendo sido condenado a 5 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 dias-multa, cumprido inicialmente no regime fechado, conforme sentença de fls. 31/44, bem como, de que o paciente está preso desde o dia 23/04/2008, não é reincidente e não possui maus antecedentes, e que já cumpriu 2/5 da pena, razão pela qual obteve a concessão da progressão de regime para o semi-aberto, em decisão proferida no mutirão carcerário, com data retroativa a 23/04/2010. Informa que a autoridade ora coatora designou audiência admonitória para fixação das condições do cumprimento do regime semi-aberto para o dia 11/10/10, ocasião em que não se realizou, o que foi remarcada para o dia 14/10/10, também não realizada, oportunidade em que o Magistrado "*a quo*" proferiu despacho no sentido da desnecessidade da realização da audiência admonitória, ao argumento de que na Comarca em questão, *"o regime semi-aberto em nada se diferia do regime fechado"*, oportunidade em que, o paciente fez pedido, de próprio punho, requerendo a realização da audiência admonitória, no que o referido Magistrado" proferiu decisão, objeto desta ordem, negando o pedido. Sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, por estar cumprindo pena em regime mais gravoso na casa de Prisão Provisória de Araguaína, configurando violação das determinações da Lei de Execução Penal e uma afronta à sua liberdade individual, uma vez que, a unidade prisional destinada ao cumprimento de regime semi-aberto está superlotado, e que a falta de vagas em estabelecimento prisional não pode servir de argumento para a violação de direitos e garantias individuais, cabendo ao Poder Público o dever de Administrar o cumprimento da pena. Alega que, preenche os requisitos para concessão da medida cautelar, já que o *fumus boni iuris* encontra-se evidenciado na documentação que confirma a reclusão em local inadequado e o *periculum in mora* está demonstrado no direito que o paciente detém ao regime semi-aberto. Requer, em caráter liminar, a concessão da ordem para determinar a transferência do paciente para o cumprimento do regime domiciliar e, no mérito, a confirmação da ordem em definitivo. Com a inicial trouxe os documentos de fls. 12/107. Em síntese, é o relatório. 2. DECISÃO. O pedido de *habeas corpus* é cabível sempre que alguém se encontrar sofrendo, ou na iminência de sofrer constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir. Trata-se, pois, de garantia individual destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou, a simples ameaça de constrição à liberdade do indivíduo. A liminar, em sede de *habeas corpus*, admitida pela doutrina e jurisprudência pátrias reclama, por certo, a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais sejam, o perigo da demora e a fumaça do bom direito cujas presenças devem ser evidenciadas de forma expressa e destacadas pela parte impetrante. Da análise do teor dos argumentos expostos e documentação juntada aos autos, verifica-se que a presente ordem tem como objeto a decisão do Magistrado "*a quo*" que julgou desnecessária a realização de audiência admonitória, sob o argumento de que na Comarca de sua jurisdição o regime semi-aberto e o fechado são cumpridos da mesma forma, mantendo o paciente em regime mais gravoso do que o estabelecido, mesmo tendo preenchido os requisitos legais para ser transferido para regime mais brando. Em se tratando de pena privativa de liberdade, a submissão do condenado ao regime semi-aberto deve preencher as regras do artigo 35, §1º, do Código Penal, e do art. 91 da Lei 7.210/84, Lei de Execução Penal, que assim rezam: *Art. 35 – Aplica-se a norma do art. 34 deste Código, caput, ao condenado que inicie o cumprimento da pena em regime semi-aberto. § 1º - O condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)* Art. 91 (Lei 7.210/84) - A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semi-aberto. Incide destacar que, o ora paciente, não pode ser prejudicado, permanecendo em regime mais grave, em razão da deficiência de estabelecimentos prisionais adequados, que deveriam ser disponibilizados pelo Estado, diante da normativa estipulada há mais de 25 anos. A propósito da matéria, confira orientação do Superior Tribunal de Justiça: *"PENAL. PROCESSUAL. PROGRESSÃO DO REGIME PRISIONAL. FALTA DE ESTABELECIMENTO PARA CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME SEMI-ABERTO. "HABEAS-CORPUS". 1. Se o Estado, que condena o acusado, não possui local adequado para que a pena seja cumprida nos termos da sua determinação que, por seu agente, entendeu de lavrar, não tem o condenado que se submeter a condições prisionais que extrapolem aquelas estritamente descritas na decisão judicial. 2. Recurso provido, para que o paciente cumpra a pena, excepcionalmente, em regime aberto ou, na falta de casa de albergado, em regime domiciliar, até que o Juízo das Execuções assegure vaga em estabelecimento adequado"* – (STJ - HC 18911 / SP, Relator: Ministro EDSON VIDIGAL, 05/03/2002). *"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE BENEFICIADO COM O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÊNCIA DE CASA DO ALBERGADO NA COMARCA. PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA. 1. Se o paciente foi beneficiado com a progressão ao regime prisional aberto e não existe vaga em estabelecimento adequado ou casa do albergado, é possível a concessão dos benefícios da prisão domiciliar, até o seu surgimento. 2. Ordem concedida, para outorgar ao paciente o benefício de aguardar, em prisão domiciliar, vaga em estabelecimento próprio ao cumprimento da pena em regime aberto" (*STJ - HC 158783 / RS, Relator Ministro CELSO LIMONGI, 31/08/2010).A mesma orientação emana do Supremo Tribunal Federal. Confira-se: *"PENA - CUMPRIMENTO - REGIME SEMIABERTO. Incumbe ao Estado aparelhar-se visando à observância irrestrita das decisões judiciais. Se não houver sistema capaz de implicar o cumprimento da pena em regime semi-aberto, dá-se a transformação em aberto e, inexistente a casa do albergado, a prisão domiciliar"* - (HC 96169, Relator Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 25/08/2009,)". *"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REGIME DE CUMPRIMENTO. SEMI-ABERTO. AUSÊNCIA DE VAGAS. DEFICIÊNCIA DO ESTADO. REGIME MAIS BENÉFICO. ORDEM CONCEDIDA. I - Consignado no título executivo o*

*regime semi-aberto para o cumprimento da pena, cabe ao Estado o aparelhamento do Sistema Penitenciário para atender à determinação. II - À falta de local adequado para o semi-aberto, os condenados devem aguardar em regime mais benéfico até a abertura de vaga. III - Ordem concedida".* - (HC 94526, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Relator p/ Acórdão: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 24/06/2008)". Vale frisar que o benefício ao regime semi-aberto foi concedido ao paciente desde o dia 23/04/2010, mas que até o momento não fora cumprido, evidenciando o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* ao paciente. Portanto, as circunstâncias do caso concreto corroboram para assegurar ao paciente o direito de aguardar, em regime domiciliar, o surgimento de vagas para o cumprimento da pena no regime semi-aberto, não podendo imputar-se regime mais grave quando lhe é garantido regime prisional menos rigoroso, por razões de deficiência Estatal. Diante do exposto, defiro o pedido de liminar, para o efeito de que o paciente MAURÍCIO ALVES MOURA passe a cumprir pena em regime domiciliar, em condições a serem estabelecidas pelo Juízo de origem, até o surgimento de vaga em estabelecimento compatível com o regime semi-aberto, determinando que se oficie, de imediato, ao Juízo "*a quo*" para as deliberações devidas quanto ao regime domiciliar de cumprimento de pena, bem como para que preste informações necessárias no prazo de 10 (dez) dias. Após, com ou sem informações, sejam os autos enviados à Procuradoria Geral de Justiça para parecer. Publique-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 15 de março de 2011. *Juíza ADELINA GURAK RELATORA".*

HABEAS CORPUS Nº 7262 (11/0092370-2)
ORIGEM: TRIBUNAL DE DO ESTADO DO TOCANTINS
T.PENAL: ARTS. 157, § 2º , I E II, (DUAS VEZES – DUAS VÍTIMAS) E 213, 214 C/C 69 E 29, TODOS DO CPB
IMPETRANTE: JÚLIO CÉSAR CAVALCANTE ELIHIMAS
PACIENTES: MAURÍCIO ALVES DE OLIVEIRA E LEANDRO PINTO DA SILVA
DEF.PÚBLICO: JÚLIO CÉSAR CAVALCANTE ELIHIMAS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO
RELATORA: Juíza ADELINA GURAK – Em substituição

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak- Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "DECISÃO" Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório com pedido de liminar, impetrado pelo Defensor Público JÚLIO CÉSAR CAVALCANTE EILHIMAS, em favor dos pacientes MAURÍCIO ALVES DE OLIVEIRA E LEANDRO PINTO DA SILVA, em que indica como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Palmas – TO, contra a decisão proferida nos autos n° 2008.0002.0094-4, "ao manter a prisão provisória do paciente por aproximadamente 02 (dois) anos e 07 (sete) meses, sem que o processo tenha uma solução definitiva". Os pacientes foram presos preventivamente em julho de 2008 e encontram-se recolhidos na Casa de Custódia de Palmas – TO, pela suposta prática de crimes de roubo, estupro e atentado violento ao pudor, sendo-lhes imputadas as condutas descritas nos arts. 157, § 2º , I e II, (duas vezes – duas vítimas) e 213, 214 c/c 69 e 29, todos do Código Penal. Prisão temporária decretada em 10.05.08, convertida em preventiva em 09.07.08. Em 13.08.10 o Juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Palmas decidiu pela manutenção da prisão preventiva dos acusados, com fundamento na garantia da ordem pública e da integridade das vítimas, além da garantia da aplicação da lei penal, estando preenchidos os requisitos do art. 311 e 312 do Código de Processo Penal. Destaca-se da aludida Decisão que a demora na solução do feito deveu-se à atuação da defesa, que teria insistido em prolongar a instrução, requerendo diligências, acrescentando documentos, prejudicando andamento do processo, o que afasta o constrangimento ilegal. Argúi a defesa que não subsistem os motivos da prisão cautelar, não havendo amparo legal para sua manutenção, uma vez que os réus encontram-se presos há mais de 02 (dois) anos, sem que o processo tenha uma solução definitiva. Ressalta que o art. 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/03, estabeleceu, como garantia fundamental dos acusados em geral, a *razoável duração do processo*, *e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*. Cita dispositivos da Convenção Americana dos Direitos Humanos, que tratam da razoabilidade da duração do processo e do direito do preso ser colocado em liberdade em caso de excesso de prazo. Pede que seja concedida a ordem de *Habeas Corpus,* liminarmente, e a expedição do alvará de soltura, por presentes o *fummus boni iuris e o periculum in mora,* uma vez que os pacientes teriam direito a responder o processo em liberdade, ante o constrangimento ilegal consubstanciado na suposta infringência ao direito fundamental da razoável duração do processo. À preambular vieram os documentos de fls. 13-91. É o necessário relatar. Decido. De acordo com o relatado, busca-se no presente *writ* a revogação da prisão preventiva para que os pacientes possam responder ao processo em liberdade, entretanto, é condição imprescindível para a concessão da liminar a comprovação da presença concomitante da *"fumaça do bom direito"* e do *"perigo da demora*" na prestação jurisdicional. Neste caso, não me parece verter em favor dos pacientes tais requisitos, porque não ficou demonstrada, de plano, a ilegalidade da decisão que ora se busca desconstituir, principalmente pelo fato de que o processo já se encontra na fase do art. 499 do CPP, conforme consta da inicial, às fls. 05, tendo sido, inclusive, apresentadas as alegações finais do Ministério Público e dos acusados. Em tal contexto fático, não vislumbro o alegado constrangimento ilegal, já que encerrada a fase de instrução do processo. Diante de tal quadro, não se mostrou irregular a atuação do Poder Judiciário. Nesse sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, consolidado na Súmula nº 52, assim enunciada: *"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".* Assim, pautando-me pela cautela, requisito as informações da autoridade coatora, importantes para formar meu convencimento acerca da concessão ou denegação da ordem. Desta forma, tendo em vista não restar demonstrada a presença concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora,* indefiro a liminar requestada. Notifique-se a autoridade impetrada a prestar seus informes. Na seqüência, colha-se o parecer da Procuradoria de Justiça. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas-TO, 15 de março de 2011. Juíza ADELINA GURAK Relatora - Em substituição

HABEAS CORPUS - HC 7162 (11/0091878-4)
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
TIPO PENAL: ART. 157, § 2º, inciso II, do CPB.
IMPETRANTE: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
PACIENTE:CLEICIONE ALVES DA SILVA
DEFENSOR PUBLICO:FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
IMPETRADO:JUIZ DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA
RELATOR:Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Convocado Dr. HELVÉCIO BRITO MAIA NETO Relator (em Substituição) ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: DECISÃO: Cuida-se de HABEAS CORPUS, com pedido liminar, impetrado por Fábio Monteiro dos Santos em favor de Cleicione Alves da Silva, contra ato da Juíza Plantonista da 2ª Vara Criminal da Comarca de Araguaína/TO, que indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado pelo paciente. Alega o impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, posto que se encontra há mais de 100 dias custodiado e não pode "recair sobre seus ombros a responsabilidade pela lentidão do feito." (fls. 03) Aponta ainda que a M.M. Juíza baseou sua decisão tão somente na gravidade abstrata do crime, quando deveria atentar para a segurança jurídica do ato prolatado. Aduz que o paciente não tem envolvimento com práticas criminosas, não denota qualquer periculosidade, não é reincidente e, portanto, a fundamentação da prisão preventiva, com base na ordem pública, "é flagrantemente ineficaz" (fls. 6) Solicita, para tanto, a concessão liminar da ordem de habeas corpus em favor do paciente. É o breve relatório. Passo a decidir. O remédio do "writ of habeas corpus" deve ser aplicado ao caso concreto sempre que alguém se encontrar sofrendo, ou na iminência de sofrer constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir. Trata-se, pois, de garantia individual, de cunho constitucional, destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou a simples ameaça de constrição à liberdade ambulatorial do indivíduo. Pois bem. Numa análise preliminar do feito, tenho que a alegação de constrangimento ilegal em virtude do excesso de prazo para a formação do sumário da culpa não merece prosperar. Isso porque, prima facie, não restou evidenciado que o paciente esteja sofrendo qualquer tipo de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela via eleita, visto que, em se tratando de alegações unilaterais, não há como imputar ao Juízo a quo ou à autoridade policial a responsabilidade pelo excesso de prazo alegado pelo impetrante. No mais, observo que o caráter cautelar da medida pressupõe a presença cumulativa dos pressupostos inerentes às cautelares, quais sejam, o periculum in mora e o fumus boni iuris, requisitos de devem ser evidenciados de forma expressa. In casu, os elementos até então presentes nos autos demonstram que o paciente foi preso em flagrante delito pela prática do crime de roubo, em concurso de pessoas (art. 157, § 2º, II do Código Penal). As circunstâncias encartadas, notadamente a simulação do uso de armas de fogo, a fim de coagir a vítima, corroborado com a confissão feita pelo paciente de que "já foi preso e processado" (fls. 19), são suficientes ao reconhecimento, a princípio, da periculosidade do paciente e necessidade de manutenção de seu ergastulamento, como forma de garantir a ordem pública. Não vejo, por outro lado, como pretende fazer crer o impetrante, fundamentação do decisum monocrático apenas na gravidade abstrata do crime, já que a MM Juíza argüiu "risco à ordem pública, em face da natureza do delito e a circunstância como ocorreu, visto que houve concurso de agentes e simulação de porte de arma de fogo.." (fls. 73) A respeito da decretação da prisão preventiva, oportuno transcrever a lição de Júlio Fabbrini Mirabete: "Fundamenta em primeiro lugar a decretação da prisão preventiva a garantia da ordem pública, evitando-se com a medida que o delinqüente pratique novos crimes contra a vítima ou qualquer outra pessoa, quer porque seja acentuadamente propenso à prática delituosa, quer porque, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida. Mas o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e de sua repercussão. (...)". (MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código de Processo Penal interpretado. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 803). Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADA A IMPETRAÇÃO. APLICAÇÃO, NO CASO, DA ORIENTAÇÃO DO STF SEGUNDO A QUAL A CONCESSÃO DA ORDEM, EM CARÁTER LIMINAR, PELO PRETÓRIO EXCELSO, NÃO PREJUDICA A IMPETRAÇÃO EM CURSO NESTA CORTE SUPERIOR. NARCOTRAFICÂNCIA E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CUSTÓDIA CAUTELAR. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA (52 QUILOS DE MACONHA). PACIENTE INTEGRANTE DE QUADRILHA VOLTADA PARA O NARCOTRÁFICO. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO PARA EXAMINAR O MÉRITO DA IMPETRAÇÃO. ORDEM, NO ENTANTO, DENEGADA. 1. Aplica-se, no caso, a orientação do egrégio Supremo Tribunal Federal de que a concessão da ordem, em caráter liminar, em writ ali impetrado, não prejudica o Habeas Corpus em curso nesta Corte Superior (HC 92.544/PE, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe 29.08.08). 2. Sendo induvidosa a ocorrência do crime e presentes suficientes indícios de autoria, não há ilegalidade na decisão que determina a custódia cautelar do paciente, se presentes os temores receados pelo art. 312 do CPP. 3. In casu, além da materialidade do delito e da certeza da autoria, tanto que proferida sentença condenatória, o decreto de prisão cautelar fundou-se, primordialmente, na necessidade de preservar a ordem pública, em razão da quantidade de droga apreendida (52 quilos de maconha), bem como para impedir a reiteração criminosa, haja vista o paciente integrar quadrilha voltada ao narcotráfico. 4. Pacífico o entendimento desta Corte de que, sobrevindo sentença penal condenatória, a manutenção da custódia do réu para apelar, mormente porque esteve preso durante toda a instrução criminal por força de decisão judicial motivada, não ofende a garantia constitucional da presunção da inocência e nada mais é do que efeito de sua condenação. Aplicação, no caso, da Súmula 09, desta Corte Superior (HC 73.652/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 28.04.08). 5. Agravo Regimental provido para examinar o mérito da impetração. Ordem, no entanto, denegada, em consonância com o parecer ministerial. (AgRg no HC 139.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 23/03/2010, DJe 24/05/2010) Lembre-se, ademais, que as condições favoráveis ao paciente que não é o caso – não são suficientes a evitar a decretação da prisão preventiva. Ex positis, ausentes os requisitos autorizadores da medida in limine litis, DENEGO A LIMINAR requestada. Solicitem-se informações à autoridade inquinada coatora, no prazo de 10 (dez) dias. Após, com ou sem informações, sejam os autos enviados à Procuradoria-Geral da Justiça para parecer. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas-TO, 22 de fevereiro de 2011. Juiz Helvévio de Brito Maia Neto - Relator em substituição".

HABEAS CORPUS Nº7227/08 (11/0092288-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS-TO.
Impetrantes : IARA MARIA ALENCAR E THIAGO FLORENTINO ALMEIDA
Paciente : NELSON REIS DE OLIVEIRA

ADVOGADOS: IARA MARIA ALENCAR E THIAGO FLORENTINO ALMEIDA
Impetrado : JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE AUGUSTINÓPOLIS-TO
Relator : Desembargador Bernardino Luz

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador BERNARDINO LUZ- Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir: DECISÃO : Cuida o presente feito de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelos advogados acima epigrafados, em favor de NELSON REIS DE OLIVIERA, em face de suposto constrangimento ilegal, imposto ao paciente pelo MM. Juiz de Direito Vara Criminal da Comarca de Augustinópolis/TO. Narra o impetrante que o paciente foi preso em flagrante no dia 07/01/2011, pela suposta prática do crime tipificado nos arts.33 e 35, da Lei 11.343/06. Alega que a decisão, que indeferiu o pedido de liberdade provisória, resta desprovida de fundamentação, uma vez que o MM. juiz a quo apenas baseou-se na garantia da ordem pública, não explicitando de que maneira o paciente colocaria em risco a sociedade, caso permanecesse em liberdade. Reforça que o paciente é primário, possui bons antecedentes, atividade lícita e não possui conduta voltada ao crime. Termina postulando a concessão, liminarmente, da ordem de habeas corpus, para que o paciente seja posto em liberdade, em face da ausência dos requisitos da prisão preventiva e, no mérito, sua confirmação definitiva. Instruem a inicial os documentos de fls.11/24. Eis, em breve resumo, o relatório. DECIDO. Como é cediço, a liminar, em sede de processo de habeas corpus, é uma construção dos tribunais, sendo certo que sua concessão somente se dará quando os documentos, que instruem o pedido inicial, evidenciarem, de modo inconteste, ou seja, extreme de dúvidas, com clareza solar, a ilegalidade do ato judicial que promova a alegada coação ao direito de ir e vir do paciente. Necessário, pois, que o impetrante comprove a presença dos requisitos autorizadores da tutela liminar vindicada (periculum in mora e fumus boni iuris), de forma a deixar patenteada a urgência na obtenção da medida, a caracterizar a impossibilidade de se prolongar, até o julgamento pelo colegiado, o estado de coação ilegal incidente sobre o direito de liberdade do paciente. Neste ponto, convém salientar que a ação de habeas corpus é um remédio jurídico, com procedimento sumaríssimo, pois clama pela máxima celeridade, até porque voltado à tutela de um dos bens consubstanciado numa das garantias constitucionais - a liberdade do cidadão (CF, 5º LXVIII). Tem-se, pois, em suma, que o imediatismo da medida liminar, que equivale a uma antecipação satisfativa do pedido, insere-se na própria natureza do instituto, razão pela qual, somente em casos específicos merece receber deferimento, no momento inaugural da impetração. Nesse sentido, tenho decidido por inúmeras vezes, acompanhando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "A leitura dos autos demonstra que pleito liminar se confunde sobremaneira com o próprio mérito da impetração, cuja análise caberá, oportunamente, ao Órgão Colegiado." ( HC 099575, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 12.02.2008). "Em juízo de cognição sumária, não vislumbro, de plano, o fumus boni iuris do pedido urgente que, frise-se, confunde-se com o próprio mérito da impetração, cuja análise competirá ao órgão colegiado, no momento oportuno. (HC 108265, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 18.06.2008)." (grifos acrescentados). Cumpre anotar que o caso em tela não se identifica com qualquer das hipóteses excepcionais permissivas de concessão das medidas liminares, pois as alegações de que se valeram os impetrantes, para justificar a ilegalidade da coação imposta – ausência de perigo à ordem pública - recomenda que se remeta para o julgamento definitivo do mandamus a análise mais percuciente das razões postas em debate. Importa assinalar, ainda, que não consta dos autos documentação comprovando a primariedade do paciente, apesar de ter apresentado documento de identificação pessoal, onde consta o nome de seus pais, o que, possibilitava a verificação de seus antecedentes criminais e, nem tampouco, declinou seu endereço. Nesse contexto, a necessidade da prisão cautelar, ao menos em princípio, se justificaria como forma de garantir a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal. ISTO POSTO, não vislumbrando a presença dos pressupostos autorizadores da medida "in limine litis," DENEGO a liminar requestada. Solicitem-se informações à autoridade inquinada coatora, no prazo de 10(dez) dias, nos termos do artigo 149, "caput" , do RITJ-TO. Fulcrado no artigo 150 , do RITJ-TO, ouça-se a douta Procuradoria-Geral da Justiça, para a gentileza de seu parecer. Após, voltem-me os autos conclusos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Palmas, 01 de FEVEREIRO de 2011. Desembargador Bernardino Luz- R E L A T O R".

### Intimação de Acórdão

APELAÇÃO Nº. 10367/09 (09/0080134-4)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS – TO
REFERENTE: (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 42071-7/07 – 1ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL: ARTIGO 121, §2º, INCISOS I E IV, C/C O ARTIGO 29 E ARTIGO 211, TODOS DO CP
APELANTE: SEBASTIÃO VIANA DA CUNHA
ADVOGADO: ANDRÉ GUEDES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. DE JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON
APELAÇÃO CRIMINAL – HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER – CONDENAÇÃO – FIXAÇÃO DAS PENAS – ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS – EXACERBAÇÃO – READEQUAÇÃO DAS PENAS – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO PARA READEQUAR A PENA DO CRIME DE HOMICÍDIO – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RELAÇÃO AO CRIME DE OCULTAÇÃO DE CADÁVER. 1 – Constatado pela análise das circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do Código Penal que as penas foram fixadas desproporcionais adequam-se as mesmas para um patamar conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do delito. 2 – Operada a prescrição punitiva estatal pela pena em concreto, na modalidade retroativa, não se verificando qualquer causa de suspensão ou interrupção, impõe-se decretar a extinção de punibilidade ao réu. 3 – Recurso parcialmente provido para readequar a pena do crime de homicídio qualificado para 16 (dezesseis) anos e 06 (seis) meses de reclusão, no regime inicial fechado.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação nº. 10367/09, da Comarca de Palmas, onde figura como apelante Sebastião Viana da Cunha e apelado o Ministério Público Estadual. Sob a presidência do Desembargador Bernardino Luz, acordaram os integrantes da 3ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Criminal na 7ª Sessão Ordinária Judicial realizada no dia 01 de março de 2011, à unanimidade de votos, em prover parcialmente o recurso para readequar a pena do crime de homicídio qualificado para 16 (dezesseis) anos e 06 (seis) meses de reclusão, no regime inicial fechado, e declarar a extinção da punibilidade em relação ao crime de ocultação de cadáver tendo em vista a prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa, tudo nos termos do relatório e voto do relator, que refluiu em relação à pena fixada, que ficam fazendo parte integrante deste. O Juiz Helvécio Brito Maia Neto, em voto vista, acompanhou o relator parcialmente, votando divergente em relação à readequação da pena, fixando-a definitivamente em dezesseis anos e seis meses, tendo o relator refluído nesse ponto. O Desembargador Bernardino Luz se declarou impedido de votar, pois nele atuou como juiz, inclusive recebendo a denúncia, sendo substituído na forma regimental pela Juíza Adelina Gurak. Votaram com o relator os Juízes Adelina Gurak e Helvécio Brito Maia Neto. Representou a Procuradoria Geral de Justiça a Drª. Angélica Barbosa da Silva. Palmas - TO, 16 de março de 2011. Desembargador AMADO CILTON – Relator.

## DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

### Extrato de Contrato

PROCESSO: PA nº 42191
CONTRATO Nº. 008/2011
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADO: Empresa Costa e Vieira Ltda.
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de água mineral com gás 500 ml
VIGÊNCIA: Vinculada ao crédito orçamentário
VALOR: R$ 1.720,00 (hum mil, setecentos e vinte reais)
RECURSO: Funjuris
PROGRAMA: Modernização do Poder Judiciário
ATIVIDADE: 0601.02.061.0009.4463
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30(0240)
DATA DA ASSINATURA: em 10/03/2011.
Palmas – TO, 16 de março de 2011.

PROCESSO: PA nº 41302
CONTRATO Nº. 009/2011
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADO: Empresa S. de Paula & Cia Ltda. EPP
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material de expediente
VIGÊNCIA: Vinculada ao crédito orçamentário
VALOR: R$ 51.958,80 (cinqüenta e um mil, novecentos e cinqüenta e oito reais e oitenta centavos)
RECURSO: Tribunal de Justiça
PROGRAMA: Apoio Administrativo
ATIVIDADE: 2011.0501.02.122.0195.2001
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30(0100)
DATA DA ASSINATURA: em 16/03/2011.
Palmas – TO, 16 de março de 2011.

PROCESSO: PA nº 41301
CONTRATO Nº. 011/2011
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADO: Empresa Garcia Comércio de Suprimentos para Informática Ltda..
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material de expediente
VIGÊNCIA: Vinculada ao crédito orçamentário
VALOR: R$ 520,00 (quinhentos e vinte reais).
RECURSO: Funjuris
PROGRAMA: Modernização do Poder Judiciário
ATIVIDADE: 2011.0601.02.061.0009.4463
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30(0240)
DATA DA ASSINATURA: em 16/03/2011.
Palmas – TO, 16 de março de 2011.

## DIVISÃO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS

### Intimação ás Partes

RECURSO ESPECIAL NA AP Nº 11404/10
ORIGEM:COMARCA DE PALMASA/TO
REFERENTE:AÇÃO DE EXECUÇÃO
RECORRENTE:MUNICÍIO DE PALMAS/TO
ADVOGADO:JAMES PEREIRA BOMFIM
RECORRIDO(S):RUTH MARIA F. DE ASSUNÇÃO
ADVOGADO:
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente
Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Trata-se de Recurso Especial, interposto com espeque no artigo 105, inciso III, alíneas V e 'a' da Constituição Federal, por Município de Palmas em face do acórdão de fls. 44/45, proferido nos autos da Apelação Cível em epígrafe, interposta em desfavor de Ruth Marai F. Assunção. Ex positis, nos termos do artigo 542, do Código de Processo Civil, intime-se o recorrido para, no pra/o legal, apresentar contra-razões ao Recurso Especial interposto às fls. 51/61. P.R.I. Palmas/TO, 11 de março de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NO AGI Nº 7771/07
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
RECORRENTE:TOKIO MARINE SEGURADORA S/A

ADVOGADO:JESUS FERNANDES DA FONSECA
RECORRIDO(S):ALINE COELHO MACIEL E LANA COELHO MACIEL
ADVOGADO:SÁVIO BARBALHO E OUTROS
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: Trata-sc de Embargos de Declaração opostos por Real Seguros S/A em face da decisão de fls. 392/393 que. inadmitiu o Recurso lispccial de lis. 365/381. negando-lhe provimento, interposto nos autos do Agravo de Instrumento referente à Ação Indenizatória por Danos Materiais e Morais com pedido de Tutela Antecipada, proposta por Aline Coelho Maciel e Alana Coelho Maciel. Aduz a embargante que. o decisum que não admitiu o Recurso Especial. foi omissa quanto a aplicação do artigo 542. § 3o. do Código de Processo Civil, tendo em vista que a decisão que negou seguimento ao Recurso Especial não se ateve ao fato de que o Agravo de Instrumento que deu origem ao Recurso Especial atacou decisão interlocutória proferida em sede de processo de conhecimento, no qual a ora Embargante terá em seu favor o efeito devolutivo ao recurso de Apelação que eventualmente venha a ser interposto. Requereu o provimento e conhecimento dos embargos de declaração, para sanar a omissão apontada, bem como o prequestionamento da matéria (fls. 397/400). É o relatório. Em que pesem os argumentos suscitados pela Embargante observo que os embargos de declaração não se prestam a modificar ou alterar a decisão recorrida, pois. a rigor, seria um pedido de esclarecimento um complemento dela acaso seja lacunosa. contraditória ou obscura, como se extrai do teor do artigo 535 do Código de Processo Civil: "Artigo 535 - Cabem embargos de declaração quando: I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; II -for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. " Da análise do artigo 261 do RJTJTO. denota-se que. os Embargos de Declaração são cabíveis contra decisão proferida em acórdão, ou seja. deliberação colegiada. Neste contexto, não há como acolher Embargos Declaratórios opostos em lace de decisão monocrática da Presidência. Nos termos do artigo 12. § 2o. inciso II do RJTJTO, o juízo de admissibilidade dos recursos constitucionais é exclusivo da Presidente do Tribunal de Justiça, desafiando interposição de Agravo de Instrumento. recurso próprio a ser analisado pela instância Superior. Da interpretação do artigo 544 e § 4o do Código de Processo Civil dispõe que, não admitido o Recurso Extraordinário ou o Recurso Especial, caberá Agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias para o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente. Tem-se que. a competência da Presidente do Tribunal se exaure com o juízo positivo ou negativo de admissibilidade que, não se submete a recurso ou pedido de reconsideração, haja vista, não vincular o Tribuna] ad quem que. conhecerá ou não do recurso constitucional. Vejamos o que diz o Superior Tribunal de Justiça a respeito: "PROCESSUAL CIVIL DECISÃO NEGATIVA DE ADMISSIBILIDADE PROFERIDA PELA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL NÃO INTERROMPE PRAZO RECURSAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO. I. 0 agravo de instrumento é o único recurso cabível contra decisão que nega seguimento a recurso especial. Desse modo, a oposição de embargos de declaração não interrompe o prazo para a interposição de agravo de instrumento. Intempestivo, portanto, o recurso apresentado. Precedentes desta Corte. 2. Precedentes do Supremo Tribunal Federal: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que os embargos de declaração manifestamente incabíveis não interrompem o prazo para a interposição do recurso cabível. Precedentes." Diante de tais considerações, não conheço dos Embargos de Declaração. P.R.I. Palmas - TO, 15 de março de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

RECURSO ORDINÁRIO NO DGJ Nº 2697/08
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:AÇÃO MANDADO DE SEGURANÇA
RECORRENTE:DOMINGOS PINTO DE QUEIROZ
ADVOGADO:HAGTON HONORATO DIAS
RECORRIDO:ESTADO DO TOCANTINS – PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO TOCANTINS
ADVOGADO:
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Domingos Pinto de Queiroz, interpôs Recurso Ordinário contra acórdão da la Câmara Cível deste Tribunal que por maioria conheceu e deu provimento ao reexame necessário, para reformar a sentença monocrática e denegou a segurança pretendida, sob o fundamento de que não há ilegalidade no exame psicológico realizado no concurso público (lis. 143/150). Verifica-se que o Egrégio Superior Tribunal de Justiça não conheceu do Recurso Ordinário interposto. Às lis. 313 consta certidão informando que o acórdão transitou em julgado em 10/12/2010. Sendo assim, determino o arquivamento dos presentes autos, com as cautelas de praxe. P.R.I. Palmas. 15 março de 2011. . Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL NO MS Nº 3550/06
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:AÇÃO MANDADO DE SEGURANÇA
RECORRENTE:ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR:KLEDSON DE MOURA LIMA
RECORRIDO(S):KÁTIA ARGENTA DE BASTOS RESENDE E OUTROS
ADVOGADO:WALTER ERNANE GUIMARÃES JUNIOR E OUTRO
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Trata-se de RECURSO ESPECIAL e RECURSO EXTRAORDINÁRIO interpostos pelo ESTADO DO TOCANTINS em desfavor do acórdão de fls. 181/183, proferido nos autos do Mandado de Segurança em epígrafe, impetrado por KÁTIA ARGENTA DE BASTOS RESENDE, ADÉLIA CARVALHO DE ARAÚJO SANTOS, ANTÓNIO DELBES BARBOSA, LUDMILLA MOTA BARBOSA TELES, MACÁRIO RAMOS DE ARAÚJO, PATRÍCIA DA COSTA PINHEIRO GOMIDE, SAMUEL SANTOS WALDISSER, PATRÍCIA LINHARES NOVAES, ANALIA GOMES ROCHA, MAYRA SWYANNE PEREIRA DE ALENCAR, NILVA PINHATTI DE CAMPOS, ROSANA DE FÁTIMA PEREIRA SOARES PEDREIRA e SÔNIA MARIA DO ROSÁRIO RAÇQSO FARIAS em face de ato imputado ilegal e abusivo supostamente praticado pelo SECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS. Do teor da certidão de fls. 331. denota-se que o listado do Tocantins interpôs Agravo de Instrumento em deslavor da decisão que inadmitiu os referidos recursos constitucionais (fls. 292/294). Ex positis, remeto os autos à Secretaria de Recursos Constitucionais para que se aguarde o julgamento do agravo noticiado. P.R.I. Palmas, 15 de março de 2011.. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NO MS Nº 4330/09
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:AÇÃO MANDADO DE SEGURANÇA
RECORRENTE:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO:
RECORRIDO(S):ANTONY CARDOSO BIZERRA
ADVOGADO:ANTONIONE MENDES DA FONSECA
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Verifica-se que a decisão de fls. 217/219 que inadmitiu o Recurso Especial, negando-lhe seguimento, transitou em julgado, conforme certidão de lis. 226. Sendo assim, determino a remessa dos presentes autos à Diretoria Judiciária para o arquivamento dos presentes autos, com as cautelas de praxe. P.R.I. Palmas, 15 de março de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL – AIRE - Nº 1989/10
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RESP EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1557/10
AGRAVANTE:MÁRVIO VILANOVA QUEIROZ
ADVOGADO:JULIO RESPLANDE DE ARAÚJO
AGRAVADO:ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO:
RELATORA: Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto por MÁRVIO VILANOVA QUEIROZ com o objetivo de reformar a decisão de lis. 212/214. que inadmitiu e negou seguimento ao Recurso Especial interposto pelo agravante, nos autos da Apelação em Mandado de Segurança n°. 1557/2010. Contrarrazões apresentadas às fls. 93/101. De acordo com a Lei 12.322/2010, que entrou cm vigor em 09 de dezembro de 2010. modernizando a tramitação do Agravo, este deverá ser interposto de maneira retida, não sendo mais necessário apensar o mesmo ao recurso, desta forma, determino que os presentes autos sejam apensados à Apelação em Mandado de Segurança n°. 1557/2010. Após. remetam-se os autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça para análise do agravo interposto, com as homenagens desta Corte. P.R.I. Palmas/TO, 15 de março de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

RECURSO ORDINÁRIO NO MS Nº 3817/08
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:MANDADO DE SEGURANÇA
RECORRENTE:WLADEMIR COSTA DE OLIVEIRA
ADVOGADO:AIRTON JORGE DE CASTRO VELOSO E OUTRA
RECORRIDO:ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO :
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: WLADEMIR COSTA DE OLIVEIRA interpôs Recurso Ordinário contra acórdão do Pleno deste Egrégio Tribunal que denegou a segurança pleiteada pelo recorrente ante a inexistência do direito líquido e certo (fls. 238/253). Verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça, negou provimento ao recurso ordinário interposto, conforme pode-se verificar às fls. 300/307. As fls. 313 consta certidão informando que o acórdão de fls. 298 transitou em julgado em 10/12/2010. Sendo assim, determino o arquivamento dos presentes autos. com as cautelas de praxe. P.R.I. Palmas/TO, 15 de março de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NO MS Nº 4466/10
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:MANDADO DE SEGURANÇA
RECORRENTE:ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO:KLEDSON DE MOURA LIMA
RECORRIDO:FERNANDO ANTONIO GARIBALDI
ADVOGADO:RODRIGO COELHO E OUTROS
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Analisando os autos vcrifiea-se que o Estado do Tocantins interpôs Recurso Especial em face do acórdão exarado às fls. 354/355. A recorrida apresentou conlrarrazões às fls. 384/388. Assim, abro vista dos presentes autos ao Exmo. Procurador Geral de Justiça, Dr. Clenan Renault de Melo Pereira para manifestação c, após, dcvolvam-mc conclusos. P.R.I. Palmas, 15 de março de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

RECURSO ESPECIAL NA AC Nº 8460/09
ORIGEM:COMARCA DE PALMAS/TO
REFERENTE:AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO
RECORRENTE:BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO:LEANDRO ROGERES LORENZI
RECORRIDO(S):MARIA LAURA SPRICIGO
ADVOGADO:CARLOS VIECZOREK
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Banco ABN AMRO REAL S/A em face da decisão de fls. 227/228 que. nos autos da Apelação Cível em que Maria Laura Spricigo figura como recorrida. não admitiu Recurso Especial interposto pelo embargante. Aduz o embargante que, da forma sucinta como foi exposto na decisão embargada, não se consegue observar a violação suscitada acerca do artigo 530 do Código de Processo Civil, pois não basta apenas o voto por maioria no acórdão para a interposição e cabimento de embargos infringentes. O objetivo dos embargos infringentes é fazer com que prevaleça o entendimento constante do voto vencido. Os embargos infringentes somente são admissíveis quando o acórdão, por seus votos majoritários, houver dado provimenlo ao recurso e reformado a sentença que tenha sido mantida pelo voto minoritário. Requereu o provimento dos embargos para sanar as omissões. contradições e obscuridades, atribuindo efeito modificativo para receber o Recurso Especial (fls. 232/236). É o relatório. Da análise do artigo 261 do R1TJTO. denota-se que. os Embargos de Declaração são cabíveis contra decisão proferida em acórdão. Ou seja. deliberação colegiada. Neste contexto, não há como acolher Embargos Declaratórios opostos em face de decisão monocrática da Presidência. Nos termos do artigo 12. § 2o. inciso II do RITJTO. o juízo de admissibilidade dos recursos constitucionais é exclusivo da Presidente do Tribunal de Justiça, desafiando interposição de Agravo de Instrumento. recurso próprio a ser analisado pela instância Superior. Da interpretação do artigo 544 e § 4o do Código de Processo Civil dispõe que. não admitido o Recurso Extraordinário ou o Recurso Especial, caberá Agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias para o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente. Tem-se que. a competência da Presidente do Tribunal se exaure com o juízo positivo ou negativo de admissibilidade que. não se submete a recurso ou pedido de reconsideração, haja vista, não vincular o Tribunal ad quem que. conhecerá ou não do recurso constitucional. Ex positis. não conheço dos Embargos de Declaração. P.R.I. Palmas/TO, 15 de março de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO MS Nº 1945/97
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:MANDADO DE SEGURANÇA
RECORRENTE:ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO RECORRIDO(S):JOSÉ DE SENA RABELO, JOSÉ AUGUSTO M. FREITAS DE CAPOS E ANTONIO COELHO DO NASCIMENTO
ADVOGADO:HÉLIO MIRANDA
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Baixe-se os autos à Contadoria Judicial para atualização dos cálculos das diferenças a receber dos impetrantes, dos períodos de agosto/1997 até o tempo da situação regularizada, conforme planilhas enviadas pelo Estado do Tocantins (lis. 279/371). Após, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo legal.P.R.I. Palmas. 15 de março de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL – AIRE - Nº 1558
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
REFERENTE: DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RESP NO AGI Nº 8322/08
AGRAVANTE:BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO:ADRIANA MAURA DE TOLEDO LEME PALLAORO E OUTROS
AGRAVADO(A):WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA
ADVOGADO:SEBASTIÃO LUIS VIEIRA MACHADO E OUTRO
RELATORA:Desembargador JACQUELINE ADORNO – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Analisando os presentes autos, verifica-se que não obstante ter sido noticiada pela agravada a celebração de acordo pelas partes, conforme petição (n.° 00193128) de fls. 245, e, intimado o Agravante para se manifestar sobre eventual perda do objeto do agravo de instrumento (despachos de fls. 249 e 258), sem qualquer manifestação a respeito, foi proferida a decisão de fls. 266/268, pelo eminente Ministro Relator ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, nos seguintes termos, in verbis: "(...) com amparo no art. 544, §3", do CPC, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para, reformando o acórdão, permitir o desconto na folha de pagamento da recorrida, observado o limite de 30% sobre os rendimentos líquidos ". Ressalta-se que, consoante certidão de fls. 270, a r. decisão transitou em julgado, sendo os autos devolvidos a este Tribunal de Justiça, em 11 de fevereiro de 2011. Desta forma, não cabe a esta Corte de Justiça, tampouco, ao serventuário da Justiça, fazer qualquer juízo de valor acerca de eventual prejudicialidade do recurso, restando tão somente o seu cumprimento. Ante o exposto, determino o imediato cumprimento da decisão de fls. 266/268, informando-se à folha de pagamento, bem assim, as demais providências de praxe. P.R.I. Palmas, 15 de março de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NO AGI Nº 8322
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO Nº 7017-0/08
RECORRENTE:BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO:ADRIANA MAURA DE TOLEDO LEME PALLAORO
RECORRIDO(S):WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA
ADVOGADO:JUAREZ RIGOL DA SILVA E OUTRO
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Analisando os presentes autos, verifíca-se que não obstante ter sido noticiada pela agravada a celebração de acordo pelas partes, conforme petição (n.° 00193128) de fls. 227, e, intimado o Agravante para se manifestar sobre eventual perda do objeto do agravo de instrumento (despachos de fls. 231 e 240), sem qualquer manifestação a respeito, foi proferida a decisão de fls. 248/250, pelo eminente Ministro Relator ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, nos seguintes termos, in verbis: "(...) com amparo no art. 544, § 3o, do CPC, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para, reformando o acórdão, permitir o desconto na folha de pagamento da recorrida, observado o limite de 30% sobre os rendimentos líquidos ". Ressalta-se que, consoante certidão de lis. 252, a r. decisão transitou em julgado, sendo os autos devolvidos a este Tribunal de Justiça, em 11 de fevereiro de 2011. Desta forma, não cabe a esta Corte de Justiça, tampouco, ao serventuário da Justiça, fazer qualquer juízo de valor acerca de eventual prejudicialidade do recurso (certidão de fls. 253), restando tão somente o seu cumprimento. Ante o exposto, determino o imediato cumprimento da decisão de fls. 248/250, informando-se à folha de pagamento, bem assim, as demais providências de praxe. P.R.I. Palmas, 15 de março de 2011.Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NA AP Nº 10143/09
ORIGEM:COMARCA DE PALMASA/TO
REFERENTE:AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
RECORRENTE:PAULO HENRIQUE GARCIA
ADVOGADO:ELISABETE SOARES DE ARAUJO E OUTRO
RECORRIDO(S):TECNORTE – PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, MÁRIO AUGUSTO VITÓRIA, MAURICIO RIBEIRO DA SILVA E NOURIVAL BATISTA FERREIRA
ADVOGADO:JOÃO AMARAL SILVA E OUTRO
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Com fundamento no artigo 542 do Código de Processo Civil, intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarra/.ões ao presente recurso no prazo legal. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, volvam-me conclusos, para juízo de admissibilidade. P.R.I Palmas (TO), 04 de março de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NA AC Nº 7727/08
ORIGEM:COMARCA DE GURUPI/TO
REFERENTE:AÇÃO ORDINÁRIA
RECORRENTE:VALDEZIR VILELA SOUTO
ADVOGADO:PAULO SAINT MARTIN DE OLIVEIRA E OUTRO
RECORRIDO(S):HÉLIO FARIA DA SILVA
ADVOGADO:ALBERY CESAR DE OLIVEIRA
RELATOR:Desembargador ANTONIO FÉLIX – Presidente interino

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador ANTONIO FÉLIX – Presidente Interino deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Trata-se de Recurso Especial interposto por VALDEZIR VILELA SOUTO, com fulcro no artigo 105, inciso III, letras "a", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido pela la Turma Julgadora da la Câmara Cível deste Tribunal que, por unanimidade de Votos, negou provimento ao recurso. Inconformado, interpôs recurso especial alegando contrariedade ao artigo 306 do Código Civil, artigo 535 e 458, inciso II ambos do Código de Processo Civil. Ao final, postula seja dado integral provimento ao recurso para o fim de ser reformado o acórdão fustigado. O recorrido, regularmente intimado, apresentou suas contrarrazões às fls. 200/204. E o Relatório. Decido. A irresignação é tempestiva, adequada e está preparada, pelo que passo à análise dos requisitos específicos inerentes à espécie. A pretensão recursal não ultrapassa o juízo de admissibilidade, não comportando seguimento. Conforme relatado, o Recurso Especial foi interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea 'a' da Constituição da República. Em suas razões, a parte recorrente pugna pela admissão do presente recurso com apoio em suposta alegação de negativa de prestação jurisdicional, com violação aos artigos 535 e 458, II do Código de Processo Civil e artigo 306 do Código Civil. Como se sabe, o dispositivo invocado como alicerce da irresignação atribui ao Superior Tribunal de Justiça para "julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelÁ tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida (...) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência". Do exame da decisão combatida, verifica-se que o entendimento a que chegou a Turma Julgadora decorreu de acurada análise das circunstâncias fáticas da causa, bem como das provas coligidas ao processo. Em hipótese que se amolda à perfeição ao caso sob exame, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça decidiu: "PROCESSO CIVIL. CAUSA DECIDIDA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. APRECIAÇÃO DE TODAS AS TESES DAS PARTES. DESNECESSIDADE. 1. O acórdão recorrido analisou devidamente a questão posta em

juízo, fundamentando satisfatoriamente seu entendimento. 2. O Tribunal de origem não está obrigado a se manifestar expressamente sobre todos os argumentos levantados pelas partes, de modo que, ao deliberar de forma diversa da pretendida, sob outro prisma de fundamentação, rejeitou a tese do recorrente. (...) ""grifo nosso "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. MANIFESTAÇÃO SUFICIENTE SOBRE AS QUESTÕES SUBMETIDAS A ANÁLISE. VIOLAÇÃO À COISA .IULGADA. INOCORRÊNCIA. DECISÃO RECORRIDA EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. VPA DA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. I - Inexiste violação ao art. 535, incisos I e II, do CPC quando o Tribunal de origem manifesta-se adequadamente sobre as questões que lhe são submetidas a análise, mesmo que sucintamente. II - Inexiste violação à coisa julgada quando a decisão de conhecimento não determinou o VPA a ser utilizado, devendo o Tribunal de origem, em sede executiva, fixá-lo. "2 Demais disso, a análise das assertivas lançadas nas razões recursais deixa patente a pretensão de ver reapreciada matéria de natureza probatória, desiderato que 1 (STJ- RESP, Relator Ministro Jorge Mussi, Julgamento: 30/10/2008, Publicação: DJe 15/12/2008) 2 EDcl no AgRg no Ag 1237218 / RS, Relator Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Q) T3 - Terceira Turma, Julgamento 02/12/2010, DJe 13/12/2010. extrapola o alcance do Recurso Especial, que a tanto não se presta, conforme entendimento consolidado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, cristalizado no enunciado da Súmula n" 07. "Súmula 7 - A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. Assim sendo, resta patente o incabimento do presente recurso. Ante o exposto. INADMITO o Recurso Especial. NEGANDO-LHE SEGUIMENTO. Publique-se. Intime-se. Palmas/TO, 20 de janeiro de 2011. Desembargador ANTONIO FÉLIX – Presidente Interino.

# DIVISÃO DE CONFERÊNCIA E CONTADORIA JUDICIAL

## Cálculos

PR C 1678
ORIGEM COMARCA DE MIRANORTE/TO
REFERENTE (AÇÃO DE DESAPROPIAÇÃO Nº 3234/03 DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MIRANORTE-TO)
REQUISITANTE JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MIRANORTE/TO
EXEQUENTE CLORIVALDO GUIMARÃES DE JESUS
ADVOGADO ERIKA MARTINS SANTANA NACIMENTO-ESPÓLIO DE MÁRIO MARTINS SANTANA
EXECUTADO MUNICIPIO DE MIRANORTE/TO
ADVOGADO NAZARENO PEREIRA SALGADO
LAUDO TÉCNICO DEMONSTRATIVO DE CÁLCULOS
1. INTRODUÇÃO:
Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente deste Tribunal (ao tempo), às fls.268 dos presentes autos, a Divisão de Conferência e Contadoria Judicial apresenta o Laudo Técnico Demonstrativo de Cálculos, contendo a Memória Discriminada e Atualizada de cálculos a partir dos valores remanescentes originais dispostos às fls. 241/247.
2. METODOLOGIA:
Para efetuar a atualização monetária, foram utilizados os índices da Tabela de Fatores de Atualização Monetária de referência para Justiça Estadual-Precatórios, (anexa) desenvolvida pelo mesmo autor da Tabela Encoge - Gilberto Melo que considerou o INPC (Tabela do Encoge) até 09/12/2009 e TR a partir de 10/12/2009, conforme consulta e resposta anexa e de acordo com o que determina o Art. 2º§ 16 da Emenda Constitucional nº. 062/2009 c/c o Art. 36 da Resolução nº. 115/2010, do CNJ.
A atualização dos valores remanescentes foi efetuada desde as datas relacionadas abaixo até 31/01/2011.
Juros de mora de 0,5% ao mês a partir das datas abaixo até 31/01/2011, nos termos das Sentenças às fls. 06/09, 17/20 Art. 2ºS 16 da Emenda Constitucional nº. 062/2009 c/c o Art. 36 da Resolução nº. 115/2010, do CNJ.
Juros compensatórios de 1% ao mês, desde as datas abaixo até 09/12/2009, nos termos das Sentenças às fls. 06/09, 17/20 e Art. 2ºS 16 da Emenda Constitucional nº. 062/2009 c/c o Art. 36 da Resolução nº. 115/2010, do CNJ.
3. MEMORIA DISCRIMINADA E ATUALIZADA DE CÁLCULO:

| DATA | VALOR REMANESCENTE | INDICE DE ATUALIZAÇÃO | VALOR ATUALIZADO | TAXA JUROS DE MORA | VALOR JUROS DE MORA | TAXA JUROS COMPENSATÓRIOS ATÉ 09/12/2009 | JUROS COMPENSATÓRIOS | VALOR REMANESCENTE DA CONDENAÇÃO + JUROS DEM MORA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1/10/2008 | R$ 771,45 | 1,0599600 | R$ 817,71 | 14,00% | R$114,48 | 14,30% | R$116,93 | R$1.049,12 |
| TOTAL 1 REMANESCENTE DA CONDENAÇÃO ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$1.049,12 |
| TOTAL 2 VALOR REMANESCENTE DOS HONORÁIOS ADVOCATÍCIOS DA CONDENAÇÃO 20% (BASE DE CÁLCULO VALOR REMANESCENTE DA CONDENAÇÃO R$ 1.049,12 ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011) | | | | | | | | R$209,82 |
| DATA | VALOR REMANESCENTE DA PERÍCIA PAGA | ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO | VALOR ATUALIZADO | | | | | VALOR REMANECENTE ATUALIZADO DA PERÍCIA PAGA |
| 1/10/2008 | R$ 0,65 | 1,0599600 | R$ 0,69 | | | | | R$ 0,69 |
| TOTAL 3 VALOR REMANESCENTE PERÍCIA PAGA ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 0,69 |
| DATA | VALOR REMANESCENTE DAS CUSTAS JUDICIAIS | INDICE DE ATUALIZAÇÃO | VALOR ATUALIZADO | | | | | VALOR REMANESCENTE DAS CUSTAS JUDICIAIS ATUALIZADA |
| 1/10/2008 | R$ 2,09 | 1,0599600 | R$2,22 | R$ | R$ | | | R$ 2,22 |
| TOTAL 4 VALOR REMANESCENTE CUSTAS ATUALIZADA ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 2,22 |
| DATA | VALOR REMANESCENTE TAXA JUDICIÁRIA | INDICE DE ATUALIZAÇÃO | VALOR ATUALIZADO | | | | | VALOR REMANESCENTE TAXA JUDICIÁRIA ATUALIZADA |
| 1/10/2008 | R$ 2,35 | 1,0599600 | R$2,49 | 0 | 0 | | | R$ 2,49 |
| TOTAL 5 VALOR REMANESCENTE TAXA JUDICIÁRIA ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 2,49 |
| DATA | VALORES REMANESCENTES HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DOS EMBARGOS A EXECUÇÃO | ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO | VALOR ATUALIZADO | TAXA DE JUROS DE MORA | VALOR JUROS DE MORA | | | VALORES REMANESCENTES HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DOS EMBARGOS A EXECUÇÃO A FAVOR DO ADVOGADO DO EXEQUENTE |
| 1/10/2008 | R$ 2,01 | 1,0599600 | R$76,33 | 14,00% | R$ 10,69 | | | R$ 87,01 |
| TOTAL 6 VALOR REMANESCENTE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A FAVOR DO ADVOGADO DO EXEQUENTE ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 87,01 |
| DATA | VALOR REMANESCENTE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO ADVOGADO DO EXETUDADO NOS EMBARGOS A EXECUÇÃO | INDICE DE ATUALIZADAÇÃO | VALOR ATUALIZADO | TAXA DE JUROS DE MORA | VALOR JUROS DE MORA | | | VALOR ATUALIZADO + JUROS |
| 1/10/2008 | R$72,01 | 1,0599600 | R$ 76,33 | 14,00% | R$10,69 | | | R$ 87,01 |
| TOTAL 7 VALOR REMANESCENTE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO EXECUTADO NOS EMBARGOS A EXECUÇÃO ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 87,01 |
| DATA | VALOR REMANESCENTE DA PERÍCIA PAGA | ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO | VALOR ATUALIZADO | TAXA DE JUROS | VALOR JUROS DE MORA | | | VALOR REMANESCENTE PÉRICIA ATUALIZADO + JUROS |
| 1/10/2008 | R$ 4,45 | 1,0599600 | R$ 4,72 | 14,00% | R$ 0,66 | | | R$ 38 |
| TOTAL 8 VALOR REMANESCENTE DA PERÍCIA PAGA DEVIDA PELO EXEQUENTE ATUALIZADA ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 5,38 |
| DATA | VALOR REMANESCENTE PERÍCIA EM FAVOR MÁRIO FERREIRA NETO' | ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO | VALOR ATUALIZADO | TAXA JUROS DE MORA | VALOR JUROS DE MORA | | | VALOR REMANESCENTE ATUALIZADO + JUROS DE MORA |
| 1/10/2008 | R$ 4,45 | 1,0599600 | R$4,72 | 14,00% | R$ 0,66 | | | R$ 5,38 |
| TOTAL 9 VALOR REMANESCENTE DA PERÍCIA DE CÁLCULO DE MÁRIO FERREIRA NETO DEVIDA PELO EXECUTADO ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 5,38 |
| RESUMO GERAL DA DÍVIDA COM AS SUAS RESPECTIVAS DEDUÇÕES | | | | | | | | |
| TOTAL 1 REMANESCENTE DA CONDENAÇÃO ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 1.049,12 |
| TOTAL 3 REMANESCENTE DA PERÍCIA PAGA | | | | | | | | R$ 0,69 |
| 1ª SOMA (1 + 3) | | | | | | | | R$ 1049,81 |
| DEDUÇÃO DO VALOR REMANESCENTE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DOS EMBARGOS A EXECUÇÃO EM FAVOR DO ADVOGADO DO EXECUTADO TOTAL 7 | | | | | | | | R$ 87,01 |
| DEDUÇÃO DO VALOR REMANESCENTE DA PERÍCIA DE CÁLCULO DE MÁRIO FERREIRA NETO DEVIDA PELO EXEQUENTE ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 TOTAL 8 | | | | | | | | R$ 5,38 |
| VALOR REMANESCENTE LIQUIDO A RECEBER DA CONDENAÇÃO MENOS AS DEDUÇÕES ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 956,73 |
| TOTAL 2 VALOR REMANESCENTE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 20% DA CONDENAÇÃO (R$ 1.049,12) | | | | | | | | R$ 209,82 |
| TOTAL 6 VALOR REMANESCENTE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DOS EMGARGOS A EXECUÇÃO EM FAVOR DO ADVOGADO DO EXEQUENTE | | | | | | | | R$ 87,01 |
| 2ª SOMA (2 + 6) VALOR REMANESCENTE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DO ADVOGADO DO EXEQUENTE ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 296,84 |
| TOTAL 4 VALOR REMANESCENTE DAS CUSTAS FINAIS EM FAVOR DO FUNJURIS ATUALIZADA ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 2,22 |
| TOTAL 5 V M, REMANESCENTE TAXA JUDICIÁRIA FINAL A FAVOR FUNJURIS (SECRETÁRIA DA FAZENDA) ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011. | | | | | | | | R$ 2,49 |
| 3ª SOMA (4 + 5) VALOR REMANESCENTE LIQUIDO CUSTAS FINAIS A FAVOR FUNJURIS E TAXA JUDICIÁRIA A FAVOR FUNJURIS (SECRETARIA DA FAZENDA) ATUALIZADA ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 4,71 |
| TOTAL 8 VALOR REMANESCENTE DA PERÍCIA DE CÁLCULO A FAVOR DE MÁRIO FERREIRA NETO DEVIDA PELO EXEQUENTE ATUALIZADA ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 5,38 |
| TOTAL 9 VALOR REMANESCENTE DA PERÍCIA DE CÁLCULO DE MÁRIO FEREIRA NETO DEVIDA PELO EXECUTADO ATUALIZADO ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 5,38 |
| 4ª SOMA (8 + 9) VALOR REMANESTE DA PERÍCIA DE CÁLCULO A FAVOR DE MÁRIO FERREIRA NETO | | | | | | | | R$ 10,75 |
| TOTAL GERAL DA DÍVIDA REMANESCENTE ATUALIZADA ATÉ 31/01/2011 | | | | | | | | R$ 1.269,02 |

4. CONCLUSÃO:
Importam os presentes cálculos em R$ 1.269,02 (um mil, duzentos e sessenta e nove reais e dois centavos), atualizado até 31/01/2011.

DIVISÃO DE CONFERÊNCIA E CONTADORIA JUDICIAL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e onze (11/01/2011). Maria das Graças Soares Téc. Contabilidade Matrícula 136162 CRC-TO-000764/0-8

# 1ª TURMA RECURSAL

## Intimação às Partes

Juiz Presidente: GIL DE ARAÚJO CORRÊA

FICAM AS PARTES INTIMADAS DOS SEGUINTES ATOS PROCESSUAIS:

RECURSO INOMINADO Nº 2374/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2009.0008.5462-4/0 (9309/09)
Natureza: Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais e Materiais com pedido de liminar
Recorrente: Sebastião Pereira de Brito
Advogado(s): Drª. Quinara Resende Pereira da Silva Viana
Recorridos: Brasil Telecom S/A // Atlântico – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (nova denominação CRDG BZ – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados) // Serasa S/A
Advogado(s): Dr. André Guedes e Outros (1º recorrido) // Dr. José Edgard da Cunha Bueno Filho e Outros (2º recorrido) // Dr. Sérgio Rodrigo do Vale e Outros (3º recorrido)
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares
Juízo de Admissibilidade: Juiz Presidente Gil de Araújo Corrêa
DECISÃO: "(...) Ante o exposto, com fulcro no artigo 543-B, § 2º do Código de Processo Civil, nego seguimento ao Recurso Extraordinário por ausência de repercussão geral da matéria debatida. Intimem-se." Palmas-TO, 15 de março de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2398/11 (JECC-GUARAÍ–TO)
Referência: 2008.0001.0881-2
Natureza: Ação de Cobrança
Recorrente: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo
Advogado(s): Dr. Lazáro José Gomes Júnior e Outros
Recorrido (a): Magdal Barboza de Araújo
Advogado(s): em causa própria
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa
DESPACHO: "(...) Ante o exposto, com base na decisão tomada nos autos do RE 591.797 e RE 626.307, determino a suspensão do processo até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal. Intimem-se as partes. Cumpra-se." Palmas-TO, 10 de março de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2418/11 (JECC-DIANÓPOLIS-TO)
Referência: 2010.0008.1462-6/0
Natureza: Declaratória de Nulidade Contratual c/c Restituição de quantia paga
Recorrente: Banco Bonsucesso S/A
Advogado(s): Dr. Nay Cordeiro e Outro
Recorrida: Dalvina Procópio Cardoso
Advogado(s): Drª. Napociani Pereira Povoa (Defensora Pública)
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa
DESPACHO: "Intime-se a recorrente para que, em 48h (quarenta e oito horas), comprove a regularidade da representação processual, trazendo aos autos a procuração originária e sua sucessiva cadeira de substabelecimentos, sob pena de não conhecimento do recurso. Cumpra-se." Palmas-TO, 10 de março de 2011

# 2ª TURMA RECURSAL

## Ata

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS DA 2ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO TOCANTINS

287ª DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA MANUAL OCORRIDA EM 16 DE MARÇO DE 2011, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 16/2009, PUBLICADA NO DJ Nº 2268, DE 04 DE SETEMBRO DE 2009

RECURSO INOMINADO Nº 2319/11 (JECC-PARAÍSO DO TOCANTINS-TO)
Referência: 2009.0002.8411-.9
Natureza: Ação de Indenização por Dano Moral (com Pedido de Antecipação de Tutela Jurisdicional)
Recorrente: Banco Panamericano S/A
Advogado(s): Dra. Annette Diane Riveros Lima
Recorrido: Reinaldo Nunes da Silva
Advogado(s): Dr. João Inácio Neiva
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento

RECURSO INOMINADO Nº 2320/11 (JECível-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0005.5522-1 (9.743/10)
Natureza: Ação de Cobrança de Indenização do Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Via Terrestre- DPVAT
Recorrentes: Ademir Batista Novais // Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A
Advogado(s): Dr. Luciano Henrique S. de Oliveira Aires (1º recorrente) // Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros (2º recorrente)
Recorridos: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A // Ademir Batista Novais
Advogado: Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros (1º recorrido) // Dr. Luciano Henrique S. de Oliveira Aires (2º recorrido)
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento

RECURSO INOMINADO Nº 2321/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0005.5550-7 (9.685/10)
Natureza: Indenização por Danos Morais e Materiais
Recorrente: José Cláudio Dos Santos Soares
Advogado(s): Dr. Clairton Lúcio Fernandes
Recorrido: 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogado: Dr. Márcio Vinícius Silva Guimarães e Outros
Relatora: Juíza Ana Paula Brandão Brasil

RECURSO INOMINADO Nº 2322/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO )
Referência: 2010.0000.3509-0 (9.594/10)
Natureza: Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Reparação de Danos
Recorrente: Brasil Telecom S/A
Advogada: Dra. Ana Paula Inhan R. Bissoli e Outros
Recorrido: Dorile de Fátima Ferreira
Advogado: Dr. Renato Godinho
Relator: Juiz Fábio Costa Gonzaga

RECURSO INOMINADO Nº 2323/11(JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0005.5526-4 (9.745/10)
Natureza: Ação de Cobrança de Indenização do Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT
Recorrente: Antonio dos Reis Nunes
Advogado: Dra. Kllécia Kalhiane Mota Costa
Recorrido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento

RECURSO INOMINADO Nº 2324/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0005.5643-0 (9.624/10)
Natureza: Ação Declaratória de Inexistência de Dívida c/c Ressarcimento de Parcelas Indevidamente Debitadas e Reparação de Danos Morais com Pedido de Tutela Antecipada
Recorrente: Banco BMG S/A
Advogado: Dr. Aluízio Ney M. Ayres e Outros
Recorrida: Idalva Juliate de Cantuária
Advogado: Dra. Surama Brito Mascarenhas
Relatora: Juíza Ana Paula Brandão Brasil

RECURSO INOMINADO Nº 2325/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0005.5536-1 (9.756/10)
Natureza: Ação de Indenização por danos Morais c/c pedido de antecipação de tutela e inversão do ônus da prova.
Recorrente: Antônio Pinheiro de Lemos
Advogado: Dr. Luiz Antônio Monteiro Maia
Recorrido: Banco BMG S/A
Advogado: Dr. Aluízio Ney M. Ayres
Relator: Juiz Fábio Costa Gonzaga

# 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

# ALMAS

## 1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
AUTOS: 2011.0001.2149-1/0 (AÇÃO PENAL – RÉU PRESO)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
ACUSADO: ADAILTON RIBEIRO DE LIMA
Advogado: DR. PAULO DIAS – OAB/PA 11.324
DESPACHO: Expeça – se carta precatória para citação. Concomitantemente, porque tem advogado constituído nos autos e com vistas à celeridade processual, intime-se o patrono do réu para que apresente resposta à acusação na forma e termos legais. Após, caso alegada questão preliminar ou juntado documento, ao MP. 03 de março de 2011. a) Rodrigo da Silva Perez Araújo – Juiz Substituto. Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Paranã, Estado do Tocantins, aos 11 de março de 2011. Eu, Aureleci Ferreira Batista Oliveira, Escrivã, o digitei.

# ALVORADA

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2009.0013.1074-1 – MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: IVAN NASCIMENTO LEAL
Advogado: Dr. Ricardo Ferreira de Rezende – OAB/TO 4.342
Impetrado: CHEFE DO POSTO FISCAL DE TALISMA
Intimação do impetrante. DESPACHO: "(...). Rejeito a apelação retro, pois, intempestiva, conforme certidão retro. Com efeito, verifica-se a publicação da sentença ocorreu em 15.2.11 (fl. 69), entretanto o apelo foi apresentado em 3.3.11. Portanto, além do prazo legal de 15 (quinze) dias. Intime-se. Alvorada, ...".

Autos n. 2011.0008.6585-9 – MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: DUARTE CAMARGO SOBRINHO
Advogado: Dr. Juarez Miranda Pimentel – OAB/TO 324-B
Impetrado: MIRIAM SALVADOR COSTA RIBEIRO – PREFEITA MUNICIPAL DE TALISMA
Intimação do impetrante. DESPACHO: "(...). Recebo o apelo retro. Intime-se o apelado para se contrapor. Prazo de 15 (quinze) dias. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Distribuidor Judicial do TJ/TO. Intimem-se. Alvorada,...".

Autos n. 2010.0012.4553-6 – CONHECIMENTO
Requerente: MARIA DAS MERCES DE OLIVEIRA SILVA
Advogado: Dr. Juarez Miranda Pimentel – OAB/TO 324-B
Requerido: BRASELETRO – ELETRO ELETRONICOS E INFORMATICA ME

DECISÃO: "(...). Isto posto, indefiro a pretensão da requerente objetivando a antecipação da tutela postulada por Maria das Mercês de Oliveira Silva deduzida na "ação de conhecimento pelo rito ordinário c/c pedido de antecipação dos efeitos da tutela de natureza cautelar c/c pedido cominatório" em face de Braseletro – Eletro Eletrônicos e Informática ME, conforme descrito acima, nos termos do art. 273, *caput* do CPC. CITE-SE o requerido, via precatória, para, querendo, ofereça defesa à pretensão da requerente, no prazo de 15 (quinze) dais, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial pelo requerente. Caso que poderá implicar no julgamento antecipado da lide. Defiro a justiça gratuita. Intime-se. Alvorada,...".

Autos n. 2011.0002.6216-8 – EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL
Exequente: HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO
Advogado: Dr. Lazaro José Gomes Junior – OAB/TO 4.562-A
Executados: WALTER STADIE e OUTROS
Intimação do exequente, através de seu procurador, para, no prazo legal, comprovar nos autos supra o recolhimento complementar das custas processuais no valor de R$339,07 bem como efetuar o deposito da importância de R$207,36 referente a locomoção do Oficial de Justiça Delmo de Araújo Macedo – a ser depositado na Conta Poupança n. 8.503-0 variação 1 - Agencia: 1303-X - Banco do Brasil S/A - cpf n. 596.449.151-00.

Autos n. 2011.0002.2830-0 – COMINATÓRIA
Requerente: ERICA PIACENTI GUERRA ALBERTIN
Advogado: Dra. Lidimar Carneiro Pereira Campos – OAB/TO 1359
Requerido: MUNICIPIO DE ALVORADA
DESPACHO: "(...). Considerando o disposto na inicial, presume-se que os medicamentos pretendidos sejam de dispensação excepcional. Assim, determino a emenda da inicial para que seja informado os princípios ativos dos medicamentos, cujo objetivo é aferir a legitimidade passiva do Município de Alvorada. Observando-se que, inobstante a descentralização do SUS, as três esferas governamentais possuem atribuições relativas à assistência farmacêutica, conforme previsto na Lei 8.080/90 (art. 18, V). Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Alvorada,...".

Autos n. 2008.0007.7414-2 – COBRANÇA SECURITÁRIA
Requerente: A. L. M representada por seu genitor ADÃO LOPES MARTINS
Advogado: Dra. Aldaíza Dias Barroso Borges – OAB/TO 4.230-A
Requerido: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A
Advogado: Dr. Julio Cesar de Medeiros Costa – OAB/TO 3595-B
DESPACHO: "(...). Recebo o apelo retro. Duplo efeito. Art. 520/CPC. Intime-se o apelado para se contrapor. Prazo de 15 (quinze) dias. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Distribuidor Judicial do TJ/TO. Intimem-se. Alvorada,...".

Autos n. 2010.0010.8859-7 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: ROBERTO CHELOTTI
Advogado: Dr. Albery Cesar de Oliveira – OAB/TO 156-B
Requerido: DIVINO ANTONIO GUIMARÃES
Advogado: Dr. Robledo Euripedes Vieira de Resende – OAB/TO 2223
Intimação do requerente, através de seu procurador. DECISÃO: "(...). Isto posto, indefiro as preliminares de inépcia da inicial, nulidade por ausência de citação do cônjuge, bem como mantenho a decisão liminar pelos seus próprios fundamentos. Outrossim, determino ao requerente que providencie a citação do cônjuge do requerido. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Alvorada,...". Intimação do requerido, através de seu procurador. DESPACHO: "(...). Antes de apreciar os embargos declaratórios retro, determino que seja cumprida a determinação contida na decisão de fl. 122/123. Alvorada,...".

Autos n. 2008.0008.3523-0 – EXECUÇÃO FORÇADA
Exequente: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
Advogado: Dr. Albery Cesar de Oliveira – OAB/TO 156-B
Executado: FAUSTO BARBOSA DE RESENDE
Advogado: Dr. Ibanor Antonio de Oliveira – OAB/TO 128-B
Executados: ANTONIO AMARO DIAS JUNIOR e ERNANI PORFIRIO DE OLIVEIRA
Intimação do exequente, através de seu procurador. DECISÃO: "(...). Conforme é sabido a realização de nova penhora ou reforço não tem o condão de implicar na reabertura do prazo para o oferecimento de embargos. Com efeito, foi realizado apenas o reforço de penhora, pois o bem constritado (carro) anteriormente era insuficiente para garantia da execução. Logo, licito ao exequente postular o reforço da garantia. Ademais, o executado Fausto já exerceu seu direito de opor embargos, os quais foram julgados, cuja sentença transitou em julgado, conforme certidão de fl. 227. Assim, indefiro a reabertura do prazo para oferecimento de novos embargos. Em relação à pretensão de desconstituição da penhora, sob o argumento de que estão gravados com hipoteca, nos termos do DL 167/67, tenho que a pretensão não merece prosperar. Isto porque, de acordo com as certidões acostadas aos autos (fls. 171/193) já estão vencidas há anos. Algumas até há mais de 20 (vinte) anos. Logo, presume-se que as dividas foram honradas. Caso contrario o credor já teria executado a divida. Ademais o credor hipotecário é o exequente nestes autos. De forma que não terá qualquer prejuízo na mantença da penhora concretizada nestes autos. Razão que indefiro a pretensão do executado, e consequentemente, mantenha a penhora. Por outro lado, constata-se que o exequente adequou o *quantum* exeqüendo, tendo deduzido o valor atualizado do trator retomado judicialmente e alienado pelo exequente, conforme determinação contida na sentença de julgamento dos embargos (fls. 220/221), cuja planilha homologo. Intime-se o executado para tomar conhecimento da planilha, bem como postular o que lhe aprouver. Prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão. Transcorrido o prazo, e não havendo manifestação, remeta-se cópia desta decisão e da petição de fls. 220/221 ao juízo deprecado. Intimem-se. Alvorada,...". Intimação das partes, através de seus procuradores. DESPACHO: "(...). Mantenho a decisão de fls. 228/229 pelos seus próprios fundamentos. Quando for solicitada informação para o AGI, oficie-se informando a data de intimação do agravante em relação à referida decisão (fl. 229v), bem como a data em que foi comunicada a interposição contida na decisão em questão. Cumpra-se a determinação contida na decisão em questão. Alvorada,...".

Autos n. 2008.0001.7651-2 – CIVIL PÚBLICA DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO E CONDENATÓRIA EM OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C NÃO FAZER
Requerente: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Requerido: MUNICÍPIO DE TALISMÃ / TO
Advogado: Dr. Miguel Chaves Ramos – OAB / TO 514
Requeridos: JAIME GOMES DOS SANTOS
Advogada: Dra. Eliane Carvalho Falcão – OAB / TO 3.828-A
Requeridos: ANA MARIA DE SOUZA FERREIRA, CÉLIO MAURICIO DE SOUZA SILVA, DAIANA APARECIDA SOUZA PURCINO, HENRIQUE ROSA DOURADO, JULIANO DE CASTRO RISPOLI ALVES, KEILA PATRÍCIA CARLOTA, REGINALDO ALEXANDRE DE MOURA E SELMA DIAS CAMPOS.
Advogado: Nihil
SENTENÇA: "(...). Isto posto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, no qual o representante do Ministério Público ingressou com "ação civil pública declaratória de nulidade de ato administrativo e condenatória em obrigação de fazer c/c não fazer" em face do Município de Talismã, Ana Maria de Souza Ferreira, Célio Mauricio de Souza Silva, Daiana Aparecida Souza Purcino, Henrique Rosa Dourado, Juliano de Castro Rispoli Alves, Keila Patrícia Carlota, Reginaldo Alexandre de Moura e Selma Dias Campos, por perda do objeto, nos termos do art. 267, IV/CPC. Sem custas. PRI. Alvorada,...".

# ARAGUAÇU

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2009.0011.1866-2
Ação: Aposentadoria Rural por Idade
Requerente: Maria Rosa Aragão
Advogado: DR. MARCOS PAULO FAVARO OAB/SP 229901
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE/INTIMAÇÂO: Fica o autor, na pessoa de seu procurador, devidamente INTIMADO da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 07 de junho de 2011, às 14 horas.

## 1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 824/10
Sentenciado: Alexandre Pinto Monteiro
Advogado: Dr Charles Luiz A. Dias – OAB/TO, n. 1682
Vitima: Leonardo de Souza Moreira
FINALIDADE: INTIMAR/SENTENÇA PRONUNCIA "Diante do exposto, pronuncio Alexandre Pinto Monteiro, vulgo "Cabeludo", brasileiro, convivente, lavrador, natural de Porangatu – GO., nascido aos 10/03/1976, filho de Florisvaldo Pinto Monteiro e de Valdemira Neves Monteiro, como incurso nas penas do crime de homicídio simples, previsto no art. 121, caput, do Código Penal, por ter desferido golpes de faca contra Leonardo de Sousa Moreira, causando-lhe a morte, fato ocorrido no dia 07/11/2010. PRISÃO PREVENTIVA: Inicialmente foi decretada a prisão preventiva do acusado, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da Lei penal, uma vez que evadiu do distrito da culpa; requereu a revogação da prisão preventiva, agora, como garantia da ordem pública. Verifico que o acusado registra antecedentes criminais, consistentes em destruição, subtração ou ocultação de cadáver e tentativa de homicídio (f. 56), o que demonstra que em liberdade, poderá continuar praticando novos crimes, pondo em risco a ordem pública. Portanto, mantenho o decreto de prisão preventiva, recomendando o acusado na prisão em que se encontra. Intimem-se. Araguaçu, 08/março/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito.

AUTOS: 824/10
Sentenciado: Valdemir Ferreira de Jesus
Advogado: Dr Valdir Haas – OAB/TO, n. 2.244
Vitima: L.L.H. de S.
FINALIDADE: INTIMAR/DECISÃO "Diante do exposto, não tendo ficado provado que o acusado agiu com ânimo homicida, desclassifico o crime de homicídio tentado, cessando a competência do Tribunal do Júri, para o julgamento, nos termos do art. 419 do Código de Processo Penal. Inicialmente foi decretada a prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da Lei penal, no caso de eventual condenação, ante a fuga do acusado, do distrito da culpa. Mesmo com a desclassificação do crime de homicídio tentado, entendo que ainda encontram-se presentes os motivos que ensejaram o decreto da prisão preventiva (conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal), pois ainda encontram-se pendentes de julgamento, quatro crimes, nos termos da denúncia da decisão desclassificatória, havendo sério risco que posto em liberdade, o acusado torne a evadir-se. Portanto mantenho o decreto da prisão preventiva. Preclusa a decisão, venham os autos conclusos imediatamente. Intimem-se. Araguaçu, 10/março/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito.

AUTOS: 363/95
Sentenciado: Mauro Pereira Barbosa
Advogado: Dr Anaurus Vinicius de Oliveira – OAB/GO, n. 8216
Vitima: Mariano Batista Ferreira.
FINALIDADE: INTIMAR/SENTENÇA "Diante do exposto, reconheço a ocorrência da legitima defesa e absolvo sumariamente Mauro Pereira Barbosa da imputação que lhe foi feita, nos termos do art. 415, IV, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as comunicações e baixas necessárias. Araguaçu, 08/março/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito.

# ARAGUAINA

## 1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

AÇÃO: DECLARATÓRIA Nº 2011.0002.6665-1
Requerente: Jarbas Abudd Sobrinho
Advogado: Luciana Ventura – OAB/TO 3698
Requerido: Comissão Eleitoral 2011 do DCE Diret. Cent. Dos Estudantes - ITPAC
INTIMAÇÃO: da parte, através de sua procuradora, da decisão de fls.57/58.
DECISÃO: "...Isto posto: 1 – Indefiro o pedido de suspensão da eleição do DCE/ITPAC, designada para amanhã – 17/03/2011, por não vislumbrar, a princípio, violação ao Estatuto Social do DCE/ITPAC, em especial, do seu artigo 24. 2 – Cite(m)-se o(s) réu(s) para todos os termos da exordial, bem como para, querendo, responder a ação dentro de 15 (quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial (artigo 285, CPC). 3 – Defiro a gratuidade da justiça. Intimem-se. Araguaína, 16/03/2011.

Autos n. 2009.0001.5609-9 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: VIAÇÃO LONTRA – RUBENS GONÇALVES AGUIAR
ADVOGADO(A): SANDRA REGINA FERREIRA AGUIAR – OAB/TO 752; E RAIMUNDO NONATO FRAGA SOUSA - OAB/TO 476
REQUERIDO: GILMAR GOMES DE CARVALHO E OUTRO
ADVOGADO(A): SANDRA MAIRA BERTOLLI
DESPACHO DE FLS. 175: "Declaro-me suspeita por motivo de foro íntimo. Redistribua-se conforme o provimento da CGJ-TO." - FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO SUPRAMENCIONADO.

## 2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2010.0000.5636-5/0
Ação:EXECUÇÃO FORÇADA.
Requerente: BANCO BRADESCO S/A.
Advogado(s): OSMARINO JOSE DE MELO– OAB/TO 779-B.
Requerido: EVANDRO DE OLIVEIRA ALVES.
Advogado: NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA REQUERENTE DO DESPACHO DE FL., A SEGUIR TRANSCRITA:
DESPACHO: Sabe-se a inicial deve conter todos os requisitos mencionados nos arts.282 e 283 do CPC, devendo ser redigida de maneira lógica e compreensível, contendo todos os documentos imprescindíveis, de modo que o réu possa entender o pedido e defender-se. Sendo que o Juiz poderá ordenar que o autor corrija ou complete a petição inicial (CPC, art.284). Assim, intime-se o autor para emendar a inicial juntando os documentos comprobatórios da regularidade na representação processual (contrato social, ata da assembléia, etc). Fixo prazo de dez dias sob pena de indeferimento da inicial (CPC, art.295).

AUTOS: 2007.0007.3416-9/0
Ação: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL.
Requerente: HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO.
Advogado(s): CRISTINA CIBELI DE SOUZA SERENZI – OAB/TMS 5678; LAZARO JOSE GOMES JUNIOR – OAB/TO 4562-A.
Requerido: SEBASTIÃO ELIAS FERRAZ-ME E OUTROS
Advogado: NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DA REQUERENTE DA CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA O QUAL RESTOU INFRUTIFERA:
MANDADO DE INTIMAÇÃO 1: Certifico que em cumprimento ao mandado n.12.781, diligenciei na Av. Anhaguera do setor carajás e lá estando pude constatar que no endereço informado funciona a empresa Fortal Mármore, e o proprietário desta informou que antes da empresa funcionar ali, no local existia apenas um lote baldio, portanto, não efetuei a intimação de Sebastião Elias Ferraz – ME. MANDADO DE INTIMAÇÃO 2: Certifico e dou fé que diligenciei no endereço indicado por varias vezes, sempre encontrando a residência fechada, sendo que por ocasião de uma dessas diligencias pude encontrar a Sr.ª Sandra, que faz serviço de limpeza na residência, ela informou que Sebastião Elias Ferraz estaria na cidade de goiânia-GO acompanhado de sua esposa em tratamento de saúde, não sabendo precisar seu retorno. Deixei cópias do mandado e documentos que o integravam com a Sr.ª Sandra, a qual informou entregar ao Sr. Sebastião Elias Ferraz, quando este retornar de viagem.

AUTOS: 2008.0011.0406-0/0
Ação: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL.
Requerente: ESPOLIO DE ROBERTO IGNACIO NESZLINGER
Advogado(s): CRISTIANE DELFINO RODRIGUES LINS - OAB/TO 2119
Requerido: FRIGORIFICO MARGEN LLTDA
Advogado: NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DO AUTOR PARA COMPARECER EM CARTÓRIO A FIM DE RECEBER A CARTA PRECATORIA DESENTRANHADA DE FL.26/39.

AUTOS: 2007.0002.1238-3/0.
Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.
Requerente(s): MARIA APRECIDA ROSA.
Advogado: MIGUEL VINICIUS SANTOS – OAB/TO 214.
Requerido: CITY LAR, SONY ERICSON COMMUNICATIONS DO BRASIL
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA AUTORA DO DESPACHO DE FL.113/114 PROFERIDO EM AUDIENCIA PRELIMINAR, QUAL SEJA, INFORMAR NO PRAZO DE DEZ DIAS O ENDEREÇO CORRETO DA AUTORA.

AUTOS: 2006.0009.2970-0/0.
Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.
Requerente(s): RAIMUNDO DIAS MATOS.
Advogado: JOSE ADELMO DOS SANTOS – OAB/TO 301.
Requerido: ABN AMRO ADMINISTRAÇÕES DE CARTOES DE CREDITO
Advogado(s): LEANDRO RÓGERES LORENZI – OAB/TO 2170-B.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO REQUERIDO DO DESPACHO DE FL.179, A SEGUIR TRANSCRITO: DESPACHO: Fulcrado na reiterada jurisprudência do STJ, é incabível a incidência de imposto de renda sobre verbas indenizatórias (REsp 1150020/RS, REsp 1152764/CE, REsp 686.920/MS e REsp 1068456/PE), assim, INDEFIRO o pedido de retenção formulado às fls. 162/163. EXPEÇA-SE alvará em favor do requerente para levantamento do depósito de fl. 161 devidamente corrigido, posto que valor incontroverso. INTIME-SE o banco requerido para que efetue o pagamento voluntário do remanescente do débito, sob pena da diferença ser acrescida de multa no percentual de 10% (dez por cento), e expedição de mandado de penhora e avaliação. Intime-se. Cumrpa-se. Araguaína, 16 de março de 2011.

AUTOS: 2009.0007.8050-7/0.
Ação: BUSCA E APREENSÃO.
Requerente(s): BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO.
Advogado: PAULO HENRIQUE FERREIRA – OAB/TO 4626-A; FLAVIA ALBUQUERQUE LIRA – OAB/PE 24521; CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES – OAB/PR 19937.
Requerido: FLAVIO ARRUDA DE ALMEIDA
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DA AUTORA PARA EFETUAR PAGAMENTO DAS CUSTAS COMPLEMENTARES PARA CUMPRIMENTO DO MANDADO DE BUSCA, APRRENSÃO E CITAÇÃO EM OUTRO ENDEREÇO INFORMADO PELA REDE INFOSEG.

AUTOS: 2007.0001.6294-7/0.
Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS).
Requerente(s): ALEXANDRE GARCIA MARQUES.
Advogado: ALEXANDRE GARCIA MARQUES – OAB/TO 1874.
Requerido: JULIANO ZILLI.
Advogado(s): FABIANO GRAZZIOTIN DALLA COSTA – OAB/RS 54.060.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE DO DESPACHO DE FL.147, A SEGUIR TRANSCRITO: DESPACHO: CUMPRA-SE, imediatamente, o item 1 do despacho de fl. 139. Observando que o feito encontra-se em fase de execução de honorários, tendo por exeqüente o Dr. Alexandre Garcia Marques e executado o de cujus Ângelo Albino Zilli. Observando ainda o teor da petição de fls. 142/143 ser contraditório e referir-se a acordo formulado em autos diversos no presente (fls. 144/146). INTIME-SE o exeqüente a manifestar se ainda possui interesse no feito, bem como em relação à substituição processual aponta da à fl. 139, sob pena de extinção e conseqüente arquivamento dos autos. FIXO prazo de 10 (dez) dias. INTIME-SE E CUMPRA-SE. Araguaína-TO, em 16 de março de 2011.

## 3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2010.0008.3304-3 – RESTITUIÇÃO DE VALORES
Requerente(s)/Apelado:JOÃO BATISTA DA SILVA
Advogado(s):DR. LEONARDO ROSSINI DA SILVA – OAB/TO 1929
Requerido(s)/Apelante:FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS (FUNCEF)
Advogado(s):DR. ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO – OAB/TO 69
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.244 :"Recebo a apelação em seu duplo efeito (Devolutivo e Suspensivo) uma vez que tempestivo e preparado. Intime-se a parte recorrida para querendo, contrarrazoar no prazo de 15 (quinze) dias."

AUTOS Nº 2010.0007.7020-3 – REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS
Requerente(s): L. C. COMERCIAL DE CALÇADOS LTDA
Advogado(s):DR. EMERSON COTINI – OAB/TO 2098
Requerido(s):CELTINS – CIA DE ENREGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS
Advogado(s):DRA. LETICIA APARECIDA BARGA SANTOS BITTENCOURT – OAB/TO 2179
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 164:"I- RECEBO o recurso de apelação, em ambos os efeitos (CPC, art. 520), porque próprio e tempestivo. II- Face da realização do cálculo e pagamento das custas (fls.144-146), REMETAM-SE em 48(quarenta e oito) horas os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. III- INTIMEM-SE. IV-Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0009.6419-9 – RESOLUÇÃO CONTRATUAL
Requerente(s): TATIANA DINELLY E SILVA
Advogado(s):DR. SERAFIM FILHO COUTO ANDRADE – OAB/TO 2267
Requerido(s):ZELIA DA SILVA BEZERRA
Advogado(s):DR. ANDRÉ LUIZ BARBOSA MELO – OAB/TO 1118
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 125:"I- Intime-se a parte autora para manifestar sobre o resultado da pesquisa do Bacenjud e requerer o que entender de direito no prazo de 05(cinco) dias. II-Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0008.1578-9 – ADEQUAÇÃO DE DÉBITO
Requerente(s): HUDSON DIAS VIEIRA
Advogado(s):DR. JOSÉ HOBALDO VIEIRA – OAB/TO 1722
Requerido(s):BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado(s):DRA. NUBIA CONCEIÇÃO MOREIRA – OAB/TO 4311
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 94:"I- INTIME-SE à parte autora para, no prazo de 10(dez) dias, se manifestar acerca da contestação de fls.43/85. INTIMEM-SE."

AUTOS Nº 2010.0009.3454-0 - AÇÃO PRINCIPAL A MEDIDA CAUTELAR
Requerente(s): DEUZIMAR SOARES DOS SANTOS
Advogado(s):DR. SERGIO DOS REIS JUNIOR FERRADOZA – OAB/TO 3241
Requerido(s):VERA MARIA LEITE VIANA
Advogado(s):NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FL. 35 (PARTE DISPOSITIVA):"Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no art.267, VIII, do Código de Processo Civil, condenada a parte, que desistiu, ao pagamento das custas e despesas processuais, sem honorários advocatícios em razão de sequer ter sido citada parte ré. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais."

AUTOS Nº 2010.0008.1582-7 – MEDIDA CAUTELA PARA EXIBIÇÃO DE CONTRATO
Requerente(s): DEUZIMAR SOARES DOS SANTOS
Advogado(s):DR. SERGIO DOS REIS JUNIOR FERRADOZA – OAB/TO 3241
Requerido(s):VERA MARIA LEITE VIANA
Advogado(s):NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FL. 63 (PARTE DISPOSITIVA):"Posto isto, HOMOLOGO O ACORDO firmado entre as partes que surta seus jurídicos e legais efeitos, EXTINGUINDO o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos e moldes do que dispõe o art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Havendo acordo no que pertine aos honorários advocatícios e pagamento das custas processuais, deve ser o mesmo observado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se."

AUTOS Nº 2010.0007.7001-7 - INDENIZAÇÃO
Requerente(s): ANA JOSEFA CEZAR
Advogado(s):DR. FLÁVIO SOUSA DE ARAUJO – OAB/TO 2494
Requerido(s):NILSON ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO
Advogado(s):DRA. MARIA TEREZA MIRANDA – OAB/TO 941
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 305:"Intime-se as partes do retorno do processo para que requeiram o que entenderem de direito."

AUTOS Nº 2010.0001.3204-5 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente(s): BFB LEASING S/A RRENADMENTO MERCANTIL
Advogado(s):DR. IVAN WAGNER MELO DINIZ – OAB/MA 8190
Requerido(s):BELTRÃO PEREIRA DOS SANTOS
Advogado(s):DR. CLAYTON SILVA – OAB/TO 2126
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 47:"Manifeste a parte autora sobre a contestação no prazo de 10(dez) dias (art.326 CPC)."

AUTOS Nº 2010.0007.2658-1 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente(s): BANCO FINASA S/A
Advogado(s):DRA. CAROLINE CERVEIRA VALOIS FALCÃO – OAB/MA 9131 DRA. MARIANA GAMBA – OAB/SP 208140
Requerido(s):ANDRE LIMA DA SILVA
Advogado(s):NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL 30:"I- Intime-se a parte autora para manifestar acerca da certidão de fl.28, bem como requerer o que entender de direito, no prazo de 05(cinco) dias. II- Intimem-se. Cumpra-se." CERTIDÃO: " ...diligenciei no endereço indicado, e sendo aí, e em outros locais da cidade, e sendo aí, deixei de proceder a Busca e Apreensão determinada, em razão de não ter localizado o bem indicado. Em diligências no imóvel, junto a proprietária, SR. ANDRE ALIMA DA SILVA, não reside no local, e também afirmou não conhecer tal pessoa, provavelmente poderá ter sido algum inquilino, devido possuir cômodos de aluguel nos fundos. Restando prejudicadas as diligências, devolvo para as providências de praxe."

AUTOS Nº 2010.0003.7588-6 – REVISIONAL DE CONTRATO
Requerente(s): LUCEMIR JUNIOR DE MOURA
Advogado(s):DR. DEARLEY KUHN – OAB/TO 530
Requerido(s):BANCO FINASA S/A
Advogado(s):DRA. FLÁVIA DE ALBUQUERQUE LIRA – OAB/PE 24.521
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.112:"I-Intime-se a parte autora para manifestar sobre a contestação de fls.77/110, no prazo de 10(dez) dias. II- Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0007.2454-6 - DEPÓSITO
Requerente(s): FINASA LEASING - ARRENDAMNETO MERCANTIL
Advogado(s):DR. DEARLEY KUHN – OAB/TO 530
Requerido(s):PORTO SEGURO LOCADORA DE VEICULOS LTDA
Advogado(s):DRA. ALINY COSTA SILVA – OAB/TO 2127
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.130:"Intime-se a parte autora a manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, por seu procurador, no prazo de cinco dias. Não havendo manifestação intime-se pessoalmente com o prazo de quarenta e oito horas (48:00) sob pena de extinção (Art. 267, § 1º do CPC)."

AUTOS Nº 2010.0005.3915-3 - MONITORIA
Requerente(s): BANCO SANTANDER BRASIL S/A
Advogado(s):DRA. SIMONY VIEIRA DE OLIVEIRA – OAB/TO 4093
Requerido(s):DR. MARCELO NICOTERA FERNANDEZ
Advogado(s):NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.38:"I-Intime-se a parte autora no prazo de 10(dez) dias, comprovar a ligação entre as cópias dos comprovantes juntado à fl.30 com o presente feito."

AUTOS Nº 2010.0007.2607-7 - INDENIZAÇÃO
Requerente(s): NEUZELY FRANCISCA DOS SANTOS E OUTRO
Advogado(s):DR. PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO – OAB/TO 2132
Requerido(s):VIVO TOCANTINS CELULAR S/A
Advogado(s):DRA. CLAUDIENE MOREIRA DE GALIZA – OAB/TO 2982-A
INTIMAÇÃO: da parte requerida para efetuar o pagamento das custas finais de fl. 112, no prazo de 30(trinta) dias.

AUTOS Nº 2010.0000.1911-7 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente(s): BANCO BMC S/A
Advogado(s):DRA. NÚBIA CONCEIÇÃO MOREIRA – OAB/TO 4311
Requerido(s):MARCILON RIBEIRO DA SILVA
Advogado(s): NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FL.32/33 (PARTE DISPOSITIVA):"POSTO ISTO, na forma do parágrafo único do artigo 284 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial, extinguindo o processo sem resolução de mérito nos termos e moldes do que dispõe o art. 267, inciso I, do mesmo código. Custas e despesas processuais pelo autor. Sem condenação em verba honorária, face à ausência de litígio e por ainda não formada a relação jurídica processual, com a citação válida do requerido. Transitada em julgado, certifique-se e ao arquivo com as baixas nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

AUTOS Nº 2010.0009.7930-7 - MONITÓRIA
Requerente(s): FOSPLAN COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS
Advogado(s):DR. ANDRÉ DEMITO SAAB – OAB/TO 4205 DR. DANIEL DE SOUSA DOMINICI – OAB/TO 4674 A
Requerido(s):FAZENDA PONTA DA SERRA S/A
Advogado(s): NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.24:' I- Intime-se a parte autora para juntar aos autos o comprovante original do pagamento da taxa judiciária, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. II- Intime-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0000.5710-8 - COBRANÇA DE DPVAT
Requerente(s): ROSANGELA DE SOUSA MOTA ROCHA
Advogado(s):DR. JOSÉ HOBALDO VIEIRA – OAB/TO 1722
Requerido(s):COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS E OUTRO
Advogado(s): DR. JACÓ CARLOS SILVA COELHO – OAB/GO 13721
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.64:' I- Intime-se a parte autora, a manifestar sobre a contestação, bem como os documentos juntados às fls. 44/62, no prazo de 10(dez) dias. II- Intimem-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0008.4423-1 – DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO
Requerente(s): PORTAL COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA
Advogado(s):DRA. MICHELINE R. NOLASCO MARQUES – OAB/TO 2265 DR. ALEXANDRE GARCIA MARQUES – OAB/TO 1874
Requerido(s):ESPAÇO BRASIL COMÉRCIO LTDA
Advogado(s): NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.29:' Intime-se a parte autora a se manifestar sobre a retorno da carta de citação, requerendo o que entender de direito no prazo de 10(dez) dias."

AUTOS Nº 2010.0000.8824-0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente(s): BANCO FINASA S/A
Advogado(s):DR. JOSÉ MARTINS – OAB/SP 84314 DR. FABRÍCIO GOMES – OAB/TO 3350
Requerido(s):MARIA LEDA DIAS DOS SANTOS
Advogado(s): NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FL.50(PARTE DISPOSITIVA): "Diante do exposto, com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, condenando a parte autora, ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Sem condenação em honorários advocatícios, vez que não houve ainda a citação e inexiste advogado da parte ex adversa atuando no feito. Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE observando as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0006.0612-8 - MONITÓRIA
Requerente(s): BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A
Advogado(s):DR. DEARLEY KUHN – OAB/TO 530
Requerido(s):VALDIMIRO LOPES DE ARAÚJO
Advogado(s): DEFENSOR PÚBLICO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.110: "I- Recebo a peça de fls. 105/109 como embargos, determinando a sua juntada aos autos e o seu processamento pelo procedimento ordinário nos termos e moldes do que dispõe o art. 1.102-C, § 2º, do Código de Processo Civil. II- Intime-se a parte autora para, querendo, manifestar sobre a contestação no prazo de 15(quinze) dias, nos termos e moldes do que dispõe o art. 297, do Código de Processo Civil. Intime-se."

AUTOS Nº 2010.0007.2623-9 - INDENIZAÇÃO
Requerente(s):ADRIANA RAMALHO
Advogado(s):DR. MARCELO CARDOSO DE ARAUJO JUNIOR – OAB/TO 4369
Requerido(s):AUGUSTO HENRIQUE B. DE AGUIAR
Advogado(s): DR. RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO – OAB/TO 4158
Denunciado à lide: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA
Advogado(s): DR. JACÓ CARLOS SILVA COELHO – OAB/GO 13721
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FL. 142(PARTE DISPOSITIVA): "Destarte, homologo por sentença o acordo entabulado nos autos às fls.138/140, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Em conseqüência, tendo efeito de sentença entre as partes, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do art. 269, III, do Código de Processo Civil, condenando a litisdenunciada ao pagamento das custas processuais, se houver. Sem honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, observando as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0002.0784-3 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente(s):BANCO FINASA S/A
Advogado(s):DR. JOSÉ MARTINS – OAB/SP 84314 DR. FABRÍCIO GOMES – OAB/TO 3350
Requerido(s):IRAMAR MARTINS FERREIRA
Advogado(s): NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FL. 48: "I- Intime-se a parte autora para manifestar acerca da certidão de fl.47, bem como requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias. II- Cumpra-se." CERTIDÃO:"... diligenciei no endereço indicado, por diversas vezes em dias e honorários distintos e por ruas e bairros desta cidade, obtive informação que o devedor mudou-se para a Rua Joinville Quadra 09, Lote 37, Setor Céu Azul, onde, também diligenciei por diversas vezes, deixei de proceder a busca e apreensão do bem em razão de não tê-lo localizado, obtive informação que o requerido possui o bem mais estar escondendo, assim, restando as diligências prejudicadas e o mandado com prazo vencido, restituo-o ao cartório para os devidos fins."

AUTOS Nº 2010.0004.9564-4 - COMINATÓRIA
Requerente(s):MARCOS ANTONIO CELEDONIO
Advogado(s):DR. RANIERE CARRIJO CARDOSO – OAB/TO 2214-B
Requerido(s):KLEBE JOSÉ TEIXEIRA DE ARAUJO
Advogado(s): DEFENSOR PÚBLICO

INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.32: "I- Intime-se a parte autora para manifestar acerca da contestação e documentos juntados às fls.22/30, no prazo de 10(dez) dias. II- Intimem-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0005.5144-7 - DECLARATÓRIA
Requerente(s):EDNEIDE MARIA PRADO
Advogado(s):DR. CARLOS FRANCISCO XAVIER – OAB/TO 1622
Requerido(s):BANCO GMAC S/A
Advogado(s): DRA. MARINÓLIA DIAS DOS REIS - OAB/TO 1597 (Subscritora da petição)
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.78: "I-Intime-se a subscritora de fls.30/57, para assinar a contestação no prazo de 05(cinco) dias. II- Intimem-se. Cumpra-se."
AUTOS Nº 2010.0003.3168-4 – CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO
Requerente(s):MARCOS AGRIPINO LOPES SILVA
Advogado(s):DR. MARCONDES DA SILVEIRA FIGUEIREDO JUNIOR – OAB/TO 2526
Requerido(s):DIEGO OLIVEIRA GOMES
Advogado(s): DR. NILSON ANTÔNIO ARAÚJO DOS SANTOS – OAB/TO 1938
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.57: "I-Intime-se a parte autora para manifestar acerca da contestação de fls.40/51, no prazo de 10(dez) dias. II- Intimem-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0007.4989-1 – DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA
Requerente(s):THAYLLONARA NASCIMENTO SOARES
Advogado(s):DR. MARCUS VINÍCIUS SCATENA COSTA – OAB/TO 4598
Requerido(s):BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(s): DRA. ELISA HELENA SENE SANTOS – OAB/TO 2096-B DR. SANDRO PISSINI ESPÍNDOLA – OAB/SP 198040-A
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.105: "I-Intime-se a parte autora para manifestar acerca da contestação e documentos juntados às fls. 43/103, no prazo de 10(dez) dias. II- Intimem-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0008.6723-1 – ORDINÁRIA DE COBRANÇA
Requerente(s):BENEDITO FERNANDES DOS REIS
Advogado(s):DR. EDESIO DO CARMO PEREIRA – OAB/TO 219 B
Requerido(s):ADAIR LUIZ MONTES
Advogado(s): NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FL.25 (PARTE DISPOSITIV): "I- Diante do exposto, com fundamento no art.267, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, condenando a parte autora, ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Sem condenação em honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, arquivem-se observando as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0010.5581-8 - CAUTELAR INOMINADA
Requerente(s):ADAILTON DA SILVA LEITE
Advogado(s):DRA. DALVALAIDES MORAIS SILVA LEITE – OAB/TO 1756
Requerido(s):GENERAL MOTORS DO BRASIL S/A
Advogado(s): NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FL.56(PARTE DISPOSITIVA): "I- Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO por abandono da parte Requerente, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (CPC, art. 267, III c/c § 1º). Custas ex lege pelo Requerente. Transitada em julgada, ARQUIVEM-SE os presentes autos com as observâncias legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2009.0000.5003-7 – MEDIDA DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS
Requerente(s):DEUSIMAR DA COSTA
Advogado(s):DRA. DALVALAIDES MORAIS DA SILVA LEITE – OAB/TO 1756
Requerido(s):BANCO MULTI CRED. FINANCEIRA S/A LTDA
Advogado(s): DRA. HAIKA MICHELINE AMARAL BRITO – OAB/TO 3785
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FL.56(PARTE DISPOSITIVA): "I- ANTE O EXPOSTO, DECLARO EXTINTO o processo cautelar, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos art. 808, inc. I c/c art. 267, inc.IV, ambos do Código de Processo Civil. Por conseqüência revogo a liminar concedida às fls. 20/21. Custas ex lege pelo Requerente. Transitada em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, observando os procedimentos de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2010.0000.1693-2 – DECLARATÓRIA DE NULIDADE
Requerente(s):DEUSIMAR DA COSTA
Advogado(s):DRA. MARY LANY RODRIGUES DE FREITAS – OAB/TO 2632 DRA. DALVALAIDES MORAIS DA SILVA LEITE – OAB/TO 1756
Requerido(s):MULTI CRED. FINANCEIRA S/C LTDA (BV FINANCEIRA)
Advogado(s): DRA. NÚBIA CONCEIÇÃO MOREIRA – OAB/TO 4311 DRA. SIMONY VIEIRA DE OLIVEIRA – OAB/TO 4093
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.74: "I- Defiro o pedido de apresentação de todos os contratos firmados pela parte autora com a parte ré, por esta, no prazo de 30(trinta) dias, invertendo o ônus da prova (art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor), neste ponto e nesta fase processual em razão da necessidade dos documentos para que as partes possam se defender em juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados na peça vestibular. II- Manifeste a parte autora sobre a contestação e documentos no prazo de 10(dez) dias, querendo. Intime-se. Cumpra-se."

AUTOS: 2009.0004.6935-6 /0 – AÇÃO DE CAUTELAR DE ARRESTO
Requerentes: VINICIUS THADEU BRILHANTE LEAL; VITOR ARAÚJO BRILHANTE LEAL.
Advogado: DR. ELI GOMES DA SILVA FILHO – OAB/TO Nº. 2.796.
Requerido: NERIVALDO MARQUES CAVALCANTE.
Advogado: DR. PHILIPPE BITTENCOURT – OAB/TO Nº. 1.073.
Objeto: Intimação do advogado do Requerido acerca do Despacho de fl. 164 proferido em Audiência de Instrução e Julgamento no dia 16 de Março de 2011, a seguir transcrito:
DESPACHO: Tendo em vista que ainda não retornou aos autos Mandado de Intimação da parte ré, e insistiu a parte autora no seu depoimento pessoal, assim como tendo sido protocolado o pedido da parte ré, informando a impossibilidade de estar presente nesta, redesigno-a para o dia 02/05/2011 as 14:00 horas. Intime-se pessoalmente a parte ré para se fazer presente em audiência, a fim de ser inquirido, sob pena de serem presumidos os fatos narrados na peça vestibular. Intime-se a parte ré através de seu advogado para no prazo de 05 (cinco) dias trazer aos autos o original e a documentação, informando claramente o motivo da impossibilidade do mesmo de comparecer em juízo. Saem os presentes devidamente intimados.

AUTOS Nº 2009.0010.2095-6- COMPANHIA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT
Requerente(s) VANDERLEI JUNIOR DE SOUSA LIMA
Advogado(s):DR.A. SHEILA MARIELLI MORGANTI RAMOS- OAB/TO 1799
Requerido(s): COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
Advogado(s):DR. VINÍCIUS RIBEIRO ALVES CAETANO- OAB/TO040 e JULIO CÉESAR DE MEDEIRO COSTA- OAB/TO 3595-B
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS " Designo dia 31 de março de 2011, ás 16 horas, audiência preliminar, nos termos e moldes do que dispõe o art. 331 do Código de Processo Civil cientificando as partes que, não havendo conciliação, nesta audiência, serão fixados os pontos controvertidos, oportunidade em que poderão especificar as provas que pretendem produzir. Intime-se.Cumpra-se.

AUTOS Nº 2010.0001.7720-0- ORDINÁRIA DE REVISÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E CONSIGNATÓRIA EM PAGAMENTO C/C ADEQUAÇÃO DE DÉBITOC/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente(s) JOSÉ DA COSTA BARROS
Advogado(s):DR. JOSÉ HOBALDO VIEIRA-1.722-A
Requerido(s): BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado(s):DR. TATIANA VIEIRA ERBS-OAB/TO 3070
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS " Designo o dia 31 de março de 2011, ás 09 horas, para audiência preliminar nos termos e moldes do que dispõe o art. 331 do Código de Processo Civil, cientificando as partes que, não havendo conciliação, nesta audiência, serão fixados os pontos controvertidos, oportunidade em que poderão especificar as provas que pretendem produzir. Intime-se.Cumpra-se.

AUTOS Nº 2009.0009.3591-8 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente(s) CINTIA ALVES COSTA OLIVEIRA
Advogado(s):DRA. LETÍCIA APARECIDA BRAGA SANTOS-OAB/TO 2179-B
Requerido(s):PACTUS
Advogado(s):DRS. SÉRGIO GONZAGA JAIME FILHO- OAB/GO 12.760
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS " Designo o dia 31 de março de 2011, ás 14 horas, para audiência preliminar nos termos e moldes do que dispõe o art. 331 do Código de Processo Civil, cientificando as partes que, não havendo conciliação, nesta audiência, serão fixados os pontos controvertidos, oportunidade em que poderão especificar as provas que pretendem produzir. Intime-se.Cumpra-se.

## 1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2010.0011.3239-1/0 – AÇÃO PENAL.
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: JARION ALVES DA CONCEIÇÃO
Advogado: DR. JORGE PALMA DE ALMEIDA FERNANDES – Professor Orientador/Advogado OAB/TO 1600-B
Intimação: Fica o advogado constituído intimado para no prazo legal oferecer as razões do recurso de apelação, referente aos autos acima mencionados. Arguaína-TO, 17-03-2011. aapedra..

AUTOS: 2010.0010.2798-9/0 – AÇÃO PENAL.
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: VALDISON ALVES FEITOSA
Advogado: DR. LEONARDO GONÇALVES DA PAIXÃO – OAB/TO 4415
Intimação: Fica o advogado constituído intimado para no prazo legal oferecer as razões do recurso de apelação, referente aos autos acima mencionados. Arguaína-TO, 17-03-2011. aapedra..

AUTOS: 2009.0002.1407-2/0 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado(s): ELIBETO JOSÉ DE SOUSA.
Advogado (s) do(s) denunciado(s): Doutor PAULO ROBERTO DA SILVA – OAB/TO 284-A e Doutor MAURÍLIO SILVA HENRIQUE DE JESUS – OAB/TO 268.116.
Intimação: Ficam os advogados constituídos intimados da Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 21-03-2011, às 14 horas, nos autos acima mencionados. Araguaína-TO, 14 de março de 2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JURADOS E JURADOS SUPLENTES
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

JOSE ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Meritíssimo Juiz Substituto Auxiliar da 1ª Vara Criminal e Presidente do Tribunal do Júri desta Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc...FAÇO saber a todos quantos o presente edital de convocação virem, que tendo designado a 3ª temporada do Tribunal do Júri Popular, que funcionará nos meses de abril e maio do ano de dois mil e onze, em dias úteis e que, havendo procedido ao sorteio dos vinte e cinco Jurados e nove Jurados Suplentes, que terão de servir na mesma sessão, foram sorteados os seguintes:Foram sorteados os nomes dos seguintes jurados para trabalharem na 3ª temporada, nos dias 14, 15, 29 de abril e 04, 11 e 13 de maio do ano de 2011, onde haverá seis sessões de julgamento:MARCOS VINICIUS FEITOSA – Banco, DIEGO PEREIRA DA SILVA – Funcionário Público, ELIANE TEIXEIRA DE SOUSA – Educação,PAULO HENRIQUE NOLETO JUNIOR – Comércio, RALISON ALVES DA SILVA – Comércio, ALZIRA GONÇALVES CRUZ DE SOUSA – Educação, PEDRO PAULO MONTEIRO DE ALMEIDA – Educação, JULIANA PEREIRA BORGES – Funcionária Pública, EDIVANETE BARBOSA DA SILVA – Educação, EDU BALLIN– Banco, ALESSANDRA VIEIRA LAUDARES– Banco, ADRIANA DE PAIVA MARQUES BARBOSA– Educação, BRUNO BRANDÃO AQUINO – Banco, ELAINE FERNANDES DA COSTA – Funcionário Público, CERNIO LOPES DA CUNHA – Funcionário Público, VANDERLI GAMA SILVA – Comércio, MARIA DE FATIMA DA SILVA COSTA – Banco, LEILIANE RIBEIRO SILVA – Banco, GILDEMI GOMES DE SOUSA – Comércio, IOLETE NOGUEIRA DE SOUSA– Comércio, EDIVAN

RICARDO DE JESUS – Educação, LEANDRO CARVALHO VIEIRA – Comércio, ZELINA CASTRO PIMENTEL – Educação, NELIO MOREIRA DE SOUSA – Comércio, LUZIA SANDES DE BRITO – Banco. Os nomes a seguir referem-se aos jurados suplentes que deverão comparecer a todas as sessões de julgamento da 3ª Temporada: LEANDRO GAMA DE SOUZA – Banco, SANDRA MARCIA DUARTE M. OLIVEIRA – Educação MARCIA NATALIE QUEIROZ BARRETO – Funcionário Público, CINTYA R. DE OLIVEIRA – Educação, ALEX ZACARIAS DE OLIVEIRA– Comércio, TAISE VIEIRA DOS SANTOS – Comércio, CARLOS REGINO DE SOUSA PORTO JR. FEITOSA – Funcionário Público, ANA MARIA FIGUEIRA COSTA, ADAO MARTINS BARROS – Comércio. Tudo em conformidade com as novas redações aos artigos do Código de Processo Penal, com a Lei 11.719/08, cuja transcrição da função do jurado segue abaixo: Seção VIII
Da Função do Jurado 'Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. § 1o Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2o A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.' (NR) 'Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: I – o Presidente da República e os Ministros de Estado; II – os Governadores e seus respectivos Secretários; III – os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; IV – os Prefeitos Municipais; V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII – os militares em serviço ativo; IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.' (NR) 'Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. § 1o Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2o O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.' (NR) 'Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.' (NR) 'Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.' (NR) 'Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.' (NR) 'Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.' (NR) 'Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.' (NR) 'Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.' (NR) 'Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.' (NR)'Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.' (NR) A todos eles e cada um por si, bem como os interessados em geral, são por esta forma convidados a comparecerem à sala das sessões do Tribunal do Júri Popular, nos dias e horas citados, enquanto durar as sessões, sob as penas de lei, se faltarem. Para conhecimento de todos é passado o Presente Edital, cuja 2ª via fica afixada no "Placar" do Fórum da Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins e a 3ª via publicada no Diário da Justiça. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze. Eu, ____ escrivã que digitei e subscrevi. JOSE ROBERTO FERREIRA RIBEIRO JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR. PORTARIA 87/2011

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto Auxiliar da 1ª Vara Criminal desta Cidade e Comarca de Araguaína Estado do Tocantins. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste edital CITAR E INTIMAR o acusado, VALDEAN CARDOSO DA SILVA, brasileiro, solteiro, eletricista, natural de Araguaína/TO, nascido em 12/02/1987, filho de Francisco Cardoso da Silva e de Lindalva Cardoso da Silva, portadora do RG 955492 SSP/TO, atualmente em lugar incerto ou não sabido, a qual foi denunciada, nos autos de ação penal n° 2009.0007.6671-7/0, nas penas do artigo 329, do CAPUT, Código Penal, e como está em lugar incerto ou não sabido, conforme certificou o Senhor Oficial de Justiça incumbido da diligência, fica citada pelo presente para o fim exclusivo de o acusado oferecer defesa inicial. O prazo para a defesa começará a fluir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído. Para conhecimento de todos é passado o Presente Edital, cuja 2ª via fica afixada no "Placar" do Fórum da Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins e a 3ª via publicada no Diário da Justiça. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína Estado do Tocantins, 16 de março de 2011. Eu, (Horades da Costa Messias), escrevente do crime, lavrei e subscrevi.

## 1ª Vara da Família e Sucessões

AUTOS: 2010.0000.5452-4/0.
AÇÃO: DIVÓRCIO CONSENSUAL.
REQUERENTE: ARIAZOR CABRAL LOPES e APARECIDA FRANCISCA DA COSTA LOPES.
ADVOGADO: DRA. HERMILENE DE JESUS MIRANDA TEIXEIRA - OAB/TO. 2.694.
INTIMAÇÃO: Redesigno o dia 21/09/2011, às 16 horas, para audiência de instrução e julgamento. Araguaína-TO., 17/05/2010. (ass) João Rigo Guimarães, Juiz de Direito.

AUTOS: 2006.0000.1174-6/0 – EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Requerente: ISABEL CRISTINA RESPLANDE CIRQUEIRA
Advogado: Dr. JOSÉ BONIFÁCIO SANTOS TRINDADE – OAB/TO. 456
Requerido: JOSÉ WISTON GOMES CIRQUEIRA
Objeto: Efetuar, no prazo legal, o recolhimento das custas processuais no valor de R$ 41,00 e Taxa Judiciária no valor de R$ 50,00, conforme cálculos de fl. 36.

AUTOS: 2010.0006.0482-6/0.
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.
REQUERENTE: A. DA S. C.
ADVOGADO: DR. MARSON IURY MANSINI PRECINOTTE ALVES - OAB/TO. 4635.
REQUERIDO: R. C. V.
ADVOGADO: DR. JOSÉ HOBALDO VIEIRA – OAB/TO. 1722-A.
INTIMAÇÃO: Designo o dia 31/08/2011, às 15h30min., para audiência de instrução e julgamento. Araguaína-TO., 17/02/2011. (ass) João Rigo Guimarães, Juiz de Direito.

EDITAL N° 292/11 DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA C/ PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.

O Doutor JOÃO RIGO GUIMARÃES, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões desta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc...FAZ SABER a quem o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania, processam os autos de DIVÓRCIO LITIGIOSO, Processo nº 2010.0011.2269-8/0, requerida por FRANCINALDA SILVA PEREIRA DE ASSIS em face de JOSÉ MARIA FREIRE DE ASSIS, sendo o presente para CITAR o requerido JOSÉ MARIA FREIRE DE ASSIS, brasileiro, casado, pedreiro, estando em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da ação em epígrafe, INTIMANDO-O para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 17/08/2011, às 13 horas, no Edifício do Fórum, sita, Rua 25 de dezembro, nº 307, Centro, nesta cidade, oportunidade em que, querendo, poderá oferecer resposta ao pedido, via advogado habilitado, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da realização da mencionada audiência, sob as penas da lei. Araguaína-TO., 17 de novembro de 2010. (ass) JOÃO RIGO GUIMARÃES, Juiz de Direito". E, para que não ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei . Eu, Celina Martins de Almeida, Escrevente, digitei.

## 2ª Vara da Família e Sucessões

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS

A Doutora Renata Teresa da Silva Macor, MM. Juíza de Direito da 2a Vara de Família e Sucessões desta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital de intimação virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania de Família e Sucessões, se processam os autos de Guarda, processo n° 2009.0004.1484-5/0, requerido por Ondina Lopes de Sousa Salles em desfavor de Rogério Xavier Salles, sendo o presente para CITAR o requerido, Sr. Rogério Xavier Salles, brasileiro, casado, de profissão ignorada, estando em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da ação, e querendo, oferecer resposta ao pedido, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de revelia e confissão. Na inicial, o a autora alega em síntese o seguinte: "que se casou com o requerido em 28 de julho de 2006, sob o regime de comunhão parcial de bens, durante a constância do casamento não adquiriu bens a serem partilhados, estão separados a mais de dois anos. Em conformidade com o r. despacho a seguir transcrito: "Defiro o pedido de fls 18. Cite-se o requerido por edital, na forma da lei, para os termos da presente ação e, querendo, apresentar resposta ao pedido inicial, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia e confissão. Cumpra-se. Em, 15/03/2011 ". E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual deverá ser publicado uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado no átrio do Fórum local.DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, aos 16 de março de 2011. Eu, Márcia Sousa Almeida, Escrevente, digitei e subscrevi.

## 1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2009.0012.0528-0 – INTERDITO PROIBITÓRIO
Requerente: LEOLIA DIAS SOUSA E LEONARDO DIAS FERREIRA
Advogado: RAINER ANDRADE MARQUES e ELI GOMES DA SILVA
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA
Procurador: RONAN PINHO NUNES GARCIA
DESPACHO: Fls. 97 – "Oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis desta cidade, para que informe os confrontantes do bem em litígio, inclusive com suas medidas."

Autos nº 2006.0000.9517-6 – AÇÃO CIVIL DE RESSARCIMENTO
Requerente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Assistente do Ministério Público: ANTONIO LIBÂNIO DOS REIS
Advogado: CLAYTON SILVA
Requerente: MUNICIPIO DE ARAGOMINAS
Procurador: CLAYTON SILVA
Requerido: ANTONIO MOTA
Advogada: DALVALAIDES MORAIS SILVA LEITE
DECISÃO: Fls. 1214/1215l – Vistos, etc. Ante a regularização da representação processual respectiva (fls. 1210/1212), bem como, a aquiescência ministerial lançada as fls. 1205/1207, defiro o pedido de fls. 1169, a fim de admitir o ingresso na presente ação de Antonio Libânio dos Reis, Vice-Prefeito do Município de Aragominas, na condição de assistente do Ministério Público Estadual, litisconsorte do pólo ativo, para todos os efeitos legais. Promovam-se as necessárias e devidas anotações cartorárias, inclusive a comunicação ao Cartório Distribuidor. II – Ao exame das preliminares argüidas pelo requerido e sem embargo da oportuna análise da judiciosa manifestação ministerial expendida na impugnação acostada as fls. 1205/1207, tenho que a questão pertinente a conexão suscitada com a ação civil pública nº. 2009.0013.2275-8/0, em curso no douto Juízo de Direito da 2ª Vara Cível e cartório respectivo, mereça reflexão e exame mais aprofundados, posto que, apesar da diversidade de pedidos – ressarcimento na presente ação e condenação por improbidade naquela -, não se pode olvidar, além da identidade das partes, a aparente ocorrência parcial de comum causa de pedir remota, vez que ambas as ações fundam-se no Procedimento Administrativo nº. 011/2006, instaurado pelo douto MPE com o fito de apurar atos de improbidade administrativa em relação aos

Convênios nº. 059/2002, 032/2003 e 018/2004, celebrados entre o Município de Aragominas e o DERTINS, consoante, aliás, diga-se, de passagem, expressamente explicitado pelo órgão ministerial no aditamento à inicial, acostado as fls. 213/233 destes autos. Destarte, a fim de preservar a segurança jurídica, entendo de bom alvitre, a prévia coleta de informações acerca da ação objeto da conexão suscitada pelo requerida. Destarte, oficie-se à MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca, noticiando-lhe a presente ação, instruindo a missiva com cópia da presente, da inicial e aditamento respectivo, solicitando que informe a este juízo, com a brevidade possível, o atual andamento da ação civil pública nº. 2009.0013.2275-8/0, bem como, a data de distribuição, despacho inicial e decisões prolatadas naquele feito. III – Sem prejuízo das diligências retro, especifiquem as partes, justificadamente, as provas que pretendam produzir, num qüinqüídio. IV - Intime-se."

Autos nº 2011.0001.9715-3 - DECLARATÓRIA
Requente: NILDE MARIA GOMES DE SOUSA
Advogado: IURY MANSINI PRECINOTTE ALVES MARSON
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS)
Despacho: Fls. 23 "...II – Intime-se o(a) requerente para emendar à exordial, a fim de adequar o pedido à parte efetivamente incluída no pólo passivo pela peça vestibular, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito."

Autos nº 2011.0001.9714-5 - DECLARATÓRIA
Requente: MARIA HELENA GONÇALVES BATISTA
Advogado: IURY MANSINI PRECINOTTE ALVES MARSON
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS)
Despacho: Fls. 23 "...II – Intime-se o(a) requerente para emendar à exordial, a fim de adequar o pedido à parte efetivamente incluída no pólo passivo pela peça vestibular, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito."

Autos nº 2011.0001.9719-6 - DECLARATÓRIA
Requente: WILZIANE PEREIRA ROSAL ALMEIDA
Advogado: IURY MANSINI PRECINOTTE ALVES MARSON
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS)
Despacho: Fls. 17 "...II – Intime-se o(a) requerente para emendar à exordial, a fim de adequar o pedido à parte efetivamente incluída no pólo passivo pela peça vestibular, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito."

Autos nº 2011.0001.9711-0 - DECLARATÓRIA
Requente: MARILENE OLIVEIRA DOS SANTOS QUEIROZ
Advogado: IURY MANSINI PRECINOTTE ALVES MARSON
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS)
Despacho: Fls. 39 "...II – Intime-se o(a) requerente para emendar à exordial, a fim de adequar o pedido à parte efetivamente incluída no pólo passivo pela peça vestibular, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito."

Autos nº 2011.0001.9712-9 - DECLARATÓRIA
Requente: LUISA LEOCADIO BARBOSA PONTES
Advogado: IURY MANSINI PRECINOTTE ALVES MARSON
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS)
Despacho: Fls. 30 "...II – Intime-se o(a) requerente para emendar à exordial, a fim de adequar o pedido à parte efetivamente incluída no pólo passivo pela peça vestibular, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito."

Autos nº 2011.0001.9717-0 - DECLARATÓRIA
Requente: ELIETE GOMES DE SOUSA
Advogado: IURY MANSINI PRECINOTTE ALVES MARSON
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS)
Despacho: Fls. 44 "...II – Intime-se o(a) requerente para emendar à exordial, a fim de adequar o pedido à parte efetivamente incluída no pólo passivo pela peça vestibular, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito."

## 2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2010.0002.6892-3 – RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL
Requerente: MARIA LUIZA PEREIRA BORGES
Advogado: Dra. Maria José Rodrigues de Andrade Palácios – OAB/TO 1.139-B (NPJ - ITPAC)
Finalidade: Intimar para comparecer na audiência de justificação designada para o dia 30/03/2011, às 14:30 horas.

AUTOS: 2010.0008.5412-1 – AÇÃO DE USUCAPIÃO
Requerente: FABIO DA SILVA MIGUEL
Advogado: Dr. Álvaro Santos da Silva – OAB/TO 2022
Requeridos: MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO, ANDRE ALCAZAS MARTINS, MARIA LUCIA FERREIRA DE SOUSA, WAGNER AFONSO RODRIGUES E OUTROS
Advogados: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia OAB/TO 1956, Defensor Público
Curador: Dr. Edésio do Carmo Pereira – OAB/TO 219 B
Advogado: Procurador Geral do Estado do Tocantins
DESPACHO: "O feito tramita pelo rito ordinário. Designo audiência para o dia 19/04/11 às 14:00 horas. Intimem-se o Requerente, o Município de Araguaína-TO, e os confrontantes Maria Lúcia Ferreira de Sousa, Geomar Cardoso e Silva e Cleonice Oliveira e Silva para comparecerem a assentada. Cumpra-se. Araguaína/TO, 30 de novembro de 2010. (ass) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito."

AUTOS: 2007.0009.9885-9 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS
Requerente: IMS BANDEIRA E CIA LTDA
Advogado: Dr. José Hilário Rodrigues – OAB/TO 652
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado do Tocantins
DESPACHO: "Entendo justificável a prova testemunhal requerida. Designo o dia 19/04/11 às 15:00 para que seja realizada audiência de instrução e julgamento. Expeça-se mandado de intimação. Araguaína-TO, 19 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."
AUTOS: 2009.0004.5377-8 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: REGINA PAULA DA SILVA e CELIO RODRIGUES DA SILVA
Advogado: Dr. Dearley Kuhn – OAB/TO 530
Requerido: GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado do Tocantins
DESPACHO: "Com as alterações do Código de Processo Civil, promovidas pela Lei nº 10.444/02, afiguram-se duas hipóteses em que na será obrigatória a designação de audiência preliminar. A primeira, se o litígio não admitir transação; a segunda se as circunstâncias da causa deixarem clara a não probabilidade de obtenção de acordo em audiência. No presente caso, as circunstâncias da causa evidenciam que improvável a obtenção de transação. Ademais, o requerido é ente público, não sendo possível acordo em ações dessa espécie. Destarte, com fulcro no art. 331, §§ 2º e 3º do CPC, dispenso a realização de audiência preliminar prevista no caput do referido artigo. Por entender justificável a prova testemunhal requerida, designo o dia 20/04/11 às 14:00, para que seja realizada audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes com a devida antecedência. Araguaína-TO, 30 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AUTOS: 2009.0007.1729-5 - EXECUÇÃO FISCAL**
Exeqüente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: ELIPEL COM. E IND. ROUPAS E REP. LTDA
Advogado: Dr. Marcos Aurélio Barros Ayres – OAB/TO 3691-B
DESPACHO: "Consta dos autos que as partes entabularam acordo de parcelamento do débito. Às fls. 105 a Exeqüente noticia o débito remanescente do parcelamento como sendo R$ 87,35 (oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos) – planilha anexa; no entanto, não esclarece a razão da não quitação integral. Assim, antes de movimentar a máquina judiciária para perseguir o débito informado como remanescente, DETERMINO a intimação das partes, para se manifestarem sobre o adimplemento total ou não do parcelamento firmado. Após, conclusos. Cumpra-se. Araguaína, 28 de fevereiro de 2011. (ass) Milene de Carvalho Henrique".

AUTOS: 2009.0004.9835-6 – AÇÃO EMBARGOS DE TERCEIROS
Requerente: ALDEMY RODRIGUES DE SOUSA
Advogado: Dr. Maria José Rodrigues de Andrade – OAB/TO 1139
Requerido: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado: Procurador Geral da Fazenda Estadual
DESPACHO: "Primeiramente, responda o oficio n. 396/2010, devendo constar o equivoco ocorrido na numeração dos autos de execução fiscal em apenso, haja vista que o colega pede informações sobre os processos de n. 4.332/04 e 4.567/04, sendo que se trata na verdade de um único processo, qual seja, o de n. 4567/04, pois o outro teve numeração invalidada. Deverá constar ainda, que este juízo também possui interesse nestas informações, conforme despacho exarado às fls. 30. Em seguida, intime-se o embargante para se manifestar em replica, no prazo de 10 (dez) dias, bem como para que regularize a petição inicial, uma vez que a mesma se encontra apócrifa. Cumpra-se. Araguaína-TO, 23 de fevereiro de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0004.9836-4 – AÇÃO EMBARGOS DE TERCEIROS
Requerente: ALDEMY RODRIGUES DE SOUSA
Advogado: Dr. Maria José Rodrigues de Andrade – OAB/TO 1139
Requerido: Fazenda Publica Estadual
Advogado: Procurador Geral da Fazenda Estadual
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, DECLARO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, em virtude da litispendência (CPC, art. 267, V). Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, suspenso o pagamento nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50. Traslade-se cópia para os autos em apenso. Após o trânsito em julgado, desapensem os autos e arquivem-se. Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 23 de fevereiro de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0004.9836-4 – AÇÃO EMBARGOS DE TERCEIROS
Requerente: ALDEMY RODRIGUES DE SOUSA
Advogado: Dr. Maria José Rodrigues de Andrade – OAB/TO 1139
Requerido: Fazenda Publica Estadual
Advogado: Procurador Geral da Fazenda Estadual
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, DECLARO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, em virtude da litispendência (CPC, art. 267, V). Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, suspenso o pagamento nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50. Traslade-se cópia para os autos em apenso. Após o trânsito em julgado, desapensem os autos e arquivem-se. Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 23 de fevereiro de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

## Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 18.267/2010- Ação declaratória
Reclamante- Ocirene Ferreira dos Santos
Advogado- Ricardo Ramalho do Nascimento- OAB-TO 3692-A
Reclamado(a)- EDUCON- Sociedade de Educação continuada Ltda
Advogada- Maiara Brandão da Silva
FINALIDADE- INTIMAR a parte autora e advogada da sentença em sua parte dispositiva a seguir transcrita: "ISTO POSTO, por tudo mais que dos autos consta, com arrimo nos argumentos acima expendidos e com lastro nas disposições dos artigos 269, I, do Código de Processo Civil, c/c art. 5º e § 1º, do art. 6º, ambos da lei 9.870/99, JULGO

IMPROCEDENTE o pedido da requerente em face da inexistência de direito na continuidade do contrato. Revogo a decisão de antecipação de tutela já deferida. Sem custas e honorários nesta fase. Art. 55, da lei 9.099/9. Sem custas e honorários nessa fase. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado arquivem-se com as devidas baixas.

Autos nº 17.635/2009- Ação declaratória
Reclamante- Silva & Moura Ltda
Advogado- André Francelino de Moura- OAB-TO 2621
Reclamado(a)- Rensoftware desenvolvimento de sistemas Ltda
Advogado- Ana Paula de Crvalho- OAB-TO 2895
FINALIDADE- INTIMAR a parte autora e advogada da sentença em sua parte dispositiva a seguir transcrita: "

Autos nº 17.686/2009 Ação de Cobrança
Reclamante- Joaquim Rodrigues da Cunha
Advogada- Claudia Fagundes Leal- OAB-TO 4552
Reclamado(a)- M. Tereza Prado Cauhi (Churrascaria Líbanos) e Maria Tereza Prado Cauhi
Advogado- Sandro Correia de Oliveira- OAB-TO 1363
FINALIDADE- INTIMAR a parte reclamante e advogada da sentença que transcrevo abaixo a parte dispositiva "ISTO POSTO, com arrimo nos argumentos acima expendidos e fundamento no art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO parcialmente procedente o pedido do autor e, em conseqüência condeno a requerida M. TEREZA PRADO CHAUHI – CHURRASCARIA LIBANUS, a pagar ao requerente o valor de R$ 6.720,76, corrigidos pelo INPC a partir do manejo da ação e com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Totalizando o valor de R$ 8.430,00. Sem custas e honorários nesta fase. Art. 55, da lei 9.099/95. Transitada em julgado, fica desde já a demandada intimada para cumprir a sentença em 15 dias sob pena de incorrer na multa prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil. Cumprida a sentença, arquivem-se os autos com baixas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.".

Autos nº 17.731/2009- Ação Revisional de cláusulas contratuais
Reclamante- Josué Dias Paulino
Advogado- Miguel Vinicius Santos- OAB-TO 214-B
Reclamado(a)-Banco DIBENS S.A Leasing S.A
Advogado- Fabrício Gomes – OAB-TO 3350
FINALIDADE- INTIMAR a parte reclamada através de seu advogado para em 10 dias contrarrazoar o recurso interposto pela reclamante.

Autos nº 17.091 Ação de Indenização
Reclamante- Antonio Ferreira de Mesquita
Advogada- Tatiana Vieira Erbs – OAB-TO 3070
Reclamada- Losango Promoções de Vendas Ltda
Advogado- Patrícia Wiensko – OAB-TO 1733
FINALIDADE- INTIMAR as partes da sentença que transcrevo a parte dispositiva: "

Autos nº 18.231/2010- Ação Declaratória
Reclamante- José Eugênio Cardoso
Advogado- Iwace Antonio Santana- OAB-TO 4548-B
Reclamado(a)- Banco Bonsucesso S.A
Advogada- Eliania Alves Faria Teodoro- OAB-TO 1464 e Sérvio Túlio de Barcelos – OAB-MG 44.698
FINALIDADE- INTIMAR as partes da sentença que transcrevo a parte dispositiva: "ISTO POSTO, por tudo mais que dos autos consta, com arrimo nos argumentos acima expendidos e com lastro nas disposições dos artigos 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de declaração de inexistência do débito, de repetição de indébito e de indenização por danos morais em razão da inexistência de provas das alegações do requerente. Sem custas e honorários nesta fase. Sem custas e honorários nessa fase. Art. 55, da lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado arquivem-se com as devidas baixas".

Autos nº 18.258/2010- Ação de restituição de valores
Reclamante- João Neto Gomes/ Isidia Lopes dos Santos
Advogado- Claudia Fagundes Leal – OAB-TO 4552
Reclamado(a)- Tradição Administradora de Consórcio Ltda- Consórcio Nacional Sandow
Advogado- Monalisa Matos – OAB-TO 168.065
FINALIDADE- INTIMAR as partes da sentença que transcrevo a parte dispositiva: "ISTO POSTO, por tudo mais que dos autos consta, com arrimo nos argumentos acima expendidos, com fundamento nas disposições do artigo 269, I, c/c art. 333, I, ambos do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do autor, por não ter restado demonstrado o fato constitutivo de seu direito, ou seja, a existência da caderneta de poupança na agência do banco requerido. Sem custas e honorários, nessa fase. Art. 55, da lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitado em julgado, arquivem-se".

Autos nº 18.077/2010 - Ação- Repetição de indébito
Reclamante- César Adame
Advogado- Sandro Correia de Oliveira - OAB-TO 1363
Reclamado(a)- Banco Panamericano
Advogado- Wanderson Ferreira Dias – OAB-TO 4167
FINALIDADE- INTIMAR as partes da sentença que transcrevo a parte dispositiva: ISTO POSTO, por tudo mais que dos autos consta, com arrimo nos argumentos acima expendidos e, com lastro nas disposições do art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da parte autora e, com lastro nas disposições do parágrafo único do art. 42, da lei 8.078/90, condeno o requerido a restituir o valor de R$ 489,46, corrigidos pelo INPC a partir do efetivo desconto e com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e em dobro. Totalizando o valor de R$ 1.016,00. julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Julgo improcedente o pedido de indenização pro danos morais. Transitada em julgado, fica a parte demandada desde já intimada para cumprir a sentença no prazo de 15 dias, sob pena de incorrer na multa do art. 475-J do código de Processo Civil. Sem custas e honorários. Art. 55, da lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Autos nº 19.389/2010- Ação- Declaratória
Reclamante- Simone Lopes Dias
Advogada(o)- Ageu de Sousa Oliveira – OAB-TO 4237
Reclamado(a)- Atlântico Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados
Advogado- José Edgard da Cunha Bueno Filho- OAB-TO 4574-A
FINALIDADE- INTIMAR as partes da sentença. Parte dispositiva: " ISTO POSTO, por tudo mais que dos autos consta, com espeque no artigo 269, I, julgo parcialmente procedentes os pedidos da autora e com fundamento no art. 290, do Código Civil, declaro ineficaz a cessão de crédito em relação à requerente, declarando ainda a inexistência do débito, determinando o cancelamento da restrição dele decorrente em definitivo. Com lastro nas disposições dos artigos 186 e 927, do Código Civil, c/c art. 5º, X, da Constituição Federal, CONDENO o demandado a pagar à requerente a título de indenização por danos morais em razão da inserção indevida, o valor de R$ 2.000,00 dois mil reais). Sem custas e honorários nessa fase. Art. 55, da lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, fica desde já o demandado intimado para cumprir a sentença no prazo de 15 dias, sob pena de incorre na multa do art. 475-J, do Código de Processo Civil. Intimação do requerido na pessoa das Advogadas mencionadas às ff. 86. Cumprido o julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas

Autos nº 18.755/2010– Ação declaratória
Reclamante- Clésio Soares da Silva
Advogado(a)- Ricardo Ferreira de Rezende– OAB-TO 4342
Reclamado(a)- Telecomunicações de São Paulo S.A- TELESP
Advogado- Marcos Aurélio Barros Ayres - OAB-TO 3691-B
FINALIDADE- INTIMAR as partes da sentença. Parte dispositiva: " ISTO POSTO com fundamento no art 269. I. do Código de Processo JULGO procedente o pedido de declaração de inexistência de débito, razão porque determino a exclusão tio referido débito no valor de RS 88,60 e respectiva restrição dele decorrente do nome do requerente junto ao SPC, ratificando-se assim, a decisão de antecipação de tutela já deferida. Com fundamento nos argumentos acima expendidos e no art. 333, I, do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido de reparação por danos morais em face da falta de provas de existência da relação de causalidade entre a conduta da demandada e o dano alegado pelo autor. Sem custas e honorários nesta fase Publique se Registre se Intimem se Transitada em julgado, fica a demandada desde ja intimada para fazer a exclusão do debito da restrição no prazo de 15 dias. Cumprida a sentença, arquivem se os autos

Autos nº 18.289/2010- Restituição de parcelas pagas
Reclamante- Suzana Gomes de Miranda
Advogado(a)- Martius Alexandre Gonçalves Bueno - OAB-GO 23.759
FINALIDADE- INTIMAR as partes da sentença. Parte dispositiva: " ISTO POSTO, com arrimo nos argumentos acima expendidos e, fundamentos no art. 269, I do CPC, julgo IMPROCEDENTS os pedidos da requerente, em face da inconsistência de suas pretensões. Sem custas nesta fase. Inteligência do art. 55 a Lei 9099/95. Transitado em julgado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se

Autos nº 19.282/2010- Ação Obrigação de Fazer
Reclamante- Pro saúde, associação beneficente de assistência social
Advogado(a)- Wanderson Ferreira Dias- OAB-TO 4167
Reclamado(a)- OI Telecomunicações S.A
Advogado- Tatiana Vieira Erbs – OAB-TO 3070
FINALIDADE- INTIMAR as partes e advogados da sentença que transcrevo a parte dispositiva:" ISTO POSTO, com arrimo nos argumentos acima expendidos, escorado nas disposições do art. 269, I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE O PEDIDO da requerente. Sem custas e honorários nesta fase. Publique-se. Registre-se. Initmem-se. Transitado em julgado, arquivem-se com as devidas baixas".

Autos nº 17.829/2009 - Ação- Declaratória
Reclamante- Diretriz Engenharia e construção Ltda
Advogado(a)-Richerson Barbosa Lima - OAB-TO 2727
Reclamado(a)- Americel – Claro
Advogado- Tatiana Vieira Erbs – OAB-TO 3070
FINALIDADE- INTIMAR as partes da sentença. Parte dispositiva: " ISTO POSTO com arrimo nos argumentos acima expendidos, escorados nas disposições do art. 269, I, c.c art. 333, I, ambos do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos do autor por falta de prova dos fatos alegados na inicial. Revogo a decisão de antecipação de tutela. Sem custas e honorários nesta fase. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitado em julgado, arquivem-se".

## Juizado Especial Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS 16.902/09
AUTOR DO FATO: Euscley Fonseca Galvão e Fábio José de Souza Veloso
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto e Sara de Oliveira Carneiro
VÍTIMA: Os mesmos
INTIMAÇÃO: fls. 63. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte:
"Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Euscley Fonseca Galvão, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial( art. 76,§4º, e, por analogia, art. 84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Com relação ao autor do fato Fábio José de Souza Veloso, dê-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 18 de Fevereiro de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS Nº 18665/10
AUTORES: OLMAR LEITE LEDO e MADEIREIRA M.M. LTDA
ADVOGADOS: Marco Antônio Vieira Negrão e Paulo Roberto Vieira Negrão
VÍTIMA: Meio Ambiente

INTIMAÇÃO: fls 08. Ficam os advogados intimados do despacho seguinte: "Designe audiência de instrução e julgamento para o dia 01/06/2011, às 13:30 horas. Int. Arn/TO, 10/03/2011.(ass) Kilber Correia Lopes – Juiz de Direito.

AUTOS Nº 18627/2010
AUTOR DO FATO: Odolfo Pinto Mota
ADVOGADO: André Luiz Barbosa Melo
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 66. Fica o advogado intimado da parte dispositiva da r. sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Odolfo Pinto da Mota, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, excerto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4°, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Arn/TO. 24 de fevereiro de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito.

AUTOS Nº 18487/2010
AUTOR DO FATO: Construtora DJ Ltda
ADVOGADO: André Luiz Barbosa Melo
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 68. Fica o advogado intimado da parte dispositiva da r. sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Construtora DJ Ltda, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, excerto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4°, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Arn/TO. 24 de fevereiro de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito.

AUTOS Nº 18105/2010
AUTOR DO FATO: Ariberto Moura Silveira Filho
ADVOGADO: Renato Alves Soares
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 52. Fica o advogado intimado da parte dispositiva da r. sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Ariberto Moura Silveira Filho, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, excerto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4°, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Arn/TO. 24 de fevereiro de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito

AUTOS Nº 18126/2010
AUTOR DO FATO: Antonio Carlos da Cruz
ADVOGADO: Renato Alves Soares
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 99. Fica o advogado intimado da parte dispositiva da r. sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Antonio Carlos da Cruz, determinando que, presente condenação não fique constatando dos registros criminais, excerto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4º, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Arn/TO. 24 de fevereiro de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito".

AUTOS Nº 17954/2010
AUTOR DO FATO: Hadex Comércio e Industria de Madeiras Ltda
ADVOGADO: Renato Alves Soares
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 67. Fica o advogado intimado da parte dispositiva da r. sentença do teor seguinte. Vistos, etc. Em face do documento da pena, declaro extinta a punibilidade de Hadex Com. e Ind. Ltda, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, excerto para fins de requisição judicial (art.76, § 4°, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da lei 9.099/95). Publico-se. Registro-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas. Arn/TO. 24 de fevereiro de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito".

AUTOS Nº 17921/2010 - COMUNICADO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.
AUTOR DO FATO: Marcelo dos Reis Furtado
ADVOGADO: Murilo Mustafá Brito Buscar Abreu
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 69. Fica o advogado intimado da parte dispositiva da r. sentença do teor seguinte. Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Marcelo dos Reis Furtado, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art. 76,§ 4°, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas Arn/TO. 24 de fevereiro de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito".

AUTOS Nº 18042/2010
AUTOR DO FATO: Ferrari Revendedora de Gás Ltda (TRANSGÁS)
ADVOGADO: Alenxandre Garcia Marques
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 56. Fica o advogado intimado da parte dispositiva da r. sentença do teor seguinte: VistoS, etc. Verifica-se, que o fato narrado no presente Termo Circunstanciado não configura qualquer crime ou contravenção, diante do que, determinando o arquivamento dos presentes autos, com relação à Pessoa Jurídica Ferrari Revendedora de Gás Ltda., conforme autoriza o art. 28, do Código de Processo Penal, combinado com o art. 76, da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpre-se. . Arn/TO. 24 de fevereiro de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito.

AUTOS Nº 17890/2010
AUTOR DO FATO: Carlos Antonio Martins da Silva e Rubens Franco Denipoti
ADVOGADO: Carlos Euripedes Gouveia
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 66. Fica o advogado intimado da parte dispositiva da r. sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Em face cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Carlos Antonio Martins da Silva; Rubens Franco Denipoti, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminai, exceto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4°, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Arn/TO. 24 de fevereiro de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de direito.

AUTOS Nº 15180/2007
AUTOR DO FATO:Cacildo Barbosa de Sousa, Ryan Carlos dos Santos Rangel, José Santana dos Reis, Anderson Barros Monteiro, Wanderley Pereira de Lima, Edílson Ribeiro Araujo, José Pereira da Silva, Antonio José Vieira Gomes, Carlos Adriano Freitas Silva e Rosione Martins Jorge
ADVOGADOS: Carlene Lopes Cirqueira Marinho e André Luiz Fontanela
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 144. Fica o advogados intimados da parte dispositiva da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, com no art. 107, IV do código penal, julgo extinta a punibilidade de Ryan Carlos dos Santos, Cacildo Barbosa de Sousa, José Santana dos Reis, Anderson Barros Monteiro, Wanderley Pereira de Lima e Edílson Ribeiro Araújo, relativamente á infrigência do art. 32 da lei 9.605/98.EM face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Jose Pereira da silva; Antonio José Vieira Gomes; Carlos Adriano Freitas Silva; Rosione Martin Jorge, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4°, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e ambos da lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se . Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas .Arn/TO. 24 de fevereiro de 2011. Ass. Kilber Correi Lopes, juiz de direito.

## Juizado Especial da Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2010.0000.5576-8
Requerente: Ministério Público
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: Dr.ª ANA CATHARINA FRANÇA DE FREITAS-OAB/TO-Procuradora do Estado
INTIMAÇÃO " O REQUERIDO para se manifestar sobre o pedido de desistência, no prazo de 05 (cinco) dias.. Araguaína

ADOÇÃO Nº 2009.0006.8767-1
Requerente: V.F.S. E C.D.P.DOS S.
Requerido: G.DE S. DA S.
ADVOGADO: Dr. FABIANO CALDEIRA LIMA-OAB/TO-2493-B
INTIMAÇÃO " Os requerentes para juntar certidão de antecedentes cíveis e criminais.
*Marinete Alves de Sousa Milhomem-escrevente*

# ARAGUATINS

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2010.0000.4128-7 e/ou 2.107/10
Ação: RECLAMAÇÃO
Requerente: CARLOS GARDEL ALVES BARBOSA
Adv. Dra. Rosangela Rodrigues Torres OAB-TO 2088
Requerido: MARIA SONIA FERREIRA DE FRANÇA
Intimação: Fica a procuradora habilitada nos autos intimada para comparecer a audiência de Conciliação, instrução e julgamento designada para o dia 14/04/2011 às 15:00 horas.

Autos nº 2010.0005.9841-9 e/ou 2.192/10
Ação: RECLAMAÇÃO
Requerente: INES SOUSA CRUZ
Adv. Dra. Rosangela Rodrigues Torres OAB-TO 2088
Requerido: JOCIRENE ALVES FERNANDES
Intimação: Fica a procuradora habilitada nos autos intimada para comparecer a audiência de Conciliação, instrução e julgamento designada para o dia 14/04/2011 às 15:15 horas.

Autos nº 1.986/09; 1.990/09; 1.989/09; 1.926/09; 1.988/09 e 2.054/10
Ações RECLAMAÇÕES (JUIZADO ESPECIAL CIVEL)
Requerente: MARIA AUGUSTA NUNES DE OLIVEIRA
Adv. Dra. Rosangela Rodrigues Torres OAB-TO 2088
Requeridos: VICENTE APARECIDO MARRA; EVA APOSTOLO DOS SANTOS; MARIA ANTONIA SOUSA; DENILDE MORAIS DA SILVA; PEDRO BORGES DA SILVA e RAIMUNDO NONATO P. DANTAS
Intimação: Fica a procuradora habilitada nos autos intimada para comparecer as audiências de conciliação, instrução e julgamento agendadas para o dia 14/04/2011 a partir das 15:15 horas.

AUTOS Nº 2009.0008.0075-3 e/ou 3199/09
Ação: Execução de Título Judicial
Exequente: EDELVES DOS PASSOS DE CARVALHO FERNANDES
Advogado (a): Dr. (a) Ide Regina de Paula OAB/TO 4206-A
Executado (a): SALVADOR BATISTA BARROS
Advogado (a): Dr. (a) Francisco de Assis Santana Duarte OAB/TO 12.056
INTIMAÇÃO: Ficam as partes e seus procuradores, intimados do teor da DECISÃO a seguir transcrita. "Tendo em vista a decisão emanada do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que determinou que este magistrado proceda com a admissibilidade da apelação, vez que entendeu que os efeitos da decisão emanada por este Juízo, de fls. 76/85, "por vias transversas, extinguiu o feito executivo", passo para a análise do apelo, em que pese a decisão ter sido proferida em procedimento sincrético e ter como principal efeito manter o *status quo* da relação processual. Ante a admissibilidade, cabimento,

singularidade, preparo e legitimidade, recebo a apelação interposta em seus regulares efeitos, artigos 508 e 520 do Código de Processo Civil. Intime-se o apelado, por intermédio de seu advogado, para apresentar contra-razões no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o artigo 508 do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo supra, encaminhe-se ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo. Cumpra-se com atenção".

AUTOS Nº 2011.0000.1774-0 e/ou 4589/11
Ação: Reclamação Trabalhista
Reclamante: RENATO JÁCOMO
Advogado (a): Dr. (a) Renato Jácomo OAB/TO 185
Reclamado (a): MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TOCANTINS
DECISÃO: "... Assim, determino a intimação da parte autoral para o recolhimento de custas iniciais, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o art. 257 do CPC, sob pena de cancelamento da distribuição, vez que não demonstrou sua necessidade de dispensa do referido dever. Intime-se. Cumpra-se.

AUTOS Nº 2010.0006.0181-9 e/ou 4460/10
Ação: Cobrança
Requerente: JÚLIA GOMES AGUIAR
Advogado (a): Dr. (a) Darlan Gomes de Aguiar OAB/TO 1625
Requerido (a): ANTONIO LIMA COSTA
DECISÃO: "...Assim, determino a intimação da parte autoral para o recolhimento de custas iniciais, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o art. 257 do CPC, sob pena de cancelamento da distribuição, vez que não demonstrou sua necessidade de dispensa do referido dever. Intime-se. Cumpra-se.

AUTOS Nº 2010.0009.9365-2 e/ou 4475/10
Ação: Previdenciária
Requerente: DEUSINALDO MACIEL DE OLIVEIRA
Advogado (a): Dr. (a) Mário César Fonseca da Conceição OAB/TO 4352
Requerido (a): INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DECISÃO: "...Assim, determino a intimação da parte autoral para o recolhimento de custas iniciais, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o art. 257 do CPC, sob pena de cancelamento da distribuição, vez que não demonstrou sua necessidade de dispensa do referido dever. Intime-se. Cumpra-se.

# AUGUSTINÓPOLIS

## 1ª Escrivania Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Doutor OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Meritíssimo Juiz de Direito em Substituição Automática nesta Comarca de Augustinópolis, Estado do Tocantins, na forma da lei etc.
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Serventia Criminal tramita os autos da ação penal nº 103/1992, figurando como acusado HÉLIO FERREIRA DE SOUSA, brasileiro, casado, natural de Mar Vermelho-AL, filho de Antonio Sampaio de Sousa e de Doralice Ferreira de Sousa, atualmente em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Senhor Meirinho lançada à folha 147 dos autos em tela, como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, inciso I, e artigo 69, todos do Código Penal Brasileiro. Não sendo possível citá-lo pessoalmente, CITO-O pelo presente edital, para no prazo de 10 (dez) dias, querendo, constituir novo advogado, tendo em vista a renúncia ao mandato por seu procurado, como se vê à folha 172 dos autos em tela. Ficando advertido, de que, caso não o faça, será nomeado de Defensor Público para prosseguir na sua defesa. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e especialmente ao acusado, é expedido o presente edital que será publicado no lugar de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Augustinópolis, Estado do Tocantins, aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e onze (16/03/2011). Eu, Benonias Ferreira Gomes, Técnico Judicicário, digitei.

OCÉLIO NOBRE DA SILVA
Juiz de Direito em Substituição Automática

# AURORA

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2010.0009.4217-9
Ação: Divórcio Consensual
Requerentes: E.F.S. e Z.J.A.
Advogado dos requerentes: Dr. Eurivaldo de Oliveira Franco
FINALIDADE: Intimar o advogado dos requerentes para tomar conhecimento da parte dispositiva da sentença proferida às fls. 16/16-v, a seguir transcrita: "Diante do exposto, extingo o processo se resolução de mérito, por falta de uma das condições da ação, por determinação do art. 267, VI, do CPC. Sem custas nem honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, arquive-se. P.R.I.C. Aurora/TO, 13/03/11 (as) Antonio Dantas de Oliveira Júnior – Juiz de Direito."

Autos nº 2007.0005.7270-3
Ação: Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário – Aposentadoria por Invalidez
Requerente: José Manoel da Silva
Advogado do requerente: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora, acima especificado, para tomar conhecimento da parte dispositiva da sentença proferida às fls. 137/144, a seguir transcrita: "Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, para reconhecer e declarar a incapacidade de IVAN DIAS FURTADO, concedendo-lhe o direito a aposentadoria por invalidez, a partir da citação, devendo o réu pagar as prestações vencidas acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, além do pagamento de gratificação natalina. Ressalte-se que o benefício será devido enquanto Requerente permanecer nesta condição. ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA, com fundamento no artigo 461, § 3º do Código de Processo Civil por entender estarem presentes os requisitos que autorizam a antecipação da tutela específica de ofício por se tratar de ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, na própria sentença. Ressalta-se que, embora o artigo 273 do CPC exija requerimento da parte, tal norma deve ser afastada diante do direito fundamental descrito no artigo 5º, inciso inc. XXXV, da CF/88: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Ademais, no caso, por se tratar de ação que tem por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, a medida poderá ser concedida de ofício, diante da ausência de exigência de requerimento prévio da parte no artigo 461, § 3º do CPC. É que restou demonstrado de forma clara e patente o direito do requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado, em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. A propósito, superado está o entendimento da impossibilidade da concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. Ademais, a fome e a dor não esperam. Assim, concedo a antecipação da tutela específica, determinando que a parte ré comprove a inclusão e o pagamento do benefício à parte requerente no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), nos termos do artigo 461, § 4º do CPC. Condeno, ainda, o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil, e ao pagamento das despesas processuais conforme Súmula 178 do Superior Tribunal "O INSS *não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios propostas na justiça estadual*". Por não exceder o direito controvertido o patamar de 60 salários mínimos, não se aplica o reexame necessário de sentença, conforme disposição do artigo 475, § 2º, do Código de Processo Civil, deixo de remeter os autos a instância superior para reexame necessário, mormente pelo teor da Súmula 111 do STJ que evidencia que o valor da condenação não engloba as prestações vincendas. Remetam-se os autos com vista à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins (PF/TO) para intimar o INSS acerca desta sentença, bem como para notificá-lo para promover a imediata implantação do benefício, conforme determinado nos itens 1.a) 3 e 4 do dispositivo desta sentença. Fica o INSS ADVERTIDO de que deverá restituir os presentes autos a este Juízo no prazo de 30 dias (Provimento nº 10/2008-CGJUS/TO), sob pena de a Procuradoria Federal suportar as sanções do art. 196 do CPC, quais sejam: a) perder o direito de vista fora do cartório; b) incorrer em multa correspondente à metade do salário mínimo; c) o responsável responder a procedimento disciplinar perante a OAB/TO, sem prejuízo de apuração da responsabilidade criminal por descumprimento de ordem judicial e subtração de documento (arts. 330 e 337 do Código Penal), além da imposição da multa prevista no art. 14, parágrafo único, CPC, ao representante legal do INSS (REsp 666008/RJ). Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à contadoria para expedição de guia para recolhimento das custas deste processo. Em seguida, intime-se a parte requerida para o recolhimento das custas, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado relativamente ao inadimplemento das custas processuais. Transcorridos os 30 dias sem o recolhimento das custas processuais, remetam-se cópias do cálculo das custas e da guia de recolhimento à Fazenda Pública Estadual, para os fins de mister. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, após as formalidades legais, arquivem-se. Aurora do Tocantins, 21 de fevereiro de 2011 (as) Antonio Dantas de Oliveira Júnior – Juiz de Direito."

Autos nº 2008.0000.0999-3
Ação: Revisão de Alimentos
Requerente: J. F.C.
Advogado do requerente: Dr. Saulo de Almeida Freire
Requerida: K.O.C
FINALIDADE: Intimar do advogado do requerente, Dr. Saulo de Almeida Freire, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas informar o endereço do requerente, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito.

Autos nº 2010.0009.4224-1
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: L. G. R. P.
Advogado da requerente: (Assistida pela Defensoria Pública)
Requerido: E.P.F.
Curador nomeado: Dr. Osvair Cândido Sartori Filho
FINALIDADE: INTIMAR o advogado, Dr. Osvair Cândido Sartori Filho para tomar conhecimento de que foi nomeado por este Juízo, como curador especial, devendo comparecer perante este juízo, situado na Rua Rufino Bispo de Oliveira, s/nº, Aurora do Tocantins, no dia 05 de abril de 2011, às 14h30min, para participar da audiência de tentativa de reconciliação, ficando ciente de que o prazo para apresentação de resposta é de 15 (quinze) dias, contado a partir da data da referida audiência.

## 1ª Escrivania Criminal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO JÚRI COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Antonio Dantas de Oliveira Júnior, MM. Juiz de Presidente do Tribunal do Júri desta Comarca de Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições e na forma da lei.FAZ SABER aos que o presente Edital vir ou dele conhecimento tiver, que foram sorteados, no dia 01 de abril de 2.011, às 09h30min, os jurados 25(vinte e cinco) jurados e 05 (cinco) suplentes, a seguir nominados, que ficam convocados para a constituição do Tribunal do Júri, a reunirem-se no dia 01 de abril de 2011, às 09h00min., na Câmara Municipal, situada na Praça Zuza Tavares, s/n, Centro, nesta cidade de Aurora do Tocantins, quando terão início o julgamento do réu ***JOÃO GOMES DOS SANTOS***, atendendo à pauta de julgamento previamente organizada, devendo os convocados ficar à disposição da Justiça, até serem dispensados na forma da lei.JURADOS:1–Marcos Vinicius de Oliveira, motorista, residente em Aurora do Tocantins. 2–Gilmar Ferreira da Silva, agente de vigilância epidemiológica, residente em Novo Alegre. 3–Lucinei Silva Oliveira, digitadora, residente em Novo Alegre. 4–Iara Nunes da Mata, funcionária pública, residente em Novo Alegre.5–Maria Ilza Gomes de Souza Gonçalves, auxiliar de biblioteca, residente em Novo Alegre. 6–Maildes Alves Rodrigues Tavares, funcionária pública, residente nesta cidade. 7–Edicarla Gomes Fonseca da Silva Pis, professora, residente nesta Combinado.8– Antônio José de Souza

Filho, guarda, residente Lavandeira. 9-Deuzinete Gonçalves M. Pinho, auxiliar de secretária, residente Combinado.10–Elisângela Pereira Moreira, funcionária pública, residente em Lavandeira.11–Cristiano de Souza Bastos, auxiliar de serviços gerais, residente nesta cidade.12 –Adailson Lopes Oliveira, conselheira tutelar, residente em Lavandeira.13–Jovelino Ferreira de Souza, agente de saúde, residente nesta cidade.14-Geralda Vieira de Almeida, coordenadora pedagógica, residente Combinado.15–Edma Maria Veríssimo, enfermeiro, residente Lavandeira.16–Izaulina Gomes de Santana, funcionária pública, residente nesta cidade.17-Luciano Magno Gomes da Silva, agente de vigilância epidemiológica, residente Novo Alegre.18–Leidmar Alves Lima, funcionária pública, residente em Lavandeira.19-Ozania Pinto Pereira, diretora escolar, residente em Combinado.20–Rone Jonathan Pereira de Melo, professora, residente em Combinado. 21–Edimar Mendes da Silva, conselheiro tutelar, residente em Combinado. 22–Elzani Bispo dos Santos, conselheira tutelar, residente em Combinado. 23-Agacy Pereira de Oliveira, secretário de saúde, residente em Lavandeira. 24–Alice Santana Silva, merendeira, residente nesta cidade. 25–Darcimeire Gomes de Souza, funcionária Pública, residente nesta cidade. SUPLENTES:1-Geraldo de Souza Amaral, técnico em radiológica, residente em Novo Alegre. 02-Lucília da Cunha Gândara, funcionária pública, residente nesta cidade. 03-Marilene Barbosa de Souza, funcionária pública, residente em Combinado. 04-Noedson Gonçalves Gomes, secretário de finanças, residente em Lavandeira. 05-Mary Martins de Castro, auxiliar de enfermagem, residente em Lavandeira. E para que chegue ao conhecimento de todos, ordenou o MM. Juiz de Direito, a expedição deste EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Tocantins. Eu Rosanne Pereira de Souza, Escrivã do Crime o digitei e imprimi. Antonio Dantas de Oliveira Junior ,Juiz de Direito.

# COLINAS

## 1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: nº. 2007.0010.7115-5 Ação: Previdenciária ML.
Requerente: Valdenisia Ribeiro Rocha.
Advogado: Dr. Victor Marques Martins Ferreira, OAB – TO 4.075.
Requerido: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.
Advogado: Sayonara Pinheiro Carizzi, Procuradora Federal.
INTIMAÇÃO: para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, CONTRA-RAZÕES, artigo 508, CPC.

Autos: nº. 2010.0001.6578-4 Ação: Previdenciária ML.
Requerente: Antonio Carlos Alves da Silva.
Advogado: Dr. Marcos Paulo Favaro, OAB – TO 4.128-A.
Requerido: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.
Advogado: Vitor Hugo Caldeira Teodoro, Procurador Federal.
INTIMAÇÃO: para manifestar, no prazo legal, acerca da CONTESTAÇÃO, de folhas 23/27.

Autos: nº. 2008.0002.2422-3 Ação: Previdenciária ML.
Requerente: Maria Helena Gomes.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera, OAB – TO 3.407.
Requerido: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.
Advogado: Vitor Hugo Caldeira Teodoro, Procurador Federal.
INTIMAÇÃO: para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, CONTRA-RAZÕES, artigo 508, CPC.

Autos: nº. 2008.0002.2422-3 Ação: Previdenciária ML.
Requerente: Maria Helena Gomes.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera, OAB – TO 3.407.
Requerido: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.
Advogado: Vitor Hugo Caldeira Teodoro, Procurador Federal.
INTIMAÇÃO: para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, CONTRA-RAZÕES, artigo 508, CPC.

Autos: nº. 2010.0011.0196-4 Ação: Previdenciária ML.
Requerente: Joana Alves de Sousa.
Advogado: Dr. Antonio Rogério Barros de Mello, OAB – TO 4.159.
Requerido: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.
Advogado: Eduardo Parente dos Santos Vasconcelos, Procurador Federal.
INTIMAÇÃO: para manifestar, no prazo legal, acerca da CONTESTAÇÃO, de folhas 36/40.

Autos: nº. 2010.0004.1021-5 Ação: Previdenciária ML.
Requerente: João Rocha Pereira da Silva.
Advogado: Dr. Antonio Rogério Barros de Mello, OAB – TO 4.159.
Requerido: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.
Advogado: Eduardo Parente dos Santos Vasconcelos, Procurador Federal.
INTIMAÇÃO: para manifestar, no prazo legal, acerca da CONTESTAÇÃO, de folhas 38/42.

Autos: nº. 2010.0011.4856-5 Ação: Busca e Apreensão ML.
Reconvinte: EVA BATISTA DE ALCANTARA.
Advogado: Antonio Carneiro Correia, OAB – TO 1.841 - A.
Reconvindo: BANCO ITAUCARD S/A.
Advogado: Drª. Núbia Conceição Moreira, OAB – TO 4.311 e Celso Marcon, OAB – TO 4.009.
INTMAÇÃO: para o Reconvindo para CONTESTAR a Reconvenção, de folhas 96/146.

Autos: nº. 2010.0011.4856-5 Ação: Busca e Apreensão ML.
Requerente: BANCO ITAUCARD S/A.
Advogado: Drª. Núbia Conceição Moreira, OAB – TO 4.311 e Celso Marcon, OAB – TO 4.009.
Requerido: EVA BATISTA DE ALCANTARA.
Advogado: Antonio Carneiro Correia, OAB – TO 1.841 - A.
INTMAÇÃO: acerca da CONTESTAÇÃO, de folhas 50/95.

Autos: nº. 2010.0008.5682-5 Ação: Busca e Apreensão ML.
Requerente: Banco Finasa BMC S/A.
Advogado: Dr. Amandio Ferreira Tereso Junior, OAB – SP 107.414.
Requerido: Alcebíades Costa Pires.
Advogado: Não constituído.
INTIMÇÃO: da CERTIDÃO, do Oficial de Justiça de folhas 38-V "CERTIDÃO Certifico e dou fé, que em cumprimento ao mandado, dirigi-me até o endereço indicado e, sendo ai, deixei de proceder a apreensão e Citação, por não localizar o veiculo descrito no mandado, sendo informado por moradores daquela cidade que o executado se encontra trabalhando com o referido veiculo no estado do Pará, não sabendo os mesmos informar seu endereço para eventuais diligencias, e que não é possível prever quando o mesmo vem para cidade de Presidente Kennedy – TO, motivo pelo qual devolvo o presente a 1ª Vara Cível, no aguardo de novas instruções. O referido é verdade. Colinas do Tocantins, 11/02/11 Hermes Lemes da Cunha Junior Oficial de justiça Avaliador".

Autos: nº. 2010.0011.2167-5 Ação: Notificação Judicial ML.
Requerente: Associação Habitat p/ Humanidade Brasil.
Advogado: Dr. Fernando Carlos Fiel de Vasconcelos Figueiredo, OAB – TO 1.754.
Requerido: Eva Ferreira de Sena e José Pereira dos Santos.
Advogado: Não constituído.
INTIMAÇÃO: certidão do Oficial de Justiça de folhas 36-V, "CERTIDÃO Certifico que em cumprimento ao respeitável mandado de MMª. Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível desta Comarca, Dra. Grace Kelly Sampaio, dirigi-me ao endereço constante no mandado sendo ai deixei de proceder a Intimação da Sra. EVA FERREIRA DE SENA e JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, por ter sido informado pelo vizinho da esquerda que os mesmos mudaram para a zona rural do município de Pequizeiro – TO., não sabendo informar seu atual endereço. E sendo assim devolvo ao cartório para os fins. O referido é verdade e dou fé. Colinas do Tocantins, 11/02/2011. Hermes Lemes da Cunha Junior Oficial de Justiça-Avaliador".

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

A Doutora GRACE KELLY SAMPAIO, Juíza de Direito desta Comarca de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma da lei etc...
FAZ SABER, a todos quanto os presentes virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Edital realiza a CITAÇÃO da parte ré CORTUME ZEBLUE LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 03.380.925/0001-01 e inscrição estadual n. 29.02.064.276-0, endereço ignorado, para que pague a dívida em 15 dias ou, no mesmo prazo, oponha embargos deduzindo a matéria de defesa em face do pedido formulado nos autos da AÇÃO MONITÓRIA, nº. 2010.0004.1036-3/0, promovida por CELTINS – CIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS em face de CURTUME ZEBLUE LTDA, em trâmite perante o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Colinas do Tocantins - TO. Fica a parte ré ADVERTIDA de que caso não pague o valor, nem oponha embargos no prazo acima indicado constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial em seu desfavor, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, prosseguindo-se o feito na forma prevista para os processos de execução (art. 1.120 c, caput, CPC). Caso pague de imediato a dívida, ficará isenta de custas e honorários (art. 1.120 c, § 1º, CPC). Tudo na conformidade do despacho de fls. 44 dos autos em epígrafe. Colinas do Tocantins - TO, 16 de março de 2011. GRACE KELLY SAMPAIO, Juíza de Direito. E, para que ninguém possa alegar ignorância, expedi o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Colinas do Tocantins - TO, aos 16 de março de 2011. Eu, Mauro Leonardo, Técnico Judiciário da 1ª Vara Cível, o digitei. GRACE KELLY SAMPAIO Juíza de Direito.

## 1ª Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM EXPEDIENTE 236/11 – Cjr
Ficam os procuradores do exeqüente abaixo identificados, intimados do teor do r. despacho proferido por este Juízo, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Autos n. 1937/2000
Ação: Execução de Alimentos
Exeqüente: C. N. O. M., rep/genitora Clêner Marla de Oliveira
Advogado: Dr. Messias G. Pontes, OAB/TO n. 252-A
Executado: José Ribamar Gomes Marinho Filho
Despacho: "Manifeste-se a exeqüente. Int."

BOLETIM EXPEDIENTE 235/11 – Cjr
Ficam os procuradores dos interessados abaixo identificados, intimados do teor do r. despacho proferido por este Juízo, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Autos n. 2005.0004.0779-0 (4417/06)
Ação: Inventário
Requerido: Espólio de Irineu Pereira de Sousa
Advogado: Dr. Paulo César Monteiro Mendes Júnior, OAB/TO n. 1800
Advogada: Dra. Francelurdes de Araújo Albuquerque. OAB/TO n. 1.296-B
Despacho: "Os requerimentos de folhas 232/233 e folhas 249/250, não atendem ao despacho de folhas 229/230; entretanto, diante da juntada das certidões e documentos de folhas 234/245, abra-se vista dos autos para as Fazendas Públicas e para o Ministério Público."

BOLETIM EXPEDIENTE 234/11 – Cjr
Fica o procurador dos interessados abaixo identificado, intimado do teor do r. despacho proferido por este Juízo, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Autos n. 2010.0008.1541-0 (7587/10)
Ação: Prestação de Contas
Requerente: Geovani Costa de Sousa e Outros
Advogado: Dr. Paulo César Monteiro Mendes Júnior, OAB/TO n. 1800
Requerido: Marizete dos Santos da Cunha
Despacho: "O processamento por apensamento não dispensa o autor de cumprir as formalidades legais mínimas para que seja admitida a inicial; assim, os requisitos essenciais da petição apta, os documentos que devem instruir a inicial, a representação processual etc., todos devem estar presentes (artigos 282 e 283, do CPC). Os autores devem emendar a inicial para juntar os documentos essenciais e para regularizar a

representação processual, notadamente, quanto à herdeira Iriane, que hoje é maior e capaz. Prazo: dez dias; pena, indeferimento da inicial ."

BOLETIM EXPEDIENTE 233/11 – Cjr
Fica a procuradora dos interessados abaixo identificada, intimada do teor do r. despacho proferido por este Juízo, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Autos n. 2010.0004.1049-5 (7315/10)
Ação: Homologação de Acordo
Requerente: Denivaldo Gonçalves dos Santos e Maiana Pereira da Silva
Advogada: Dra. Francelurdes de Araújo Albuquerque, OAB/TO n. 1296
Despacho: "Junte-se aos autos, ouça-se a procuradora dos requerentes e em seguida o Ministério Público ."

## Juizado Especial Cível e Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 165/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2009.0003.9362-7 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
RECLAMANTE: JOÃO EVANGELISTA DE MELO PINHEIRO
ADVOGADO: JEFTHER GOMES DE MORAIS OLIVEIRA – OAB/TO 2908
RECLAMADO: EVONE FREITAS DA SILVA E COSME DE SOUSA ROSA
INTIMAÇÃO: Intime-se a parte exeqüente, via advogado, para dar prosseguimento no presente feito, indicando bens do devedor passíveis de penhora no prazo de 05 (cinco) dias, pena de extinção do processo executivo nos termos do art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 10 de fevereiro de 2011. Umbelina Lopes Pereira - Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 164/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2008.0007.8166-1 - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE ATO JURÍDICO C/C EXCLUSÃO E ABSTENÇÃO DE INCLUSÃO DOS CADASTROS DE INADIMPLÊNCIA EM CARÁTER LIMINAR C/C INDENIZAÇÃO POR DANSO MORAIS E MATERIAIS
RECLAMANTE: EGUIMAR DE SOUSA REZENDE - ME
ADVOGADO: MARIANE ALENCAR GOMES DO NASCIMENTO – OAB/TO 4706
RECLAMADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO – 2132-B
INTIMAÇÃO: "Tendo em conta a nova sistemática de execução dos títulos judiciais determinada pela Lei nº 11.232/2005, recebo o pedido de execução de sentença para processá-lo nos termos do art. 475-J e seguintes da lei processual. Nestes termos, intime-se a parte requerida para o cumprimento da sentença no prazo de 15 (quinze) dias, consistente no pagamento do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) corrigido pelo INPC/IBGE desde a propositura da ação e com juros de 1% ao mês partir da citação, acrescendo-se ainda da multa por descumprimento voluntário da sentença, no importe de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC. Antes da expedição do mandado de intimação, à contadoria para atualização do valor devido. Intime-se. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 26 de outubro de 2010. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 163/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2011.0002.8878-7 – AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO EM CONSÓRCIO
RECLAMANTE: PAULO SERGIO DO AMARAL
ADVOGADO: ADWARDYS BARROS VINHAL –OAB/TO 2541
RECLAMADO: CAIXA CONSÓRCIOS S.A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
INTIMAÇÃO: Para que compareça na audiência de conciliação designada para o dia 12 de abril de 2011, às 09:00 horas, a realizar se na sala de audiências do Juizado Especial Cível, situado na Rua Presidente Dutra, n.º337, Fórum da Comarca de Colinas do Tocantins-TO.

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 161/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2007.0010.9383-3 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS
RECLAMANTE: E. M. NUNES ALENCAR E CIA LTDA
ADVOGADO: MARIANE ALENCAR GOMES DO NASCIMENTO – OAB/TO 4706
RECLAMADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO – 2132-B
INTIMAÇÃO: "Tendo em conta a nova sistemática de execução dos títulos judiciais determinada pela Lei nº 11.232/2005, recebo o pedido de execução de sentença para processá-lo nos termos do art. 475-J e seguintes da lei processual. Nestes termos, intime-se a parte requerida para o cumprimento da sentença no prazo de 15 (quinze) dias, consistente no pagamento do valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) corrigido pelo INPC/IBGE desde a propositura da ação e com juros de 1% ao mês partir da citação, advertindo-se que o descumprimento voluntário acarretará a incidência de multa por descumprimento voluntário da sentença, no importe de 10%, (art. 475-J, do CPC e Enunciado 15 da Turma Recursal do Estado do Tocantins-TO) e exclusão definitiva do nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito por débito referente à presente lide. Antes da expedição do mandado de intimação, à contadoria para atualização do valor devido. Intime-se. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 08 de novembro de 2010. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº162/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0001.7245-4 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS
RECLAMANTE: JOSE DE SOUSA CASTRO FILHO
ADVOGADO: PAULO CÉSAR MONTEIRO MENDES JUNIOR – OAB/TO 1.800
RECLAMADO: BANCO REAL S/A
ADVOGADO: LEANDRO ROGERES LORENZI – OAB/TO 2170
INTIMAÇÃO: "(...)Ante o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE O PEDIDO para CONDENAR o requerido ao pagamento dos danos morais no valor de R$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) corrigidos pelo INPC/IBGE desde a propositura da ação e com juros de 1% ao mês (CC, art. 406, c/c art. 161, § 1º, do CTN) a partir da citação (CC, art. 405), contudo INDEFIRO o pedido de danos materiais, face não comprovação dos mesmos. Em conseqüência, resolvo o mérito da lide (CPC, art. 269, Esclareço, ainda, que decorrido o prazo de 15 dias do trânsito e julgado desta sentença, sem o cumprimento espontâneo da obrigação, incidirá de pleno direito e independentemente de nova intimação a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC.Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Colinas do Tocantins-TO, 21 de fevereiro de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

# COLMEIA

## 2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2007.0010.8308-0/0
Ação: APOSENTADORIA RURAL POR IDADE.
Requerente: ALDERINA FERREIRA DA GRAÇA.
Advogado: MARCELO TEODORO DA SILVA - OAB/TO 3.975-A OAB/SP 242.922.
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS.
Advogado: Procurador Federal
DESPACHO: "Em razão do não comparecimento da parte autora à audiência outrora designada por desídia de seus patronos, e para não prejudicar a parte autora que são pessoas campesinas, rede signo a audiência de instrução e julgamento deste processo para o dia 09/05/2011 às 09h00min. Intimem-se as partes pessoalmente, o INSS mediante remessa dos autos, e, seus patronos, por meio de Diário Oficial, os quais deverão comparecer na data e hora supra designada, acompanhada das partes e suas testemunhas, independente de intimação. Cumpra-se.." Colméia, 10 de fevereiro de 2011. Jordan Jardim Juiz de Direito

AUTOS: 2007.0010.9630-1/0
Ação: APOSENTADORIA RURAL POR IDADE.
Requerente: JOÃO ALVES BEZERRA.
Advogado: MARCELO TEODORO DA SILVA OAB/TO 3.975-A OAB/SP 242.922.
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS.
Advogado: Procurador Federal
DESPACHO: "Em razão do não comparecimento da parte autora à audiência outrora designada por desídia de seus patronos, e para não prejudicar a parte autora que são pessoas campesinas, rede signo a audiência de instrução e julgamento deste processo para o dia 09/05/2011 às 08h00min. Intime-se as partes pessoalmente, o INSS mediante remessa dos autos, e, seus patronos, por meio de Diário Oficial, os quais deverão comparecer na data e hora supra designada, acompanhada das partes e suas testemunhas, independente de intimação. Cumpra-se.." Colméia, 10 de fevereiro de 2011. Jordan Jardim Juiz de Direito

AUTOS: 2007.0010.9606-9/0
Ação: BENEFICIO DE PENSÃO POR MORTE.
Requerente: FRANCISCA LEIDE ALVES DOS SANTOS.
Advogado: MARCELO TEODORO DA SILVA OAB/TO 3.975-A OAB/SP 242.922.
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS.
Adv. Do Reqdo: Procurador Federal
DESPACHO: "Em razão do não comparecimento da parte autora à audiência outrora designada por desídia de seus patronos, e para não prejudicar a parte autora que são pessoas campesinas, rede signo a audiência de instrução e julgamento deste processo para o dia 09/05/2011 às 08h30mis. Intime-se as partes pessoalmente, o INSS mediante remessa dos autos, e, seus patronos, por meio de Diário Oficial, os quais deverão comparecer na data e hora supra designada, acompanhada das partes e suas testemunhas, independente de intimação. Cumpra-se.." Colméia, 10 de fevereiro de 2011. Jordan Jardim Juiz de Direito

# CRISTALÂNDIA

## 1ª Escrivania Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2006.0004.3259-8 – AÇÃO PENAL
Autor: Ministério Público
Denunciado: Vínicius Rocha de Oliveira ou Haroldo da Silva Rocha
Advogados: Mário Antônio Silva Camargos OAB/TO 37
Fernando Borges e Silva OAB/TO 1379
Otacílio Ribeiro de Souza Neto OAB/TO 1822
Assistentes de acusação: Daniela Silva Neto
Ana Cristina Silva Neto
Advogado: Antonio Paim Broglio OAB/TO 556
INTIMAÇÃO: Ficam os advogados, supramencionados, intimados do inteiro teor do despacho de fls. 1021: "1. O pronunciado foi intimado pessoalmente da decisão de pronúncia à fl. 1.018. 2- INTIME-SE o Assistente (s) da Acusação Admitido (s) à fl. 902, na pessoa do Advogado, da decisão de pronúncia de fls. 961/969. 3. Em razão do RECURSO EM SENTIDO ESTRITO interposto às fls. 975/977, dê-se VISTA ao Ministério Público para suas contrarrazões no prazo legal. 4. Após, INTIME-SE o(s) Assistente(s) da Acusação, na pessoa do Advogado para, no prazo legal, manifestar sobre o recurso interposto (arts. 268 e segs do CPP). 5. Posteriormente, conclusos para análise do efeito regressivo recursal. Cristalândia-TO, 16 de março de 2011. Agenor Alexandre da Silva – Juiz de Direito Titular."

AUTOS: 2006.0004.3259-8 – AÇÃO PENAL
Autor: Ministério Público
Denunciado: Vínicius Rocha de Oliveira ou Haroldo da Silva Rocha
Advogados: Mário Antônio Silva Camargos OAB/TO 37
Fernando Borges e Silva OAB/TO 1379
Otacílio Ribeiro de Souza Neto
Assistentes de acusação: Daniela Silva Neto
Ana Cristina Silva Neto
Advogado: Antonio Paim Broglio OAB/TO 556
INTIMAÇÃO: Fica o advogado das assistentes de acusação, supramencionado, intimado da decisão de pronúncia de fls. 961/969. Dispositivo: "POSTO ISTO, havendo prova da existência material delitiva e indícios suficientes de autoria, fulcrado no artigo 413 do Código de Processo Penal, PRONUNCIO o réu (...) Faculto ao réu recorrer em liberdade, posto que em liberdade se encontra sob a proteção de duas ordens concedida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em dois *Habeas* Corpus, conforme supracitados. Intime-se o réu pessoalmente da presente decisão (art. 420, I, CPP), no endereço indicado à fl. 802, bem como sua defesa. Cientifique-se o Ministério Público. Transitada em julgado, voltam-se conclusos para outras deliberações. Cristalândia/TO, 12 de agosto de 2009. Agenor Alexandre da Silva – Juiz de Direito Titular.

## Cartório de Família, infânica e Juventude e 2ª cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2007.0009.4120-2/0
PEDIDO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: MARTINS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO: Dr. Aldo José Pereira – OAB/TO nº 331
REQUERIDO: GILBERTO ANTÔNIO DAL PAZ
INTIMAÇÃO: Intimar a parte requerente na pessoa de seu procurador acima mencionado do despacho exarado nos referidos autos a seguir transcrito: " Ante a não localização de valores na penhora *on line* determinada por este Juízo às fls. 115/119, INTIME-SE a em presa exeqüente para, no prazo de 05(cinco) dias, manifestar a respeito nos autos e requerer o que de direito.

AUTOS Nº 2009.0006.8113-4/0
PEDIDO: DIVÓRCIO JUDICIAL LITIGIOSO
REQUERENTE: FABIANA CIRQUEIRA MOTA
ADVOGADO: Dr. Wilton Batista – OAB/TO 3809
REQUERIDO: NELCION LUIZ GARCIAS
INTIMAÇÃO: Intimar a parte requerente na pessoa de seu procurador acima mencionado para, no prazo de 5(cinco) dias, manifestar e requerer o que de direito ante a certidão de fl. 54 verso.

AUTOS Nº 2011.0000.0045-7/0
PEDIDO: ANULATÓRIA
REQUERENTE: JOSÉ IVAN ABRAO
ADVOGADO: Dr. José Ivan Abrão – OAB/GO 19421
REQUERIDOS: YARAS BRASIL FERTILIZANTES S/A E OUTROS
INTIMAÇÃO: Intimar a parte requerente acima mencionado da sentença prolatada nos referidos autos cuja parte conclusiva é a seguinte: " ... POSTO ISTO, sem maiores delongas, conheço de ofício a litispendência e, de consequencia, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, fulcrado no art. 267, V e § 3º, do aderno Instrumental Civil..."

AUTOS Nº 2006.0006.9009-0/0
PEDIDO: ANULATÓRIA
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: Dr. Rudolf Schaitl – OAB/TO 163B
REQUERIDO: ANTONIO ALVES GARCIA
ADVOGADO: Dr. Ibanor Antonio de Oliveira – OAB/TO 128B
INTIMAÇÃO: Intimar as partes na pessoa de seus procuradores acima mencionados da sentença prolatada nos referidos autos homologando o pedido de desistência ofertado às fls. 391/393, para que possa surtir seus jurídicos e legais efeitos.

AUTOS Nº 2006.0007.4797-1/0
PEDIDO: ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO
REQUERENTE: ANTONIO ALVES GARCIA
ADVOGADO: Dr. Ibanor Antonio de Oliveira – OAB/TO 128B
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: Dr. Rudolf Schaitl – OAB/TO 163B e
INTIMAÇÃO: Intimar as partes na pessoa de seus procuradores acima mencionados da sentença prolatada nos referidos autos homologando o pedido de desistência ofertado às fls. 148/150, para que possa surtir seus jurídicos e legais efeitos.

AUTOS Nº 2006.0006.9079-1/0
PEDIDO: CAUTELAR DE ARRESTO
REQUERENTE: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ARROS DA LAGOA – COOPERLAGO
ADVOGADA: Dra. Juscelir Magnago Oliari – OAB/TO 1.103
REQUERIDO: CÉSAR ZANANDREA
INTIMAÇÃO: Intimar a procuradora da parte requerente acima mencionada para, no prazo de 05(cinco) dias, manifestar nos autos requerendo o que de direito.

AUTOS Nº 2006.0006.9078-3/0
PEDIDO: CAUTELAR DE ANTECIPAÇÃO DE PROVAS
REQUERENTE: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ARROS DA LAGOA – COOPERLAGO
ADVOGADA: Dra. Juscelir Magnago Oliari – OAB/TO 1.103
REQUERIDO: CEREALISTA ÁGUA VERDE
INTIMAÇÃO: Intimar a procuradora da parte requerente acima mencionada para, no prazo de 05(cinco) dias, manifestar nos autos requerendo o que de direito.

# DIANÓPOLIS

## 1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ação Penal nº. 2008.0008.0731-8
Réu: BISPO ORLANDO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado: MARCONY NONATO NUNES – OAB-TO nº. 1.980
Despacho: "Defiro na forma requerida pela defesa, para em conseqüência redesignar a audiência para o dia 25 de março de 2011, às 14h00min, nos moldes do r. despacho de fls. 155/156. Intimem-se. Cumpra-se. Dianópolis - TO, 16 de março de 2011, Ciro Rosa de Oliveira – Juiz de Direito Titular da Vara Criminal."

## 1ª Vara Cível e Família

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2011.0.3063-1 - Busca e Apreensão
Requerente: BV Financeira – Crédito e Financiamento e Investimento
Adv: Cristiane Belinati Garcia Lopes
Requerido: Iremário Rodrigues da Silva
Adv:
Fica o advogado do requerente intimado para no prazo de 30 (trinta) dias, fazer o recolhimento das custas e taxa judiciária, sob pena de cancelamento da distribuição do feito. O DAJ poderá ser retirado no site www.tjto.jus.br .Dianópolis, 16 de março de 2011. Maria as Graças Gomes Araújo, Escrivã Judicial.

AUTOS: 6.701/05-Investigação de Paternidade
Requerente:K.M.N e outra
Adv: Defensora Pública
Requerido:M.X.F.
Adv: Sílvio Romero Alves Póvoa
SENTENÇA: "(...) Isto Posto, em face do voluntário abandono da causa pela parte requerente, declaro extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas. P.R.I. Marcio Soares da Cunha, Juiz Substituto

AUTOS: 3.822-Investigação de Paternidade
Requerente: E.T.D
Adv: Defensoria Pública
Requerido: G.J.A.
Adv: Gerson Costa Fernandes Filho
SENTENÇA: "(...) Isto Posto, julgo procedentes os pedidos de investigação de paternidade e alimentos, reconhecendo o requerido G.J.A.,como sendo o pai da requerida S. T.de D. que passará a assinar S.T.de D .A. Fixo os alimentos em 30% do salário mínimo, devidos desde a citação até o dia anterior a aquisição da maioridade, por parte da investigante. Defiro ao requerido os benefícios da lei n. 1.060/50. Por ter a Defensoria Pública passado a defender os interesses da investigante, arbitro os honorários de sucumbência em R$ 800,00 (oitocentos reais), em favor da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, a serem pagos pelo investigado. Todavia, por estar sob o pálio da justiça gratuita, a exigibilidade das verbas de sucumbência ficam suspensas nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50.P.R.I.Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto.

AUTOS: 6.617/05-Investigação de Paternidade
Requerente: M.F.de S.
Adv: Defensora Pública
Requerido: O.M. dos S.
Adv: Marcony Nonato Nunes.
SENTENÇA: "(...) Ante ao exposto, HOMOLOGO por sentença, o pedido de desistência formulado pela parte autora, e extingo o processo sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, Código de Processo Civil Brasileiro. Sem custas. P.R.I. Marcio Soares da Cunha, Juiz Substituto

AUTOS 2009.6.1078-4-Execução
Exeqüente: Antônio Devanir Minghini e outra
Adv: Adriano Tomasi
Executado: Rudolfo Ewertt
Adv:
SENTENÇA: "(...) Isto posto, procedo o cancelamento da distribuição do feito, conforme autoriza o artigo 257 do Código de Processo Civil em vigor, e via de conseqüência, à extinção do processo sem resolução de mérito.Condeno o exeqüente ao pagamento das custas e eventuais despesas processuais, a serem calculadas sobre o valor de R$ 17.549,00, valor este que arbitro à causa, via correção ex officio. P.R.I.Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto

AUTOS 2009.6.1078-4-Execução
Exeqüente: Antônio Devanir Minghini e outra
Adv: Adriano Tomasi
Executado: Rudolfo Ewertt
Adv:
SENTENÇA: "(...) Isto posto, procedo o cancelamento da distribuição do feito, conforme autoriza o artigo 257 do Código de Processo Civil em vigor, e via de conseqüência, à extinção do processo sem resolução de mérito.Condeno o exeqüente ao pagamento das custas e eventuais despesas processuais, a serem calculadas sobre o valor de R$ 17.549,00, valor este que arbitro à causa, via correção ex officio. P.R.I.Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto

AUTOS 2009.6.1078-4-Execução
Exeqüente: Antônio Devanir Minghini e outra
Adv: Adriano Tomasi

Executado: Rudolfo Ewertt
Adv:
SENTENÇA: "(...) Isto posto, procedo o cancelamento da distribuição do feito, conforme autoriza o artigo 257 do Código de Processo Civil em vigor, e via de conseqüência, à extinção do processo sem resolução de mérito.Condeno o exeqüente ao pagamento das custas e eventuais despesas processuais, a serem calculadas sobre o valor de R$ 17.549,00, valor este que arbitro à causa, via correção ex officio. P.R.I.Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto

Autos n. 6.840/05- Execução Fiscal
Exeqüente: Fazenda Pública Estadual
Adv: Procurador da Fazenda Estadual
Executado: Gesiney Batista Rodrigues
Adv: Ciran Fagundes Barbosa
DESPACHO:
Intime-se o executado, por seu advogado, para providenciar a documentação mencionada às fls. 32/33, no prazo de 30 (trinta) dias. Marcio Soares da Cunha, Juiz Substituto

Autos n. 4.233/00-Monitória
Requerente: Instaltec- Materiais Elétricos e Serviços
Adv: Érika Costa Guanaes
Requerido: Petronílio Rocha Filho
Adv:
PROVIMENTO 002/2011
Fica o advogado do requerente intimado para manifestar sobre a certidão de fls.50v.
Certidão(...deixei de intimar Petronílio Rocha Filho, tendo em vista que não mais mora nesta cidade....) Valdemir Ribeiro de Queiroz, Oficial de Justiça.
Dianópolis, 16.03.2011. Maria das Graças Gomes Araújo, Escrivã Judicial.

AUTOS: 3.171/97-Inventário
Requerente:Maria Aparecida Sandri Anastácio
Adv: Getúlio Cúrcio
Requerido: Vilmar Anastácio
Adv: SENTENÇA: "(...) Isto Posto, caracterizado seu desinteresse, outro caminho não há que não extinguir o presente processo, julgamento de mérito e assim o faço, determinando que, observadas as cautelas de praxe, sejam os autos arquivados.
P.R.I.
Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto.

AUTOS 2009.6.1078-4-Execução
Exeqüente: Antônio Devanir Minghini e outra
Adv: Adriano Tomasi
Executado: Rudolfo Ewertt
Adv:
SENTENÇA: "(...) Isto posto, procedo o cancelamento da distribuição do feito, conforme autoriza o artigo 257 do Código de Processo Civil em vigor, e via de conseqüência, à extinção do processo sem resolução de mérito.Condeno o exeqüente ao pagamento das custas e eventuais despesas processuais, a serem calculadas sobre o valor de R$ 17.549,00, valor este que arbitro à causa, via correção ex officio. P.R.I.Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto

AUTOS 2007.1.7463-5-Execução Fiscal
Exeqüente: UNIÃO
Adv: Procurador da Fazenda Nacional
Executado: Alfredo Bruno Schimdt
Adv: Edgar Claro de Oliveira
SENTENÇA: "(...) Ante ao exposto, EXTINGO o presente processo, nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
Condeno o executado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo me 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Marcio Soares da Cunha, Juiz Substituto.

AUTOS 3.484/98-Cautelar Inominada
Requerente: Hercy Aires Rodrigues Filho
Adv: Silvio Romero Alves Póvoa
Requerido: Alfredo Jorge Marques de Sá
Adv: Deise dos Santos Sampaio
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com amparo no artigo 806 c/c artigo 267, inciso VI do CPC, procedo a extinção do processo sem resolução do mérito. Condeno o requerente no pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários de sucumbência arbitrados na forma do artigo 20 do CPC em 10% (dez por cento) do valor da causa para cada advogado dos requeridos.Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto."

AUTOS 3.484/98-Cautelar Inominada
Requerente: Hercy Aires Rodrigues Filho
Adv: Silvio Romero Alves Póvoa
Requerido: Alfredo Jorge Marques de Sá
Adv: Deise dos Santos Sampaio
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com amparo no artigo 806 c/c artigo 267, inciso VI do CPC, procedo a extinção do processo sem resolução do mérito. Condeno o requerente no pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários de sucumbência arbitrados na forma do artigo 20 do CPC em 10% (dez por cento) do valor da causa para cada advogado dos requeridos.Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto."

# FIGUEIRÓPOLIS

## 1ª Escrivania Cível

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS

AUTOS Nº 2010.00105818-3
Requerentes: Raimundo Antonio de Souza e Helena dos Santos Souza
Requerido: Lucineide Santos de Souza
Guardando: Thaynara Santos de Souza

O Doutor FABIANO GONÇALVES MARQUES, MM. Juiz de Direito desta comarca de Figueirópolis, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital de citação virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania Cível, se processam os autos de Guarda, processo nº 2011.0001.0014-1 requerido por Raimundo Antonio de Souza e Helena Rosa dos Santos Souza em desfavor de Lucineide Santos de Souza, sendo o presente para CITAR a requerida, Lucineide Santos de Souza, brasileira, solteira, estando em local incerto e não sabido, para querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem tidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 297 e 319 do CPC). E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual deverá ser publicado uma vez no Diário de Justiça do Estado e afixado no átrio do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Figueirópolis, aos dezeseis dias do mês de março do ano de dois mil e onze. Eu, Maria Amélia da Silva Jardim, Escrevente do Cível digitei e subscrevi.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS

AUTOS Nº 2011.0001.0014-1
Requerentes: Ari Rodrigues Chaveiro e Maria Soledade Chaveiro
Requeridos: Ari Rodrigues da Silva e Willias Rodrigues Chaveiro
Guardando: Roberto Junio Rodrigues Chaveiro
O Doutor FABIANO GONÇALVES MARQUES, MM. Juiz de Direito desta comarca de Figueirópolis, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital de citação virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania Cível, se processam os autos de Guarda, processo nº 2011.0001.0014-1 requerido por Ari Rodrigues Chaveiro e Maria Soledade Chaveiro em desfavor de Ari Rodrigues da Silva e Willias Rodrigues Chaveiro, sendo o presente para CITAR os requeridos, Ari Rodrigues da Silva e Willias Rodrigues Chaveiro, qualificação ignorada estando em local incerto e não sabido, para querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem tidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 297 e 319 do CPC). E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual deverá ser publicado uma vez no Diário de Justiça do Estado e afixado no átrio do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Figueirópolis, aos dezeseis dias do mês de março do ano de dois mil e onze. Eu, Maria Amélia da Silva Jardim, Escrevente do Cível digitei e subscrevi.

# GOIATINS

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº. 2.238/2005 – Manutenção de Posse c/ Pedido de Liminar
Requerente: João Pessoa Ribeiro
Adv. Dr. Fernando Henrique Avelar Oliveira – OAB/MA 3435
Requerido: Sebastião Ferraz e Paulo de tal
Ad. Dr. Edimar Nogueira da CostaINTIMAÇÃO: do advogado do requerente para apresentar as contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Goiatins/TO, 16 de março de 2011.

Ref. Autos nº. 2009.0007.0027-9/0 (3619/09)
Ação: Inventário
Requerentes: João Victor Augusto Reolon e outros
Adv. Drª. Rosânia Cardoso Silva, OAB/GO nº 23.228.
INTIMAÇÃO: da advogada para conhecimento da Decisão Judicial proferida nos autos supra, nomeando Inventariante dos bens a Srª DILMA DANIELA DINIZ RIBEIRO, para prestar compromisso e primeiras declarações no prazo legal. Goiatins/TO, 16 de março de 2011.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

A Exmª Sra. Dra. ALINE MARINHO BAILÃO IGLESIAS – Juíza de Direito desta Comarca de Goiatins – Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania Cível, se processam aos termos da Ação Declaratória registrada sob o nº 2010.0001.9657-4/0, na qual figura como requerente DESTILARIA DIAMANTE S/A e requeridos ESTADO DO TOCANTINS e outros e por meio deste CITAR os requeridos SEBASTIÃO PRETO GODOY e sua esposa ROSA DE OLIVEIRA GODOY, SANDRA DE APIVA VERZANI e a Sra. NERYNA APARECIDA MIAMOTO, atualmente em lugares incertos e não sabido, , para tomar conhecimento da ação, caso queira responder no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de confissão e revelia. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Goiatins TO, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011). Eu,_ esc. que a dat. e subsc. ALINE MARINHO BAILÃO IGLESIAS – Juíza de Direito. CERTIDÃO: Certifico e dou fé que, afixei uma das vias do presente Edital no placar do Fórum local, às 09h00, na data de 16/03/2011. Eu, ____, Porteira dos Auditórios.

# GUARAÍ

## 1ª Vara Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.235/2011 - LF
Fica o advogado da parte autora abaixo identificada, intimada dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2007.0010.4847-1 – Ação de Reivindicatória
Requerente: Maria José Pereira de Souza
Advogado: Dr. Carlos Eduardo Gadotti Fernandes - OAB/TO n.4242-A
Requerida: INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
DESPACHO de fls. 85 : " ... Considerando na data de hoje, o ajuste verbal, via telefone, com Excelentíssimo Senhor Doutor EDUARDO PRADO DOS SANTOS, Procurador Chefe da AGU no Estado do Tocantins, acerca do mutirão de audiências previdenciárias na 1ª

Vara Cível de Guaraí/TO, redesigno o ato processual, para o dia 22/03/2011, 08:00 horas, haja vista a impossibilidade da presença de respectivos Procuradores na data, anteriormente, marcada. No mais, reitero Decisão de fls. 80. Guaraí, 16/02/2011. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito."

## 1ª Vara Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º: 098/05.
Natureza do Objeto: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VEÍCULO.
Requerente: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS.
Defensor(es): Dr. Fábio Tizzani (OAB/SP nº. 219.073) e/ou Dr. Andréa Cristina Viestel (OAB/SP nº. 219.130) e/ou Patrícia Ayres de Melo (OAB/TO nº. 2.972).
Ficam a(s) parte(s) por seu(s) advogado(s), intimado(s) do(s) ato(s) processuaL(is) abaixo relacionado(s): (Intimações conforme o Provimento 002/11 da CGJ-TO): (6.2) DESPACHO Nº. 125/02. Intime-se o Requerente, por seu procurador (DJE), para que no prazo de 05(cinco) dias manifeste interesse no prosseguimento do feito. Transcorrido o prazo, conclusos. Cumpra-se. Guaraí, TO, 23 de fevereiro de 2011. (Ass.). Dr. Alan Ide Ribeiro da Silva-Juiz de Direito substituto-Auxiliar da Vara Criminal.

AUTOS Nº. 011/05.
Natureza do Objeto: PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE DEPOSITÁRIO FIEL.
Requerente: FRICOL-FRIGORÍFICO COLINAS S/A.
Advogado(a): Drª. Cristiane Delfino Rodrigues Lins (OAB/TO 2119-B).
Fica a parte e seu Advogado abaixo identificados, intimados do ato processual a seguir relacionado (conforme Provimentos n.ºs 036/02 e 009/08): DESPACHO: "(6.2) DESPACHO Nº. 19/03. Autos nº. 011/05. Intime-se a Requerente, por sua procuradora (DJE), para que no prazo de 05(cinco) dias manifeste interesse no prosseguimento do feito. Transcorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os presentes, com as baixas de praxe. Cumpra-se. Guaraí, TO, 15 de março de 2011. ALAN IDE RIBEIRO DA SILVA-Juiz de Direito Substituto- Auxiliar da Vara Criminal".

## 2ª Vara Cível; Família e Sucessões Infância e Juventude

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO COM PUBLICAÇÃO POR 03 (TRÊS) VEZES CONSECUTIVAS COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS

A Doutora Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito na Vara de Família, Sucessões, Infância, Juventude e 2° Cível da Comarca de Guaraí, Estado do Tocantins, na forma da lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitaram por este Juízo e Escrivania competentes os termos da Ação de INTERDIÇÃO nº. 2008.0008.4483-3, proposta por DIVINA DAS DORES GREGORIO DE JESUS, em face de VALDEIR GREGORIO BARBOSA, brasileiro, solteiro, nascido aos 11.12.1983, natural de Guaraí - TO, filho de Valteny Donizete Pinto Barbosa e Divina das Dores Gregório de Jesus, portador do R.G. nº. 1.119.202 - SSP/TO, inscrito no CPF nº 005.930.181-33, residente e domiciliado na Rua Paranoá nº 939, centro, nesta cidade. Feito julgado procedente e decretada a interdição do requerido que, é absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil e comercial, por ser portador de doença mental incurável, tudo conforme o laudo médico. Dessa forma se faz necessário que se determine um responsável capaz, sendo lhe nomeada CURADORA sua mãe Sra. DIVINA DAS DORES GREGORIO DE JESUS, legalmente compromissada perante este Juízo, nos termos da sentença de fls. 48/50, da lavra da MM Juíza de Direito em substituição automática, Dra. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, que, em resumo, tem o seguinte teor: SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com fundamento no que dispõem os artigos. 3º, inciso II, c/c 1.767, inciso I, c/c 1.768, inciso I, c/c o artigo 1.774, todos do Código Civil, e, artigo 1.188 do Código de Processo Civil DECRETO A INTERDIÇÃO de VALDEIR GREGÓRIO BARBOSA, brasileiro, solteiro, nascido em 11.12.1983, natural de Guaraí/TO, filho de Valteny Donizete Pinto Barbosa e Divina das Dores Gregório Barbosa, RG 1.119.202/SSP-TO, CPF 005.930.181-33, residente e domiciliado nesta cidade. Nos termos do disposto pelo artigo 1.775, § 1º, do Código Civil, NOMEIO CURADORA do Interdito a sua mãe DIVINA DAS DORES GREGÓRIO BARBOSA, a qual não poderá, sem autorização judicial, por qualquer meio, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencentes ao Interdito. Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do mesmo. Lavre-se o termo de curatela, constando as restrições acima. Cumpra-se o disposto nos artigos 1.184 e 1.188 do Código de Processo Civil, publicando-se os editais. Intime-se a curadora para, no prazo de 05 dias, prestar compromisso. Após, no prazo de 10 dias, proceda a curadora a especialização em hipoteca legal havendo bens do Interditado para administrar ou, não havendo, manifestar-se neste sentido, anexando na ocasião certidão do CRI local. Nos termos do disposto pelos arts. 29, inciso V, e 92, da Lei 6.015/73 c/c art. 9º do Código Civil, inscreva-se a sentença no Registro Civil do Interdito, lavrado sob nº 9.409, do Livro A-09, fls. 292/Vº, do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Guaraí/TO, servindo cópia da presente como mandado. Publique-se na Imprensa Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do Interditado e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela, nos termos do artigo 1.184, do CPC. Encaminhe-se cópia da presente ao Cartório Eleitoral desta 6ª Zona para, se estiver o Interdito inscrito, haja o cancelamento do registro como eleitor. Sem Custas, em face da assistência deferida. Publique-se. Registre-se. (...)

DILIGÊNCIA DE JUIZO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇACOM PRAZO DE 20 DIAS

A Doutora Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito na Vara de Família, Sucessões, Infância, Juventude e 2° Cível da Comarca de Guaraí, Estado do Tocantins, na forma da lei etc...FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitaram por este Juízo e Escrivania competentes os termos da Ação de ALVARÁ JUDICIAL nº. 2009.0010.6484-9 proposta por REGINALDO GODINHO MACEDO, atualmente estando em local incerto e não sabido, e que por meio deste fica intimado de todo teor da r. sentença abaixo excerto transcrita, bem como, para no prazo legal, efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 25,71 (vinte e cinco reais e setenta e um centavos). SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com fundamento no que dispõe o artigo 267, II e III, § 1º, do Código de Processo Civil, declaro EXTINTO o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Publique-se, registre-se, intimem-se e após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais e baixas necessárias. Guaraí, 25 de setembro de 2019. (Ass.) Dra. Mirian Alves Dourado". E para que ninguém alegue ignorância, mandou a MM. Juíza que fosse expedido o presente Edital que será devidamente publicado no Diário da Justiça e afixado no Placar do Fórum local, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guaraí, aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e onze. Eu, Edith Lázara Dourado Carvalho, Escrevente, digitei e subscrevi.
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO COM PUBLICAÇÃO POR 03 (TRÊS) VEZES CONSECUTIVAS COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS.

A Doutora Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito na Vara de Família, Sucessões, Infância, Juventude e 2° Cível da Comarca de Guaraí, Estado do Tocantins, na forma da lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitaram por este Juízo e Escrivania competentes os termos da Ação de INTERDIÇÃO nº. 2010.0001.6085-5, proposta por ADRIANA CARVALHO DA SILVA, em face de CARLOS CARVALHO DA SILVA, brasileiro, solteiro, nascido aos 01/08/1990, natural de Araguaína - TO, filha de Ademar Nunes da Silva e Maria Messias Carvalho, portador do R.G. nº. 825.113 - SSP/TO, residente e domiciliada na Rua Alecrim s/n, Fortaleza do Tabocão - TO. Feito julgado procedente e decretada a interdição do requerido que, é absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil e comercial, por ser portador de anomalia psíquica, consistente em retardo mental acentuado, tudo conforme o laudo médico. Dessa forma se faz necessário que se determine um responsável capaz, sendo lhe nomeada CURADORA sua irmã a Sra. ADRIANA CARVALHO DA SILVA, legalmente compromissada perante este Juízo, nos termos da sentença de fls. 51/54, que, em resumo, tem o seguinte teor: SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, amparado nos artigos. 3º, inciso II, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil novel, decreto a interdição de CARLOS CARVALHO DA SILVA, qualificado acima, com declaração de que, apesar de contar com 20 (vinte) anos de idade, é absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil e comercial, por ser portador de doença mental, tudo conforme o laudo médico de fls. 35. Com fulcro no artigo 1.775, § 3º, do Código Civil, NOMEIO curadora do interdito a sua irmã ADRIANA CARVALHO DA SILVA, ora requerente, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interdito. Lavre-se o termo de curatela, constando as restrições acima. Cumpra-se o disposto nos artigos 1.184 e 1.188 do Código de Processo Civil, publicando-se os editais. Intime-se a curadora para, no prazo de 05 dias, a prestar compromisso, em cujo termo deverão constar as restrições supra, todas referentes à proibição de alienações ou onerações de quaisquer bens do interdito, sem autorização judicial. Após, no prazo de 10 dias, proceda-se a curadora a especialização em hipoteca legal havendo bens do interditado para administrar, ou não havendo, manifeste-se neste sentido, anexando na ocasião certidão do CRI local. Inscreva-se a sentença no Registro Civil do interdito (art. 29, V, e 92, da Lei 6.015/73 e art. 9º do Código Civil), expedindo-se, para tanto, o mandado. Publique-se na Imprensa Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela, nos termos do artigo 1184, do CPC. Oficie-se o Cartório Eleitoral. Custas na forma da lei. Entretanto, em face da autora ser beneficiária da justiça gratuita, fica suspenso o pagamento das custas, até eventual mudança na sua situação econômica; se dentro do prazo de cinco anos, a contar desta sentença, a assistida não puder satisfazer o aludido pagamento, a obrigação ficará prescrita (art. 12, da Lei 1.060/50). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Guaraí, 9 de dezembro de 2010. (ass) Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito, Juiza de Dieito."

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO COM PUBLICAÇÃO POR 03 (TRÊS) VEZES CONSECUTIVAS COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS.

A Doutora Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito na Vara de Família, Sucessões, Infância, Juventude e 2° Cível da Comarca de Guaraí, Estado do Tocantins, na forma da lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitaram por este Juízo e Escrivania competentes os termos da Ação de INTERDIÇÃO nº. 2008.0010.1925-9, proposta por DELZUITA CIRQUEIRA BARROS, em face de ANTONIO MARTINS, brasileiro, solteiro, nascido aos 28/04/1935, natural de Porto Nacional - TO, filho de Francisca Martins, portador do R.G. nº. 193.310 SSP/TO, inscrito no CPF nº 422.681.251-49, residente e domiciliado na Av. Tocantins nº 2174, centro, nesta cidade. Feito julgado procedente e decretada a interdição do requerido que, é absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil e comercial, por ser portador de doença mental, tudo conforme o laudo médico. Dessa forma se faz necessário que se determine um responsável capaz, sendo lhe nomeada CURADORA sua sobrinha Sra. DELZUITA CIRQUEIRA BARROS, legalmente compromissada perante este Juízo, nos termos da sentença de fls. 57/60, que, em resumo, tem o seguinte teor: SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, amparado nos artigos. 3º, inciso II, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil novel, decreto a interdição de ANTÔNIO MARTINS, qualificado acima, com declaração de que, apesar de contar com 75 (setenta e cinco) anos de idade, é absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil e comercial, por ser portador de doença mental, tudo conforme o laudo médico de fls. 38. Com fulcro no artigo 1.775, § 3º, do Código Civil, NOMEIO curadora do interdito a sua sobrinha DELZUITA CIRQUEIRA BARROS, ora requerente, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interdito. Lavre-se o termo de curatela, constando as restrições acima. Cumpra-se o disposto nos artigos 1.184 e 1.188 do Código de Processo Civil, publicando-se os editais. Intime-se a curadora para, no prazo de 05 dias, a prestar compromisso, em cujo termo deverão constar as restrições supra, todas referentes à proibição de alienações ou onerações de quaisquer bens do interdito, sem

autorização judicial. Após, no prazo de 10 dias, proceda-se a curadora a especialização em hipoteca legal havendo bens do interditado para administrar, ou não havendo, manifeste-se neste sentido, anexando na ocasião certidão do CRI local. Inscreva-se a sentença no Registro Civil do interdito (art. 29, V, e 92, da Lei 6.015/73 e art. 9º do Código Civil), expedindo-se, para tanto, o mandado. Publique-se na Imprensa Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela, nos termos do artigo 1184, do CPC. Oficie-se o Cartório Eleitoral. Custas na forma da lei. Entretanto, em face da autora ser beneficiária da justiça gratuita, fica suspenso o pagamento das custas, até eventual mudança na sua situação econômica; se dentro do prazo de cinco anos, a contar desta sentença, a assistida não puder satisfazer o aludido pagamento, a obrigação ficará prescrita (art. 12, da Lei 1.060/50). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Guaraí, 28 de maio de 2010. Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito."

## Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0001.0434-1
AÇÃO: TCO
MAGISTRADO SUBST. AUXILIAR: DR. JORGE AMÂNCIO DE OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MILTON QUINTANA
AUTOR DO FATO: JOSÉ BARROS G. JUNIOR
ADVOGADO: DR. WANDEILSON DA CUNHA MEDEIROS
VÍTIMA: EDVAN C. DA SILVA
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. FRANCIANA DI FÁTIMA CARDOSO
SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA CRIMINAL Nº 02/03 (7.1 a) – Considerando que houve transação penal, nos termos do que dispõe o artigo 76, parágrafo 3º e 4º da Lei nº 9.099/95, homologo a transação penal efetuada entre o Ministério Público e o autor do fato JOSÉ BARROS G. JUNIOR, com cláusula resolutiva. Fica o Infrator ciente de que, deixando de cumprir o pactuado com o Ministério Público, a competente ação penal será proposta, perdendo ele os benefícios da Lei nº 9.099/95, passando a integrar o rol dos denunciados comuns para efeitos de antecedentes criminais. Aguarde o processo em cartório, até o cumprimento integral do pactuado. (SPROC/DJE). Nada mais havendo para constar, eu. lavrei o presente que vai devidamente assinado,

AUTOS N° 2009.0012.9262-0
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS DIAS DOS SANTOS
REQUERIDOS: MANOEL RAIMUNDO DIAS FERREIRA E DIOCLECIANO DIAS FERREIRA
ADVOGADO: DR JOSE FERREIRA TELES
(6.4.c) DECISÃO Nº 23/03 :Dispensado o Relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. A fase de cumprimento da sentença de fls. 09 teve seu trâmite normal sendo efetuado bloqueio on-line no valor restante conforme informado pela autora às fls. 12. Diante disso, os requeridos foram instados a se manifestarem sobre a penhora realizada e conforme se infere pela certidão de fls. 22, informaram que restava para ser pago apenas a quantia de R$100,00 e juntaram aos autos os comprovantes de pagamento, o que foi posteriormente confirmado pela requerente, conforme informação prestada pela certidão de fls. 33/v.Outrossim, verifica-se pela certidão de fls. 33/v que a autora retornou em Cartório e informou que os requeridos efetuaram o pagamento integral do débito, requerendo o arquivamento do feito.Desta forma, ante a quitação integral do débito, o processo deve ser extinto.Ante o exposto, em razão da quitação do débito, nos termos do artigo 794, inciso I do CPC EXTINGO o processo.Oficie-se o banco depositário para efetuar a devolução do valor bloqueado à conta de origem, mediante comprovação nos autos.Após o trânsito em julgado, procedam-se às anotações necessárias e arquive-se.Publique-se (DJE-SPROC). Intimem-se servindo cópia deste como carta de intimação.Guaraí, 16 de março de 2011. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar

AUTOS Nº. 2010.0006.5214-6
AÇÃO DECLARATÓRIA C/C RESTITUIÇÃO C/C INDENIZAÇÃO COM PEDIDO LIMINAR
REQUERENTE: MARIA DE JESUS MENESES
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA
REQUERIDO: BANCO FICSA – FINANCIAMENTO, INVESTIMENTO E CRÉDITO S.A.
(6.0) SENTENÇA nº 25/03:Dispensado o Relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido.Deferido o pedido liminar (fls.24/25), foi designada audiência de conciliação, instrução e julgamento. Aberta a sessão da audiência (fls.38), constatou-se a presença da autora e ausência do banco requerido, apesar de devidamente citado e intimado (fls.37/v). A ausência do Requerido conduz à revelia, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, com o consequente reconhecimento da veracidade dos fatos alegados na inicial pela Requerente. Saliente-se que a revelia incide sobre os fatos e não sobre o direito. No caso presente, ante a ausência de provas contrárias e considerando as provas juntadas pela Requerente, há que se ter como verdadeiros os fatos alegados pela autora. Neste sentido, resta analisar se estas provas dos autos autorizam o julgamento de mérito em favor desta.Após análise dos autos, constata-se que a documentação apresentada pela autora comprova que ela é beneficiária da Previdência Social, benefício n° 109.461.473-1, e que há um desconto mensal efetivado diretamente de seu benefício previdenciário, no valor de R$141,50, o qual está sendo descontado pelo INSS em favor do banco requerido, referente ao contrato n° 40121886-10, iniciado no dia 27.01.2010 e término para o dia 10.01.2015, o qual a autora alega não ter contraído.Ante tais alegações e provas o requerido permaneceu inerte. Como se verifica, o ônus da prova foi invertido quando do deferimento do pedido liminar (fls.24/25) ficando o banco requerido com o ônus de provar a solicitação do empréstimo por parte da requerente e sua efetiva utilização, bem como a totalidade de parcelas descontadas do benefício previdenciário da autora. No entanto, o banco requerido não contestou a presente ação, não comprovou que o empréstimo foi realizado pela autora e não compareceu à audiência designada. Assim, verifica-se que o requerido deixou de cumpriu com o ônus que lhe competia. Portanto, não restou provado que a autora tenha contraído empréstimo junto ao banco requerido para lhe garantir efetivar os descontos diretamente do benefício previdenciário da autora. Logo, inexistente o contrato de empréstimo consignado e indevidos os descontos efetuados do benefício previdenciário da requerente. Desta forma, o requerido, ante a falha na prestação de seu serviço que resultou em descontos no benefício da autora referente a um contrato por ela não realizado, deve ser responsabilizado de forma objetiva, sem averiguação de culpa, nos termos do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que este diploma legal é aplicado às instituições financeiras nos termos da Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça, Neste sentido o pleito da autora merece deferimento.O pedido de restituição em dobro deve ser deferido nos termos do artigo 42, parágrafo único da Lei 8.078/90, porquanto foram efetuados descontos do benefício previdenciário da autora referente a um suposto contrato n° 40121886-10, cuja contratação não restou comprovada nos autos. Há que se ressaltar apenas que os descontos tiveram início em 27.01.2010 e foram excluídos no mês de maio de 2010, conforme informa Ofício do INSS de fls. 30/32. Assim, verifica-se que foi efetivado o total de 04 (quatro) descontos mensais.Em relação ao pedido de indenização por danos morais, verifica-se que as circunstâncias da lide demonstraram a violação a direito da personalidade da autora que transcende o mero aborrecimento e simples transtorno do dia a dia. Porquanto descontos mensais foram efetuados do benefício previdenciário da autora sem que esta tivesse contraído referido. empréstimo junto ao requerido, fazendo com que a autora recorresse ao Procon e ao Poder Judiciário para a resolução deste problema. Diante desses fatores que violam a dignidade do consumidor, configurado está o dano moral, passível de compensação. Neste sentido há jurisprudência:"JUIZADOS ESPECIAIS. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FRAUDE. TRANSAÇÃO NÃO CONTRATADA PELO AUTOR. FALHA NO SERVIÇO PRESTADO. DESCONTOS INDEVIDOS DE SUBSTANCIAL QUANTIA. DANO MORAL CONFIGURADO. ADEQUAÇÃO DO VALOR DE R$ 5.000,00 EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PORPORCIONALIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Ainda que a instituição financeira, no momento da contratação, cerque-se de todas as cautelas necessárias, a fim de certificar-se sobre quem está contratando e a documentação pessoal respectiva, assume os riscos da atividade e responde objetivamente por prejuízos decorrentes de eventual fraude. 2. Viola o direito de personalidade do consumidor a falha do serviço, da qual resulta desconto mensal indevido de parte de seu módico benefício previdenciário, em decorrência de empréstimo consignado não contratado. O comprometimento de parte dos proventos auferidos pelo aposentado, desequilibrando sua frágil equação financeira, coloca em xeque o cumprimento de suas diuturnas obrigações pecuniárias, além de causar-lhe intenso desgaste emocional. Dano moral caracterizado. 3. Quantum indenizatório de R$5.000,00 (cinco mil reais), fixado na sentença a título de danos morais, mantido, pois cumpre as funções reparatória, punitiva e pedagógica esperadas da condenação, sem causar enriquecimento indevido ao demandante. De mais a mais, à luz da proporcionalidade e da razoabilidade, bem atende às peculiaridades do caso trazido a desate. 4. Obrigação de repetir em dobro os valores indevidamente descontados do benefício previdenciário da autora que se impõe, à míngua de prova de erro justificável. Aplicação da regra preconizada pelo parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. 5. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com a súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95. Condenado o recorrente ao pagamento das custas processuais. Não há condenação em honorários advocatícios, visto que a parte contrária não ofertou contrarrazões. (20090710380779ACJ, Relator FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, julgado em 14/12/2010, DJ 17/12/2010 p. 239)" Diante disso, a compensação pelo dano moral pleiteado deve ser concedida, considerando-se o direito material ofendido (regras sobre relações de consumo do CDC e ofensa à dignidade), observando-se na fixação do valor os critérios de razoabilidade para evitar o enriquecimento indevido. Ante o exposto, com fundamento nas razões de fato e de direito alinhavadas e no disposto pelo artigo 20, da Lei 9.099/95, decreto a revelia de BANCO FICSA – Financiamento, Investimento e Crédito S.A. Com base nas mesmas razões, julgo procedente o pedido de repetição do indébito em dobro e condeno BANCO FICSA – Financiamento, Investimento e Crédito S.A. no ressarcimento em dobro do valor de R$566,00, que atualizado e acrescido de juros de 1% ao mês a contar a partir de 27.01.2010, resulta no valor total de R$1.371,08 (mil, trezentos e setenta e um reais e oito centavos).Julgo procedente também o pedido de indenização por danos morais com espeque nas mesmas fundamentações, e condeno o requerido no pagamento do valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), a serem corrigidos a partir desta sentença e juros moratórios de 1% ao mês, também com termo *a quo* da data desta sentença.Registre-se que, se houver recurso, caso a Turma Recursal mantenha sentença, considerando que o valor do dano moral é sempre contemporâneo, conforme súmula 362 do STJ, a correção monetária do valor arbitrado será computada a partir da data desta sentença independente da data de julgamento do recurso.Nos termos do que dispõe o artigo 475-J, do Código de Processo Civil determino o pagamento do valor total da condenação de R$6.371,08 (seis mil, trezentos e setenta e um reais e oito centavos) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado desta sentença, sob pena do pagamento de multa equivalente a dez por cento (10%) sobre o valor total da condenação.Registre-se que a intimação da sentença será realizada com sua publicação pelo Diário da Justiça Estadual. Assim, os prazos para eventuais recursos e contagem para trânsito em julgado, correrão desta data.Com fundamento no que dispõe o artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo, com resolução de mérito.Sem custas e honorários, nesta fase, conforme artigo 55, da Lei 9.099/95. Depois de transcorrido o prazo fixado para o cumprimento espontâneo da sentença, manifeste-se a Autora a necessidade de execução.Manifestando-se a Requerente pela execução, considerando a revelia operada, INTIME-SE o Requerido para cumprir o *decisum* sob pena de incidir a multa acima mencionada.Com o trânsito em julgado e não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Publique-se (SPROC/DJE). Registre-se. Intimem-se servindo cópia desta como carta de intimação.Guaraí - TO, 16 de março de 2011.Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar.

PROCESSO Nº.2010.0011.8284-4
ESPÉCIE Indenização
MAGISTRADO SUBST. AUXILIAR: DR. JORGE AMÂNCIO DE OLIVEIRA
CONCILIADORA: DRª MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA CUNHA
REQUERENTE: GLAUBER WANDERLEY SANTOS

ADVOGADO: SEM ASSISTÊNCIA
REQUERIDA: COMPRAFACIL.COM
PREPOSTA: ELAINE JUSTINO DOS SANTOS
(6.4 b) DECISÃO Nº 28/03: Defiro a juntada dos documentos solicitados pelo requerente e o pedido de juntada da carta de preposição, contestação e documentos constitutivos apresentada pela preposta. Considerando que as partes declararam que não possuem outras provas a apresentar e requereram o julgamento da lide encerro a instrução; Designo audiência de publicação de sentença para o dia 29.03.2011, às 16h30. A sentença será publicada em audiência, na data e horário acima mencionado, correndo os prazos para eventuais recursos do dia útil seguinte à publicação, independente da data que se efetuar a publicação do DJE. P.I. (SPROC/DJE). Declarada encerrada a audiência e nada mais havendo para constar, lavrei o presente. Carla Regina N. S. Reis, escrevente.
PROCESSO Nº. 2010.0012.5196-0
ESPÉCIE: Indenizatória
Magistrado Subst. Auxiliar: Dr. Jorge Amâncio de Oliveira
Empresa Requerente: GILBERTO PAULA SILVA
Advogado: Sem assistência
Banco Requerido: BANCO DO BRASIL
Preposto: Wilmar Rodrigues Santiago
Advogada: Dra. Suellen Siqueira Marcelino Marques OAB-TO: 3989
1-SENTENÇA nº 24/03: Considerando que houve conciliação entre as partes, nos termos do que dispõe o artigo 22, § único da Lei nº. 9.099/95 c/c 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo por sentença a transação realizada entre a empresa requerente GILBERTO PAULA SILVA e o Requerido BANCO DO BRASIL. As partes renunciam ao prazo recursal transitando em julgado esta decisão imediatamente. Diante disso, extingo o processo com resolução de mérito. Publicada e intimados os presentes, registre-se e arquive-se. Publique-se no DJE/SPROC. Declarada encerrada a audiência e nada mais havendo para constar, lavrei o presente. Carla Regina N. S. Reis, escrevente.

AUTOS: 2010.0011.8283-6
AÇÃO: COBRANÇA
MAGISTRADO SUBST. AUXILIAR: DR. JORGE AMÂNCIO DE OLIVEIRA
CONCILIADORA: DRª MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA CUNHA
REQUERENTE: ANA MARIA COELHO OLIVEIRA
ADVOGADO: SEM ASSISTÊNCIA
1ª REQUERIDA: RICARDO ELETRO
PREPOSTO: JOSÉ LUIZ ALVES FERREIRA
ADVOGADA: DRA. SUELLEN SIQUEIRA MARCELINO MARQUES OAB-TO: 3989
2º REQUERIDA> GRADIENTE- PHILCO (AUSENTE)
6.4 b) DECISÃO Nº 28/03: Defiro a juntada do documento solicitado pela segunda empresa requerida, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias. Considerando que as partes declararam que não possuem outras provas a apresentar e requereram o julgamento da lide encerro a instrução; Designo audiência de publicação de sentença para o dia 24.03.2011, às 16h30. Registro que o advogado presente em audiência será intimado da sentença e demais atos. A sentença será publicada em audiência, na data e horário acima mencionado, correndo os prazos para eventuais recursos do dia útil seguinte à publicação, independente da data que se efetuar a publicação do DJE. P.I. (SPROC/DJE). Declarada encerrada a audiência e nada mais havendo para constar, lavrei o presente. Carla Regina N. S. Reis, escrevente.

# GURUPI

## 1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AÇÃO: RECISÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ACORDO CONTRATUAL C/C PERDAS E DANOS –6.585/07
Requerente: Sônia Terezinha Fernandes de Almeida
Advogado(a): Hilton Cassiano da Silva Filho OAB/ TO 4.044-B
Requerido(a): Fernando Pereira Aguiar
Advogado(a): Ciran Fernandes Barbosa
INTIMAÇÃO: SENTENÇA "Visto etc,(..)Ante o exposto e fundamentado, resolvo o mérito do presente feito e julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido constante da inicial, razão pela qual declaro a rescisão do Contrato firmado entre as partes, para fins de devolver à autora, em definitivo, a posse do automóvel descrito no Mandado de Busca e Apreensão respectivo ( fls. 31 do processo cautelar em apenso), respeitados os direitos da Financiadora do bem em comento.Por conseqüência, determino a liberação do veículo ofertado em garantia como caução real (descrito às fls. 09 e 97), na forma legal pertinente.Considerando a procedência parcial do pedido, as custas processuais e honorários advocatícios serão reciprocamente suportados por ambas as partes, Fulcro no artigo 21 do CPC Brasileiro.Carreia-se cópia desta sentença para o processo cautelar em apenso, observando-se o disposto no artigo 808, III, CPC.Oportunamente, dê-se baixa e arquivem-se os autos.RPI.Cumpra-se.Gpi,04/03/2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO –2009.0004.0329-0
Requerente: Banco Bradesco S.A
Advogado(a): Simony Vieira de Oliveira OAB/ TO 4093
Requerido(a): Milton Carlos da Silva
Advogado(a): Não constituido
INTIMAÇÃO: DESPACHO "Visto etc, Recebo o aditamento de fls.36.Deste modo e uma vez alterado o valor da causa, intime-se para recolhimento da diferença de custas judiciais, prazo de 10 (dez) dias sob pena de extinção.Cumpra-se.Gpi,02/03/2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

AÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – 5872/03
Requerente: José Pereira da Costa repres. por Lucimar Alves da Costa e outra
Advogado(a): Magdal Barboza de Araújo OAB/ TO 504-B
Requerido(a): Brasil Telecom S/A
Advogado(a): Pamela da Silva Novais Camargo
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerida intimada da penhora do valor bloqueado via Bacen Jud de fls.275, para impugnar, caso queira, no prazo legal.

AÇÃO: IMPUGNAÇÃO A ASSISTENCIA JUDICIÁRIA – 2011.0000.9433-8
Requerente: Rio Lontra Radio e Televisão Ltda (TV Gurupi)
Advogado(a): Guilherme Trindade Meira Costa OAB/TO 3.680-A
Requerido(a): Francisco Alves dos Santos
Advogado(a): Não Constituido
INTIMAÇÃO: DESPACHO"Vistos e etc. Compete a parte diligenciar sobre a existência de bens em nome do impugnado e não ao Judiciário.Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.Intime-se. Gurupi-TO., 02/03/2011 – Odete Batista de Almeida – Juíza de Direito Substituta
AÇÃO: REPETIÇÃO DE INDEBITO – 2011.0001.2704-0
Requerente: Maria Joaquina Pimentel Barros
Advogado(a): Gadde Pereira Gloria OAB/ TO 4314
Requerido(a): Banco BMG
Advogado(a): Não Constituido
INTIMAÇÃO: DECISÃO: " Vistos etc, Defiro a Assistência Judiciária Gratuita...Existe acordo firmado entre as partes no PROCON, o qual não foi cumprido pelo demandado. Deste modo, a própria autora reconhece que deveria proceder à execução do Acordo(fls.31,IV e fls.15), pelo que entendo que antecipação da tutela nos termos pleiteados não procede, razão pela qual a indefiro.Cite-se para contestação no prazo legal, com as advertências de estilo.Desta decisão intime-se a autora. Gurupi 02/03/2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

AÇÃO: INDENIZAÇÃO – 2009.0004.2929-0
Requerente: Joaquina Pinto Pereira
Advogado(a): José Duarte Neto OAB/ TO 2.039
Requerido(a): M.L Gomes Advogados Associados
Advogado(a): Deise Maria dos Reis Silverio OAB/GO 24864
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Por diversas vezes a autora foi instada a dar andamento no feito, no sentido de recolher as custas judiciais indeferida a gratuidade, inistindo a mesma em quedar-se inerte.Em definitivo, intime-se para o recolhimento alusivo no prazo de 10 (dez) dias, sobre pena de extinção.Cumpra-se. Gurupi 02/03/2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

Ação: MANUTENÇAO DE POSSE – 2011.0000.3700-8
Requerente: Rio Lontra Radio e Televisão Ltda (TV Gurupi)
Advogado(a): Guilherme Trindade Meira Costa OAB/TO 6.680-A
Requerido(a): Francisco Alves dos Santos
Advogado(a): Jerônimo Ribeiro Neto OAB/TO 462
INTIMAÇÃO: DESPACHO: (...) "Sobre a contestação de fls.71 diga o autor, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. Gurupi 02/03/2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE – 2011.0000.3650-8
Requerente: Francisco Alves dos Santos
Advogado(a): Jerônimo Ribeiro Neto OAB/TO 462
Requerido(a): Rio Lontra Radio e Televisão Ltda (TV Gurupi)
Advogado(a): Guilherme Trindade Meira Costa OAB/TO 6.680-A
INTIMAÇÃO:Fica o autor intimado do DESPACHO: "..Vistos etc. Sobre a contestação de fls. 49 diga o autor,prazo de 10 (10) dias.Intimem-se. Gurupi-TO., 02/03/2011 – Odete Batista de Almeida – Juíza de Direito Substituta

AÇÃO: AUTORIZAÇÃO JUDICIAL 2008.0010.9433-1
Requerente: Jarlne Lopes de Lima
Advogado(a): Helellen Cristina P. da Silva OAB/ TO 2510
Requerido(a): Julio Cesar Rosilho
Advogado(a): Marlúzia Marques Pereira OAB/PA 12090
INTIMAÇÃO: DECISÃO "Trata-se de pedido de redesignação de audiência aviado pela advogada da parte requerida, sob o argumento de que possui outras audiências marcadas para datas antecedentes e subseqüentes. É o relatório. Decido. Insta ressaltar que o adiamento da audiência poderá ocorrer nas hipóstases do artigo 453, do Código de Processo Civil, que, no seu inciso II, traz dentre as hipóstases de adiamento a seguinte: "se não puderem comparecer, por motivo justificado, o perito, as partes, as testemunhas ou os advogados".No caso a advogada da parte requerida afirma que possui outras audiências em dias antecedentes e subseqüentes em comarcas do Estado do Pará, o que não é suficiente para determinar a redesignação do ato.A meu ver só justificaria a redesignação do ato se a advogada comprovasse, juntamente com o pedido que deduziu, que a intimação para as audiências designadas no Estado do Pará foram antes da intimação da designação da audiência concernente ao presente feito, que tramita nessa 1ª Vara Cível de Gurupi-TO, e, ainda, desde que estivessem designada para a mesma data, o que não ocorreu no presente caso. Ademais a distancia das comarcas não é motivo suficiente para redesingação do ato, já que o advogado deve prever tais possibilidades quando aceita o patrocínio de uma causa.Ante ao exposto, INDEFIRO o pedido de redesignação de audiência.Intime-se.Cumpra-se.Gpi,16/03/2011. Márcio Soares da Cunha, Juiz Substituto."

ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

CITANDO: TERCEIROS INTERESSADOS, AUSENTES, E DESCONHECIDOS E EVENTUAIS HERDEIROS, todos atualmente em lugar incerto e não sabido. OBJETIVO: Intimação dos termos da Ação de Usucapião Ordinário, processo n.º2010.0011.7760-3/0 movida por DOMINGOS BISPO DE OLIVEIRA E IRACY DOS SANTOS OLIVEIRA, para querendo e no prazo de 15 (quinze),dias contestarem a presente sob pena de revelia e confissão quanto aos fatos narrados na inicial, artigos 285 e 319 do CPC.OBJETO: Rua 38-A, lote residencial 28, Qd.119, Loteamento Parque Nova Fronteira, desta Cidade, com área de 360,00 mts² Registro de Imóveis sob o n.ºR-4/3.758, livro 2-U, Registro Geral, fls.10, E, para que ninguém possa alegar ignorância, a MM. Juíza de Direito mandou expedir este edital que será publicado na forma da lei. Gurupi -TO, 16 de março

de 2011. Eu, Francilmara Coelho de Aguiar _____, Escrevente Judicial, o digitei e assino. Odete Batista Dias Almeida Juíza de Direito Substituta

## 2ª Vara Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor MÁRCIO SOARES DA CUNHA, meritíssimo Juiz Substituto da 2ª Vara Cível da Comarca de Gurupi, no exercício de suas atribuições legais etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do 2º Cível, processam-se os Autos da Ação de Execução – Processo n.º 3092/91 que TEREZINHA PAULINO BARBOSA move em desfavor de JOÃO ALBERTO RIBAS SOARES, e, por este meio INTIMA o requerente para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, impulsionar o feito, sob pena de extinção. E para que ninguém alegue ignorância, mandou que fosse expedido o presente edital e publicado na forma da lei Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, aos vinte e dois (22) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze. Eu _, Iva Lúcia Veras Costa – Escrivã, digitei e subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor MÁRCIO SOARES DA CUNHA, meritíssimo Juiz Substituto da 2ª Vara Cível, da Comarca de Gurupi, no exercício de suas atribuições legais etc.Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do 2º Cível, processam-se os autos n.º 2007.0006.8704-7*/0, de Ação de Usucapião requerida por RAIMUNDO ALVES MOTA em face de JOSÉ ALVES DO ESPIRITO SANTO E SUA ESPOSA, e, por este meio CITA os requeridos, atualmente em lugar incerto ou não sabido, dos termos da ação de usucapião supra, sobre o imóvel denominado como lote n.º 05, da quadra 145, situado na Av. Maranhão, com área de 525,00m², para, querendo, contestar no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de confissão e revelia. ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação presumir-se-ão como verdadeiros os fatos narrados pela autora na inicial, nos termos dos artigos 285 e 319 do CPC. E para que ninguém alegue ignorância, mandou que fosse expedido o presente edital e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, aos vinte e quatro (24) dias do mês de fevereiro do ano de 2011. Eu , Iva Lúcia Veras Costa – Escrivã, digitei e subscrevo.*

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n.º: 2010.0011.7889-8/0
Ação: Execução
Exeqüente: ABR Comércio de Veículos Ltda.
Advogado(a): Dr. Paulo Saint Martin de Oliveira
Executado(a): Viação Javaé Ltda.
Advogado(a): Dra. Dulce Elaine Cóscia
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo legal, se manifestar sobre o oferecimento de bens à penhora de fls. 18.

Autos n.º: 2009.0006.7101-5/0
Ação: Declaratória de Inexistência de Débito
Requerente: Alain de Almeida Paula
Advogado(a): Dra. Cristiana Aparecida Santos Lopes Vieira
Requerido(a): Gran Marfil Marmoraria Ltda.
Advogado(a): Dr. Fabrício Silva Brito
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDOS nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para declarar a inexistência do negócio jurídico entabulado em nome do autor e determinar o cancelamento definitivo do titulo protestado em nome do autor, mencionado no documento de fls. 14, no cartório competente, ante à existência de manifestação da vontade, e condenar a requerida ao pagamento de danos morais, no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), valor este sobre o qual incidirão, desde a data da citação, juros legais à taxa de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária segundo a tabela oficial do Poder Judiciário deste Estado. Condeno a requerida em custas e honorários de advogado que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. Gurupi, 28 de fevereiro de 2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0005.2793-7/0
Ação: Cautelar de Arresto
Requerente: Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia
Advogado(a): Dra. Denise Rosa Santana Fonseca
Requerido(a): Varnice Teresinha Escher
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Não é possível bloquear, via "Bacen Jud", valores em conta de terceiro que não é parte nos autos, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido. Intime-se a exeqüente para se manifestar em 5 (cinco) dias. Gurupi, 28 de fevereiro de 2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2007.0008.5364-8/0
Ação: Reintegração de Posse
Requerente: Cia Itauleasing Arrendamento Mercantil
Advogado(a): Dra. Isadora Afonso Gomes de Araújo
Requerido(a): Elayne Christina Ribeiro Lima
Advogado(a): Dr. Hainer Maia Pinheiro
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Intime-se a requerida, por seu advogado, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, cumprir o despacho de fls. 91. Gurupi, 28/02/2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2007.0008.5364-8/0
Ação: Reintegração de Posse
Requerente: Cia Itauleasing Arrendamento Mercantil
Advogado(a): Dra. Isadora Afonso Gomes de Araújo
Requerido(a): Elayne Christina Ribeiro Lima
Advogado(a): Dr. Hainer Maia Pinheiro
INTIMAÇÃO: DESPACHO: A depositária do veiculo está qualificada às fls. 35. Expeça-se carta precatória de substituição do depositário, entregando-se o bem ao réu. Tendo em vista que a autora não atendeu às determinações de fls. 72 e 76, nos termos do art. 14, inciso V e parágrafo único, aplico-lhe multa de 20% do valor da causa, devidamente corrigido, a ser paga ao final da ação, sob pena de inscrição em divida ativa. Gurupi, 17/08/2009. Saulo Marques Mesquita. Juiz de Direito.

Autos n.º: 7318/04
Ação: Cumprimento de Sentença
Exeqüente: Amauri Caetano Alves
Advogado(a): Dr. Jorge Barros Filho
Executado(a): Banco Itaú S.A.
Advogado(a): Dra. Núbia Conceição Moreira
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Indefiro o pedido de fls. 275/277, uma vez que os valores bloqueados foram os constantes da petição de fls. 246 e já foram levantados. Gurupi, 22/02/2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0011.7891-0/0
Ação: Impugnação ao Valor da Causa
Impugnante: BRF – Brasil Foods S.A.
Advogado(a): Dr. Ricardo Azevedo Sette
Impugnado(a): Antônio Masao Shoji e outros
Advogado(a): Dr. Albery César de Oliveira
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Intime-se o impugnante, por seu advogado, para recolher custas, no prazo de 30 (trinta) dias. Gurupi, 17/02/2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0008.9405-0/0
Ação: Usucapião
Requerente: Antônio Masao Shoji e outros
Advogado(a): Dr. Albery César de Oliveira
Requerido(a): BRF – Brasil Foods S.A.
Advogado(a): Dr. Ricardo Azevedo Sette
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Ouça-se o autor, no prazo de 10 (dez) dias. Gurupi, 17/02/2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0009.3483-0/0
Ação: Indenização
Requerente: Augusto Hermes Pinto da Silva
Advogado(a): Dr. Paulo Saint Martin de Oliveira
Requerido(a): Celtins – Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
Advogado(a): Dra. Patrícia Mota Marinho Vichmeyer
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Sendo assim, HOMOLOGO o acordo entabulado nos autos e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Custas pela requerida. Gurupi, 25 de fevereiro de 2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0004.7542-2/0
Ação: Execução
Execução: Maria Betania Oliveira Araújo
Advogado(a): Dr. Milton Roberto de Toledo
Executado(a): BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado(a): Dra. Núbia Conceição Moreira
INTIMAÇÃO: fica a executada, na pessoa de seu advogado, intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao pagamento da importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), sob pena de multa de 10% (dez por cento).

Autos n.º: 2008.0001.8021-8/0
Ação: Cobrança
Requerente: Maria Dolores Lorenzi
Advogado(a): Dr. Hilton Cassiano da Silva Filho
Requerido(a): Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S.A.
Advogado(a): Dr. Durval Miranda Júnior
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para CONDENAR a requerida ao pagamento de indenização integral do objeto segurado, qual seja, no importe de 110% (cento e dez por cento) do valor do veiculo, na época do sinistro, segundo a Tabela FIPE, em prol da autora, e DANOS MORAIS, estes no importe de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ambos corrigidos monetariamente pelo INPC desde a data em que deveria ter sido feito o pagamento, ou seja, 30 (trinta) dias após a comunicação do sinistro, contando-se juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. Condeno a requerida em custas e honorários de advogado que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. Gurupi, 14/03/2011. (ass) Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2007.0008.3003-6/0
Ação: Busca e Apreensão
Requerente: Raimundo Vieira da Silva
Advogado(a): Dra. Gleivia de Oliveira Dantas
Requerido(a): Neulmax Batista Rodrigues
Advogado(a): Dr. Álvaro Santos da Silva
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante ao exposto, no que tange à ação cautelar de n.º 200700083003-6/0, ausente uma das condições da ação, qual seja o interesse de agir, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Em relação à presente ação de cognição, autuada sob o n.º 200700106620-8/0, JULGO IMPROCEDENTE OS PEDIDOS nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil Brasileiro, e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Condeno o requerente em custas e honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa. Gurupi, 29/10/2010. (ass) Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2011.0000.9197-5/0
Ação: Cautelar Inominada
Requerente: Rafael José Schenatto da Silveira
Advogado(a): Dr. Albery César de Oliveira
Requerido(a): Jalles Alves Ribeiro
Advogado(a): Dr. Fábio Araújo Silva
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca da contestação de fls. 82/88.

Autos n.º: 6723/01
Ação: Cumprimento de Sentença
Exeqüente: Marcelo Antônio Leão
Advogado(a): Dr. Paulo Saint Martin de Oliveira
Executado(a): Banco do Brasil S.A.
Advogado(a): Dr. Miguel Chaves Ramos
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas para, no prazo legal, se manifestarem sobre o termo de penhora de fls. 281.

Autos n.º: 2010.0007.1156-8/0
Ação: Embargos de Terceiro
Embargante: Sergio Roberto Jacob Gomes
Advogado(a): Dr. Leonardo Navarro Aquilino
Embargado(a): Maria José Pereira Dias
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo legal, se manifestar sobre a certidão de fls. 37-v.

Autos n.º: 2010.0011.1253-6/0
Ação: Declaratória
Requerente: Marcio Junior da Silva
Advogado(a): Dr. Leandro Gomes da Silva
Requerido(a): Urbanizadora e Administradora de Imóveis Boa Vista Ltda.
Advogado(a): Dr. Antônio Pereira da Silva
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a contestação de fls. 53/57.

Autos n.º: 2009.0002.5409-0/0
Ação: Declaratória de Inexistência de Responsabilidade
Requerente: Maria José Rodrigues Pinto
Advogado(a): Dra. Nair Rosa Freitas Caldas
Requerido(a): Brasil Telecom S.A.
Advogado(a): Dr. Sebastião Alves Rocha
INTIMAÇÃO: fica a executada, na pessoa de seu advogado, intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao pagamento da importância de R$ 8.448,22 (oito mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e dois), sob pena de multa de 10% (dez por cento).

Autos n.º: 2007.0004.2584-0/0
Ação: Revisão de Beneficio
Requerente: Jorge de Aquino Lima
Advogado(a): Dr. Delson Carlos de Abreu Lima
Requerido(a): INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
Procurador: Dr. Marcelo Benetele Ferreira
INTIMAÇÃO: DECISÃO: (...) Ante ao exposto, DEFIRO o pedido deduzido na inicial para determinar que o requerido restabeleça o beneficio previdenciário consistente no auxilio-doença em favor do autor. Gurupi, 09/02/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2011.0000.9131-2/0
Ação: Busca e Apreensão
Requerente: Banco Panamericano S.A.
Advogado(a): Dr. Leonardo Coimbra Nunes
Requerido(a): Haloyz Ribeiro Oliveira
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Intime-se o autor para efetuar o preparo no prazo de 30 (trinta) dias. Gurupi, 15/03/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

## 3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
AUTOS Nº: 2009.0003.6473-2-Execução por Quantia Certa com pedido de medida acautelatória urgente
REQUERENTE:CDA-Companhia de Distribuição Araguaia (0010-13)
ADVOGADO:Dr. Hudson Silva Brito, OAB/GO 15038 e JECONIAS BARREIRA DE MACEDO NETO, OAB/GO 24.358
REQUERIDO: ANTENOR PEREIRA DE AGUIAR
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada a recolher a locomoção do oficial de justiça para cumprimento do mandado de penhora, avaliação e remoção, que importa em R$ 222,72 (duzentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos) devendo ser depositado na CC. 9.306-8, da agência do Banco do Brasil S/A 0794-3, devendo ser juntado o comprovante nos autos.

AUTOS: 2010.0009.6776-7/0 – INCIDENTE DE FRAUDE A EXECUÇÃO
Requerente: OSMAR BERNADES FERREIRA
Advogado(a): MARCIO RODRIGUES DE CERQUEIRA OAB-TO N.º 3.290
Requerido: LARA PINHEIRO DE CARVALHO
Advogado(a): WALACE PIMENTEL OAB-TO N.º 1.999
DECISÃO: "(...) Decido. Consta dos autos declaração por instrumento público do primeiro adquirente do imóvel confirmando que a venda efetivada pelo executado a ele se deu fraudulentamente com conhecimento das partes envolvidas. Tal fato a priori pode levar a nulidade do ato, o que implicará a inclusão de terceiros de boa – fé, já que nada consta dos registros imobiliários.

Assim, por questão de prudência é preciso averbar o presente incidente na matrícula do imóvel. Por outro lado todas as pessoas que hoje constam como proprietárias do imóvel junto ao registro de imóveis devem figurar no pólo passivo do incidente. Isto posto, determino que seja determinado ao Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Dueré que deixe de promover qualquer transferência ou averbação sobre a matrícula até novas determinações. Intime o autor a qualificar todas as pessoas indicadas na cadeia dominial do imóvel incluindo-as no pólo passivo do incidente. Intime. Gurupi, 08 de fevereiro de 2011".
AUTOS: 2010.0007.1072-3/0 - COBRANÇA
Requerente: MARTA TORQUATO TAVARES
Advogado(a): LUIZ CARLOS DE HOLLEBEN LEITE MUNIZ OAB-TO N.º 4.417
Requerido: BRADESCO SEGUROS S/A
Advogado(a): JÚLIO CÉSAR DE MEDEIROS OAB-TO N.º 3.595-B
DECISÃO: "Não vislumbro prosperar a preliminar que requer a inclusão da seguradora Líder do Seguro DPVAT, uma vez que como a defesa informa se trata de um consórcio de seguradoras e o fato de haver a criação de uma delas com o fim específico de administrar os pagamentos não exclui a possibilidade das demais componentes de tal consórcio ser demandada em juízo com referência a cobrança do DPVAT. Por outro lado, a requerida BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROA é seguradora que faz parte do referido consórcio, razão pela qual não vislumbro prosperar a preliminar e mantenho assim a requerida no pólo passivo da demanda. Por esta razão também não se observa a ilegitimidade passiva ou a necessidade de inclusão da seguradora Líder no pólo passivo. No mérito a defesa questiona o laudo apresentado na inicial por entender ser ele unilateral, por essa razão entendo a necessidade de uma perícia médica. Uma vez que a demandada questiona o laudo e requer perícia deve arcar com os custos respectivos. Desde já nomeio o perito o Dr. Alfredo Ernesto Stefani, ortopedista com atuação nesta cidade. Intime-o para apresentar proposta de honorários em 10 (dez) dias. Na sequência intime a requerida a recolher os valores dos honorários em 15 (quinze) dias, sob pena de presumir a desistência da prova. Defiro os quesitos apresentados pela requerida trazidos com a contestação, intime o autor a apresentar os seus também no prazo de 15 (quinze) dias. Após aceitação do encargo e recolhimento dos honorários envie os quesitos ao perito nomeado, cientificando-o que o laudo deverá ser concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento dos quesitos. O perito deverá indicar com antecedência local, dia e horário dos exames, visando à intimação das partes. A pedido da defesa doravante as publicações devem ser exclusivamente em nome do advogado JÚLIO CÉSAR DE MEDEIROS, OAB/TO 3595. Retifique o nome da requerida para BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS. Intime. Gurupi, 24 de fevereiro de 2011.

AUTOS: 2007.0009.5396-0/0 - MONITÓRIA
Requerente: R T FOMENTO MERCANTIL LTDA
Advogado(a): ADÃO GOMES BASTOS OAB-TO N.º 818
Requerido: GILLENE RODRIGUES DE SOUZA
Advogado(a): DEFENSORIA PÚBLICA
DESPACHO: "Sobre pesquisa BACENJUD, diga o autor em 10 (dez) dias. Gurupi, 21/01//11".

AUTOS: 2007.0005.4567-6/0 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Requerente: PNEUAÇO COMÉRCIO DE PNEUS DE GURUPI LTDA
Advogado(a): JÉSUS FERNANDES DA FONSECA OAB-TO N.º 2.112
Requerido: JÂNIO FERREIRA ROCHA
Advogado(a): DURVAL MIRANDA JÚNIOR OAB-TO N.º 3.681-A
DESPACHO: "Intime o devedor do bloqueio informando prazo da impugnação 15 (quinze) dias. Aguarde transferência de valor. Gurupi, 17/12/10".

AUTOS: 2008.0003. 0911-3/0 – COBRANÇA DE HONORÁRIOS
Requerente: PEDRO CARNEIRO E OUTRA
Advogado(a): LEISE THAIS DA SILVA DIAS OAB-TO N.º 2288
Requerido: GLENIA BALBINA GOMES
Advogado(a): WELLINGTON PAULO TORRES DE OLIVEIRA OAB-TO N.º 3929-A
DESPACHO: "Intime para o cumprimento da sentença. Prazo de 10 (dez) dias. Se não houver manifestação arquive, com as custas conforme decido na sentença. Gurupi, 15/12/10".

AUTOS: 2007.0003.9210-1/0 - EXECUÇÃO
Requerente: PRECISA ELETROS LTDA-ME
Advogado(a): PAULA PIGNATARI ROSAS MENIN OAB-TO N.º 2.724
Requerido: MARISA MARQUES BENTO
Advogado(a): WALACE PIMENTEL OAB-TO N.º 1.999-B
DESPACHO: "Sobre pesquisa BACENJUD, diga o exeqüente em 10 (dez) dias. Gurupi, 02/02/11".

AUTOS: 2.440/05 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Requerente: MARCÉLIO STIVAL E SILVA
Advogado(a): LEISE THAIS DA SILVA DIAS OAB-TO N.º 2288
Requerido: CAIO FELIPPE MIRANDA DE OLIVEIRA
Advogado(a): MARIA TEREZA MIRANDA OAB-TO N.º 941
DESPACHO: "Sobre manifestação do autor diga o requerido em 10 (dez) dias. Gurupi, 23/02/11".

AUTOS: 2009.0008.1701-0/0 – EXECUÇÃO
Requerente: MCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA

Advogado(a): ROGER DE MELLO OTTAÑO OAB-TO N.º 2.223-B
Requerido: TIBERIO FORTALEZA VILELA
DESPACHO: "Intime o exequente a informar a localização dos veículos que indica a penhora. Prazo de 10 (dez) dias. Gurupi, 23/02/11".

AUTOS: 2008.0006.2878-2/0 - USUCAPIÃO
Requerente: NERIVALDO ANTUNES GONÇALVES SOUZA
Advogado(a): HAGTON HONORATO DIAS OAB-TO N.º 1.838
Requerido: CCB – CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA
Advogado(a): DEFENSORIA PÚBLICA
SENTENÇA: "(...) Homologo por sentença a desistência de fls. 78 e julgo extinto o processo nos termos do artigo 267, VIII do Código de Processo Civil. Com o transito em julgado arquive sem custas. Publique. Registre e intime. Gurupi, 29/11/2010".
AUTOS: 2008.0000.1669-8/0 – CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Requerente: PREDIAL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Advogado(a): CLOVES GONÇALVES DE ARAÚJO OAB-TO N.º 3536
Requerido: BANCO FININVEST S/A E FININVEST – NEGÓCIO DE VAREJO LTDA
Advogado(a): CARLOS MAXIMIANO M. DE LAET OAB-SP N.º 104.061-A, MÁRCIA AYRES DA SILVA OAB-TO N.º 1.724-B
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 10 (dez) dias manifestar sobre as contestações e documentos juntados às fls. 124/147.

AUTOS: 2010.0005.2921-2/0 – INDENIZAÇÃO
Requerente: OSMAR LUIZ FRIGO FORNARI
Advogado(a): DULCE ELAINE CÓSCIA OAB-TO N.º 2.795
Requerido: PNEUAÇO – COMÉRCIO DE PNEUS DE GURUPI LTDA E PIRELLI PNEUS LTDA
Advogado(a): CLEUDA SUANE PINTO AGUIAR OAB-MA N.º 7.521; PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES OAB-SP N.º 98.709
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 10 (dez) dias manifestar sobre as contestações e documentos juntados às fls. 52/128.

AUTOS: 2010.0009.7038-5/0 - COBRANÇA
Requerente: ORLANDO BATISTA DE OLIVEIRA
Advogado(a): LUIZ CARLOS DE HOLLEBEN LEITE MUNIZ OAB-TO N.º 4.417
Requerido: BRADESCO SEGUROS S/A
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 10 (dez) dias manifestar a respeito de devolução da correspondência, devendo para tanto informar o novo endereço para citação.

AUTOS: 2009.0012.0048-2/0 – ORDINÁRIA DE CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA
Requerente: LUIZ PIRES DE ABREU
Advogado(a): RUSSELL PUCCI OAB-TO N.º 1.847
Requerido: INSS
Advogado(a): PROCURADOR DO INSS
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 10 (dez) dias manifestar a respeito do laudo pericial, juntado às fls. 58/63.

AUTOS: 2.745/06 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Requerente: MARIA JOSÉ LIMA DE ASSIS
Advogado(a): IBANOR ANTÔNIO DE OLIVEIRA OAB-TO N.º 128-B
Requerido: VIAÇÃO BOA ESPERANÇA
Advogado(a): IRON MARTINS LISBOA OAB-TO N.º 535
INTIMAÇÃO: Intimo a requerida a efetuar o pagamento do julgado que importa em R$ 13.273,00 (treze mil e duzentos e setenta e três reais), sob pena da aplicação do disposto no art. 475, "j" do CPC.

AUTOS: 2008.0008.9598-5/0 – RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO
Requerente: MARYARA COSTA RODRIGUES
Advogado(a): LEISE THAIS DA SILVA DIAS OAB-TO N.º 2288
Requerido: COMERCIAL MOTO DIAS LTDA, GARINI MOTORS INDÚSTRIA DE VEÍCULOS LTDA E BRAMONT MONTADORA IND. COM. DE VEÍCULOS S/A
Advogado(a): PAULA DE ATHAYDE ROCHEL OAB-TO N.º 2.650; MAURO JOSÉ RIBAS OAB-TO N.º 753-B E MANOEL JORGE RIBEIRO ARAÚJO OAB-DF N.º 20.354
INTIMAÇÃO: Ficam as requeridas intimadas para no prazo de 10 (dez) dias efetuar o pagamento dos honorários periciais, que importa em R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), para a realização da perícia.

## 1ª Vara Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

O Dr. Eduardo Barbosa Fernandes, MM Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal, Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites legais a Denúncia nº 2010.0005.2462-8/0 que a Justiça Pública desta Comarca, como autora, move contra o acusado IVAN DA SILVA SOBRAL, brasileiro, casado, músico, nascido aos 19/07/1978, em Riachão/MA, filho de Antonio Luiz Sobral e Dinalva da Silva Sobral, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, como incurso nas sanções do Art. 155, § 4º, I, II e IV e art. 180, ambos do CP. E, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, fica citado pelo presente, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, ficando ciente de que se o acusado não possuir defensor constituído ou se não tem condições de pagar por um advogado, na ausência de resposta será nomeado defensor público para sua defesa. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, aos 17 de março de 2011. Eu, Sinara Cristina da Silva Pereira, Es*crevente Judicial*, lavrei o presente.
3

## 2ª Vara Criminal

APOSTILA

AÇÃO PENAL N.º 2009.0011.4348-9
ACUSADO: LUIZ RICARDO PAIVA DA SILVA
VITIMA: O ESTADO
TIPIFICAÇÃO: Art. 155, "caput", do Código Penal
ADVOGADO: SANDRA APARECIDA ROCHA DI PRÓSPERO – OAB/TO 3100
Atendendo determinação judicial, INTIMO a advogada acima em referência para que produza, no prazo legal, seus memoriais nos autos em epigrafe. Eu, Janivaldo Ribeiro Nunes, Escrivão Judicial, o digitei e fiz inserir.

AUTOS Nº 2010.0005.7379-1/0
ACUSADO: HELLEN HORRANA BATISTA DE MORAIS
TIPIFICAÇÃO: ART. 33, CAPUT, C/C ART. 40, V AMBOS DA LEI 11.343/06
ADVOGADA: ELIZABETE ALVES LOPES OAB/TO Nº 3282
MANDADO DE INTIMAÇÃO. Atendendo determinação judicial, INTIMO, a advogada Drª. Elizabete Alves Lopes OAB/TO nº 3282, do despacho proferido nos autos em epígrafe. Segue transcrição do despacho: "Compulsando os autos verifica-se que a acusada Hellen Horrana Batista de Morais fora intimada da sentença de fls. 249/257 na data de 09/10/2010, conforme certidão de fls. 326vº/327. A advogada da acusada, Drª Jan Carla Maria Ferraz Lima Noleto, fora intimada da sentença na data de 24/09/2010 (fl. 375). O prazo para a interposição de recursal comça a fluir a partir da data da última intimação, a qual, no caso em apreço, se deu na pessoa da acusada Hellen Horrana , ou seja, em 09/10/2010. Logo, na data de 15/10/2010 expirou o prazo de cinco dias para a interposição de recruso, ocorrendo, consequentemente, na data em comento, o trânsito em julgado para a acusada Hellen Horrana. Assim, em face da flagrante intempestividade do recurso de fls. 363/373, deixo de recebê-lo, ao tempo em que determino a expedição de guia de recolhimento para execução da pena da sentenciada, procedendo o cartório as comunicações e anotações necessárias. Intimem-se." a) Joana Augusta Elias da Silva, Juíza de Direito. Eu Fernando Maia Fonseca, Técnico Judiciário, o digitei e o fiz inserir.

AÇÃO PENAL N.º 2009.0004.4184-2
ACUSADO: JOEL RIBEIRO MARTINS
VITIMA: O ESTADO
TIPIFICAÇÃO: Art. 14, "caput", da Lei n.º 10.826/03
ADVOGADO: WALACE PIMENTEL – OAB/TO 1.999-B
Atendendo determinação judicial, INTIMO o advogado acima em referência da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11/04/2011, às 15h30min, a ser realizada na sala de audiências da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi – TO. Eu, Janivaldo Ribeiro Nunes, Escrivão Judicial, o digitei e fiz inserir.

AÇÃO PENAL N.º 1.930/07
ACUSADO: JOSÉ AUGUSTO CIEL FERNANDES
VITIMA: BRUNO RODRIGUES BRITO
ADVOGADO: LUCIANE DE O. CORTES R. SANTOS – OAB/TO 20.599-A
Atendendo determinação judicial, INTIMO o advogado acima em referência da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11/04/2011, às 16h30min, a ser realizada na sala de audiências da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi – TO. Eu, Janivaldo Ribeiro Nunes, Escrivão Judicial, o digitei e fiz inserir.

AÇÃO PENAL N.º 2007.0004.2309-0
ACUSADO: NATÁLIA DA COSTA BARROS
VITIMA: NEURIVAN ALVES DE BRITO
ADVOGADO: THIAGO LOPES BENFICA – OAB/TO 2.329
Atendendo determinação judicial, INTIMO o advogado acima em referência da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 12/04/2011, às 15h00min, a ser realizada na sala de audiências da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi – TO. Eu, Janivaldo Ribeiro Nunes, Escrivão Judicial, o digitei e fiz inserir.

AÇÃO PENAL N.º 2009.0001.3368-4
ACUSADO: EDSON LUIZ OLIVEIRA AMORIM
VITIMA: JUSTIÇA PÚBLICA
ADVOGADO: WALTER VITORINO JÚNIOR – OAB/TO 3.655
Atendendo determinação judicial, INTIMO o advogado acima em referência da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 05/04/2011, às 15h30min, a ser realizada na sala de audiências da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi – TO. Eu, Janivaldo Ribeiro Nunes, Escrivão Judicial, o digitei e fiz inserir.

AÇÃO PENAL N.º 2008.0005.2919-9
ACUSADO: DORACY MARTINS
VITIMA: MEIO AMBIENTE
ADVOGADO: GABRIELA BARBOSA MACEDO – OAB/TO 494-E
Atendendo determinação judicial, INTIMO o advogado acima em referência da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 26/04/2011, às 14h00min, a ser realizada na sala de audiências da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi – TO. Eu, Janivaldo Ribeiro Nunes, Escrivão Judicial, o digitei e fiz inserir.

## 1ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2010.0008.9249-0/0
AÇÃO: INCIDENTE DE REMOÇÃO DE INVENTARIANTE
Requerentes: WALDETE PEREIRA DE MELO E OUTROS
Advogado (a): Dr. CIRAN FAGUNDES BARBOSA - OAB/TO n.º 919
Requerido (a): FILOMENA PEREIRA DOS SANTOS
Advogado (a): Dr. IRON MARTINS LISBOA - OAB/TO n.º 535
Objeto: Intimação do advogado das partes requerentes para manifestar nos autos em epígrafe quanto à contestação juntada às fls. 28/38.

AUTOS N.º 5.149/00

AÇÃO: INTERDIÇÃO
Requerente: JOANA URSULA DE ARAÚJO
Advogado (a): Dr. CLOVES GONÇALVES DE ARAÚJO - OAB/TO n.º 3.536
Requerido (a): ANTONIO ALBERTO DE ARAÚJO
Advogado (a): NÃO CONSTITUÍDO
Objeto: Intimação do advogado da parte requerente do despacho proferido às fls. 48. DESPACHO: "A prestação jurisdicional do presente autos está cumprida, não cabendo o pedido de fl. 44/47. Caso a parte queira, deverá impetrar com nova ação. Intimem-se. Gurupi, 17 de fevereiro de 2011. (a) Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário - Juíza de Direito".

AUTOS N.º 2008.0010.4520-9/0
AÇÃO: EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA
Exequente: C. A. F. DOS S. B.
Advogado (a): Dr. ANTONIO SINHOR FACUNDES DA SILVA - OAB/TO n.º 992
Executado (a): M. A. DE S.
Advogado (a): ESCRITÓRIO MODELO DE DIREITO – UNIRG/GURUPI-TO
Objeto: Intimação do advogado da parte exequente para manifestar nos autos em epígrafe quanto à certidão de fl. 79.

AUTOS N.º 2010.0008.0302-0/0
AÇÃO: DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL
Requerente: L. A. P. N.
Advogado (a): Dr. HILTON CASSIANO DA SILVA FILHO - OAB/TO n.º 4.044-B
Requerido (a): M. DE J. H. M.
Advogado (a): NÃO CONSTITUÍDO
Objeto: Intimação do advogado da parte requerente do despacho proferido às fls. 17. DESPACHO: "Cumpra-se o despacho de fl. 13 verso, sob pena de indeferimento. Gurupi, 21 de fevereiro de 2011. (a) Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário - Juíza de Direito".

AUTOS N.º 2010.0011.1054-1/0
AÇÃO: ALIMENTOS C/C PEDIDO CAUTELAR DE BUSCA E ENTREGA DE OBJETOS PESSOAIS
Requerente: T. C. S.
Advogado (a): Dr. FÁBIO ARAÚJO SILVA - OAB/TO n.º 3.807
Requerido (a): G. R. DOS S.
Advogado (a): Dr. HILTON CASSIANO DA SILVA FILHO - OAB/TO n.º 4.044-B
Objeto: Intimação do advogado da parte requerente do despacho proferido às fls. 35. DESPACHO: "Intime-se a parte autora, para manifestar acerca da petição de fl. 29/31. Gurupi, 22 de fevereiro de 2011. (a) Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário - Juíza de Direito".

Processo: 2008.0007.0285-0/0
Autos: HABILITAÇÃO EM INVENTÁRIO
Requerente: WANDA SOUZA RIBEIRO CÓSCIA
Advogado: Dr. JOSE MACIEL DE BRITO – OAB/TO 1218
Requerentes: TEREZA CRISTINA COSCIA, DULCE ELAINE COSCIA, ALFREDO COSCIA NETO
Advogado: Dr. THIAGO LOPES BENFICA - OAB/TO nº 2.329, Dr. JOSE
Requerido: H. C. C., menor representada por SOLANGE FONSECA CARVALHO
Inventariante: WALDIR COSCIA
Espólio de ALFREDO CÓSCIA e DULCE PINTO COSCIA
Advogado: Dr. PEDRO CARNEIRO – OAB/TO nº 499.
Objeto: Intimação das partes, bem como dos advogados, para comparecerem na audiência de instrução e julgamento designada nos autos em epígrafe para o dia 04/05/2011, às 14:30 horas, devendo os advogados comparecerem acompanhados das partes e eventuais testemunhas, estas em número máximo de três. Bem como intimar os advogados, caso queiram a intimação pessoal das partes, para recolherem as custas de locomoção do Sr. Oficial de Justiça.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

AUTOS Nº: 2010.0005.7399-8/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: Anísio Ferreira Damacena
Requerido: Guellerman Guedes Damacena
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de GUELLERMAN GUEDES DAMACENA, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curador, em caráter definitivo seu pai ANISIO FERREIRA DAMACENA, devendo o curador prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pelo Curador, vez que não há notícias de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da Justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi – TO, 07 de fevereiro 2011. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

## Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2010.0009.9767-4 – RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA
Requerente: WILMA MENDES RAMOS
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
Requerido: BR TURBO
Advogados: DR. FERNANDO DENIS MARTINS OAB SP 182.424
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 51, inc. I, da lei dos Juizados Especiais Cíveis julgo extinto o processo sem julgamento de mérito ... P.R.I. Gurupi-TO, 02 de fevereiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4376-7 – INDENIZAÇÃO
Requerente: RAIMUNDA AUDIANA MILHOMEM DE BRITO
Advogados: DEFENSORIA PÚBLICA
Requerido: CENTER JÓIAS
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 267, inciso VIII, do código de processo civil, homologo por sentença a desistência e julgo extinto o processo sem julgamento de mérito ... P.R.I. Gurupi-TO, 26 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4442-9 – COBRANÇA
Requerente: LOJAS MARANATA LTDA
Advogados: DRA. ÂNGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES
Requerido: SANDRILARA ARAUJO DOS SANTOS
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 267, inciso VIII, do código de processo civil, homologo por sentença a desistência e julgo extinto o processo sem julgamento de mérito ... P.R.I. Gurupi-TO, 17 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4415-1 – COBRANÇA
Requerente: AMUJACÍ DE SOUZA SANTOS
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
Requerido: TANITA RIBEIRO MACEDO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no a art. 20, todos da lei 9.099/95, e art. 269, I, do CPC, julgo procedente o pedido e condeno Tanita Ribeiro Macedo a pagar a Amujací de Souza Santos a pagar a quantia de R$ 208,80 (duzentos e oito reais e oitenta centavos), acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a partir da citação, isto é, 02/12/1010, e correção monetária a partir da propositura da ação o Reclamado deverá cumprir a sentença sob pena de penhora e alienação de seus bens, e, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 13 de dezembro de 2.010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4482-8 - COBRANÇA
Requerente: LOJAS MARANATA LTDA
Advogados: DR. FÁBIO ARAÚJO SILVA OAB RO 3807
Requerido: JOVINA TRINDADE
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Destarte como base no artigo 22, parágrafo único, da lei n. 9.099/95, HOMOLOGO, por sentença, o presente acordo, para que produz seus jurídicos e legais efeitos. De conseqüência, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Não há custas nem honorários (art. 55 da lei 9.099/95). P.R.I. Gurupi-TO, 18 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0009.9804-2 – COBRANÇA
Requerente: LOURENÇO RODRIGUES LIMA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
Requerido: RAILEY PIRES
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no a art. 20, todos da lei 9.099/95, e art. 269, I, do CPC, julgo procedente o pedido e condeno Railey Pires a pagar a Lourenço Rodrigues Lima a quantia de R$ 321,74 (trezentos e vinte e um reais e setenta e quatro centavos), acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a partir da citação, isto é, 22/11/1010, e correção monetária a partir da propositura da ação o Reclamado deverá cumprir a sentença sob pena de penhora e alienação de seus bens, e, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 13 de dezembro de 2.010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0009.9718-6 – COBRANÇA
Requerente: M J LIMA DE ASSIS
Advogados: DRA. ÂNGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Requerido: JOSÉ WILTON RODRIGUES LEÃO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 2º, art. 6º e art. 20, todos da lei 9.099/95, e art. 269, I, do CPC, julgo procedente o pedido e condeno José Wilton Rodrigues Leão a pagar à MJ Lima de Assis o valor R$ 1.689,42 (um mil seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos), acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a partir da citação. Deverá o Reclamado cumprir a sentença até o seu trânsito em julgado sob pena de execução com penhora e alienação de seus bens, e, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 18 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4508-5 - COBRANÇA
Requerente: MUNDO DIGITAL – AM COMÉRCIO DE INFORMÁTICA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
Requerido: HOLOYZ RIBEIRO OLIVEIRA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 51, I, DA LEI 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO... P.R.I. Gurupi-TO, 26 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4351-1 – EXECUÇÃO
Requerente: FERNANDA HAUSER MEDEIROS
Advogados: DRA. FERNANDA HAUSER MEDEIROS OAB TO 4231
Requerido: JOSE QUEIROZ BARRETO NETO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 267, IV, do CPC, julgo extinto o processo ... P.R.I. Gurupi-TO, 12 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4156-0 – COBRANÇA
Requerente: PEDRO HILÁRIO RIBEIRO
Advogados: DRA. ANGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Requerido: MARIA HELENA ALVES RIBEIRO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 267, IV, do CPC, julgo extinto o processo .. . P.R.I. Gurupi-TO, 17 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4283-3 – REVISÃO CONTRATUAL
Requerente: WALCILEI ATAIDES BARBOSA
Advogados: DEFENSOR PÚBLICO
Requerido: BANCO PANAMERICANO
Advogados: DRA. ANNETTE RIVEROS OAB TO 3066
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 19, § 2º e art. 51, I, da lei 9.099/95, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito.. . P.R.I. Gurupi-TO, 12 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".
Autos: 2010.0006.4455-0 – COBRANÇA
Requerente: PEDRO HILÁRIO RIBEIRO
Advogados: DRA. ÂNGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Requerido: ERCILENE PEREIRA LIMA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 20, da lei 9.099/95, julgo procedente o pedido e condeno a requerida Ercilene Pereira Lima a pagar à Requerente Pedro Hilário Ribeiro (o Retalhão) a quantia R$ 403,00 (quatrocentos e três reais), acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a partir da citação, isto é, 08/11/2010, e correção monetária a partir da propositura da ação. A Reclamada deverá cumprir a sentença sob pena de penhora e alienação de bens, e, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 24 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0009.9814-0 – COBRANÇA
Requerente: LOJAS MARANATA LTDA
Advogados: DRA. ÂNGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Requerido: ANA PAULA DE ARAÚJO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 20, da lei 9.099/95, julgo procedente o pedido e condeno Ana Paula de Araújo a pagar a Lojas Maranata Ltda a quantia de R$ 2.215,17 (dois mil duzentos e quinze reais e dezessete centavos), acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a partir da citação, isto é, 09/12/2010, e correção monetária a partir da propositura da ação. A Reclamada deverá cumprir a sentença sob pena de penhora e alienação de bens, e, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 24 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4386-4 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: ALGO A MAIS COMERCIO DE CALÇADOS E ACESSÓRIOS LTDA - ME
Advogados: DR. WELLINGTON PAULO TORRES DE OLIVEIRA OAB TO 3929
Requerido: ANNA KAROLINE FERNANDES DOS SANTOS
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 2º, e art. 38, ambos da lei 9.841/99, e art. 8º, parágrafo 1º, e art.. 51, IV, ambos da lei 9.099/95, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito. Sem custas e honorários face ao art. 55, da citada lei... P.R.I. Gurupi-TO, 12 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

## Juizado Especial da Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº : 2009.0010.0521-3
Ação : Socioeducativa
Representante: Ministério Público
Representada: R. R. L.
Advogado: Assistente de Acusação : JAVIER ALVES JAPIASSÚ, OAB/TO 905
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "A priori, e salvo melhor juízo, a retribuição estatal ao ato infracional ostenta caráter precipuamente pedagógico, sendo que a persecução deste interesse não se encontra, ordinariamente, no âmbito das atribuições conferidas ao assistente de acusação. No entanto, e se houver interesse do assistente, deve ele deduzir pedido próprio e fundamentar os pressupostos da cautela de internação provisória, sobretudo, o da necessidade. Intime-se. Gurupi-TO, 15 de março de 2011. Silas Bonifácio Pereira, Juiz de Direito".

AUTOS Nº : 312/06
Ação : Infração Administrativa/Execução
Exequente : Município de Gurupi-TO
Advogados : ROGERIO BEZERRA LOPES, OAB/TO 4193-B, VERONICA SILVA DO PRAZO DISCONZI, OAB/TO 2052 e MARISE VILELA LEÃO CAMARGOS, OAB-TO 3800.
Executado : Lindolfo Ferreira da Silva
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Em virtude do teor da certidão retro (q.v.fls.29), intime-se a exeqüente a informar bens penhoráveis em nome do executado no prazo de 05 (cinco) dias , sob pena de suspensão do processo. Intime-se. Gurupi-TO, 11 de março de 2011. Silas Bonifácio Pereira, Juiz de Direito".

AUTOS Nº : 2007.0008.1433-2
Ação : Infração Administrativa/Execução
Exequente : Município de Gurupi-TO
Advogados: ROGERIO BEZERRA LOPES, OAB/TO 4193-B, VERONICA SILVA DO PRAZO DISCONZI, OAB/TO 2052 e MARISE VILELA LEÃO CAMARGOS, OAB-TO 3800.
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Considerando o teor da certidão retro (q.v.fls.51), e buscando formar-se o devido processo legal, deve o exeqüente informar meio de citação válido. Intime-se. Gurupi-TO, 11 de março de 2011. Silas Bonifácio Pereira, Juiz de Direito".

## Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

CARTA PRECATÓRIA Nº : 2010.0005.2434-2
Ação : DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE COMUM
Comarca Origem : 3ª VARA DE FAMILIA DA COMARCA DE PALMAS-TO
Processo Origem : 2008.0002.8667-9
Requerente : MARINICE GIOVANETTI PAHIM PINTO
Advogado : ANTONIO CESAR MELLO, OAB/TO 1423-B, CÉLIO HENRIQUE MAGALHÃES ROCHA, OAB/TO 3115--A
Requerido/Réu : RENATO PAHIM PINTO E OUTROS
Advogado : PAULO SAINT MARTIN DE OLIVEIRA, OAB/TO 1648, HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS, OAB/TO 53
INTIMAÇÃO: "DESPACHO: 1- Defiro o pedido de fl. 143 na forma requestada. 2- Aguarde-se manifestação das partes no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo manifestação, façam-me os autos conclusos para redesignação do ato deprecado. Caso o prazo acima mencionado transcorra em branco, certifique-se nos autos e, após, devolva-se à origem. 3- Intimem-se. Gurupi – TO. 03-12-2010. RONICLAY ALVES DE MORAIS – Juiz de Direito."

# ITACAJÁ

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0003.0821-2.
Ação: BUSCA E APREENSÃO
Requerente(s): CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA.
Advogado: DRA. PATRÍCIA AYRES DE MELO OAB/TO 2.972
Requerido: IRANILZO OLIVEIRA DA FONSECA
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DO AUTOR E REQUERIDO DO DESPACHO DE FL.44
A SEGUIR TRANSCRITA:
DECISÃO: Cuida-se de pedido de busca e apreensão, formulado em processo de conhecimento, sob o rito do Decreto-Lei 911/69, alterado pela Lei 10.931/04, fundado em contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária. A inadimplência do réu está comprovada, além de evidenciada a possibilidade de depreciação ou transferência do bem que garante a dívida. Assim, com fundamento no Decreto-Lei n.º 911/69, defiro a medida liminar de busca e apreensão do bem. Expeça-se o competente mandado, o qual somente deverá ser cumprido após o representante do autor – que assumirá o encargo de depositário fiel do Juízo – se apresentar ao Oficial de Justiça, vez que esta Comarca não dispõe de estrutura de pessoal, nem para depositar o bem, muito menos para levá-lo até o endereço declinado nos autos (Palmas).Após e busca e/ou apreensão, cite-se o réu para pagar a integralidade da dívida, no prazo de 5 (cinco) dias, ou oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o disposto no art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69, com as alterações da Lei n.º 10.931/2004. Para o caso de purga da mora, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, cujo cálculo deverá ser efetuado nos moldes contratuais. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2010.0008.8391-1 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: ZENÓBIA SILVA PEREIRA E RICARDO PATREZE SILVA PEREIRA
Advogado: DR. LÍDIO CARVALHO DE ARAÚJO
Requerido: UNIMED- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Advogado: DR. ADONIS KOOP OAB/TO 2176
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL 88 -VERSO: Aos autores em réplica. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0000.8083-3
Ação: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente(s): BANCO ITA.
Advogado: DR. MARCOS ANDRÉ CORDEIRO DOS SANTOS OAB/TO 3627
Requerido: JUDI GARLAN DE VERAS FERREIRA
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DO AUTOR E REQUERIDO DO DESPACHO DE FL.32
A SEGUIR TRANSCRITA:
DECISÃO: Cuida-se de pedido de liminar em ação de reintegração de posse, fundado em contrato de arrendamento mercantil. A inadimplência do réu está comprovada, além de evidenciada a possibilidade de depreciação ou transferência do bem que garante a dívida. Assim, com fundamento no Decreto-Lei n.º 911/69, defiro a medida liminar de reintegração de posse. Expeça-se o competente mandado, o qual somente deverá ser cumprido após o representante do autor – que assumirá o encargo de depositário fiel do Juízo – se apresentar ao Oficial de Justiça, vez que esta Comarca não dispõe de estrutura de pessoal, nem para depositar o bem, muito menos para levá-lo até o endereço declinado nos autos (Palmas).Após o cumprimento da liminar, cite-se e intime-se o réu, nos termos do artigo 297 do CPC.Para o caso de purga da mora, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, cujo cálculo deverá ser efetuado nos moldes contratuais. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2010.0004.6136-7 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: ITAMAR BARRACHINI
Advogado: DR. LÍDIO CARVALHO DE ARAÚJO
Requerido: CARLOS ALBERTO NOLETO
Advogado: DR. ELTON VALDIR SCHMITZ OAB/TO 4364 E DRA. MARCELIA AGUIAR BARROS KISEN.
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.55: Ao autor em réplica. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito

AUTOS: 2010.0003.8749-3 – RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA

Requerente: ZELINA LIRA ROCHA
Advogado: DR. JOÃO CARLOS MACHADO DE SOUZA OAB/TO 3951
Requerido: CENTRO EDUCACIONAL PONTO DE MUTAÇÃO LTDA- COLÉGIO KAIROS REP/ POR MARIA DELMA SÉ DE ALENCAR
Advogado: DR. RAINER ANDRADE MARQUES OAB/TO 4117
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.54-VERSO: Ao autor em réplica. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2009.0003.0602-3– AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: RAIMUNDO BARBOSA DOS REIS E ELIAS GOMES, ELIAS GOMES, ADÃO HONOTATO DE JESUS
Advogado: DR. PAULO CESAR DE SOUZA OAB/TO 2099
Requerido: JULIA PINHEIRO SOARES
Advogado: DR. ANTONIO CARNEIRO CORREIA OAB/TO 1841
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.102: Intimem-se os autores para apresentarem planilhas individualizadas e atualizadas com os valores devidos, nos termos da sentença. Prazo: 5 (cinco) dias. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.
AUTOS: 2010.0005.3276-0 de Alimentos
Requerente: Ricardo Alves da Costa Queiroz, rep. Por sua tutora Creuza Alves da Costa
Advogado: Dr. Lídio Carvalho de Araujo, OABTO 736
Requerido: Lívia de Amorim Queiroz – Irmã consaguiena
Advogado: Dr. Carlos Alberto Figueira, OABDF 8.672
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.153/154: Por todo o exposto, ponderando a necessidade que o autor no tocante á educação universitária com a capacidade econômica da ré (fls 149/151), fixo os alimentos provisórios no valor equivalente á 1 (um) salário mínimo. Livira Amorim Queiroz deverá pagar os alimentos provisórios ao irão Ricardo Alves da Costa Queiroz até o 10º (décimo) dia de cada mês mediante deposito na conta bancaria indicada na inicial. Designo audiência de conciliação para o dia 30.3.2011, ás 8h30min. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS Nº 2006.0009.3760-6 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente(s):MUNICIPIO DE ITAPAIRATINS REP/ POR ADELVALDO DE SOUZA RODRIGUES
Advogado(s):DR. ALONSO DE SOUZA PINHEIRO
Requerido(s): WANDERLEY BINA DE SOUZA
Advogado(s): NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS 36: Trata-se de ação de reintegração de posse proposta pelo MUNICÍPIO DE ITAPIRATINS contra WANDERLEY BINA DE SOUZA, ao argumento de que o quiosque que o réu ergueu no interior de imóvel pertencente ao município está prejudicando a construção de uma praça pública. A liminar foi deferida e efetivamente cumprida. O réu, citado, deixou transcorrer o prazo para resposta. É o relatório. DECIDO. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, I e II, do CPC. Com efeito, o pedido se encontra devidamente instruído, corroborando as alegações do Autor, no que concerne à legitimidade da propriedade, sendo certo que os efeitos da revelia autorizam este Juiz a admitir como verdadeiras as alegações de que esbulho. Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na inicial para tornar definitiva a liminar e reintegrar o autor na posse do imóvel. Em face da sucumbência e do Princípio da causalidade, o réu arcará com o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$500,00 (quinhentos reais), com fundamento no § 4º do artigo 20 do CPC.
P. R. I. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2009.0003.9644-4 – EXECUÇÃO
Requerente: BANCO DO BRADESCO S.A
Advogado: DR. OSMARINO JOSÉ MELO OAB/TO 779
Requerido: SONIA MARIA TAVARES PINHEIRO DE SOUZA E SEBASTIÃO MARCIEL DE SOUSA
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL 55: Intime-se o credor para promover o andamento do feito, cumprindo as determinações precedentes. (Prazo: 48 (quarenta e oito) horas. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2010.0002.9078-3 Anulação de Titulo
Requerente: Dalto Soares da Silva
Advogado: Lídio Carvalho de Araujo, OABTO 736
Requerido: Banco Bradesco S/AA
Advogados: Jose Edgard da Cunha Bueno Filho OABTO 4574A e Cristiane de Sá Muniz Costa
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 97: Com fundamento do artigo 331 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 16.6.2011, ás 14h30min. Intimem-se. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2010.0006.3733-3 de Ação de Restituição de Quantia Paga
Requerente: Adão Barbosa dos Reis
Advogado: Lídio Carvalho de Araujo, OABTO 736
Requerido: Banco BMC S/A
Advogados: Jose Edgard da Cunha Bueno Filho OABTO 4574A e Cristiane de Sá Muniz Costa
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 52: Com fundamento do artigo 331 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 16.6.2011, ás 15horas. Intimem-se. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2010.0010.9408-2 de Ação Declaratória de Inexistência de Debito
Requerente: Maria do Carmo Ferreira dos Santos
Advogado: Defensoria Publica de Itacajá-TO
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogados: Jose Edgard da Cunha Bueno Filho OABTO 4574A
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.67: Com fundamento do artigo 331 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 16.6.2011, ás 16h30min. Intimem-se. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS de Ação Civil de Ressarcimento n. 2006.0009.1634-0
Requerente: Wilman Amin Carmargo Junior
Advogado: Dr. Antonio Carneiro Correia OABTO 1841
Requerido: Jose Anacleto Julião
Advogados: Wilson Roberto Caetano, OABTO 277
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.94: Acolho as razões expendidas ás fls 90/91 e redesigno audiência de instrução e julgamento para o dia 14.6.2011, ás 8h30min. Nos termos do artigo 407 do CPC fixo em 15 (quinze) dias o prazo para apresentação do rol de testemunhas. Intimem-se. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2010.0004.6135-9 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: ITAMAR BARRACHINI
Advogado: DR. LÍDIO CARVALHO DE ARAÚJO OAB/TO 736
Requerido: ANTONIO TEIXEIRA DE MORAIS
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.51: Intime-se o autor para comprovar a propositura da ação principal e se manifestar sobre a contestação apresentada pelo réu. Prazo: 10 (dez) dias. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

# MIRACEMA

## 1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2008.0002.6511-6 (4132/08)
AÇÃO: PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: ANTÔNIA TENÓRIO FEITOSA
ADVOGADO: DR. RAFAEL THIAGO DIAS DA SILVA
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO: Fica o advogado da parte autora intimado do despacho de fls. 79, a seguir transcrito: "Intime-se a parte autora para que se manifeste no prazo de 48 horas, se tem interesse no prosseguimento do feito sob pena de extinção e arquivamento. Intime-se. Miracema do Tocantins 14 de março de 2011(a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito.

AUTOS Nº 2483/00
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA DE OLIVEIRA , REP OS FILHOS MENORES F.V S, CVS E P.L .V.S
ADVOGADO: DR. ANTONIO LUIZ COELHO, SAMUEL NUNES DE FRANÇA E CORIOLANO SANTOS MARINHO
REQUERIDO: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITALAR PRÓ-SAÚDE.
ADVOGADO: DR. HAMILTON DE PAULA BERNARDO
REQUERIDO: JOSÉ MARTINS FILHO
ADVOGADO: DR. JOSÉ DA CUNHA NOGUEIRA
REQUERIDO: COOPANESTE
ADVOGADO: DR. LUCIANO SILVA LACERDA
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "... Remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com as nossas homenagens observando-se as formalidades legais. Intimem-se. Miracema do Tocantins, em 10 de março de 2011. (As) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito".

AUTOS Nº 2008.0002.6259-1 (4121/08)
AÇÃO: CAUTELAR INOMINADA
REQUERENTE: : ATRIUM PARTICIPAÇÕES, CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA
ADVOGADO: DRA. SUELLEN SIQUEIRA MARCELINO MARQUES
REQUERIDO: INVESTCO S/A
ADVOGADO: DR. WALTER OHOFUGI JÚNIOR
INTIMAÇÃO: Despacho de fls. 368. " Designo audiência de conciliação para o dia 11/05/2011, às 15:00 horas. Especifiquem as partes no prazo de 10 dias as provas que pretendem produzir. Intimem-se. Miracema do Tocantins, 11/março/2011. (as) Dr. André Fernando gigo Leme Netto – Juiz de Direito".

AUTOS Nº 2008.0003.3067-8 (4152/08)
AÇÃO: EXECUÇÃO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: ATRIUM PARTICIPAÇÕES, CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA
ADVOGADO: DRA. SUELLEN SIQUEIRA MARCELINO MARQUES
EXECUTADO: INVESTCO S/A
ADVOGADO: DR. WALTER OHOFUGI JUNIOR
INTIMAÇÃO: Despacho de fls. 298: "Designo audiência de conciliação para o dia 11/05/2011, às 15:30 horas. Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir. Intimem-se. Miracema do Tocantins, 11 de março de 2.011 (As) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto- Juiz de Direito".

AUTOS Nº 2008.0001.4611-7 (4048/08)
AÇÃO: EMBARGOS À EXECUÇÃO
EMBARGANTE: O MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS-TO
ADVOGADO: DRA. ANA ROSA TEIXEIRA ANDRADE
EMBARGADO: LUCINEIDE BARBOSA CHAVES FERNANDES SUARTE
INTIMAÇÃO: DECISÃO: Isto posto, em razão dos embargos não versarem sobre as matérias elencadas no artigo 741 do Código de Processo Civil, julgo improcedentes os embargos à Execução propostos pelo Município de Miracema do Tocantins contra Lucineide Barbosa Chaves Fernandes Suarte. Condeno o embargante a pagar as custas, despesas e processuais e honorários advocatícios, que conforme o artigo 20, § 3º do CPC, atendendo a complexidade da causa, arbitro em 15% do valor do débito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Miracema do Tocantins, 15 de março de 2011. (As) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito".

AUTOS Nº 201000117244-0 (4739/10)
AÇÃO: NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA
REQUERENTE: NEURACI PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: SEVERINO PEREIRA DE SOUSA FILHO

REQUERIDO: MÁRCIA SOLA
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "...Isto Posto, por estarem ausentes os requisitos do artigo 934, do Código de Processo Civil, pois não restou provado que a requerida esteja fazendo obra nova que fira os direitos da autora, indefiro o pedido de liminar de embargo da obra. Intime-se o requerido para contestar a ação no prazo de 15 dias, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados na inicial. Intimem-se. Miracema do Tocantins, 14 de março de 2011. (As) Dr. André Fernando Gigo Leme Neto – Juiz de Direito".

## Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 4577/2011 – PROTOCOLO: (2011.0001.9858-3/0)
Requerente: Márcio Parrião Ribeiro
Advogado: Dr. Juarez Rigol da Silva
Advogado: Dr. Sebastião Luis Vieira Machado
Requerido: Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins- CELTINS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: " Designo o dia 26/04/2011, ás 14h40min, para a SESSÃO DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (AUDIÊNCIA UNA), nos termos do art. 27 e 28 da Lei nº 9.099/95. Cite(m)-se e intimem(se), com as advertências dos artigos 20 e 51, inciso I, ambos da Lei 9.099/95, inclusive de que a teor do artigo 34 da Lei 9.099/95, as testemunhas, até o máximo de três, comparecerão á audiência de instrução levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido. Acaso não localizado o(s) requerido(s), deverá o requerente, no prazo de dez dias, fornecer novo endereço do(s) citado(s), sob pena de extinção (art. 267, III, do CPC). Indicado o novo endereço, renove-se o ato. Decorrido o prazo sem a indicação, conclusos. Miracema do Tocantins, 15 de março de 2011. Juiz Marco Antônio Silva Castro."

AUTOS Nº 4514/2011 – PROTOCOLO: (2011.0000.7304-7/0)
Requerente: Santana Alves Cavalcante
Advogado: Dr. Domingos Paes dos Santos
Requerido: Banco Fibra S/A
Advogado: Dr. Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei
INTIMAÇÃO: "Caso queira, o(a) autor(a) poderá renovar a ação perante este Juizado, todavia, a petição inicial somente será depachada com a prova do pagamento ou do depósito das custas, nos termos do art. 268 do CPC. Atente-se o Cartório Distribuidor e a Secretaria deste Juizado, que deverão promover a inclusão do nome do(a) autor(a) em seu rol, para fins de controle, conforme item 3. Certifique-se o trânsito em julgado. Arquivem-se. Intime-se o advogado do autor. Miracema do Tocantins -TO, 15 de março de 2011. Marco Antonio Silva Castro – Juiz de Direito."

AUTOS Nº 4094/2010 – PROTOCOLO: (2010.0000.6279-9/0)
Requerente: Wharlley Aquino Maciel
Advogado: Dr. Patys Garrety da Costa Franco
Requerido: Itaú Seguros S/A
Advogado: Dr. Jacó Carlos Silva Coelho
INTIMAÇÃO SENTENÇA: "Pelos fundamentos expostos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA aforada por Itaú Seguros S/A e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, com amparo no artigo 475-L, incisos III e V, e 794, I do CPC c/c art. 52, IX, AL. B, da Lei nº 9099/95, para de conseqüência: a) Declarar o excesso de execução e a conseqüente extinção do feito; b) Autorizar a expedição de alvarás em favor: a) da parte autora (impugnado), para levantamento da importância de R$407,06 (quatrocentos e sete reais e seis centavos); b) em favor das partes requeridas (impugnantes), para levantamento da importância de R$34,74 (trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos), acrescidas dos rendimentos apurados desde a penhora. Sem custas e honorários advocatícios, com amparo no artigo 55, da Lei acima. Após o trânsito em julgado, expeçam-se os alvarás judiciais e arquivem-se, observadas as formalidades legais. Miracema do Tocantins -TO, 15 de março de 2011. Marco Antonio Silva Castro – Juiz de Direito."

AUTOS Nº 3673/2009 – PROTOCOLO: (2009.0002.2512-0/0)
Requerente: Deodato Moura de Oliveira
Advogado: Dr. Paulo Augusto de Souza Pinheiro
Requerido: Banco Panamericano
Advogado: Dra. Annete Diane Riveros
INTIMAÇÃO: "Fica a advogada da parte requerida intimada a comparecer no Juizado Especial Cível e Criminal desta Comarca para proceder levantamento de Alvará Judicial a favor do Banco Panamericano. Miracema do Tocantins -TO, 16 de março de 2011, Eu, Mariângela Graner Pinheiro, Técnica Judiciária, o digitei."

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE SESSENTA (60) DIAS
O Doutor Marco Antônio Silva Castro, MM. Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal desta Cidade e Comarca de Miracema, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital de intimação virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania do Juizado, se processam os autos de TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA – Crime, processo nº 2010.0005.0087-7/0, tendo como autor Geraldo Farias da Silva e Vítimas João Leyde de Souza Nascimento e Mario-Zan Aguiar Marques, sendo o presente para INTIMAR o autor do fato, Sr. Geraldo Farias da Silva, brasileiro, solteiro, armador, estando em lugar incerto e não sabido. Em conformidade com o r. despacho a seguir transcrito: "Tendo em vista a informação contida na certidão de fls. 50vº determino a intimação do (a) sentenciado(a), mediante edital, com prazo de sessenta (60) dias, nos termos do artigo 392, VI, § 1º, 2ª figura, do CPP. O prazo para recurso correrá após o término do período supra (§ 2º, do artigo citado). Transcorrido o espaço temporal, in albis, certifique-se, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se. Miracema do Tocantins-TO, em 27/01/2011. Juiz Marco Antônio Silva Castro."

AUTOS Nº 3906/2009 – PROTOCOLO: (2009.0009.7063-2/0)
Requerente: Raimundo Pinto Ferreira
Advogado: Dr. Patys Garrety da Costa Franco
Requerido: Itaú Seguros S/A
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Advogado: Dr. Jacó Carlos Silva Coelho
INTIMAÇÃO: " Sobre o requerimento de fl. 215 digam as reclamadas em 48 horas. Int. Miracema do Tocantins, 14 de março de 2011. Marco Antônio Silva Castro. Juiz de Direito."

AUTOS Nº 4343/2010 – PROTOCOLO: (2010.0007.6630-3/0)
Embargante: André Luiz Torres Gomes
Advogado: Dr. Flávio Suarte Passos Fernandes
Embargado: Reinaldo Pereira da Silva e Outros
Advogado: Dr. Divino José Ribeiro
INTIMAÇÃO: "Ante o exposto, não conheço dos embargos de declaração, por intempestivos. Sem custas. Intimem-se. Miracema do Tocantins, aos 15 de março de 2011. Marco Antônio Silva Castro. Juiz de Direito."

## Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2011.0001.3184-5 - AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO
Requerente: A.B. de C.
Advogado: Dr. Severino Pereira de Sousa Filho, OAB/TO nº 3.132-A
Requerida: M. das D.P. de C.
INTIMAÇÃO: Despacho: "Designo audiência de conciliação para o dia 26 de abril de 2011, às 15:00 horas. Cite-se e intimem-se a requerida, advertindo-a de que o prazo de 15 (quinze) dias para contestar, iniciar-seá a partir desta audiência. Intimem-se. Cientifique-se o ilustre representante do Ministério Público. Miracema do Tocantins – TO, em 25 de fevereiro de 2011. Dr. André Fernando Gigo Leme Netto, Juiz de Direito."

# NATIVIDADE

## Diretoria do Foro

PORTARIA N.º 010/2011

O Magistrado MARCELO LAURITO PARO, MM. Juiz Substituto desta Comarca, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o que consta na Seção 7 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins – CNGC, que dispões sobre o Serviço de Plantão Judiciário.

RESOLVE baixar a seguinte Portaria:

Art. 1º O serviço de Plantão Judiciário funcionará aos sábados, domingos e feriados para atendimento de medidas urgentes.
Parágrafo 1º. O serviço de Plantão Judiciário destina-se exclusivamente ao recebimento, conhecimento ou decisão de:
I – pedidos de hábeas corpus, em que figurar como coator autoridade policial;
II – autos de prisão em flagrante e comunicação de prisões de qualquer natureza, inclusive apreensões de adolescentes;
III – casos urgentes de prisões preventivas e provisórias;
IV – realização de exames de corpo de delito em casos de abuso de poder;
V – medidas cautelares de natureza penal intentadas em caráter preparatório, para fins de preservação de prova ou tutela emergencial de direito;
VI – autorização para ingresso em casas, para fins de busca, revista e conhecimento;
VII – medidas e providencias de caráter cautelar intentadas exclusivamente em caráter preventivo, envolvendo direito de família, infância e juventude;
VIII – outras medidas que, ao prudente arbítrio do Juiz, não possam aguardar a retomada de expediente sem manifesto prejuízo à parte interessada.
Art. 2º. Deverá se afixada no prédio do Fórum, em lugar bem visível e externo, a relação de nomes, endereços e telefones em que poderão ser localizados os plantonistas.
Art. 3º. A escala de plantão com periodicidade quadrimestral, referente ao período de 15 de março de 2011 a 15 junho de 2011, seguirá a tabela abaixo:
SERVIDORES – CARGO – END./TELEFONE - JUIZ
1. Luzanira Maria da Silva Xavier - Escrevente do Cível - Av. Pedro Ludovico, Fone 92070967 - Marcelo Laurito Paro
2. Meirivany R. N. Costa - Escrevente Criminal - Rua Rafael Xavier, Fone 92177117 - Marcelo Laurito Paro
3. Eliane Barbosa Pinto - Protocolo/Distribuição - Rua D,Qd.21,Lt.11, Fone 92285508 - Marcelo Laurito Paro
4. Gelson Ferreira dos Santos - Oficial de Justiça - Rua F, s/n., Fone 92153495 - Marcelo Laurito Paro
Art. 4º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Natividade, 15 de março de 2011.

Marcelo Laurito Paro
Juiz Substituto

# NOVO ACORDO

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: Nº 306/2006
NATUREZA DA AÇÃO: PARTILHA DE BENS
REQUERENTE: RAIMUNDA LIRA PEREIRA
ADVOGADO: DRA. VALQUIRIA ANDREATTI – OAB/TO 3408
REQUERIDO: DIOMAR RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

Por ordem do Excelentíssimo Doutor José Ribamar Mendes Júnior – Juiz de Direito em substituição automática, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, do despacho a seguir transcrito: "Passo a fixar os pontos controvertidos: 1 – Quantidade de cabeças de gado possuídas pelo casal por ocasião da separação, no ano de 1994; 2 – Comprovação da partilha realizada na separação. De acordo com os pontos controvertidos acima, ESPECIFICAR, no prazo de até 10 (dez) dias, as provas que pretende produzir em audiência. Comparecer em audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 13 de abril de 2011, às 09:00 horas no Fórum de Novo Acordo-TO. José Ribamar Mendes Júnior – Juiz de Direito em substituição automática.

# PALMAS

## 1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 18/2011

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

Autos nº: 2007.0009.8620-6/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: SERGIO FELIPE VERGANI CESPI
Advogado: André Ricardo de Ávila Janjopi OAB/SP 218.071. Requerida: TIM CELULAR S/A.
Advogado: João Paulo Ramos dos Santos OAB/TO 4.471.
INTIMAÇÃO: Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Autos nº: 2007.0009.8620-6/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: SERGIO FELIPE VERGANI CESPI
Advogado: André Ricardo de Ávila Janjopi OAB/SP 218.071. Requerida: TIM CELULAR S/A.
Advogado: João Paulo Ramos dos Santos OAB/TO 4.471.
INTIMAÇÃO: Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Autos nº: 2007.0010.4686-0/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogadas: Simony Vieira de Oliveira OAB/TO 4.093; Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4.311.
Requerido: MARICLEIDE TAVORA DE SOUZA.
INTIMAÇÃO: Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Autos nº: 2008.0000.2954-4/0 – COBRANÇA
Requerentes: IVANI MARIA HELFENSTENS P. DA SILVA e outros
Advogado: Marcos Ferreira Davi OAB/TO 2420
Requerido: BRADESCO SEGUROS S.A
Requerido: BELMIRO CATELAN – FAZENDA GUARANI
Advogado: Cristiane de Sá Muniz Costa OAB/TO 4361
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...ANTE O EXPOSTO, homologo, por sentença, o acordo de fls. 63/64, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e extingo o processo, nesse ponto, com julgamento de mérito nos termos do art.269, III, do CPC. Cada parte arcará com os honorários de seus advogados. Custas processuais remanescentes pela requerida Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros. Com relação ao requerido BELMIRO CATALAN fica o processo extinto sem apreciação do mérito, por falta superveniente de interesse processual, nos termos do art. 267, VI do CPC. Sem honorários. Custas pelos requerentes. Transitada em julgado, recolhidas as custas, arquivem-se os autos. P.R.I. Palmas, 15 de março de 2011. VALDEMIR BRAGA DE AQUINO MENDONÇA. Juiz de Direito Substituto."

Autos nº: 2008.0000.6925-2/0 - EXECUÇÃO
Exequente: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Osmarino José de Melo OAB/TO 779-B
Executado: ALCIDES JOSÉ LEAL PONCE DE LEON
Advogado: não constituido.
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Como requer às fls. 40. Transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem qualquer manifestação da parte exequente, arquivem-se os presentes autos, com as baixas necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 20 de agosto de 2010. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito."

Autos nº: 2008.0000.9116-9/0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Exequente: MUTUA DE ASSIST. DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA
Advogado: Luciano Kéde Flor OAB/DF 12.719; Emily Lima e Silva OAB/DF 27.997; Cleide Abadia de Oliveira OAB/DF 25.469; Ana Paula Pereira OAB/DF 19.383
Executado: LEONARDO NOGUEIRA DE MORAES;
Executado: CASSIO DE SOUZA E SILVA
Advogado: não constituído.
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "...Defiro a suspensão requerida, pelo prazo de 06 (seis) meses. Transcorrido o prazo assinalado, intime-se a parte autora para dizer se o acordo firmado foi integralmente cumprido. Palmas, 06 de setembro de 2010. LUIS OTÁVIO DE QUEIROZ FRAZ. Juiz de Direito."

Autos nº: 2008.0001.5617-1/0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: RIBAS, MIRANDA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.
Advogado: Leandro Jeferson Cabral de Mello OAB/TO 3.683-B.
Requerida: TIM CELULAR S/A.
Advogada: Marinolia Dias dos Reis OAB/TO 1.597.
Requerida: ROSA NEGRA TELEFONIA E LOGÍSTICA LTDA-ME.
Advogada: Verônica A. de A. Buzachi OAB/TO 2.325.
INTIMAÇÃO: Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Autos nº: 2008.0002.0496-6/0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: COINPA ALIMENTOS LTDA.
Advogado: Rivadávia Barros OAB/TO 1.803-B.
Requerida: EXICON EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO E CONSULTORIA S/A.
Advogado: Juliano Milano Moreira OAB/RS 53.080.
Requerida: COOPERATIVA ARROZEIRA EXTREMO SUL LTDA.
Advogada: Cláudia Lisboa Silveira Manta OAB/RS 49.925.
INTIMAÇÃO: Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Autos nº: 2008.0002.7932-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA S/A.
Advogado: Fabrício Gomes OAB/TO 3.350.
Requerido: WANDERSON BISPO PEREIRA
Defensor Público: Edivan de Carvalho Miranda
INTIMAÇÃO: Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Autos nº: 2008.0007.3512-0/0 – AÇÃO ANULATÓRIA
Requerente: TELMA REGINA SOARES COUTO
Requerente: ALDENIZA CAITANA DOS SANTOS
Requerente: HUMBERTO FLAUSINO SOARES
Requerente: HENRIQUE FLAUSINO SANTOS SOARES
Advogada: Verônica A. de Alcântara Buzachi OAB/TO 2.325.
Requerida: HENRIQUE E SOARES LTDA-ME.
Requerido: FLÁVIO HENRIQUE SOARES
Requerida: MARIA CONCEIÇÃO SOARES
Advogado: Renato Godinho OAB/TO 2.550.
INTIMAÇÃO: Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Autos nº: 2008.0007.4084-1/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: MARCELO AGUIAR INOCENTE
Advogados: Fábio Wazilewski OAB/TO 2.000; Gilberto Orth OAB/TO 3.196.
Requerida: BRASIL TELECOM CELULAR S/A.
Advogada: Bethânia Rodrigues Paranhos Infante OAB/TO 4.126-B.
INTIMAÇÃO: Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Autos nº: 2008.0008.8982-9/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.
Advogados: Wendel Diógenes Pereira dos Prazeres OAB/GO 20.113; Fábio de Castro Souza OAB/TO 2.868.
Requerida: ROMIZA DE SOUZA MILHOMEM
Advogado: Vinícius Pinheiro Marques OAB/TO 4.140-A.
INTIMAÇÃO Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Autos nº: 2008.0009.1220-0/0 - EXECUÇÃO
Exequente: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Osmarino José de Melo OAB/TO 779-B
Executado: JUSCELINO CARDOSO DA MOTA
Advogado: não constituido.
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Como requer às fls. 42. Passados 05 (cinco) dias da suspensão, sem qualquer manifestação, arquivem-se os presentes autos, com as baixas necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 20 de agosto de 2010. LUIS OTÁVIO DE QUEIROZ FRAZ. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0000.0615-1/0 – ORDINÁRIA
Requerente: GLEIDISON ANTONIO DE CARVALHO
Advogado: Virgílio Ricardo Coelho Meirelles OAB/TO 4.017-A.
Requerido: BANCO BRADESCO S/A.
Advogada: Cristiane de Sá Muniz Costa OAB/GO 22.556-A.
INTIMAÇÃO: Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Autos nº: 2009.0006.0021-5/0 - EXECUÇÃO
Exequente: METALONITA IND. BRASILEIRA LTDA
Advogado: Lindinalvo Lima Luz OAB/TO 1250-B
Executado: AMERICA COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Advogado: não constituído.

INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar efetivo andamento ao feito, sob pena de arquivamento. Cumpra-se. Palmas, 01 de setembro de 2010. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.5380-1/0 - EXECUÇÃO
Requerente: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Osmarino José de Melo OAB/TO 779-B
Requerido: LINS E MATOS LTDA
Requerido: KELLY CRISTINA LINS DA SILVA
Requerido: EDIVALDO CORCINO DE MATOS
Advogado: não constituído.
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "...Em análise ao petitório de fls. 37/38, verifica-se que as partes litigantes, em manifestação volitiva conjunta, entabularam acordo. Sendo assim, homologo a avença contida na pretensão juntada aos autos, e, em consonância à previsão legal inserta nos artigos 791, inciso II, e 792, ambos do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de suspensão do processo conforme pleiteado na referenciada peça. Arquive-se o feito em cartório sem que seja procedida a baixa. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 30 de abril de 2010. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito."
Autos nº: 2009.0012.9916-0/0 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: RUTH ROSENBERG KITTMAN
Advogado: Remilson Aires Cavalcante OAB/TO 1.253.
Requerida: BRASIL TELECOM CELULAR S/A.
Advogado: Júlio Franco Poli OAB/GO 27.629.
INTIMAÇÃO: Fica o Requerente intimado, através do seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas finais no valor de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos).

## 3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2010.0010.4968-0 – REVISÃO
Requerente: Josemi Ribeiro da Silva
Advogado(a): Dra. Eva Aparecida de Jesus OAB/TO 4065 e Dra. Cecília Moreira Fonseca OAB/GO 20.963
Requerido: INSS
Advogado(a): Procurador Federal
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada a comparecer a Perícia Médica no dia 18 de abril de 2011 às 16:30, na Junta Médica Oficial localizada no Fórum de Palmas.

AUTOS: 2008.0008.9662-4 – INDENIZAÇÃO
Requerente: Sinval Rodrigues dos Santos
Advogado(a): Dr. Éder Barbosa de Sousa OAB/TO 2077-A
Requerido: Investco S/A
Advogado(a): Dra. Ludimylla Melo Carvalho OAB/TO 4095-B
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas a comparecerem em audiência de instrução e julgamento para o dia 14 de abril de 2011 às 15 horas. Fica ainda, a parte requerida intimada, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre certidão de fls. 182.

AUTOS: 2008.0007.9534-4 – COMINATÓRIA
Requerente: Rythor Afonso Fernandes
Advogado(a): Dr. Maurício Haejjner OAB/TO 3245
Requerido: José Cristino Amorim e outros
Advogado(a): Dr. Anselmo Francisco da Silva OAB/TO 2498-A e Dr. Ademilson Ferreira Costa OAB/TO 1767
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas a comparecerem em audiência de instrução e julgamento para o dia 14 de abril de 2011 às 14 horas.

AUTOS: 2008.0003.1853-8 – DECLARATÓRIA
Requerente: Marco César Ceballos Bonatto
Advogado(a): Dr. Renato Godinho OAB/TO 2550
Requerido: José Cristino Amorim e outros
Advogado(a): Dr. Adonilton Soares da Silva OAB/TO 1023
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas a comparecerem em audiência de instrução e julgamento para o dia 06 de abril de 2011 às 16 horas.

AUTOS: 2010.0001.2103-5 – COBRANÇA
Requerente: Ana Paula de Castro Reis e outros
Advogado(a): Dra. Graziela Tavares de Souza Reis OAB/TO 1801
Requerido: Companhia de Seguros Aliança do Brasil
Advogado(a): Dr. Nilton Valim Lodi OAB/TO 2184
INTIMAÇÃO: DECISÃO SANEAMENTO: (...) Defiro as seguintes provas requerida pela demandada: Depoimento pessoal dos autores, devendo ser intimados pessoalmente para comparecerem à audiência, com as advertências de praxe. Expeça-se o necessário à intimação. (Fica a parte requerida intimada, para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o pagamento da locomoção do oficial de justiça para cumprimento dos mandados de intimação dos autores). Expeça-se, ainda, os ofícios requeridos pela parte demandada na petição de fl. 152, devendo a requerida, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar em Cartório os nomes e endereços dos médicos e hospitais para que sejam realizadas as diligências. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de abril de 2011 às 14 horas.

AUTOS: 2006.0004.8903-4– INDENIZAÇÃO
Requerente: Maria de Fátima e Albuquerque Caracristi
Advogado(a): Defensor Público
Requerido: Jornal Primeira Página
Advogado(a): Dr. Marcos Ferreira Davi OAB/TO 2420
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerida intimada, para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento da locomoção do oficial de justiça para o cumprimento dos mandados de intimação das testemunhas arroladas às fls. 60.

AUTOS: 2010.0000.0348-2 – INDENIZAÇÃO
Requerente: Danyllo Santiago de Carvalho
Advogado(a): Dr. Christian Zini Amorim OAB/TO 2404
Requerido: Unibanco (Itaú Seguros S/A)
Advogado(a): Dr. Vitor José Petraroli Neto OAB/SP 31.464 e Dra. Ana Rit R. Petraroli OAB/SP 130.291
Requerido: Autovia Veículo Peças e Serviços Ltda.
Advogado(a): Dr. Carlos Gabino de Sousa Júnior OAB/TO 4590 e Dr. Ataul Correa Guimarães OAB/TO 1235
INTIMAÇÃO: DECISÃO SANEAMENTO: (...) Defiro as seguintes provas requerida pelo autor: Provas documentais, já acostadas aos autos, bem como, provas documentais que tragam fatos novos ao processo, se houver. Depoimento pessoal dos representantes das requeridas, devendo ser intimados pessoalmente para comparecer à audiência, com as advertências de praxe. Prova testemunhal, cujo rol deverá ser acostado aos autos, no prazo de 20 (vinte) dias, que antecedem a audiência, devendo as testemunhas comparecerem independentemente de intimação. As demandadas não especificaram provas. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12 de abril de 2011 às 15 horas.
AUTOS: 2010.0005.2087-8 – COBRANÇA
Requerente: Raimundo Nonato da Silva Sousa
Advogado(a): Dr. Antônio José de Toledo Leme OAB/TO 656
Requerido: Cia Excelsior de Seguros S/A e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado(a): Dr. Júlio César de Medeiros OAB/TO 3595-B
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas a comparecerem em audiência de conciliação pelo rito sumário para o dia 13 de abril de 2011 às 16 horas.

AUTOS: 2008.0009.2404-7 – INDENIZAÇÃO
Requerente: Ieda Maria da Silva
Advogado(a): Dra. Onilda das Graças Severino OAB/TO 4133-B e Dr. Alessandro de Paula Canedo OAB/TO 1334-A
Requerido: MVK do Brasil Motos Ltda.
Advogado(a): Dr. Thiago Perez Rodrigues OAB/TO 4257 e Dra. Érika A. Uchoa Escórcio
Requerido: Comercial Moto Dias Ltda. - EPP
Advogado(a): Dr. Pedro Curcino de Oliveira OAB/TO 73-B
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas a comparecerem em audiência de instrução e julgamento para o dia 07 de abril de 2011 às 16 horas.

AUTOS: 2008.0009.0824-6 – COBRANÇA
Requerente: Edson José Ferraz
Advogado(a): Dra. Lourdes Tavares de Lima OAB/TO 1983-B
Requerido: Orlei Brito Alves
Advogado(a): Dr. Helisnatan Soares Cruz OAB/TO 1485
Requerido: Gilberto Coelho Menezes e Valdelice da Silva Menezes
Advogado(a): Dra. Vivian de Freitas Machado Oliveira OAB/TO 2354
Denunciado: Espólio de Maurílio Pinheiro Câmara
Advogado(a): Dr. Maurílio Pinheiro Câmara Filho OAB/TO 3420 e Dra. Beliza Martins Pinheiro Câmara OAB/DF 30.551
INTIMAÇÃO: DECISÃO SANEAMENTO: (...) Defiro as seguintes provas requeridas pelo autor: Depoimento pessoal dos demandados, devendo ser intimados pessoalmente para comparecerem à audiência, com as advertências de praxe. Expeça-se o necessário à intimação. Fica o requerente intimado, para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento da locomoção do oficial de justiça para cumprimento do mandado de intimação do denunciado. Defiro as seguintes provas requeridas pelos demandados: 1º demandado: prova documental, por documentos já acostados aos autos. Depoimento pessoal do autor, devendo ser intimado pessoalmente para comparecer à audiência, com as advertências de praxe. Expeça-se o necessário à intimação. Fica o requerido Orlei intimado, para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento da locomoção do oficial de justiça para cumprimento do mandado. 2º demandado: Depoimento pessoal do autor, devendo ser intimado pessoalmente para comparecer à audiência, com as advertências de praxe. Expeça-se o necessário à intimação. Ficam os requeridos Gilberto e Valdelice intimados, para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuarem o pagamento da locomoção do oficial de justiça para cumprimento do mandado. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 07 de abril de 2011 às 14 horas.

## 4ª Vara Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº: 2011.0001.8102-0 – AÇÃO MONITÓRIA
REQUERENTE: MCM COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO(A): MAURICIO CORDENONZI, ROGER DE MELLO OTTANO, ROGERIO GOMES COELHO E RENATO DUARTE BEZERRA
REQUERIDO: SILVANEY DOS SANTOS NASCIMENTO
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: "Regularize-se em 10 (dez) dias pena de indeferimento da inicial. Int. Palmas, 10 de janeiro de 2011. Zacarias Leonardo-Juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2011.0001.8106-0 – AÇÃO MONITÓRIA
REQUERENTE: MCM COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO(A): MAURICIO CORDENONZI, ROGER DE MELLO OTTANO, ROGERIO GOMES COELHO E RENATO DUARTE BEZERRA
REQUERIDO: COMERCIAL PROGRESSO LTDA
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: "Regularize-se em 10 (dez) dias pena de indeferimento da inicial. Int. Palmas, 10 de janeiro de 2011. Zacarias Leonardo-Juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2011.0001.8104-4 – AÇÃO MONITÓRIA
REQUERENTE: MCM COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

ADVOGADO(A): MAURICIO CORDENONZI, ROGER DE MELLO OTTANO, ROGERIO GOMES COELHO E RENATO DUARTE BEZERRA
REQUERIDO: JUCILAIDE ROCHA SANTOS
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: "Destarte, faculto a requerente emendar e regularizar sua inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento. Int. Palmas, 10 de fevereiro de 2011. Zacarias Leonardo-Juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2011.0001.9935-0 – AÇÃO REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S/A
ADVOGADO(A): JOSÉ MARTINS, FABRICIO GOMES E FRANCISCO DUQUE DABUS
REQUERIDO: MIZAEL CESAR DOS SANTOS
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: "Faculto a requerente emendar sua inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento de modo a anexar a demanda cópia legível do contrato de arrendamento mercantil firmado com a requerida. Int. Palmas, 07 de fevereiro de 2011. Zacarias Leonardo-Juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2011.0002.3640-0 – AÇÃO REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: BANCO ITAULEASING S/A
ADVOGADO(A): NUBIA CONCEIÇÃO MOREIRA
REQUERIDO: JANE MARIA ARAUJO DE M OLIVEIRA
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: "Faculto a requerente emendar sua inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento de modo a anexar a demanda cópia legível do contrato de arrendamento mercantil firmado com a requerida. Int. Palmas, 03 de fevereiro de 2011. Zacarias Leonardo-Juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2011.0001.8118-4 – AÇÃO DECLARATÓRIA
REQUERENTE: ARAGEM COMERCIO DE AR CONDICIONADO LTDA-ME
ADVOGADO(A): SARAH GABRIELLE ALBURQUERQUE ALVES
REQUERIDO: COMPANHIA DE 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: "Assim, faculto o recolhimento de 50% (cinquenta por cento) da taxa judiciária e das custas processuais ao final. Intime-se a requerente para, no prazo de 10(dez) dias, promover o recolhimento de 50% (cinquenta por cento) da Taxa Judiciária e das Custas Processuais, sob pena de baixa na distribuição. Após, efetuado o pagamento, voltem-me conclusos. Int. Palmas, 28 de janeiro de 2011. Zacarias Leonardo-Juiz de Direito."

## 5ª Vara Cível

INTIMAÇÕES ÀS PARTES
Boletim nº 06/2011

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
Ação Obrigação de Fazer – 2009.0006.2286-3
Requerente: ALYSSON FIUZA ALVES
Advogados PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA E SILVA - OAB/TO 496 e TALYANNA BARREIRA LEOBAS DE FRANÇA ANTUNES – OAB/TO 2144
Requerido: BANCO SUDAMERIS S/A
Advogado: LEANDRO ROGERES LORENZI
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "Trata-se ação de Obrigação de Fazer com pedido de Tutela Antecipada proposta por Alysson Fiúza Alves contra Banco Sudameris S.A. (Banco Real). Alega o autor que é cliente do requerido e que emitiu o cheque de nº 010020 no valor de R$ 5.000,00, tendo como beneficiária a empresa Nova Comércio de Veículos LTDA., e narra que o referido cheque voltou duas vezes por insuficiência de fundos, sendo seu nome incluído no CCF (cadastro de emitentes de cheques sem fundo). Aduz ainda que ao tentar resgatar o cheque na empresa beneficiária foi informado por esta que o cheque havia se perdido, todavia, mesmo assim, promoveu o pagamento e recebeu a quitação do aludido título, por meio de declaração da empresa. De posse da declaração, o autor retirou certidão negativa de protesto referente ao cheque em questão e procurou o requerido para poder retirar seu nome do CCF, momento em que foi informado que só seria possível tal retirada se o autor apresentasse a cártula. Promoveu o autor à notificação do requerido, que se recusou a receber a via de recebimento alegando que era preciso do cheque para promover a retirada do nome do autor do CCF. A decisão inicial, às fls. 27/28, deferiu liminar em favor do autor para que o requerido exclui-se o nome do autor do CCF no prazo de 5 dias, sob pena de aplicação de multa. Audiência de conciliação realizada no dia 23/03/2010, onde foi solicitada a suspensão do processo para tentativa de acordo dentro do prazo de 15 dias, o que não ocorreu. Ainda na referida audiência o requerido apresentou contestação alegando que: a) agiu dentro de um exercício regular de direito; b) que não se negou a promover a baixa da restrição, mas que para assim proceder necessitava do cheque e só foi apresentada uma declaração do "suposto" credor, o que não basta; c) o autor não demonstrou que procurou o requerido; d) o autor não pode alegar estar sofrendo restrição de crédito, pois possui outra restrição do Banco Bradesco; e) colacionou as resoluções do BACEN em que se baseia em casos como este, jurisprudências e artigos de lei; f) é descabida a inversão do ônus da prova; g)requereu por fim a improcedência da ação. Impugnação às fls. 111/113. Instar destacar que o autor comunicou duas vezes nos autos, uma em 21/08/2009 e a outra em 19/08/2010, ou seja, houve lapso de mais de um ano, que o requerido nunca cumpriu a determinação de retirada do seu nome do CCF, mesmo com ordem expressa deste juízo. O requerido apresentou agravo retido após a decisão inicial, com parte dos fundamentos apresentados na contestação, requerendo a reconsideração da liminar. Eis o relatório, em breve resumo. Passo a decidir. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação. A pretensão do autor merece guarida. Explico. Não pode o requerido utilizar-se do excesso de burocracia para se recusar a retirar o nome do autor do CCF, mormente quando nenhuma razão lhe assiste neste sentido. O autor não questiona sua inclusão no CCF, pois sabe que deu ensejo a tal inclusão, mas patente que preenche os requisitos para que não mais tenha a anotação discutida. Tanto o autor, como o requerido, amparam-se na resolução nº 1682 do BACEN que assim regulamenta casos deste tipo: Art. 19. As ocorrências serão excluídas do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos: c) a qualquer tempo, a pedido do estabelecimento sacado, DESDE QUE O CLIENTE COMPROVE JUNTO A ELE O PAGAMENTO QUE DEU ORIGEM À OCORRÊNCIA, e, nos casos de prática espúria regularize o débito; A circular 2989 que altera o texto da circular 1528, complementa: Art. 3º Ficam alterados os itens 13, 14 e 15 da Circular nº 1.528, de 24 de agosto de 1989, que passam a vigorar com a seguinte redação: 15. ADMITE-SE A COMPROVAÇÃO DE QUE TRATA A ALÍNEA 'C' DO ART. 19 do Regulamento anexo à Resolução nº 1.631, de 24 de agosto de 1989, com a redação dada pela Resolução nº 1.682, de 31 de janeiro de 1990, MEDIANTE APRESENTAÇÃO: a) do cheque que deu origem à ocorrência; b) do extrato de conta em que figure o débito relativo ao cheque que deu origem à ocorrência; c) na impossibilidade de apresentação dos documentos citados nas alíneas 'a' e 'b', de DECLARAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DANDO QUITAÇÃO AO DÉBITO, devidamente autenticada em tabelião ou abonada pelo banco endossante, acompanhada da cópia do cheque que deu origem à ocorrência, bem como das certidões negativas dos cartórios de protesto RELATIVAS AO CHEQUE, em nome do emitente. - Sem destaques no original. Simplesmente não há motivos para negativa do banco requerido em excluir o nome do autor do CCF. Os documentos colacionados aos autos demonstram claramente que o autor na impossibilidade de apresentar o cheque devolvido apresentou a declaração de quitação do beneficiário do cheque (Nova Comércio de Veículos LTDA), apresentou também certidão negativa de protesto RELATIVA AO CHEQUE EM QUESTÃO, bem como tem cópia do cheque devolvido. Desprovido o requerido de o mínimo de razoabilidade e bom senso na tratativa com o consumidor. Não há necessidade de maiores delongas, porém cabe citar que esse também é o entendimento dos tribunais: DANO MORAL. DEVOLUÇÃO DE CHEQUES SEM FUNDO. PAGAMENTO POSTERIOR. ENTREGA DO CHEQUE. NEGATIVA DO CREDOR. DECLARAÇÃO ATESTANDO O PAGAMENTO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DANO. NÃO PROVIMENTO. Os cheques devolvidos sem provisão de fundos devem ser entregues ao seu titular quando quitado seu valor ao credor. Todavia, havendo declaração que substitua tal documento para a baixa junto ao CCF, a exigência está suprida, devendo o devedor comprovar que não pôde fazê-lo com o documento fornecido para caracterizar algum dano passível de indenização. (TJ-RO; APL 1023897-73.2008.8.22.0001; Primeira Câmara Cível; Rei. Des. Moreira Chagas; Julg. 06/10/2009; DJERO 27/10/2009). RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Nome do consumidor mantido no cadastro de emitentes de cheque sem fundo. CCF após a quitação do débito. Manutenção indevida. Consoante resolução nº 1682, do Banco Central. BACEN, as ocorrências serão excluídas do CCF a qualquer tempo, a pedido do estabelecimento sacado, após ser procurado pelo correntista, desde que o cliente comprove junto a ele o pagamento do cheque que deu origem à ocorrência. Hipótese de fato excludente de terceiro, que afasta a responsabilidade objetiva do fornecedor do serviço, prevista no art. 14, § 3º, II, do CDC. Exclusão da condenação por dano moral. Reforma da sentença. Recurso provido. (TJ-BA; Rec. 0000195-18.2007.805.0230-1; Quarta Turma Recursal; Rei[3] Juíza Eloisa Matta da Silveira Lopes; DJBA 02/02/2010) CDC, art. 14. Não há ainda necessidade tampouco de inversão do ônus da prova, pois as provas que competiam ao autor foram todas apresentadas e são suficientes à concessão do seu pleito, ficando comprovado ainda através de notificação pelo cartório de títulos e protesto que o autor procurou o requerido a fim de resolver tal pendência. Não pode o judiciário compactuar com o comportamento da instituição financeira em um caso como este onde o requerido simplesmente resolve dificultar a vida de seu cliente, sem o mínimo de plausibilidade. Quanto ao agravo retido apresentado, indefiro pelas razões aqui apresentadas. Pelo exposto, julgo a ação procedente, a fim de: a) confirmar a liminar concedida, às fls. 27/28 e declarar definitiva a obrigação de fazer por parte do requerido em retirar o nome do autor do CCF, relativo ao cheque de nº 010020, agência 1736, conta corrente 250-1, do CCF, no prazo de 5 dias, sob pena de multa de R$ 500,00 até o limite de R$ 5.000,00; b) condenar o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este que, desde já fixo em 15% no valor da ação. P.R.I. Palmas, 29 de setembro de 2010. (Ass) Lauro Augusto Moreira Maia – Juiz de Direito".

## 2ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica a parte, abaixo identificada, através de seu procurador, intimada do ato processual abaixo relacionado:
Autos nº 2011.0002.8202-9/0 – HABEAS CORPUS
Paciente: Wdson de Carvalho Costa
Advogado: Dr. Ademir Teodoro de Oliveira - OAB/TO 3731
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "(...) Por tais fundamentos, converto o presente HC em pedido de liberdade provisória, devendo ser corrigida a autuação dos presentes, bem como na distribuição e no SPROC. Por fim, considerando a pequena dimensão do crime, a recuperação dos objetos subtraídos, a idade do acusado,a dubiedade da conduta se dolosa ou culposa, a ausência de antecedentes criminais, o endereço certo e por não vislumbrar presente nenhum dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, concedo a liberdade provisória em favor de Wdson de Carvalho Costa, independentemente do pagamento de fiança. Expeça-se, com urgência, alvará de soltura. Ciência pessoal a seu advogado e ao Ministério Público. Cumpra-se. Palmas-TO, em 16 de março de 2011 – Luatom Bezerra Adelino de Lima, Juiz Substituto".

## 3ª Vara Criminal

AO ADVOGADO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 38/2011
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2010.0003.9808-8/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: WAGNER MOREIRA DA SILVA
Advogadas: KÁTIA BOTELHO AZEVEDO, OAB-TO N.º 3.950 e MARIA DE FÁTIMA MELO ALBUQUERQUE CAMARANO, OAB-TO N.º 195-B
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª, Para, no prazo legal, apresentar as alegações finais em favor do réu supra.

AO ADVOGADO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 35/2011
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2006.0008.4927-8/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO

Acusado: MANOEL DE SOUZA CAVALCANTE
Advogado: DR. CÍCERO TENÓRIO CAVALCANTE, OAB/TO n.º 811
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª do despacho a seguir transcrito: "Recebo o recurso de fl. 608, por preencher os requisitos objetivos e subjetivos de admissibilidade, nos efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se o apelante, para apresentar suas razões de recurso. Após, ao Ministério Público, para contrarrazoar". Palmas, 04 de março de 2011. Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito.

AO ADVOGADO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 34/2011
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2008.0008.1836-0/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: MARCOS RONALDO VAZ MOREIRA
Advogado: DRA. MIRNA LUANA HUIDOBRO, OAB/TO n.º 2860
INTIMAÇÃO: "Para, no prazo legal, apresentar as alegações finais em favor do acusado supra".

AO ADVOGADO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 33/2011
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2010.0001.4627-5/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: VALDEMAR FERREIRA DA SILVA
Advogado: DR. ANDRÉ VANDERLEI CAVALCANTI GUEDES, OAB/TO n.º 3886-B
INTIMAÇÃO: "Da expedição de carta precatória à Comarca de Dianópolis-TO, para inquirição da testemunha Jerry Adriane de Araújo Godinho, referente os autos supra".

AO ADVOGADO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 32/2011
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2007.0007.0382-4/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: JOELTON MENDES GUEDES E OUTROS
Advogado: DR. IVAN DE SOUZA SEGUNDO, OAB/TO n.º 2658
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª do despacho a seguir transcrito: "Para, no prazo legal, manifestar-se na fase do artigo 402 do Código de Processo Penal".

AO ADVOGADO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 029/2011
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2007.0005.5082-3/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: MARIA DAS GRAÇAS CONCEIÇÃO DA SILVA
Advogado: DR. ALMIR SOUSA DE FARIA, OAB/TO 1705-B
Assistente da acusação: DR. JOSÉ PEREIRA DE BRITO, OAB/TO 151 e DR. JACKSON MACEDO DE BRITO, OAB/TO 2934
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª da sentença a seguir transcrita: "O Ministério Público denunciou Maria das Graças da Conceição Silva (qualificação nos autos), narrando que, no dia 26 de fevereiro de 2007, a acusada, valendo-se da relação de confiança que mantinha com Cláudia Nogueira de Oliveira Santos, em cuja casa trabalhava como diarista, subtraiu para si uma aliança de brilhante pertencente a esta. Pediu-se a condenação da acusada nas penas do art. 155, § 4º, II, do Código Penal. (...) Diante do exposto, julgo procedente a denúncia, para condenar Maria das Graças Conceição da Silva pela prática do crime tipificado no art. 155, "caput", do Código Penal. (...) Pena Definitiva: Fica assim estabelecida a pena definitiva em um (1) ano de reclusão e dez (10) dias-multa. Regime inicial e local de cumprimento da pena: Diante do que foi considerado na aplicação da pena-base, determino que sanção seja cumprida inicialmente em regime aberto, no local a ser definido pelo juízo da execução. (...) Substituição da pena: Substituo a pena privativa de liberdade pela prestação de serviços à comunidade, na forma a ser definida na execução. Recurso: Concedo à acusada o direito a apelar em liberdade, em razão regime inicial fixado e da substituição e por não existirem, por ora, os fundamentos da prisão preventiva. (...) Custas Processuais: Condeno a acusada ao pagamento das custas processuais. Eventual isenção será definida na fase da execução. (...) Disposições finais: Após o trânsito em julgado da sentença: a) lance-se o nome da acusada no rol dos culpados; b) extraiam-se as guias de execução penal e de recolhimento das custas, a serem encaminhadas à 4ª Vara Criminal desta comarca; c) 3ncaminhem-se os autos à Contadoria, para cálculo da multa, intimando-se em seguida a acusada para recolher o valor respectivo; d) comunique-se à Justiça Eleitoral; e) procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento n.º 02/2001-CGJUS e no art. 3º da Lei n.º 11.971/09. (...) Registre-.se. Intimem-se. Palmas/TO, 21 de fevereiro de 2011. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito".

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

AUTOS N.º 2009.0011.8405-3/0
Ação Penal
Vítima: A JUSTIÇA PÚBLICA
Acusados: VALTER ANTÔNIO BRAZ
FINALIDADE : CITAR E INTIMAR o acusado VALTER ANTÔINO BRAZ, brasileiro, solteiro, motorista, nascido aos 31.10.1964 em São José do Rio Preto/SP, filho de Ivo Braz e Vera Lúcia Paulino Braz: - Relatam os presentes autos que, no dia 19 de setembro de 2009, por volta das 16h, na TO-050, Posto PRE-TO, nesta, o denunciado dirigia veículo automotor, na via pública estando com concentração de álcool por litro de ar expedido dos pulmões superior a 3 (três) decigramaas, conforme ficou demonstrado no resultado impresso pelo aparelho de medição de teor alcóolico, anexado na fl. 8 doos autos. Emerge dos autos que o acusado conduzia o veículo, tipo caminhão no local dos fatos, transitando com imprudência pela avenda, mediante ação descuidada, após ter ingerido excessiva quantidade de bebida alcóolica. (...) Assim agindo, o denunciado Valter Antônio Braz incidiu na conduta descrita no artigo 306, da Lei 9503/97, com as modificações da Lei n.º 11.705/2008, regulamentado pelo artigo 2º, II, do Decreto Federal n.º 6488/2008.. Pelo que se oferece a presente, e como se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, sabido, fica CITADO para tomar conhecimento da acusação que lhe é feita, nos termos da denúncia, bem assim para, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, responder à acusação, por escrito, através de advogado ou defensor público. INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS: 1. O endereço da Defensoria Pública é Quadra 602 Sul, Conjunto 02, Lote 17, Palmas/TO, telefone (63) 3218-2012; 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A do Código de Processo Penal); 3. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la (§ 2º do mesmo artigo); 4. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, Para o conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2º via fica afixada no local de costume, bem como será publicado no Diário da Justiça. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Palmas/TO, 4 de março de 2011. Eu, Adriana da Silva Parente Coelho, escrivã, digitei e subscrevo.
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

AUTOS N.º 2009.0007.5269-4/0
Ação Penal
Vítima: A JUSTIÇA PÚBLICA
Acusados: JÚLIO CÉSAR CARLOS DA SILVA E VALÉRIA MARIA DA SILVA
FINALIDADE : CITAR E INTIMAR os acusados JÚLIO CÉSAR CARLOS DA SILVA, brasileiro, união estável, pedreiro, nascido aos 18.05.1982 em Araguaína/TO, filho de Francisco Pereira da Silva e Maria Antônia Carlos da Silva e de VALÉRIA MARIA DA SILVA, brasileira, união estável, do lar, nascida aos 02.05.1973 em Araguaína/TO, filha de Joaquim Valério da Silva e Maria Florinda dos Santos Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido; Consta dos presentes autos que os indiciados foram flagrados por policiais miliates,no interior da Feira Coberta da 304 Sul, neta capital, por volta das 19h do dia 19/06/2009, por estarem violando direitos dos autores e os que lhe são conexos, com intuito de lucro direto, mediante venda do material constante do Auto de Exibição e Apreensão (fls. 13). Infere-se que os acusados foram abordados por policiais militares e os questionaram acerca de terem encontrado uma arma de fogo, extraviada na avenida de acesso à Praia do Caju, nesta capital, obtendo resposta negativa. Em seguida, estando os indiciados de posse de 151 (cento e cinquenta e um) DVD e 107 (cento e sete) CDs de conteúdo variado, ofertando-os para venda, receberam voz de prisão e foram em seguida conduzidos à Delegacia competente para lavratura do Auto de Prisão em Flagrante. (...) Assim agindo, incorreram os denunciados nas sanções penais do artigo 184, § 2º do CP. Pelo que se oferece a presente, e como se encontram atualmente em lugar incerto e não sabido, sabido, ficam CITADOS para tomarem conhecimento da acusação que lhes é feita, nos termos da denúncia, bem assim para, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, responderem à acusação, por escrito, através de advogado ou defensor público. INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS: 1. O endereço da Defensoria Pública é Quadra 602 Sul, Conjunto 02, Lote 17, Palmas/TO, telefone (63) 3218-2012; 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A do Código de Processo Penal); 3. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la (§ 2º do mesmo artigo); 4. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, Para o conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2º via fica afixada no local de costume, bem como será publicado no Diário da Justiça. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Palmas/TO, 24 de fevereiro de 2011. Eu, Adriana da Silva Parente Coelho, escrivã, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA os acusados VALDIVINO FRANCISCO DE SOUZA, brasileiro, casado, supervisor de vendas e HAROLDO DIAS DA SILVA, brasileiro, casado, comerciário/chefe de vendas, residentes e domiciliados em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2007.0004.4162-5/0 cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- I–RELATÓRIO: "O Ministério Público denunciou Luiz Otávio dos Santos Costa, Valdivino Francisco de Souza, Haroldo Dias da Silva e Domingos da Glória Araújo, narrando o seguinte: "Logrou-se apurar na peça informativa que durante o período compreendido entre os meses de janeiro a junho de 1999, nesta capital, os denunciados acima, agindo de forma conjunta e reiterada, apropriaram-se de aproximadamente quatorze mil, trezentos e oitenta e cinco (14.385) caixas de bebidas diversas, das marcas 'Coca cola' e 'Kaiser', as quais, eram de propriedade de uma distribuidora de bebidas, com filial nesta cidade, cujo delito, ficou devidamente comprovado através de auditoria interna realizada na empresa (...). Pediu-se a condenação dos acusados nas penas dos arts. 288, "caput", e 168, § 1º, inciso III, todos c/ o artigo 71, "caput", do CP (...).Observa-se nos autos que as provas da materialidade dos crimes narrados na denúncia consistem-se em documentos e em declarações colhidas durante o trâmite do inquérito policial. Em relação aos documentos, evidencia-se que se cuidam basicamente do resultado de uma auditoria realizada por determinação da empresa vítima (fls. 13/73). Todavia, a unilateralidade com que a documentação foi produzida elimina qualquer possibilidade de considera-la como idôneo objeto de prova. (...). Diante do exposto, julgo improcedente a denúncia e absolvo os acusados Luiz Otávio dos Santos Costa, Valdivino Francisco de Souza, Haroldo Dias da Silva e Domingos da Glória Araújo da imputação que lhes foi feita nestes autos, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Registre-se. Intimem-se. Se a sentença transitar em julgado sem alteração, procedam-se às comunicações previstas no Capítulo

7, Seção 16, do Provimento n.º 036/02-CGJ e no art. 3º da Lei n.º 11.971/2009 e, por fim, arquivem-se os autos. Palmas/TO, 22 de outubro de 2009. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito". DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, aos 14 de março de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnica judiciária, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA o acusado JOSÉ SILVIO ROCHA SANTOS, brasileiro, casado, ajudante de pedreiro, nascido aos 22.05.1976 em São Luís/MA, filho de Manoel Silvano Alves Santos e Rosimar Rocha Santos, residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2008.0001.6234-1/0 cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- I–RELATÓRIO: "O Ministério Público denunciou José Silvio Rocha Santos e outros (qualificação supra), narrando que: "1º Fato: MP dos 24/08/2007, os três primeiro denunciados, atuando com unidade de desígnios e prévio acordo de vontades, associados em quadrilha com três menores de idade, adentraram a residência de M.A.N.S. e de lá subtraíram, mediante violência, diversos objetos e eletroeletrônicos pertencentes à vítima. 2º Fato: Após o roubo, os acusados acima fugiram do local no veículo de propriedade de C.N., e "dividiram" os objetos subtraídos com Samuel, Diuelre e José Silvio, os quais sabiam ou deveriam saber da procedência criminosa dos bens. (...) Ao final pediu-se a condenação de José Silvio nas sanções do art. 180, "caput", do CP. (...) III – Dispositivo: Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia, para: (...) III) condenar José Silvio Rocha Santos nas penas do art. 180, "caput", do Código Penal. (...) Pena Definitiva: Fica assim estabelecida a pena definitiva em um (1) ano de reclusão e dez (10) dias-multa, cujo valor unitário arbitro no mínimo legal. Regime Inicial e Local de Cumprimento da Pena: Diante do que foi considerado na aplicação da pena-base, determino que a sanção seja cumprida inicialmente em regime aberto, no local a ser definido pelo juízo da execução. (...) Substituição da pena: Substituo a pena privativa de liberdade pela prestação de serviços à comunidade, na forma ser definida na execução. (...) Custas Processuais: Condeno os réus ao pagamento das custas processuais, na proporção de 1/4 para cada um. Eventual isenção será decidida na fase da execução. (...) Disposições Finais: Após o trânsito em julgado desta sentença: a) lance-se o nome dos acusados no rol dos culpados; b) expeçam-se os mandados de prisão de Adailton, Carlos Eduardo e Wesley César e, após o cumprimento, extraiam-se as guias de execução penal e de recolhimento das custas, a serem encaminhadas, via Distribuição, à 4ª Vara Criminal desta comarca; c) comunique-se à Justiça Eleitoral; e) procedam-se às comunicações previstas no Capítulo 7, Seção 16, do Provimento n.º 036/02-CGJus; f) Encaminhe-se cópia desta sentença ao cartório distribuidor, nos termos do art. 3º, da Lei n.º 11.971/09. Registre-se. Intimem-se. Desde logo, intimem-se as vítimas para comparecerem neste juízo em até 30 dias, a fim de que lhes sejam devolvidos os objetos apreendidos. Em caso de inércia, determino a doação dos bens em favor da APAE desta capital. Palmas/TO, 23 de fevereiro de 2010. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito". DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, aos 15 de março de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnica judiciária, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA o acusado JANIELSON RIBEIRO DOS SANOTS, brasileiro, convivente, servente de pedreiro, nascido aos 25.09.1986 em Almas/TO, filho de Deusdetina Ribeiro dos Santos, residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2008.0000.2808-4-4/0 cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- I–RELATÓRIO: "O Ministério Público denunciou Janielson Ribeiro dos Santos, qualificado na petição inicial, narrando o seguinte: em 24 de setembro de 2007, o acusado ocultou em sua residência uma arma de fogo, sem dispor de autorização para tanto, diante do que se pediu sua condenação nas penas do art. 12 da Lei n.º 10826/2003. A denúncia foi oferecida em 30/10/2007 e recebida em 19/12/2007 (fl. 79). No dia 21/08/2008, realizou-se a audiência de apresentação da proposta de suspensão do processo, que foi aceita pelo acusado (fl. 84). Nas fls. 88/107 juntou-se a carta de fiscalização, que tramitou na CEPEMA desta Comarca, onde se registrou o comparecimento do acusado. Com vista dos autos, a Sra. Promotora de Justiça opinou pela extinção de sua punibilidade. É o relatório. O prazo previsto para a suspensão do processo transcorreu, sem que tenha sido revogada. O § 5º do art. 89 da Lei n.º 9.099/95 dispõe que, "expirado o prazo sem revogação, o juiz declarará extinta a punibilidade". Diante do exposto, julgo extinta a punibilidade do acusado Janielson Ribeiro dos Santos. Registre-se. Intimem-se. Se a sentença transitar em julgado sem alteração, procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento n.º 036/02-CGJUS e no art. 3º da Lei n.º 11.971/2009 e, em seguida, arquivem-se os autos. Palmas/TO, 9 de dezembro de 2010. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito". DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, aos 4 de março de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnica judiciária, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA os acusados ANTÔNIO LUIZ SOUSA VIEIRA, brasileira, casada, comerciante, nascida aos 09.02.1961 em Juazeiro do Norte - CE, filha de José Cavalcante da Silva e Márcia Nazarello da Silva Souza, e MARIA ELIZABETH DA SILVA SOUSA, brasileiro, casado, comerciante, nascido aos 16.06.1962 em Fortaleza-CE, filho de Antônio Antonino Nogueira Vieira e Raimunda Lídia Sousa Vieira, residentes e domiciliados em local desconhecido, com prazo de 90 (noventa) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2006.0008.4927-8/0, cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: "Nos presentes Autos nº 2006.0008.4927-8, o Ministério Público denunciou Maria Elizabeth da Silva Sousa, Manoel de Souza Cavalcante, Antônio Luiz Sousa Vieira, Carlos Augusto Solino de Sousa e Rejeis Gonzaga de Oliveira, (qualificação nos autos), narrando o seguinte: Noticia a peça informativa iniciada por Auto de Prisão em Flagrante, que no dia 05 de setembro de 2006, no período matutino, foram encontradas as menores F.S.S.; A.G.S e D.S.O. submetidas à prostituição e a exploração sexual no interior de um prostíbulo conhecido por 'Casa Amarela', estabelecido nesta Capital, de propriedade da primeira denunciada, participando o segundo denunciado, em co-autoria, da arregimentação das vítimas menores.(...) Pediu-se a condenação dos acusados nas penas do art. 288 do Código Penal e do art. 244-A, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8069/1990. (...) Por fim, diante da ausência de prova do envolvimento de Carlos Augusto e Rejeis nas atividades criminosas de Maria Elizabete, Manoel e Antônio Luiz, descabe a condenação destes no eventual crime de formação de quadrilha, vez que esta infração demanda, para sua materialidade, o concurso de pelo menos quatro (4) pessoas. (...) III – DISPOSITIVO: Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia, para: a) condenar os acusados Maria Elizabeth da Silva Sousa, Manoel de Souza Cavalcante e Antônio Luiz Sousa Vieira nas penas do art. 244-A e seu § 1º da Lei nº 9.099/1990; b) absolver os acusados Carlos Augusto Solino de Sousa e Rejeis Gonzaga de Oliveira da prática do crime acima referido, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal; c) absolver todos os acusados quanto à imputação da prática do crime previsto no art. 288 do Código Penal, com fundamento no art. 386, inciso II, do Código Penal. III.I.I – Passo à dosagem da pena, primeiramente de Maria Elizabete: (...) PENA DEFINITIVA: Fica assim estabelecida a pena definitiva de Maria Elizabete em quatro (4) anos de reclusão e dez (10) dias-multa, cujo valor unitário arbitro no mínimo legal. REGIME INICIAL E LOCAL DE CUMPRIMENTO DA PENA: (...), determino que a sanção seja cumprida inicialmente em regime aberto, no local a ser definido pelo juízo da execução. SURSIS: (...). SUBSTITUIÇÃO DA PENA: Substituo a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade, na forma a ser fixada na execução. (...) II.I.II – Passo agora a dosar a pena de Manoel. (...) PENA DEFINITIVA: Fica assim estabelecida a pena definitiva de Manoel em quatro (4) anos de reclusão e dez (10) dias-multa, cujo valor unitário arbitro no mínimo legal. REGIME INICIAL E LOCAL DE CUMPRIMENTO DA PENA: (...), determino que a sanção seja cumprida inicialmente em regime aberto, no local a ser definido pelo juízo da execução. SURSIS: (...). SUBSTITUIÇÃO DA PENA: Substituo a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade, na forma a ser fixada na execução. (...) III.I.III – Por fim, doso a pena de Antônio Luiz. (...)PENA DEFINITIVA: Fica assim estabelecida a pena definitiva de Antônio Luiz em quatro (4) anos de reclusão e dez (10) dias-multa, cujo valor unitário arbitro no mínimo legal. REGIME INICIAL E LOCAL DE CUMPRIMENTO DA PENA: (...), determino que a sanção seja cumprida inicialmente em regime aberto, no local a ser definido pelo juízo da execução. SURSIS: (...). SUBSTITUIÇÃO DA PENA: Substituo a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade, na forma a ser fixada na execução. DISPOSIÇÕES FINAIS: Após o trânsito em julgado desta sentença (respeitadas as modificações decorrentes de eventual recurso): a) lance-se o nome dos acusados ora condenados no rol dos culpados; b) extraiam-se as guias de execução penal e de recolhimento das custas, a serem encaminhadas à 4ª Vara Criminal desta comarca; c) encaminhem-se os autos à Contadoria, para cálculo da multa, intimando-se em seguida os acusados para recolherem o valor respectivo; d) comunique-se à Justiça Eleitoral; e) providencie-se a destruição das revistas e o encaminhamento do quepe para o QCG-PM; f) procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento nº 036/02-CGJUS e no art. 3º, da Lei nº 11.971/09. Se os acusados não recolherem a multa, após intimados para tanto, cumpra-se o que prevê o item 2.2.7 do Manual Prático de Rotinas das Varas Criminais e de Execução Penal, do Conselho Nacional de Justiça. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, 27 de outubro de 2010. Rafael Gonçalves de Paula - Juiz de Direito". DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, aos 24 de fevereiro de 2011. Eu, Adriana da Silva Parente Coelho, escrivã, digitei e subscrevo.

PORTARIA Nº 01/2011

Os Juízes Rafael Gonçalves de Paula e Frederico Paiva Bandeira de Souza, titular e auxiliar, respectivamente, da 3ª Vara Criminal da comarca de Palmas/TO, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO a edição da Portaria nº 072/2010, da Presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, publicada no Diário da Justiça nº 2362, p. 02, através da qual o Juiz Frederico Paiva Bandeira de Souza foi designado para auxiliar nas 1ª e 3ª Varas Criminais desta comarca, partir de 13 de fevereiro de 2010;

CONSIDERANDO que devem ser adotados critérios objetivos de atuação de cada magistrado no desempenho de suas atribuições, de modo a conferir segurança jurídica às decisões emanadas desta 3ª Vara Criminal;

CONSIDERANDO que a maior quantidade de processos em trâmite na 1ª Vara Criminal reclama que o juiz auxiliar dê mais ênfase às atividades daquele juízo;

CONSIDERANDO que nos julgamentos das ações devem-se observar os princípios do juiz natural e da identidade física do juiz;

CONSIDERANDO que o art. 2º da Instrução Normativa nº 05/2008, publicada no Diário da Justiça nº 2091, pp. 01/03, dispõe que "na hipótese de haver dois magistrados num mesmo juízo, estes substituir-se-ão reciprocamente, obedecendo-se, na impossibilidade de ambos, aos critérios previstos nesta instrução normativa",

RESOLVEM:

Art. 1º. Enquanto vigorar a Portaria nº 072/2010, da Presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins, o Juiz Frederico Paiva Bandeira de Souza presidirá as audiências que se realizarem neste juízo às terças-feiras, cabendo ao Juiz Rafael Gonçalves de Paula a presidência das demais.

Art. 2º. Caberá a cada magistrado proferir as sentenças dos processos cujas audiências houver presidido.
Parágrafo único. Caso ambos os magistrados tenham presidido audiências do mesmo processo, a sentença poderá ser proferida por qualquer deles, mas preferencialmente por aquele que tiver interrogado o acusado.

Art. 3º. Nos casos de suspeição, impedimento, férias, licença, afastamento e ausência eventual, serão obedecidas às regras de substituição previstas na Instrução Normativa nº 05/2008, da Presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins.

Art. 4º. Revogam-se as Portarias nº 03/2010 e nº 08/2010, deste juízo.

ENCAMINHE-SE cópia desta portaria à Presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e à Corregedoria-Geral de Justiça do Tocantins, para conhecimento e eventual censura.

DÊ-SE CIÊNCIA aos representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública que atuam neste juízo, para conhecimento.

DIVULGUE-SE, publicando-se no Diário da Justiça e afixando-se um exemplar no placar do fórum e no mural de entrada da escrivania, enquanto vigorar a Portaria nº 072/2010.

CUMPRA-SE.

DADA E PASSADA nesta comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos quinze dias do mês de março do ano dois mil e onze (15/03/2011).

Rafael Gonçalves de Paula
Juiz Titular

Frederico Paiva Bandeira de Souza
Juiz Auxiliar

## 1ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÕES ÁS PARTES
Boletim nº 004/2011

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

Autos: 2010.0003.9249-7/0
Ação: GUARDA
Requerente: F. DE A. E. M. M.
Advogada: DRA. ANA PAULA RODRIGUES PEREIRA
Requerido: P. L. R.
Advogado: DRA. GRAZIELA LOPES RIBEIRO E OUTROS(SAJULP)
DECISÃO: " (...) De início, defiro a gratuidade processual, na forma do art. 4º da Lei n. 1.060/1950. Quanto ao pedido de liminar de guarda, não vislumbro fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, já que o menor encontra-se na companhia não só de sua genitora, como também dos avós maternos desde seu nascimento, por exatos 07 (sete) anos, não sendo razoável alteração tão brusca da figura do guardião que inclusive reside em outra cidade, motivo pelo qual, indefiro a liminar de guarda, na forma do art. 273 do CPC. Intime-se, com urgência, o requerente, na pessoa de sua patrona. Por outro lado, determino realização de relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar junto a Vara da Infância e Juventude desta Comarca junto a família da Requerida, e igual estudo, por carta precatória à Comarca do Rio de Janeiro, junto ao Promovente, com vistas a decidir de forma fundamentada com quem deverá ficar a guarda definitiva do menor em disputa. Para tanto, oficie-se, com urgência, as equipes responsáveis, inclusive por carta precatória, ficando desde já fixado o prazo de 20 (vinte) dias para entrega dos relatórios, devendo constar as seguintes informações mínimas: relações de afeto do menor com seus genitores e o grupo familiar; saúde; segurança; e educação. Apresentados os relatórios, vistas as partes, na pessoa de seus patronos, e ao MP pelo prazo sucessivo de 10 (dez) dias, após o que fazer conclusão. Cite-se e intime-se a Promovida por mandado de oficial de justiça, conforme autorização da alínea "a)" do art. 222 e art. 224 do CPC, com prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de resposta escrita, na forma do art. 297 do CPC. Com a resposta, vistas dos autos ao autor, por sua advogada, e também ao MP, na forma do art. 327 do CPC. Desta decisão, ciência pessoal ao Ministério Público, com urgência. Cumpra-se. Pls,05maio2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto".

Autos: 2010.0003.9851-7/0
Ação: GUARDA
Requerente: I. B. B.
Advogada: DRA. VANDA SUELI M. S. NUNES
Requerido: W. L. DE S.
Advogado: DR. KELVIN KENDI INUMARO
DECISÃO: "Ante a apresentação de defesa escrita pelo Promovido às fls. 22/31, após ser citado pessoalmente às fls. 16, na qual alega prevenção do juízo da 2ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca, por lá tramitar a ação de alimentos n. 2010000398495, na qual inclusive não só foi arbitrada pensão alimentícia em favor dos três filhos ora em disputa pelo casal, como também foi ordenada sua citação pessoal em data de 29.07.2010, anterior inclusive ao primeiro despacho aqui proferido, que só ocorreu em 04.08.2010, fls. 12/13, vislumbro de fato presentes os requisitos ensejadores para se determinar a reunião dos feitos pela conexão, na forma dos arts. 103, 105 e 219 do Código de Processo Civil. A conexão por prejudicialidade está evidenciada pela possibilidade de decisões divergentes entre os feitos de guarda e alimentos, por se referirem aos mesmos fatos ensejadores dessa família. Assim, declino da competência deste juízo em favor do juízo da 2ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca, devendo para lá serem estes autos enviados. Desta decisão, ciência às partes, na pessoa de seus respectivos patronos, bem como ciência pessoal à representante do Ministério Público. Cumpra-se, com urgência. Pls,19jan2011.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto".

Autos: 2009.0011.9278-1/0
Ação: ALIMENTOS
Requerente: M. M. A.
Advogada: DR. VINICIUS PINHEIRO MARQUES
Requerido: E. M. L.
ATO ORDINATÓRIO: " Em cumprimento ao Provimento nº 002/2011, da CGJ/TJTO, Capítulo 2, Seção 06, art. 2.6.22, incisos XXVII, procederei a intimação da Parte autora para que a mesma se manifeste sobre a certidão de fls.25. Pls, 16março2011.(ass) Silmara Sousa Cruz Mota-Escrivã".

Autos: 2009.0002.8942-0/0
Ação: EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS
Requerente: L. M. L.
Advogada: DR. POMPÍLIO LUSTOSA MESSIAS SOBRINHO
Requerido: H. L. P. DA S. E OUTRO
Advogado: DRA. GISELE DE PAULA PROENÇA
DECISÃO: " (...) Diante de tais razões, chamo o feito à ordem, tornando sem efeito o r. despacho de fl. 153 e determinando, por conseguinte, a intimação da parte ré para a apresentação de contestação com a conseqüente restituição de seu prazo integral, considerando que a exceção de incompetência foi apresentada nos autos antes da juntada do mandado de citação. Por fim, oficie-se ao Excelentíssimo Desembargador Relator a que foi distribuído o agravo de instrumento cuja cópia dos autos consta, informando-lhe da reforma integral da decisão agravada e remetendo-lhe cópia da presente decisão. Intimem-se partes. Ciência ao MP.Cumpra-se. Pls, 16fev2011.(ass) Emanuela da Cunha Gomes - Juíza Substituta".

Autos: 2008.0007.8759-7/0
Ação: IMPUGNAÇÃO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
Requerente: N. C. P.
Advogada: DR. POMPÍLIO LUSTOSA MESSIAS SOBRINHO
Requerido: A. R. M.
Advogado: DR. CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO
DESPACHO: " Intime-se ambas as partes, na pessoa de seus advogados, pelo Diário da Justiça para, no prazo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que desejem produzir, de forma justificada, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra, conforme previsão no art. 329 e seguintes do CPC. Cumpra-se. Pls, 03nov2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto".

Autos: 2008.0004.2493-1/0
Ação: EMBARGOS DE TERCEIROS
Embargante: A. R. M.
Advogada: DR. CARLOS ANTONIO DO NASCIMENTO
Embargado: NEURISMAR COSTA PEREIRA
Advogado: DR. POMPÍLIO LUSTOSA MESSIAS SOBRINHO
DESPACHO: " Observo que no pólo passivo encontram-se duas partes, porém até agora apenas uma encontra-se validamente citada. Assim, intime-se o autor, na pessoa de seu patrono, pelo Diário da Justiça, para no prazo de 10 (dez) dias indicar endereço válido do segundo Promovido para fins de citação, sob pena de indeferimento da petição inicial, ante o litisconsórcio passivo necessário, sem resolução do mérito, na forma do inciso I do art. 267 do CPC. Cumpra-se. Pls, 03nov2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto".

Autos: 3498/99
Ação: CAUTELAR DE ARROLAMENTO DE BENS
Requerente: N. C. P.
Advogada: DR. POMPÍLIO LUSTOSA MESSIAS SOBRINHO
Requerido: I. A. DE M.
DECISÃO: "Cadastrar este processo no SPROC. Porém, e ante a propositura em 12.05.2008 da *Ação de Embargos de Terceiro* n. 2008000424931, por *Antônio Rocha Milhomem* em face de *Neurismar Costa Pereira* e *Itamar Almeida de Melo*, e relativo ao único bem partilhado nestes autos, e considerando ainda os termos do art. 1.052 do Código de Processo Civil, suspendo o curso desta ação cautelar acessória. Intime-se as partes, na pessoa de seus respectivos patronos, pelo Diário, após o que certifique-se. Cumpra-se. Pls, 03nov2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto".

Autos: 3378/99
Ação: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA)
Autor: N. C. P.
Advogada: DR. POMPÍLIO LUSTOSA MESSIAS SOBRINHO
Réu: I. A. DE M.
DECISÃO: " (...)Porém, e ante a propositura em 12.05.2008 da Ação de Embargos de Terceiro n. 2008000424931, por A. R. M. em face de N. C. P. e I. DE A. M., e relativo ao único bem partilhado nestes autos, e considerando ainda os termos do art. 1.052 do CPC, suspendo o curso deste processo principal. Intime-se as partes, na pessoa de seus respectivos patronos, pelo Diário, após o que certifique-se. Cumpra-se. Pls, 03nov2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto.

Autos: 2007.0003.4340-2/0
Ação: SEPARAÇÃO LITIGIOSA (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA)
Requerente: M. C. P. P.
Advogada: DRA. ALMERINDA MARIA SKEFF
Requerido: A. P. S.
Advogado: DR. PAULO IDELANO SOARES LIMA
DESPACHO: "(...) Considerando os termos da sentença de fls. 37, a certidão de trânsito em julgado de fls. 37, verso, e o pedido de cumprimento de sentença de fls. 44, intime-se o devedor, na pessoa de seu patrono, para que satisfaça o crédito executado no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem acrescidos a multa de 10% prevista no caput do art. 475-J do CPC, e ainda mais 10% a título de honorários advocatícios sucumbenciais desta nova fase processual, podendo oferecer impugnação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias contados da intimação da penhora (§1º). ... Cumpra-se. Pls,27out2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima – Juiz substituto".

Autos: 2010.0008.7662-1/0
Ação: ALIMENTOS
Autor: K. P. DE O.
Advogada: DR. VINICIUS PINHEIRO MARQUES (UFT)
Réu: A. P. DE O.
Advogado: DR. GIL PINHEIRO

DESPACHO: " Considerando a apresentação de defesa e documentos de fls. 26/42, sobre os quais não teve a parte autora oportunidade de se manifestar, bem como o Ministério Público, converto o rito especial de alimentos para o rito ordinário do CPC. Assim, vistas dos autos à autora, na pessoa de seu patrono, pelo Diário da Justiça eletrônico, para que no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste expressamente sobre a defesa e documentos apresentados, nos termos dos arts. 325 e seguintes do CPC. Após, nova vistas dos autos ao Ministério Público. Cumpra-se. Pls, 12jan2011.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto.

Autos: 2008.0000.7126-5/0
Ação: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL
Autor: G. P. G.
Advogada: DRA. FRANCIELLE PAOLA RODRIGUES BARBOSA
Réu: L. C. V.
DESPACHO: " Ante a certidão de fls. 33, verso, declaro a revelia da Promovida e determino intimação do Promovente por seu advogado, pelo Diáio da Justiça, para especificação de provas que deseja produzir no prazo de 10 (dez) dias, (§2º do art. 333 do CPC). Cumpra-se. Pls, 28maio2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto.

Autos: 2009.0000.7322-3/0
Ação: MODIFICAÇÃO DE GUARDA
Requerente: D. S. DE O. M.
Advogada: DRA. FILOMENA AIRES G. NETA
Requerido: R. DE O. M. N.
Advogado: DR. MARCO PAIVA OLIVEIRA E OUTRO
DESPACHO: " Intime-se a autora, na pessoa de sua patrona, para no prazo de 10 (dez) dias informar o atual endereço do Promovido, bem como onde possa ser encontrada sua filha, ante a informação de fls. 59 de que estaria ele residindo em Rondônia. ... Cumpra-se. Pls, 23setl2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto.

Autos: 2004.0000.7722-8/0 (1512/97)
Ação: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
Requerente: V. P. A.
Advogada: DRA. FILOMENA AIRES G. NETA
Requerido: V. DE S. L.
Advogado: DR. DOMINGOS CORREIA OLIVEIRA
DESPACHO: " (...) intime-se as partes, na pessoa de seus respectivos patronos, para no prazo de 15 (quinze0 dias requererem o cumprimento da sentença, sob pena de arquivamento dos autos, conforme art. 475-J do CPC. Não havendo manifestação, arquive-se os autos, com baixa na distribuição. Cumpra-se Pls, 09dez2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto.

Autos: 2010.0008.7708-3/0
Ação: INVENTÁRIO
Requerentes. TERESINHA PEREIRA CARDOSO KUNIYA E OUTROS
Advogada: DRA. FÁTIMA REGINA CHIOVATTO DE PAIVA
Requerente: LUCI
Requerido: V. DE S. L.
Advogado: DR. DOMINGOS CORREIA OLIVEIRA
DESPACHO: " (...) intime-se as partes, na pessoa de seus respectivos patronos, para no prazo de 15 (quinze0 dias requererem o cumprimento da sentença, sob pena de arquivamento dos autos, conforme art. 475-J do CPC. Não havendo manifestação, arquive-se os autos, com baixa na distribuição. Cumpra-se Pls, 09dez2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto.

Autos: 2010.0007.4080-0/0
Ação: ALIMENTOS
Requerente: N. R. C. E OUTROS
Advogada: DR. FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA BORGES
Requerido: E. R. C.
DECISÃO: "Reconheço a competência deste juízo pelos motivos expendidos na decisão de fls. 19/20. Defiro a gratuidade processual na forma do art. 4º da Lei n. 1.060/1950. Nos termos do art. 1.694 do Código Civil de 2002, não se condiciona a obrigação de prestar alimentos a menoridade ou incapacidade civil de que os pleiteia, mas sim decorre do vínculo de parentesco, sendo presumida a necessidade, e serão devidos para o custeio das necessidades com vistas a viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação, devendo no entanto serem fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada. Assim, e em razão da prova do parentesco, da obrigação alimentar ser presumida, porém e ante a ausência de prova inequívoca da necessidade dos Requerentes e da condição econômica de pagamento do Promovido, bem como por considerar ser também ônus da genitora dos autores o custeio de sua mantença em valores proporcionais a seus ganhos, defiro em parte os alimentos provisórios pretendidos, fixando-os apenas no valor equivalente a 02 (dois) salários mínimo nacional, a serem pagos mediante depósito bancário na forma descrita na petição inicial, conforme determinam os arts. 2º e 4º da Lei n. 5.478/1968. Desde já determino remessa dos autos à Central de Conciliação desta comarca, para que lá ocorra a audiência de conciliação que fica marcada para o dia 29/03/2011, às 09h00min. Intime-se a parte autora, por via postal, bem como seu patrono pelo Diário da Justiça. Cite-se e intime-se o réu, pelos Correios, para tomar conhecimento deste feito e comparecer a mencionada audiência, bem como para apresentar resposta escrita ao pedido até a data da audiência acima mencionada, contado do término da audiência, na forma dos §§1º e 2º do art. 5º da mencionada lei. Nestas comunicações advirtam às partes que deverão estar presentes independentemente de comparecimento de seus representantes, e que a ausência da parte autora importa em arquivamento do feito, e a ausência do réu importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, conforme arts. 6º e 7º da Lei n. 5.478/1968, bem como se desejarem produzir provas em audiência deverão trazer suas testemunhas independentemente de prévia intimação até o limite de 03 (três), conforme art. 8º da mesma lei. Ciência pessoal ao Ministério Público. Cumpra-se. Pls, 23nov2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto".

Autos: 2010.0006.6502-7/0
Ação: OFERTA DE ALIMENTOS
Requerente: A. C. F. DA S.
Advogada: DR. TIAGO SOUSA MENDES
Requerido: K. V. F. DA S.
DECISÃO: "Defiro a gratuidade processual requerida, na forma do art. 4º da Lei n. 1.060/1950. Inobstante não tenha o autor juntado cópia dos documentos pessoais de identificação civil de sua filha, porém recebendo a petição inicial na forma como foi proposta, e havendo a possibilidade de alteração futura do valor ora arbitrado, defiro a oferta dos alimentos no percentual equivalente a 36% do salário mínimo nacional, quando estiver ele empregado e 20% quando estiver desempregado, a serem pagos mediante depósito bancário em conta que já é do seu conhecimento, conforme petição inicial (arts. 2º e 4º da Lei n. 5.478/1968). Determino remessa dos autos à Central de Conciliação desta comarca, para que lá ocorra a audiência de conciliação que fica marcada para o dia 24/03/2011, às 08h20min. Intime-se a parte autora, por via postal, bem como seu patrono, pelo Diário da Justiça, inclusive para juntar aos autos cópias dos documentos acima referidos.Cite-se a ré na pessoa de sua genitora, por via postal com AR, para tomar conhecimento deste feito e comparecer a mencionada audiência, bem como para apresentar no prazo de 05 (cinco) dias, resposta escrita ao pedido, contado do término da audiência, na forma dos §§1º e 2º do art. 5º da mencionada lei. Nestas comunicações advirtam às partes que deverão estar presentes independentemente de comparecimento de seus representantes, e que a ausência da parte autora importa em arquivamento do feito, e a ausência do réu importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, conforme arts. 6º e 7º da Lei n. 5.478/1968, bem como se desejarem produzir provas em audiência deverão trazer suas testemunhas independentemente de prévia intimação até o limite de 03 (três), conforme art. 8º da mesma lei. Ciência pessoal ao Ministério Público. Cumpra-se. Pls,20jul2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima-Juiz Substituto".
Autos: 2009.0007.5120-5/0
Ação: DIVÓRCIO LITIGIOSO
Requerente: V. C. B.
Advogada: DRA. PRISCILA MADRUGA RIBEIRO GONÇALVES
Requerido: C. C. DA S. D. B.
Advogado: DRA. WANESSA PEREIRA DA SILVA
DESPACHO: " ...redesigno o presente ato processual para o dia 31 de março de 2011, às 14:00 horas, devendo a parte autora e seu ´patrono tomarem ciência do teor do despacho de fl. 183. Pls, 1ºmarço2011.(ass) Emanuela da Cunha Gomes-Juíza de Direito".

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAIS DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

AUTOS Nº: 2008.0007.9538-7/0
Ação: ALIMENTOS
Requerentes: EUCLIDES DA SILVA NERES E OUTROS
Requerido: ALMIR MIRANDA NERES
FINALIDADE: CITA E INTIMA o(a) Sr(a) ALMIR MIRANDA NERES, brasileiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, para os termos da ação de Alimentos que lhe movem Euclides da Silva Neres, Onofre da Silva Neres e Amintas da Silva Neres, Autos nº 2008.0007.9538-7/0, cujo pedido foi a prestação de alimentos no valor de 01 (um) salário mínimo, bem como, comparecer à audiência de conciliação e julgamento, designada para o dia 26 de abril de 2011, às 15h30min., a realizar-se no Fórum local Palácio Marquês São João da Palma, sito à AV. Teotônio Segurado, Paço Municipal, onde deverá apresentar defesa e produzir provas nos termos dos arts. 7º e 9º da Lei nº 5.478/68. INTIMANDO-O da decisão na qual assim se refere: " ... Por assim ser, comprovado o parentesco, que impõe a obrigação de alimentar e levando em conta a menoridade dos autores, que demandam cuidados que a mãe, sozinha, não pode prover, à falta de informações precisas sobre os ganhos do réu, mas tendo ele profissão definida, atendendo ao comando inserto no art. 4º da Lei de Alimentos é que fixo alimentos provisórios na quantia equivalente a setenta por cento do salário mínimo, devido a partir da citação e que será pago até o dia dez de cada mês, à genitora dos menores, mediante depósito em conta indicada. ... . Citar o réu. Intimar. Palmas – TO 29 de setembro de 2008. Célia Regina Régis Ribeiro – Juíza de Direito." INTIMANDO-O ainda da decisão na qual assim se refere: " ... Cite-se o réu por edital, devendo ser afixado na sede do juízo e publicado 3 (três) vezes consecutivas no Diário da Justiça deste Estado, correndo a despesa por conta do vencido, a final, sendo previamente a conta juntada aos autos, conforme §4º do art. 5º da Lei n. 5.478/1968. O edital deverá conter um resumo do pedido inicial, a íntegra deste despacho, a data e a hora da audiência, com prazo de resposta escrita ao pedido até a data da audiência, na forma dos §§1º e 2º do art. 5º da mencionada lei. Nomeio desde já curadora especial ao citando na hipótese de revelia a Dra. *Vanda Sueli M. S. Nunes*, defensora pública desta Comarca, conforme art. 9º do CPC. Nestas comunicações advirtam às partes que deverão estar presentes independentemente de comparecimento de seus representantes, e que a ausência da parte autora importa em arquivamento do feito, e a ausência dos réus importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, conforme arts. 6º e 7º da Lei n. 5.478/1968, bem como se desejarem produzir provas em audiência deverão trazer suas testemunhas independentemente de prévia intimação até o limite de 03 (três), conforme art. 8º da mesma lei.Ciência pessoal ao Ministério Público. Cumpra-se. Palmas – TO, em 9 de novembro de 2010. Luatom Bezerra Adelino de Lima - Juiz de Direito Substituto." E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será publicado na forma da lei. Eu,Silmara Sousa Cruz Mota, Escrivã que digitei e subscrevi.

AUTOS Nº: 2008.0000.3224-3/0
Ação: ALIMENTOS
Requerentes: HEVELLE CRISTINA PEREIRA DA SILVA
Requerido: MARCIO PEREIRA DA SILVA
FINALIDADE: CITA E INTIMA o(a) Sr(a) MARCIO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, para os termos da ação de Alimentos que lhe movem Hevelle Cristina Pereira da Silva, Autos nº 2008.0000.3224-3/0, cujo pedido foi a prestação de alimentos no valor de 01 (um) salário mínimo, bem como, comparecer à audiência de conciliação e julgamento, designada para o dia 26 de abril de 2011, às 14h30min., a realizar-se no Fórum local Palácio Marquês São João da Palma, sito à AV. Teotônio Segurado, Paço Municipal, onde deverá apresentar defesa e produzir provas nos termos dos arts. 7º e 9º da Lei nº 5.478/68. INTIMANDO-O da decisão na qual assim se refere: " ... Por assim ser, comprovado o parentesco, que impõe a obrigação de alimentar e levando em conta a menoridade da autora, que demandam cuidados que a mãe, sozinha,

não pode prover, à falta de informações precisas sobre os ganhos do réu, mas tendo ele profissão definida, atendendo ao comando inserto no art. 4º da Lei de Alimentos é que fixo alimentos provisórios na quantia equivalente a quarenta por cento do salário mínimo, devido a partir da citação e que será pago até o dia dez de cada mês, à genitora dos menores, mediante depósito em conta indicada. ... . Citar o réu. Intimar. Palmas – TO 29 de janeiro de 2008. Célia Regina Régis Ribeiro – Juíza de Direito." INTIMANDO-O ainda da decisão na qual assim se refere: " ... Cite-se o réu por edital, devendo ser afixado na sede do juízo e publicado 3 (três) vezes consecutivas no Diário da Justiça deste Estado, correndo a despesa por conta do vencido, a final, sendo previamente a conta juntada aos autos, conforme §4º do art. 5º da Lei n. 5.478/1968. O edital deverá conter um resumo do pedido inicial, a íntegra deste despacho, a data e a hora da audiência, com prazo de resposta escrita ao pedido até a data da audiência, na forma dos §§1º e 2º do art. 5º da mencionada lei. Nomeio desde já curadora especial ao citando na hipótese de revelia a Dra. *Vanda Sueli M. S. Nunes*, defensora pública desta Comarca, conforme art. 9º do CPC. Nestas comunicações advirtam às partes que deverão estar presentes independentemente de comparecimento de seus representantes, e que a ausência da parte autora importa em arquivamento do feito, e a ausência dos réus importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, conforme arts. 6º e 7º da Lei n. 5.478/1968, bem como se desejarem produzir provas em audiência deverão trazer suas testemunhas independentemente de prévia intimação até o limite de 03 (três), conforme art. 8º da mesma lei.Ciência pessoal ao Ministério Público. Cumpra-se. Palmas – TO, em 9 de novembro de 2010. Luatom Bezerra Adelino de Lima - Juiz de Direito Substituto." E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será publicado na forma da lei. Eu,Silmara Sousa Cruz Mota, Escrivã que digitei e subscrevi

AUTOS Nº: 2008.0009.9167-4/0
Ação: ALIMENTOS
Requerentes: THIAGO SILVA DE SOUZA
Requerido: JOSE FALCÃO DE SOUSA
FINALIDADE: CITA E INTIMA o(a) Sr(a) JOSE FALCÃO DE SOUSA, brasileiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, para os termos da ação de Alimentos que lhe move Thiago Silva de Souza, Autos nº 2008.0009.9167-4/0, cujo pedido foi a prestação de alimentos no valor de 01 (um) salário mínimo, bem como, comparecer à audiência de conciliação e julgamento, designada para o dia 26 de abril de 2011, às 14h00min., a realizar-se no Fórum local Palácio Marquês São João da Palma, sito à AV. Teotônio Segurado, Paço Municipal, onde deverá apresentar defesa e produzir provas nos termos dos arts. 7º e 9º da Lei nº 5.478/68. INTIMANDO-O da decisão na qual assim se refere: " ... Por assim ser, comprovado o parentesco, que impõe a obrigação de alimentar e levando em conta a menoridade da autora, que demandam cuidados que a mãe, sozinha, não pode prover, à falta de informações precisas sobre os ganhos do réu, mas tendo ele profissão definida, atendendo ao comando inserto no art. 4º da Lei de Alimentos é que fixo alimentos provisórios na quantia equivalente a vinte por cento de sua remuneração líquida, que será descontada em folha de pagamento e entregue a genitora do menor, mediante depósito em conta indicada. ... . Citar o réu. Intimar. Palmas – TO 29 de janeiro de 2008. Célia Regina Régis Ribeiro – Juíza de Direito." INTIMANDO-O ainda da decisão na qual assim se refere: " Assiste inteira razão o Ministério Público em sua manifestação as fls. 46. assim, renove-se a citação por edital, devendo ser afixado na sede do juízo e publicado 3 (três) vezes consecutivas no Diário da Justiça deste Estado, correndo a despesa por conta do vencido, a final, sendo previamente a conta juntada aos autos, conforme §4º do art. 5º da Lei n. 5.478/1968. O edital deverá conter um resumo do pedido inicial, a íntegra deste despacho, a data e a hora da audiência, com prazo de resposta escrita ao pedido até a data da audiência, na forma dos §§1º e 2º do art. 5º da mencionada lei. Permanecerá curadora especial ao citando na hipótese de revelia a Dra. Filomena Aires Gomes Neta, defensora pública desta Comarca, conforme art. 9º do CPC. Nestas comunicações advirtam às partes que deverão estar presentes independentemente de comparecimento de seus representantes, e que a ausência da parte autora importa em arquivamento do feito, e a ausência dos réus importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, conforme arts. 6º e 7º da Lei n. 5.478/1968, bem como se desejarem produzir provas em audiência deverão trazer suas testemunhas independentemente de prévia intimação até o limite de 03 (três), conforme art. 8º da mesma lei.Ciência pessoal ao Ministério Público. Cumpra-se. Palmas – TO, em 3 de dezembro de 2010. Luatom Bezerra Adelino de Lima - Juiz de Direito Substituto." E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será publicado na forma da lei. Eu,Silmara Sousa Cruz Mota, Escrivã que digitei e subscrevi

## 2ª Vara da Família e Sucessões

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

Autos: 2008.0002.4764-9/0
Ação: INTERDIÇÃO
Interditante: NADIR ALMEIDA LIMA
Advogada: Dra. Rose Maia – Defensora Pública
Interditado: ANDREIA ALMEIDA LIMA
NELSON COELHO FILHO, Juiz de Direito da Segunda Vara de Família e Sucessões desta Comarca de Palmas-TO., no uso de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER que por este Juízo e Escrivania em epígrafe, se processou os autos supra a INTERDIÇÃO de ANDRÉIA ALMEIDA LIMA, brasileira, nascida em 14.12.1981, filha de Uadir de Matos Lima e Nadir Almeida Lima, residente e domiciliada em Palmas - TO, declarada pela sentença de fls. 34/35, em razão de deficiência mental, incapacitando-a para a vida independente e para o trabalho, conforme decisão que segue: "(...) Desta forma, tendo em vista o laudo emitido pela Junta Médica Oficial do Poder Judiciário Estadual, corroborado pela impressão pessoal colhida no interrogatório, decreto a interdição de ANDRÉIA ALMEIDA LIMA, brasileira, nascida em 14.12.1981, filha de Uadir de Matos Lima e Nadir Almeida Lima, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, II do Código Civil e, de acordo com o que dispõe o parágrafo único do artigo 1.183 do CPC, nomeio-lhe curadora, sob compromisso, sua mãe NADIR ALMEIDA LIMA, qualificada à fl. 06. Prestado compromisso, a curadora estará desde logo, apta ao exercício pleno da curatela, pois a dispenso da especialização da hipoteca legal. Expeça-se mandado para registro de sentença no ofício competente, devendo, ainda ser publicada no Diário da Justiça (art. 1.184 do CPC). Sem custas. P.R.I. Tome-se-lhe compromisso. Palmas-TO, 29 de outubro de 2010. Emanuela da Cunha Gomes – Juíza de Direito Substituta." E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital que será publicado na forma da Lei e afixado no Placar do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Palmas-TO, aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e onze (16.03.2011). Eu ___Escrevente Judicial que o digitei e subscrevi. Ass) NELSON COELHO FILHO - Juiz de Direito.

## 2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0002.1529-1 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: DIOGENES CORNELIO FERREIRA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1532-1 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: MANOEL NETO CRUZ SOARES
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1533-0 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: CAGUGI.COM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1538-0 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: RAIMUNDO LIMA CARDOSO E FILOMENA RODRIGUES LIMA CARDOSO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1535-6 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: WORD INVESTIMENTOS LTDA.
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1537-2 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: WALDEZ FERREIRA LIMA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1542-9 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: MARCILENE RIBEIRO DE CASTRO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1536-4 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: DEYLIANE DIAS CASTRO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1545-3 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: DISTRIBUIDORA BASIC DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1544-5 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: JOÃO JANUÁRIO ALVES PINHEIRO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1531-3 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: ROMEU BAUM E JOANA BAUM
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3710-4 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: JOSE WANDERLEY FERREIRA DE LIMA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3704-0 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: FLAVIO LEALI RIBEIRO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1543-7 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: MALU PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1547-0 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: TYARI PEREIRA DE OLIVEIRA E ALRISTON SOARES DA SILVA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1551-8 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: JOSE HUMBERTO ALVES TIMÓTEO E EDILENE BARREIRA BEZERRA TIMÓTEO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1546-1 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: RITA DE CÁSSIA GOMES DE MIRANDA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1550-0 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: BRISA COSTA AYRES RODRIGUES
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1552-6 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: BIG PATO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1554-2 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: WALDSON MOREIRA JUNIOR E ARIANE DE CASTRO SANTANA MOREIRA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1549-6 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: ALESSANDRO DIVINO CARDOSO DA SILVA E SIOMARA MONTEIRO DA SILVA CARDOSO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1556-9 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: MARIA DALVA DOS SANTOS FARIA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3695-7 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: EQUILÍBRIO CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA.
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3697-3 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: CWF LOCADORA DE VEÍCULOS
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3694-9 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: JOSÉ EVANDRO RIBEIRO DE MELO E ANA LÚCIA PINHEIRO MELO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3693-0 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO

Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: ALBERTO CARLOS RODRIGUES LIMA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3691-4 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: MILSIVAN CHAVIER DOS SANTOS
Requerido: CARLOS AUGUSTO MONTEIRO
Requerida: MARIA SILA DIAS DE ASSIS
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3689-2 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: WALTER GOMES FILHO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3687-6 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: THAYSA CARDOSO RODRIGUES LIMA MELO E EVANDRO ARAUJO MELO JUNIOR
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3708-2 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: MIRANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3706-6 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: MARINA PEREIRA JABUR
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1540-2 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: RODOLFO GUL REBOUÇAS NETO E ANGELA MARIA MOURA REBOUÇAS
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1541-0 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: JOSEMILIA VIEIRA AMORIM
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1548-8 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: CLODOALDO COELHO E ABIGAIL ALVES COELHO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3696-5 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: ENALDO CARVALHO LUCENA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3698-1 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA

Requerido: JOSÉ RIVELINO SOARES DA CONCEIÇÃO
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.3700-7 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: TOCANTINS MARKET – ANÁLISE E INVEST. DE MERCADO LTDA.
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0002.1534-8 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: EDIVAN AMÉRICO GAMA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0001.7704-7 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: AFONSO ROBERTO VASCONCELOS FEITOSA
Requerido: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Requerida: ROSANNA MEDEIROS FERREIRA ALBUQUERQUE
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0001.1869-5 - CAUTELAR INOMINADA
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO
Adv.: ADRIANO NEVES – PROMOTOR DE JUSTIÇA
Requerido: ADAIL PEREIRA DE CARVALHO
Adv.: ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA – OAB/TO 497
Requerido: WILSON GOMES MAGALHÃES
Adv.: SEBASTIÃO VIEIRA MACHADO – OAB/TO 1745-B
Requerido: CLODOALDO COELHO E ABIGAIL ALVES COELHO
Adv.: CÍCERO TENÓRIO CAVALCANTE – OAB/TO 811
Requerido: FLÁVIO LEALI RIBEIRO
Adv.: CÉLIO HENRIQUE MAGALHÃES ROCHA – OAB/TO 3115-B
Requerido: DEYLIANE DIAS CASTRO
Adv.: JONAS SALVIANO DA COSTA JUNIOR – OAB/TO 4300
Requerido: MARCILENE RIBEIRO DE CASTRO
Adv.: JONAS SALVIANO DA COSTA JUNIOR – OAB/TO 4300
Requerido: WALDSON MOREIRA JUNIOR
Adv.: JONAS SALVIANO DA COSTA JUNIOR – OAB/TO 4300
Requerido: BRISA COSTA AYRES RODRIGUES
Adv.: JÚLIO SOLIMAR ROSA CAVALCANTI – OAB/TO 209
Requerido: ORLEY LIMA MORAES
Adv.: JÚLIO SOLIMAR ROSA CAVALCANTI – OAB/TO 209
Requerido: AFONSO ROBERTO VASCONCELOS FEITOSA
Requerido: ALBERTO CARLOS RODRIGUES DE LIMA
Requerido: BIG PATO COM. DE ALIMENTOS LTDA.
Requerido: CWF LOCADORA DE VEÍCULOS
Requerido: DIÓGENES CORNÉLIO FERREIRA
Requerido: DISTRIBUIDORA BASIC DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA.
Requerido: EDENAIR ALVES DE OLIVEIRA
Requerido: EDIVAN AMERICO GAMA
Requerido: ENALDO CARVALHO LUCENA
Requerido: GACUCI.COM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Requerido: HEMERSON FERREIRA MEDICI
Requerido: JEFERSON DIVINO PEREIRA
Requerido: JOAO JANUÁRIO ALVES PINHEIRO
Requerido: JOSE HUMBERTO ALVES TIMÓTEO
Requerido: JOSE RENATO GUIMARÃES
Requerido: JOSE SÃO JOSE
Requerido: JOSE WANDERLEY F. DE LIMA
Requerido: JOSEMILIA VIEIRA AMORIM
Requerido: JULIO CESAR MARTINS PEREIRA
Requerido: LUIZ CARLOS RODRIGUES DE OLIVEIRA
Requerido: MALU PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.
Requerido: MANOEL NETO CRUZ SOARES
Requerido: MARIA DALVA DOS SANTOS FARIA
Requerido: MILSIVAN CHAVIER DOS SANTOS
Requerido: RAIMUNDO LIMA CARDOSO
Requerido: RITA DE CASSIA GOMES DE MIRANDA
Requerido: RODOLFO GIL REBOUÇAS NETO
Requerido: ROMEU BAUM
Requerido: TYARI PEREIRA DE OLIVEIRA
Requerido: VILMA TARARAM
Requerido: WALDEZ FERREIRA LIMA
Requerido: WALTER GOMES FILHO
Requerido: WORD INVESTIMENTOS LTDA.
Litisconsorte: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Litisconsorte: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO - PROCURADOR GERAL DO ESTADO
DECISÃO: "Com espeque no preceito insculpido no artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por razões de foro íntimo, para atuar no presente feito. Em consequência, determino à Escrivania que, de imediato, providencie as baixas e anotações necessárias, com posterior encaminhamento dos autos à redistribuição, por força do que dispõe o Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, com posterior compensação. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 14 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito."

## 3ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

BOLETIM DE EXPEDIENTE

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos nº.: 775/02
Ação: CIVIL DE REPARAÇÃO DE DANOS
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: JÚLIO RESPLANDE ARAÚJO, ANTONIO LUIZ DE CARVALHO
Advogado: JÚLIO RESPLANDE DE ARAÚJO
Requerido: TRION CONSTRUTORA LTDA
Advogado: HÉLIO LUIZ CÁCERES PERES MIRANDA
SENTENÇA: "(...) Posto isso, extingo o feito. Sem resolução de mérito, por falta de interesse e legitimidade processuais, na forma do inciso VI do art. 267 do Código de Processo Civil. Custas ex lege. Condeno, ainda, o autor, na forma do § 4º do art. 20 do CPC, em honorários advocatícios, que fixo em 5% (cinco por cento) sobre o valor dado à causa, em favor do(s) patrono(s) do(s) promovido(s), dividido em partes iguais, corrigido pelo índice do INPC, tendo como *termo a quo* a data do ajuizamento desta ação, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 6.899/1981, acrescido de juros legais de mora, incindíveis a partir da data da citação. Sem reexame necessário (§ 2º do art. 475 do CPC). Publique-se Registre-se. Intimem-se. Palmas- TO, em 15 de março de 2011. Ana Paula Araújo Toríbio – Juíza de Direito Substituta da 3ª Vara dos Feitos das Fazendas Públicas e Registros Públicos.

## Vara Especializada no Combate à Violência Contra a Mulher

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos: 2011.0001.1907-1 – MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA
Requerente: S. A. P. da S. S.
Advogado (Requerente): THIAGO D'ÁVILA SOUZA DOS SANTOS SILVA , inscrito na OAB/TO n.º 4355.
INTIMAÇÃO/ADVOGADO: "Intime-se a requerente, através de seu advogado constituído, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre a defesa apresentada pelo requerido às fls. 33/36. Palmas(TO), 15 de março de 2011. Edssandra Barbosa da Silva. Juíza Substituta Auxiliar (Portaria nº 48/2011-DJe 2588).".

# PALMEIRÓPOLIS

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº. 2008.0006.5583-6
Ação : Alimentos
Requerente: H.H.de O.M., menor rep. por Narla Cristina de Oliveira
Advogado: Adalcindo Elias de Oliveira- Oab-TO 265-A
Requerido: Cleber da Silva Martins
INTIMAÇÃO/AUDIENCIA: "Audiência de conciliação, instrução designada para o dia 19 de maio de 2011, ás 13 horas".

Autos nº. 2009.0001.9006-8
Ação : Busca e Apreensão de menor
Requerente: N.C.G.
Advogado: Francieliton Ribeiro dos Santos- Oab-TO 2607
Requerido: M.A.Rodrigues
INTIMAÇÃO/AUDIENCIA: "Audiência de instrução designada para o dia 19 de maio de 2011, ás 14 horas".

Autos nº. 2010.0012.0133-4
Ação : Cobrança
Requerente: Jose Nogueira de Souza
Advogado: Francieliton Ribeiro dos Santos- Oab-TO 2607
Requerido: Vitória Comercio de Materiais para construção LTda
INTIMAÇÃO/AUDIENCIA: "Audiência de conciliação designada para o dia 28 de abril de 2011, ás 8:30 horas".

# PARAÍSO

## 1ª Vara Cível

APOSTILA

Processo nº :2011.0001.6461-1/0.
Natureza da Ação: Busca e Apreensão.
Requerente..: Banco Fidis de Investimento S/A
Advogado.: Drª. Marili Ribeiro Taborda – OAB/TO nº 4.764-A.
Requerido: Gabriel Aires Manduca Junior.
Advogado: Drl.Antonio Honorato Gomes –OAB/TO nº 3393.
Intimação: Intimar o advogado da parte requerente, Drª. Marili Ribeiro Taborda – OAB/TO nº.764-A, do inteiro teor da Decisão prolatada nos autos às fls. 142/144, que segue transcrito a parte conclusiva. Decisão...Forte em tais razões, declaro este juízo da 1ª Vara Cível de Paraíso incompetente para processar e julgar o feito e competente o juízo da 4ª Vara Cível de Palmas TO para processar e julgar ambas as ações. Determino, pois a remessa dos autos á 4ª Vara Cível de Palmas TO, pelos correios (AR) após preclusão (trânsito em julgado desta decisão) cabendo ao ilustre juízo da 4ª Vara Cível de Palmas TO apreciar e decidir quanto aos pedidos de f. 68/69 e 70/83 dos autos e manter ou não a decisão liminar concedida, de fls. 66 dos autos. Intime-se. Paraíso do Tocantins TO, 28 de fevereiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES.Titular da 1ª Vara Cível.

Autos nº : 2.009.0013.2019-4/0.
Ação: Cautelar Inominada.
Requerente: Marco Aurélio Pereira Gomes.
Advogado: Dr. Marcello Bruno Farinha das Neves - OAB/TO nº 3510.
Requerido: Gilberto Vieira Fernandes.
Advogado. Dr. Ildo João Cótica Júnior – OAB/TO nº 2.298.
Intimação: Intimar os advogados das partes (requerente e requerido), da proposta de honorários nos autos, no valor de R$ 4.000,00(quatro mil reais) do perito nomeado, Dr. Marcos Antonio Alves Moraes. Fica intimado o advogado do autor, Dr. Marcello Bruno Farinha das Neves – OAB/TO nº 3.510, a depositar com conta bancária do(a) perito ou à ordem do Juízo (Caixa Econômica Federal, agência de Paraíso do Tocantins, o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) dos honorários do perito, em 48:00 horas.

Autos nº : 2.008.0006.0511-1/0.
Ação: Aposentadoria.
Requerente: Analia Coelho dos Santos.
Advogado: Dr.Leandro Bichofe de Oliveira - OAB/GO nº 27505.
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Procurado:. Federal: Nihil.
Intimação: Intimar os advogados da parte requerente, Dr. Leandro Bichoffe de Oliveira – OAB/GO nº 27505 e Dr. Leonardo Gomes da Silva – OAB/GO nº 28.038, da Certidão do Oficial de Justiça, que deixou de intimar a autora, em virtude de na referida Rua Barão do Rio Branco, não existir o nº 1.206.

Autos nº : 2.011.0001.6473-5/0.
Ação: Liquidação Por Arbitramento
Exequente: Lindamar Siqueira Silva Aires.
Advogado: Dr. Ercílio Bezerra de Castro Filho - OAB/TO nº 69-B.
Executado: Jairo Martins Faria.
Advogado. Dr. Paulo César Monteiro Mendes – OAB/TO nº 1.800.
Intimação: Intimar os advogados das partes (exeqüente e executado), da proposta de honorários nos autos, no valor de R$ 1.000,00(Um mil reais) do perito nomeado, Dr. Marcos Antonio Alves Moraes. Fica intimado o advogado do autor, Dr. Ercílio Bezerra de Castro Filho e outra – OAB/TO nº 69-B, a depositar com conta bancária do(a) perito ou à ordem do Juízo (Caixa Econômica Federal, agência de Paraíso do Tocantins, o valor de R$ 1.000,00 (Um mil reais) dos honorários do perito nomeado.

AUTOS nº 2006.0008.3392-4/0
AÇÃO ORDINÁRIA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE BENEFÍCIO PREVIDÊNCIARIO – APOSENTADORIA P/INVALIDEZ
Requerente: Orlandina Morais de Sá Couto.
Advogado..: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera - OAB/TO nº 3.407 A.
Requerido.. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procuradora Dr. Vutor Hugo Caldeira Teodoro – Procurador Federal
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte requerente, Dr.. Alexandre Augusto Forcinitti Valera - OAB/TO nº 3.407 A., do inteiro teor da Certidão do Oficial de Justiça de fls. 77 dos autos, que deixou de intimar a autora, Orlandina Morais de Sá Couto para comparecer a perícia médica, para o dia 01 de abril de 2.011, horário: 16:00 horas, por não localizar a autora, devido a rua Tocantins, inexiste o número 1093.

## 2ª Vara Cível, Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos de Carta Precatória n. 2007.0006.0638-1
Origem: 1ª Vara da Comarca de Três passos/RS
Ação de Execução Fiscal da União n. 075/1.0000871-5
Requerente: União Federal
Executado: Tecidos Braun S/A
Advogado: Dr. Ercílio Bezerra, OAB/TO-69-B
Fica o Advogado da executada intimado do despacho a seguir: "Intime-se o executado para regularizar sua capacidade postulatória em 15 dias, sob pena de desentranhamento das fls. 07/23, Intime-se também, para juntar o estatuto social. Após atendimento, lavre-se a penhora, intimando os destas providências. Comunique-se o deferimento. Cumpra-se.Paraíso, 27/01/2011. (a) Esmar Custódio Vêncio Filho- Juiz de Direito

Carta Precatória N. 2007.0007.2565-8
Origem: 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Palmas-TO
Ação de Execução Fiscal n. 2005.43.00.001224-0
Requerente: União
Advogado: Vilmarcos Barbosa Braga
Requerido: Distribuidora Centroeste Ltda.
Advogado: Dr. Arthur Oscar Thomaz de Cerqueira
Fica os advogados das partes intimados do despacho a seguir: " A executada impugnou a avaliação procedida pelo oficial de justiça avaliador, alegando que o valor dos bens avaliados encontra-se abaixo do praticado no mercado. Requer nova avaliação.A exequente concordou com a avaliação.RELATADOS. DECIDO.Pois bem. Sequer se dignou a impugnante juntar o documento mencionado em sua petição de fls. 91. segundo parágrafo.O encargo do oficial de justiça avaliador encontra-se devidamente normatizado. sendo profissional competente e capaz de proceder às avaliações não havendo fundamento legal nenhum que desmereça seu encargo ou o laudo pelo mesmo produzido.No mesmo sentido, não conseguiu a executada demonstrar qualquer ocorrência de erro ou dúvida sobre o valor dos bens avaliados. entendendo que o laudo foi corretamente elaborado não havendo razões legais para nova avaliação, motivos pelos quais julgo improcedente a impugnação interposta.Acrescento que não há amparo legal em se pedir nova avaliação em razão do decurso de prazo, cabendo, tão somente, proceder à atualização. pela contadoria judicial, do valor constante do laudo já elaborado.Intimem-se as partes.Designem-se as praças, expedindo o necessário, intimando-se as partes por seus advogados.Tenho que. como a conversão de nomeação em penhora se deu no Juízo deprecante, cabe à exequente o respectivo registro mediante certidão cartorária(art. 659, § 4º do CPC).Tendo em vista a solicitação de fls 95. informe que a informação já fora enviada, mas acrescente que a nova fase processual.Cumpra-se. Paraíso do Tocantins. 26 de janeiro de 2011.(Esmar Custódio Vêncio Filho- Juiz de direito".

Autos nº 2.705/93- Indenização
Requerente:Pronorte Produtos Alimentícios LTDA
Adv: Vanderley Aniceto de Lima- OAB/TO 843-B
Requerido: Usina Jaciara S/A.
Adv. Adriana Barbosa de Andrade- OAB/GO 19.921
DESPACHO fls. 243: " Visando dar maior agilidade ao processo e considerando que a transação é renunciável e diante dos Princípios da Celeridade e Economia Processual, intimem-se as partes para manifestarem a intenção em transigir no prazo de 10 dias sob pena de renúncia tácita. No mesmo ato, intimem-nas para manifestarem a intenção em produzir provas devendo especificá-las e justificá-las no mesmo prazo acima. Caso tal não seja feito por nenhuma das partes, conclua-se. Mesmo que as provas sejam especificadas, caberá ao julgador verificar seus proveitos. Caso as partes manifestem a intenção de acordar, conclua-se para designação de audiência preliminar. Não havendo acordo, serão fixados os pontos controvertidos e deferidas as provas úteis ao julgamento, caso sejam especificadas pelas partes. Realizada a audiência preliminar, não havendo provas a serem produzidas ou sendo as mesmas indeferidas, os autos serão postos para julgamento por ordem de antiguidade. Cumpra-se. Paraíso do Tocantins, 03 de fevereiro de 2011. Esmar Custódio Vêncio Filho Juiz de Direito."

Autos nº 7618/03- Embargos à Execução
Requerente: Somava- Sociedade Agropastoril Vale do Araguaia LTDA
Adv: Paulo Saint Martin de Oliveira- OAB/TO 1648
Requerido: Pagel- Paraíso do Norte de Goiás Armazéns Gerais Ltda.
Adv. João Batista de Oliveira- OAB/GO 6861
DESPACHO fls. 177v: " Conclua-se. Dp retorno dos autos, intimem-se as partes. Não tendo qq pedido no prazo de 10 dias arquive-se. Certifique-se nos autos principais o retorno destes autos e a manutenção da sentença; Cumpra-se. Pso. 03.02.2011. Esmar Custódio Vêncio Filho Juiz de Direito."

Autos nº 6888/02- Embargo de Terceiro
Requerente: Estevan Rosa Filho e outra
Adv: José Pedro da Silva- OAB/TO 486
Requerido: Agromoto Máquinas Agrícolas LTDA.
Adv. Sandra Carla Matos- OAB/SC 8777 e Izabella Amaral Brito Ferreira- OAB/GO 15.248
DESPACHO fls. 218V: " Dp retorno dos autos intimem-se as partes. Após arquive-se c/ baixas e anotações. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença nos autos de C. Precatória. Cumpra-se. Pso. 07.02.2011. Esmar Custódio Vêncio Filho- Juiz de Direito."

Autos nº 6.891/02- Embargo de Terceiro
Requerente: Amarildo Francisco Ferreira e outra.
Adv: Leonardo do Couto Santos filho – OAB/TO 1.858 e Fabio custodio de Moraes – OAB/TO 4.387.
Requerido: Agromoto Máquinas Agrícolas LTDA.
Adv. Sandra Carla Matos- OAB/SC 8777 e Izabella Amaral Brito Ferreira- OAB/GO 15.248
DESPACHO fls. 228: " Dp retorno dos autos intimem-se as partes, após arquive-se c/ baixas e anotações. Certifique-se o trânsito em julgado nos autos de C. Precatória. Cumpra-se. Pso. 07.02.2011. Esmar Custódio Vêncio Filho- Juiz de Direito."

Autos nº 5.350/99 – Ação Cominatória
Requerente: Tocantinense Transporte e Turismo Ltda.
Adv:
Requerida: Marina Pinheiro Rodrigues
Adv. Antonio Carneiro Correia- OAB/TO 1841-A
Denunciado: Daniel Gomes Leal
Adv.
Fica o advogado Antonio Carneiro Correia- OAB/TO 1841-A intimado do DESPACHO fls. 249v: " Correção dos honorários de advogado se dá a partir de sua execução e não do ajuizamento da demanda. Intime-se o peticionário retro p/ emendar seus cálculos. Após, conclua-se. Cumpra-se. Pso. 07.02.2011. Esmar Custódio Vêncio Filho- Juiz de Direito."

Autos nº 8.338/05 – Indenização
Requerente: Alvino Rodrigues de Assunção
Adv: José Pedro da Silva- OAB/TO 486
Requerido: Suair Mariano de Melo e Antonio Raimundo Bertacco.
INTIMAÇÃO: Fica o advogado José Pedro da Silva- OAB/TO 486 intimado do DESPACHO de fl. 475v. " A autorização retro não desconstitui a renuncia de fls. 471, tendo em vista a formalidade legal. Sendo assim, intimem-se o peticionário de fls. 473, p/ juntar procuração. Após, cls. P sentença de extinção. Verifique se há custas pendentes. Em havendo, cobre-as do autor p/ pagamento em 10 dias, sob pena de extinção. Cumpra-se. Pso. 08.02.2011. Esmar Custódio Vêncio Filho- Juiz de Direito."

Autos nº 2009.0012.3636-3- Execução de Alimentos
Requerente: E. R. A, rep. por sua genitora Maria Rodrigues Noleto
Adv: Leila Rufino Barcelos- OAB/TO 4427
Requerido: Sebastião Martins Alves
INTIMAÇÃO: Fica a advogada da parte autora intimada da juntada aos autos da Carta Precatória e certidão do Oficial de Justiça, noticiando que o requerido não foi encontrado no endereço fornecido na inicial para citação.

Autos nº 2010.0001.0948-5- Revisão de Alimentos
Requerente: Emival alves de Madeira
Adv: Vézio Azevedo Cunha- OAB/TO 3734
Requerido: I. V. G. M. e outros, rep. por sua genitora Ana Paula de Sousa Gomes
Fica o advogado da parte autora intimado da SENTENÇA fl. 59: " Vistos etc. De se ver que o autor desistiu da presente demanda ( fls. 57), sendo que tal pedido teve o consentimento dos requeridos, conforme preceitua a lei processual civil. O direito é renunciável e o autor está devidamente representado por advogado com poderes especiais para desistir. Sendo assim, julgo extinto o presente processo sem resolução do mérito, o que faço com base no artigo 267, VIII do CPC. Ficam desde já intimados o Ministério Público, a representante legal dos requeridos.Sra. Ana Paula de Sousa Gomes e a Defensora Pública Dra. Ítala Graciela Leal de Oliveira. Intime-se a parte requerente por seu advogado. Sem custas e honorários de advogado. Após trânsito em julgado, arquive-se com baixas e anotações. P.R.I. Esmar Custódio Vêncio Filho- Juiz de Direito."

CARTA PRECTÓRIA N. 2738/04
Origem: 4ª Vara cível de Palmas/TO
Proc n. 2004.2275-0 – Execução
Exeqüente: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Dr. Alessandro de Paula Canedo – OAB/TO- 1334-A
Executado: Braz Titoto
Fica o advogado da parte autora intimado do despacho a seguir transcrito: "Avaliem-se os bens penhorados intimando-se as partes , e advogado DJ, para querendo manifestar em 10 dias. Sem manifestação designem-se as praças e leilões, intimando-se as partes e esposa. Junte-se certidão dos demais cartórios. Expeçam-se os editais e o que mais for necessário. Intime-se o exeqüente para juntar certidão atualizada do imóvel e atualizar a divida. Havendo credores preferenciais, intime-se das praças e leilão. Cumpra-se. Paraíso, 27/01/2011. 9º0 Esmar Custódio Vêncio Filho, Juiz de direito".

Autos nº 5.679/99- Indenização
Requerente: Aurizete Maria de Carvalho
Adv:
Requerido: Banco do Brasil S/A
Adv: Adriana Maura de Toledo Leme Pallaoro- OAB/TO 2345B
Fica o advogado do exeqüente intimado do DESPACHO fl. 199v: " Do retorno dos autos, intimem-se as partes. Não havendo requerimento em 10 dias, arquive-se com baixas e anotações. Cumpra-se. D.S. Esmar Custódio Vêncio Filho- Juiz de Direito.

Autos nº 7.017/02- Indenização
Requerente: Espólio de José Manso de Oliveira
Adv: José Pedro da Silva OAB/TO 486
Requerido: Anisio Braga
Adv: João Inácio Neiva- OAB/TO 854B
DESPACHO: " Sobre o retorno dos autos, intimem-se as partes. Após, arquive-se com as baixas e anotações. Cumpra-se. Pso. 07.02.2011. Esmar Custódio Vêncio Filho- Juiz de Direito.

Autos nº 4.629/97- Indenização
Requerente: Ademar Fernandes do Paraíso
Adv: José Pedro da Silva OAB/TO 486
Requerido: SALIONI ENGENHARIA
Adv: Mauro José Ribas- OAB/TO 753-B
INTIMAÇÃO: Ficam os advogados das partes intimados que os autos retornaram do Egrégio Tribunal de Justiça à Comarca.

Autos nº 2009.0012.7770-1- Negatória de Paternidade
Requerente: Aloísio Carreiro Leite
Adv. Wilton Batista- OAB/TO 3809
Requerido: L. C. C, rep. por sua genitora Flávia Rodrigues da Costa
INTIMAÇÃO: Fica o advogado da parte autora intimado da juntada aos autos da certidão da Oficiala de Justiça noticiando que a requerida não foi encontrada no endereço fornecido na inicial para citação.

Autos nº 2010.0008.7166- Alimentos
Requerente: G. A. S. M. e outros, rep. por sua genitora Rosimar Borba de Miranda
Adv. Raphael Brandão Pires OAB/TO 4094
Requerido: José Dalmi Santos Pereira
INTIMAÇÃO: Fica o advogado da parte autora intimado da juntada aos autos da contestação e documentos ( fl. 40/111) pelo requerido, ficando os autos com vistas a parte autora para réplica.

Autos nº 2006.0008.9932-1 Execução de Alimentos
Requerente: Iara Ribeiro Saes
Adv. Silvio Domingues Filho OAB/TO 15
Requerido: HAnder Lima Alves
INTIMAÇÃO: Fica o advogado da parte autora intimado da juntada aos autos da CP, noticiando que o requerido não foi encontrado no endereço fornecido na inicial. para citação.

Carta Precatória n. 2005.0001.2218-3
Origem: 2ª Vara da Justiça Federal – Palmas/TO
Ação de Deposito – 2000.43.00.001460-1
Requerente: Companhia Nacional de Abastecimento
Advogado: Dr. Mauro José Ribas, OAB/TO-753
Fica o advogado do autora intimado da certidão do Oficial de justiça a saber; " Eu Luana Gonçalves Rodrigues, oficial de Justiça, abaixo assinado, certifico que dirigi-me ao endereço indicado e deixei de intimar RRC Armazéns Gerais Ltda. na pessoa de seu sócio Robenilson Ribeiro de Carvalho em virtude do mesmo não se encontrar mais no referido endereço, e que o referido imóvel se encontra fechado. Paraíso 06/03/2007. (a) Oficial de Justiça".

Autos nº 2006.0006.0257-4- Execução de Alimentos
Requerente: P. L. D. da S, rep. por sua genitora Aparecida Dias da Silva
Adv. Evandra Moreira de Souza- OAB/TO 645
Requerido: Claudeniê Américo da Silva
DESPACHO fl. 45: " Intime-se a autora, por se advogado e via DJ/TO para dar andamento ao feito em dez dias sob pena de extinção. Em não havendo cumprimento, intime-se a autora pessoalmente, via DJ/TO, para dar andamento ao feito em 48 horas sob pena de extinção. Sem atendimento, conclua-se para extinção. Em havendo atendimento, conclua-se para apreciar eventual requerimento. CUMPRA-SE. Paraíso do Tocantins, DS. ESMAR CUSTÓDIO VÊNCIO FILHO. Juiz de Direito."

## Juizado Especial Cível e Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2010.0000.2660-1 / RESCISÃO CONTRATUAL
Requerente: PAULO MOREIRA SILVA JUNIOR
Advogado: Dr(a). Patrícia de Souza Mendonça – OAB-TO 4604
Requerido: EVENTUS COMANDO SOM AUTOMOTIVO
Advogado: Dr(a). Fausto Antonio Dias Campos – OAB-GO 30192
SENTENÇA: "...Posto isto, julgo improcedente o pedido inicial e, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de processo Civil, extingo o processo com resolução do mérito. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Paraíso do Tocantins - TO, 13 de dezembro de 2010. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2010.0000.2544-3 / RECLAMAÇÃO
Requerente: ARNEZIL LOPES SILVA
Requerido: BRASIL TELECOM OI
Advogado: Dr(a). Marcio Vinicius Silva Guimarães – OAB-GO 27801
SENTENÇA: "...Diante do exposto, com fulcro no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido inicial para condenar a empresa ré a restabelecer ao autor os serviços de Internet ADSL (banda larga) com velocidade de 2 (dois) megas, no prazo de 10 (dez) dias a contar do trânsito em julgado desta sentença, salvo comprovada impossibilidade técnica de fornecer o referido serviço, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais) após o transcurso do prazo acima assinalado (§ 4º do artigo 461 do CPC), limitada a trinta (30) dias de atraso. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Paraíso do Tocantins - TO, 28 de outubro de 2010. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2011.0000.3095-0 / AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: TIAGO GOMES AZEVEDO
Advogado: Dr(a). Thiago Florentino Almeida– OAB-TO 31338
Requerido: BRADESCO S/A
DESPACHO: "...Diante disso, intime-se a Dra. Iara Maria Alencar para regularizar a pendência acima descrita, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo. Paraíso do Tocantins - TO, 28 de janeiro de 2011. Esmar Custódio Vêncio Filho - Juiz de Direito (em substituição automática)."

Autos nº 2010.0000.2697-0 / AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: ANTONIO GEORGE ISSA HAONAT
Advogado: Dr(a). Érika Patrícia Santana Nascimento– OAB-TO 3238
Requerido: TAM LINHAS AÉREAS
Advogado: Dr(a). Márcia Ayres da Silva – OAB-TO 1724 B

DESPACHO: "Ante a informação de fl. 32, intime-se o autor para manifestar sobre a contestação. Paraíso do Tocantins - TO, 10 de fevereiro de 2011. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2009.0000.2736-1 / AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: RAQUEL OGAWA DA SILVA
Advogado: Dr(a). Alexsander Ogawa da Silva Ribeiro – OAB-TO 2549
Requerido: ANADIESEL S.A CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS COMERCIAIS MERCEDEZ BENS LTDA
Advogado: Dr(a). Amaranto Teodoro Maia – OAB-TO 2242
SENTENÇA: "...Posto isto, com fulcro no art. 269, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os presentes embargos e reduzo o valor da multa para a importância de R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), determinando a liberação da penhora do valor remanescente, após o trânsito em julgado desta sentença. Sem custas processuais em razão do disposto no artigo 55, da Lei nº 9.099/95 . Publique-se. Registre-se. Intime-se. Paraíso do Tocantins - TO, 25 de novembro de 2010. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2009.0002.8252-3 / AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: JOSÉ GILMAR NEVES MOURÃO
Advogado: Dr(a). Freddy Alejandro Solórzano Antunes– OAB-TO 2237
Requerido: DIVINO FERREIRA SILVA
SENTENÇA: "...Posto isto, com fulcro no art. 267, V, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, determinando o seu arquivamento. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Paraíso do Tocantins - TO, 13 de dezembro de 2010. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2010.0000.2809-4 / AÇÃO DE EXECUÇÃO
Requerente: ARI JOSÉ DO NASCIMENTO
Advogado: Dr(a). Airton A. Schutz– OAB-TO 1348
Requerido: GENESI RODRIGUES CARDOSO
DESPACHO: "Junte-se. Ante a inexistência de dinheiro para a penhora por meio eletrônico, via BacenJud, intime-se o(a) exeqüente para indicar bens penhoráveis no prazo de dez (10) dias, sob pena de extinção. Paraíso do Tocantins - TO, 01 de março de 2011. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."
Autos nº 2010.0000.2719-5 / AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: SEBASTIANA DA SILVEIRA MACHADO
Advogado: Dr(a). José Erasmo Pereira Marinho– OAB-TO 1132
Requerido: BRASIL TELECOM S.A
Advogado: Dr(a). Julio Franco Poli – OAB-TO 4589 B
DESPACHO: "Junte-se. Intime-se o(a) executado(a) da penhora realizada por meio eletrônico em conta bancária, bem como para apresentar impugnação no prazo de quinze (15) dias. Paraíso do Tocantins - TO, 24 de fevereiro de 2011. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2009.0000.6901-0 / AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: ELIANO MACIEL DA CRUZ
Advogado: Dr(a). Rogério Magno de Macedo Mendonça– OAB-TO 4087
Requerido: BANCO POPULAR DO BRASIL S.A e SERVIÇO CENTRAL DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SCPC
Advogado: Dr(a). Ana Flávia Lima Pimpim de Araújo – OAB-TO 2372 A
SENTENÇA: "...Diante do exposto, com fulcro no art. 269, inciso I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido inicial para declara inexistentes os débitos e os registros no cadastro do SPC, referentes aos títulos nºs 1119085, 1252866 e 1642695, confirmando a decisão de fl. 20, e condenar o BANCO POPULAR DO BRASIL S/A (incorporado pelo BANCO DO BRASIL S/A) apagar ao requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de mora e correção monetária a contar do trânsito em julgado desta sentença, nos termos do entendimento firmado pelo Enunciado 18 das Turmas Recursais do Estado do Tocantins e da Súmula 362 do STJ. A instituição bancária ré deverá excluir do seu banco de dados os serviços e o débito em epígrafe, conforme fundamentação supra. Se o devedor não efetuar o pagamento no prazo de quinze dias a contar do trânsito em julgado da sentença, independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento (art. 475-J, caput, do CPC). Sem custas e honorários advocatícios nesta fase. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Paraíso do Tocantins - TO, 11 de fevereiro de 2011. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 1808/05 - AÇÃO DE EXECUÇÃO
Requerente: JOSÉ LAERTE DE ALMEIDA
Advogado: Dr(a). José Laerte de Almeida – OAB-TO 96 A
Requerido: JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA
DESPACHO: "Ante a certidão de fl. 132, que informa a discordância com a contra-proposta de fls. 124/125, intime-se o autor a impulsionar o feito, requerendo o que entender de direito. Paraíso do Tocantins - TO, 28 de fevereiro de 2011. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2010.0000.2513-3 / AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: GUILHERME JOSÉ REMPEL
Advogado: Dr(a). Jéferson José Arbo Pavlak – OAB-TO 1266
Requerido: JOZIVAL RODRIGUES BARBOZA
SENTENÇA: "...Posto isto, homologo o acordo celebrado entre as partes, com eficácia de título executivo (art. 22 da Lei nº 9.099/95), para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e julgo extinto o processo com resolução do mérito, com fulcro no art. 269, III, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Paraíso do Tocantins - TO, 08 de novembro de 2010. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2010.0000.2553-2 / AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: NILTON CÉSAR OLIVEIRA RIBEIRO
Advogado: Dr(a). Jacy Brito Faria – OAB-TO 4279
Requerido: BANCO DO BRASIL e BV FINANCEIRA
Advogado: Dr(a). Paula Rodrigues da Silva – OAB-TO 4573 A
SENTENÇA: "...Posto isto, reconheço a incompetência do juizado para conhecer da presente demanda e extingo o processo sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 51, II, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Após, ao arquivo. Paraíso do Tocantins - TO, 28 de outubro de 2010. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2009.0002.8398-8 / AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: ADEMI COSTA FEITOSA
Advogado: Dr(a). João Inácio Neiva – OAB-TO 854
Requerido: CELMOTOS COMERCIO VAREJISTA DE PEÇAS PARA MOTOS LTDA
SENTENÇA: "...Posto isto, diante da ausência do requerente à audiência de conciliação, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 51, I, da Lei 9.099/95, condenando-o ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após arquive-se. Paraíso do Tocantins - TO, 28 de outubro de 2010. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2010.0000.2606-7 / AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: PAULO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA
Advogado: Dr(a). Sergio Barros de Souza– OAB-TO 748
Requerido: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado: Dr(a). Luciana Berghe – OAB-SP 214.207
SENTENÇA: "...Posto isto, com fulcro no art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, determinando o arquivamento dos autos. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Paraíso do Tocantins - TO, 15 de dezembro de 2010. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2009.0008.6925-7 / AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: LUZIA NAVES DA SILVA e JOÃO WILMAR DA SILVA ABREU
Advogado: Dr(a). Elenice Araújo Santos Lucena – OAB-TO 1324
Requerido: MARLI ALVES PEREIRA SILVA e SEBASTIÃO ABREU SILVA
DESPACHO: "Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 28/04/2011, às 14:00 horas. Intimem-se. Cumpra-se. Paraíso do Tocantins - TO, 21 de fevereiro de 2011. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

Autos nº 2010.0000.2570-2 / AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS
Requerente: JOÃO FILHO DIAS BRITO
Advogado: Dr(a). Sergio Barros de Souza – OAB-TO 748
Requerido: CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado: Dr(a). Núbia Conceição Moreira – OAB-TO 4311
SENTENÇA: "...Posto isto, com fulcro no art. 269, inciso I, do CPC, julgo procedente o pedido inicial e condeno a instituição financeira ré a pagar ao autor a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de danos morais, com juros de mora e correção monetária a contar do trânsito em julgado desta sentença, nos termos do entendimento firmado pelo Enunciado 18 das Turmas Recursais do Estado do Tocantins e da Súmula 362 do STJ. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase (art. 55 da lei nº 9.099/95). Caso a devedora não efetue o pagamento no prazo de quinze dias a contar do trânsito em julgado da sentença, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento (art. 475-J, caput, do CPC, e Enunciado 105 do FONAJE). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Paraíso do Tocantins - TO, 16 de novembro de 2010. Ricardo Ferreira Leite - Juiz de Direito."

# PARANÃ

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2010.0011.2641- 3 – AÇÃO DE USUCAPIÃO
Requerente: Aureliano Curcino dos Santos
Requerente: Terezinha de Jesus Paranaguá dos Santos
Advogado: Palmeron de Sena e Silva – OAB/TO 387
Advogado: Aureliano Curcino dos Santos – OAB/DF 8.140
Requerida: Dalva de Castro Pinto
Requerido: Alan Kardec da Cruz Oliveira
Advogado não constituído
INTIMAÇÃO DOS AUTORES PARA RECOLHIMENTO DAS CUSTAS no valor de R$ 236,40 (duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. (art. 257 do CPC). Paranã, 16/02/2011. as) Mary Nadja Barbosa Nunes Sampaio, Escrivã

## 2ª Vara Cível e Família

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº. 2010.0006.0828-7
Ação: Reconhecimento de Concubinato
Autor: Adão Alves Quirino
Advogado: Florismária Ferreira Barbosa OAB –GO 10.979
Requerido: Ana Lúcia Pereira Lopes
Advogado: Lourival Venâncio de Moraes OAB-TO 171
DESPACHO: v. Ao autor sobre os documentos juntados com a contestação (CPC 398). Paranã, 21/2/11. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto.

# PEDRO AFONSO

## Família, Infância, Juventude e Civel

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N° 2007.0002.5451-5/0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
Requerente: EDIVALDO MACHADO DA SILVA
Advogado: JOSÉ PEREIRA DE BRITO AOB-TO 151-B
Requeridos: VILMAR VILI STEINDORF, ILGA COZZLER E MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA

Advogados: JESUS FERNANDES DA FONSECA OAB-TO 2112-B e JAIME AUGUSTO MARQUES OAB – BA 9.446
Ficam as partes e advogados, intimados dos ato processual abaixo relacionado:
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Ante a certidão de fls. 244, redesigno audiência marcada às fls. 227 para o dia 26/04/2011, às 15:30h. Intimem-se as partes, advertindo-lhes que, não sendo o caso de comparecimento espontâneo das testemunhas, deverão entregar o respectivo rol até 10 (dez) dias antes da audiência. Cumpra-se. Pedro Afonso – TO, 11 de fevereiro de 2011. Juiz M. Lamenha de Siqueira."

# PONTE ALTA

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

PROTOCOLO ÚNICO: 2009.0004.7042-7
REQUERENTE: Anatalias Pereira Melquíades
ADVOGADO: Dr. João Antônio Francisco- OAB nº 21331
Dr. George Hidasi- OAB nº 3643
EQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social- INSS
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado acima citado, da decisão proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: " Decido. Em que pese os argumentos da defesa, é sabido que a Fazenda Pública tem a prerrogativa de ser intimada pessoalmente. O artigo 25, *caput,* da Lei nº. 6.830/80 disciplina que " *na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente."* Tendo em vista que na demanda em a Fazenda Pública faz parte da relação jurídica processual, hei por bem aplicar por analogia o artigo susomencionado. Outrossim, imperioso observar que a sentença foi publicada no Diário da Justiça em 15 de outubro de 2010, e que os autos permaneceram em cartório até o dia 21 do mesmo mês, consoante se verifica da certidão de fls. 26. Ademais, forçoso constatar que não foi juntado nenhum documento que comprove que o causídico compareceu em cartório no prazo recursal reivindicando o acesso aos autos. Sendo assim, indefiro o pedido de fls. 29/30 do feito. Observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Ponte Alta do Tocantins, 28 de fevereiro de 2011. ( ass.) Cledson José Dias Nunes- Juiz de Direito- Titular."
PROTOCOLO ÚNICO: 2009.0004.7041-9
AÇÃO: Pensão por Morte
REQUERENTE: Sandoval Amaral Lustosa
ADVOGADO: Dr. João Antônio Francisco- OAB nº 21331
Dr. Georde Hidasi- OAB nº 8693
REQUERIDO: Instituto Nacional Seguro Social
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado acima citado, da decisão proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: " Decido. Em que pese os argumentos da defesa, é sabido que a Fazenda Pública tem a prerrogativa de ser intimada pessoalmente. O artigo 25, *caput,* da Lei nº 6.830/80 disciplina que " *na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente."* Tendo em vista que na demanda em a Fazenda Pública faz parte da relação jurídica processual, hei por bem aplicar por analogia o artigo susomencionado. Outrossim, imperioso observar que a sentença foi publicada no Diário da Justiça em 15 de outubro de 2010, e que os autos permaneceram em cartório até o dia 21 do mesmo mês, consoante se verifica da certidão de fls. 26. Ademais, forçoso constatar que não foi juntado nenhum documento que comprove que o causídico compareceu em cartório no prazo recursal reivindicando o acesso aos autos. Sendo assim, indefiro o pedido de fls. 28/29 do feito. Observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Ponte Alta do Tocantins, 02 de março de 2011. ( ass.) Cledson José Dias Nunes- Juiz de Direito- Titular."

PROTOCOLO ÚNICO: 2009.0005.4805-1
AÇÃO: Busca e Apreensão
Requerente: Aymoré, Crédito, Financiamento e Investimentos S/A
Advogado: Dr. Fábio de Castro Souza- OAB nº 2868
Requerido: Antônio Neto Alves da Conceição
INTIMAÇÃO: Fica o autor intimado na pessoa de seu advogado acima citado da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: " Diante do exposto, com fundamento no artigo 267, inciso III e parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente processo, sem resolução de mérito. Custas pelo requerente. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Ponte Alta do Tocantins, 28 de fevereiro de 2011. ( ass.) Cledson José Dias Nunes- Juiz de Direito - Titular."

PROTOCOLO ÚNICO: 2010.0010.5317-3
AÇÃO: Reivindicatória de Salário Maternidade
Requerente: Leila da Guia Nascimento da Silva
Advogado: Dr. Marcio Augusto Malagoli
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social- INSS
INTIMAÇÃO: Fica o autor intimado na pessoa de seu advogado acima citado para no prazo de 10 (dez) dias, manifestar acerca da contestação apresentada.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS).

O Doutor Cledson José Dias Nunes, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Ponte Alta do Tocantins, na forma da Lei, etc.CITA JOSÉ ALVES DE SOUSA, inscrito no CPF/CNPJ sob o o nº. 597.076.401-97, estando em lugar incerto e não sabido, para os termos da ação de EXECUÇÃO FISCAL nº 2008.0004.5905-0, que lhe move INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA BEM COMO INTIMÁ-LA a pagar, no prazo de 05 ( cinco) dias, a dívida inscrita inscrito com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargos do Decreto-lei nº ou nomear bens para garantir a execução, sob pena de lhes serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem á integral satisfação da dívida. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da Lei e afixado cópia no placard do Fórum lota e em loca de costume. Eu, Adilma Aires Pimenta Silva Ribeiro, Escrivã Cível. Ponte Alta do Tocantins, 14 de março de 2011. (ass.) Cledson José Dias Nunes- Juiz de Direito - Titular.

# PORTO NACIONAL

## 1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 105/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 2011.0001.4994 - 9 – CARTA PRECATÓRIA DE INQUIRIÇÃO.
Oriunda: COMARCA DE PALMAS / TO
Requerente: JOSÉ DE RIBAMAR FERNANDES SERTÃO.
Advogado (A): DR. IHERING ROCHA LIMA – OAB/TO: 1384
Requerido: TRANSBRASILIANA TRANSP. E TURISMO LTDA.
Advogado: Dr. EVALDO BASTOS RAMALHO JÚNIOR. OAB/TO: 18.029
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DO DESPACHO DE FL. 33: Para comparecerem perante este juízo FÓRUM DE PORTO NACIONAL/TO, na sala das audiências da 1º Vara Cível, no dia 19 de abril de 2011 às 14:00 horas, para audiência de Inquirição das testemunhas arroladas pelo autor."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 104/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
AUTOS/AÇÃO: 2010.0006.2080 - 5 – EXECUÇÃO FISCAL.
Requerente: O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO TOCANTINS
Advogado (A): DR. MÁRCIA ADRIANA ARAÚJO FREITAS SANTANA – OAB/TO: 4047
Requerido: CELSO EDUARDO AVELAR FREIRE SANT'ANA
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE: Para manifestar nos referidos autos sobre a certidão do oficial de justiça, juntada às fl. 11v.

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 103/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
AUTOS/AÇÃO: 7671 / 04 – EXECUÇÃO.
Requerente: PORTO REAL ATACADISTA S/A
Advogado (A): DR. FABÍOLA APARECIDA DE ASSIS VANGELATOS – OAB/TO: 1962
Requerido: RODRIGO SOUSA CHAVES
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA DO DESPACHO DE FL. 96: "Infrutífera até agora todas as na procura de bens passíveis de constrição, dê-se vista dos autos ao Exeqüente para requerer o que entender de direito; pena arquivamento da execução. Intimem-se. Porto Nacional/TO, 17 de setembro de 2010."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 102/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
AUTOS/AÇÃO: 2010.0009.6679 - 5 – EMBARGOS À EXECUÇÃO.
Embargante: ALBINO ARAUJO REIS – ME, ADALIA FERREIRA REIS.
Advogado (A): DR. CLAIRTON LUCIO FERNANDES – OAB/TO: 1308
Embargado: BANCO DA AMAZONIA S/A
Advogado: Dr. Elaine Ayres Barros. OAB/TO: 2402.
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA SENTENÇA DE FLS. 30: "Por isso, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e DECLARO EXTINTO este processo sem resolução do mérito (CPC, arts. 267, IV e 295). Sem sustas, vez que defiro aos Autores os benefícios da gratuidade de justiça. Sem honorários. Não havendo recurso, arquivem-se os autos. P. R. I. Porto Nacional/TO, 6 de dezembro de 2010."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 101/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 7289 / 03. – EXECUÇÃO FISCAL.
Requerente: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
Advogado (A): DR. ROBERTO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO - PROCURADOR
Requerido: TRANSPORTADORA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA
Advogado: Dr. Domingos Esteves Lourenço. OAB/TO: 1309.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE REQUERIDA DA SENTENÇA DE FLS. 43: "Por isso, DECLARO EXTINTO o processo em face do pagamento do débito (CPC, art. 794, I, c/c 795). Custas e honorários advocatícios de R$: 500,00 (quinhentos reais), na forma do § 4º do art. 20 do CPC, pelo Executado. Se intimada pelo Diário da Justiça não recolher o valor em 5 (cinco) dias: (1) expeça – se certidão de débito contendo os seguintes dados (Lei Estadual nº 1.288/2001, art. 63): a) o nome e CPF/CNPJ do devedor; b) o valor do débito e a data da consolidação; c) a menção de que se trata de custas judiciais de sucumbências (Lei Estadual nº 1.286/2001); d) os dados do processo. Em seguida, encaminhe-se a certidão e cópia deste ato à Diretoria de Gestão de Créditos Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) ou sua unidade mais próxima para cobrança administrativa e inscrição em dívida ativa, se for o caso. Levante-se a penhora, se houver. Transitada em julgado e pagas as despesas, arquivem-se os autos. P. R. I. Porto Nacional/TO, 12 de maio de 2010."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 100/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 3979 / 02. – EXECUÇÃO.
Requerente: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado (A): DR. LAURÊNCIO MARTINS SILVA. OAB/TO: 173-B
Requerido: CARLOS FERREIRA DE MORAES.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA: Para manifestar nos referidos autos sobre as informações prestada pela Receito Federal, que se encontram armazenadas em cartório em pasta própria."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 100/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados

01. AUTOS/AÇÃO: 2007.0002.9049 - 0 – CARTA PRECATÓRIA.
Oriunda: BLUMENAU S/C
Requerente: POST HAUS LTDA
Advogado (A): DR. CHRISTIAN ROGER SCHADLER. OAB/SC: 12.981
Requerido: JOSÉ PEREIRA COSTA O GOIANO, DISTRIBUIDORA COBRÁS E OUTRO.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA DO DESPACHO DE FLS. 38: "Manifeste-se o Exeqüente sobre as certidões de fls. 35/7, bem como sobre o interesse em adjudicar o bem penhorado ou, ainda, requeria o que entender de direito. Prazo: 30 dias. Pena: devolução da carta precatória. Intime-se. Porto Nacional/TO, 14 de março de 2010."
3

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 099/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 2006.0009.9891 - 5 – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
Requerente: PORTO REAL ATACADISTA S/A
Advogado (A): DR. FABÍOLA APARECIDA DE ASSIS VANGELATOS. OAB/TO: 1962
Requerido: MARIA VANDA M. DA SILVA
INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA DO DESPACHO DE FLS. 28: "Tendo em vista o tempo transcorrido, intime-se a parte autora para no prazo de 48 horas, dar prosseguimento efetivo ao processo, sob pena de ser decretada sua extinção e arquivamento, (Art. 267 § 1º CPC). Porto Nacional/TO, 3 de setembro de 2010."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 098/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 2009.0000.6275 - 2 – EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado (A): DR. Bibiane Borges da Silva. OAB/TO: 1981-B
Requerido: CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULA DE PORTO NACIONAL
INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA: Para manifestar nos referidos autos no prazo legal.

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 097/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 2005.0001.2009 - 1 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: BUNGE FERTILIZANTES S/A
Advogado (A): DR. IRAZON CARLOS AIRES JÚNIOR. OAB/TO: 2426
Requerido: JOÃO PEREIRA DOS SANTOS.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA DO DESPACHO DE FL. 39: "Não há nos autos nenhum bem restrito passível de venda judicial. Intime-se a parte Exeqüente para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se nos autos requerendo o que for de direito, sob pena de arquivamento da execução. Porto Nacional/TO, 3 de setembro de 2010."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 096/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 2006.0003.6124 - 0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: BUNGE FERTILIZANTES S/A
Advogado (A): DR. IRAZON CARLOS AIRES JÚNIOR. OAB/TO: 2426
Requerido: ANTONIO JOSÉ HONORIO NETO.
Advogado: Dr. REMILSON AIRES CAVALCANTE. OAB/TO. 1253
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA DECISÃO DE FL. 69/71: "Ante o exposto: a) Rejeito a exceção de pré-executividade de fls. 38/49; b) Reconheço que a parte executada praticou ato atentório à dignidade da justiça e a CONDENO ao pagamento adicional de multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da execução, como indenização à parte contrária pelos prejuízos sofridos em decorrência da prolongação da demanda, nos termos dos arts. 600 e 601 do CPC. Avalie-se os bem penhorado em fl. 35 e intimem-se as partes (e seus cônjuges, se casados forem) acerca do valor atribuído aos bens constritados, nas pessoas de seus advogados, para se manifestarem no prazo de 15 dias (CPC, 475-J), querendo. Se não houver impugnação, diga o Exeqüente se tem interesse na adjudicação ou alienação particular dos bens penhorados, na forma dos arts. 685-A e 685 C. Não havendo interesse do credor, designe-se hasta pública para alienação dos bens. Intimem-se. Porto Nacional / TO, 10 de setembro de 2010."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 095/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 2008.0001.2778 - 3 – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
Requerente: PORTO REAL ATACADISTA S/A
Advogado (A): DR. FABÍOLA APARECIDA DE ASSIS VANGELATOS. OAB/TO: 1962
Requerido: DEIJAVAL PEREIRA DA SILVA.
INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA DA DECISÃO DE FL. 44: "I – Rejeito os embargos de declaração lançados às fls.41/3. O reembolso das custas judiciais adiantadas pela exeqüente constitui crédito seu, credor, e se considera incluso no valor acordado com a parte devedora e que foi homologado e, ao que parece, pago. Por sua vez, no que diz respeito às custas judiciais remanescentes a decisão de fl. 37 deferiu a assistência judiciária, donde ser indevida a verba. II – Arquivem-se os autos. Intime-se. Porto Nacional/TO, 29 de setembro de 2010."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 094/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 4372 / 93 – FALÊNCIA.
Requerente: CISTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Advogado (A): DR. LUCIANO AYRES DA SILVA. OAB/TO: 62-A
Requerido: MARCELO DE BARROS.
Advogado: Dr. JOÃO CAVALCANTE DA SILVA.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA: Para providenciar o pagamento das custas finais do referido processo, no valor de R$: 44,40 (quarenta e quatro reais e quarenta centavos).

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 093/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 5785 / 00 – EXECUÇÃO FORÇADA.
Requerente: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado (A): DR. JOSÉ ARTHUR NEIVA MARIANO. OAB/TO: 819
Requerido: CARLOS ALBERTO MOREIRA DE ARAÚJO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA DO DESPACHO DE FL. 42: "Tendo em vista o tempo transcorrido, intime-se a parte autora para no prazo de 48 horas, dar prosseguimento efetivo ao processo, sob pena de ser decretada sua extinção e arquivamento, (Art. 267 § 1º e 598 CPC). Porto Nacional/TO, 9 de setembro de 2010."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 092/2011
Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados
01. AUTOS/AÇÃO: 2007.0008.7743 - 1 – COBRANÇA.
Requerente: PORTO REAL ATACADISTA S/A
Advogado (A): DR. FABÍOLA APARECIDA DE ASSIS VANGELATOS. OAB/TO: 1962
Requerido: VANDA MEIRELLES DE SOUZA.
INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA DA DECISÃO DE FL. 43: "I – Rejeito os embargos de declaração lançados às fls.41/3. O reembolso das custas judiciais adiantadas pela exeqüente constitui crédito seu, credor, e se considera incluso no valor acordado com a parte devedora e que foi homologado e, ao que parece, pago. Por sua vez, no que diz respeito às custas judiciais remanescentes a decisão de fl. 37 deferiu a assistência judiciária, donde ser indevida a verba. II – Arquivem-se os autos. Intime-se. Porto Nacional/TO, 29 de setembro de 2010."

## 2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM Nº 78/11
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados
AUTOS Nº 2008.0002.1008-7
Ação: Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado do Tocantins
Requeridos: João Pereira da Costa, Hilton Pereira Pinto e Rogério Pereira Lima
ADVOGADO: Walter Sousa do Nascimento
DESPACHO:"Por isto, designo audiência de instrução, debates e julgamento para 24/03/11, às 13:30 horas. Intimem as testemunhas. Intimem os réus por edital. Int. d.s. José Maria Lima – Juiz de Direito."

## 2ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2010.0005.6059-4 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: LUCIANO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado(a)(s): Dr. Marison de Araújo Rocha–OAB/TO 1.336/B
DESPACHO: "... Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos no prazo de cinco dias, sucessivamente. Após, oficie agendando horário para realização da perícia." Porto Nacional, 06 de agosto de 2011. Luciano Rostirolla-Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2010.0004.3965-5 – EXECUÇÃO PENAL
Reeducando: CARLOS EDUARDO FERREIRA ALVES
Advogado(a)(s): Dr. Ivan de Souza Segundo – OAB/TO 2.658
DESPACHO: "1-Oficie-se a direção da CPP local para que informe se o reeducando está cumprindo regularmente sua pena. Após, dê-se vista dos autos sucessivamente ao MP e a defesa. Após, conclusos." Porto Nacional, 02 de março de 2011. Luciano Rostirolla-Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2008.0003.3117-8 – CARTA PRECATÓRIA
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Reeducando: FERNANDO DE AQUINO RAMOS
Advogado(a)(s): Dr. Walter Sousa do Nascimento – OAB/TO 1.377
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª da data da audiência de justificação designada neste juízo para o dia 31 de março de 2011, às 15:00 horas.

## Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE EDJUNIO SOARES AIRES(PRAZO DE 30 DIAS)

A Doutora Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira, Juíza de Direito da 3ª Vara da Comarca de Porto Nacional, CITA o (a) Sr.(a). EDJUNIO SOARES AIRES, brasileiro, separado judicialmente, residente e domiciliada em lugar incerto e não sabido, para os termos da Ação de Conversão de Separação em Divorcio, autos nº. 2007.0008.7962-0 que lhe move ROSENILDE LOURENÇA DA COSTA, CIENTIFICÁ-LO dos termos da presente ação e de que tem o prazo de 15(quinze) dias, para contestar a ação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, (art.319 do CPC). A revelia não induz, contudo, o efeito mencionado no artigo antecedente, (art.320 do CPC). E para que ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Porto Nacional - TO, Cartório de Família, Sucessões, Infância e Juventude, aos quinze dias do mês de março de dois mil e onze (15.03.2011) Eu, ..... (Célia Maria Carvalho Godinho), Escrevente Judicial, digitei e subscrevi. *Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira*-Juíza de Direito

## Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Processo n°: 2010.0000.3387-0
Protocolo Interno n.º:9.463/10
Reclamação:Ação Declaratória de Inexistência de Débito
Reclamante: Serafim Pereira dos Santos
Advogado:Dr. Clairton Lúcio Fernandes – OAB/TO 1308
Reclamada:Banco Itaucard S/A
Advogado:Dr. Celso Marcon– OAB/TO 4009-A
SENTENÇA–DISPOSITIVO-Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e DECLARO A INEXISTÊNCIA DE DÉBITO representado pelo contrato n.º 00000029866682, no valor de R$ 201,00 (duzentos e um reais), referente as parcelas devidamente pagas de 22/9/2009, 22/10/2009 e 22/11/2009. - CONDENO a reclamada ao pagamento do valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de compensação por danos morais, acrescido de juros de mora à taxa de 1 % (um por cento) ao mês e correção monetária nos índices fixados pelo Governo Federal, a partir da fixação do valor da condenação, em primeiro grau sentença. - CONFIRMO os efeitos da decisão de fls. 27/29, em que se concedeu, liminarmente, a antecipação de tutela para exclusão da inscrição em cadastro de inadimplentes. - IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos materiais, eis que não demonstrado o fato constitutivo do direito da parte reclamante, com fundamento no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor. - Deixo de condenar a reclamada ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, primeira parte, da Lei n° 9.099/95. - Após o trânsito em julgado, aguarde-se por quinze dias a manifestação do reclamante no sentido de dar prosseguimento à execução de título judicial, caso a obrigação não seja satisfeita espontaneamente pela reclamada depois de intimada da sentença e vencido o prazo legal, devendo-se incidir multa de 10% (dez por cento) do valor da condenação no caso de não-cumprimento espontâneo da obrigação. -R.I.C - Porto Nacional-TO-, 14 de março de 2.011. Adhemar Chúfalo Filho -Juiz de Direito

Processo n°: 2010.0000.3387-0
Protocolo Interno n.º:9.463/10
Reclamação:Ação Declaratória de Inexistência de Débito
Reclamante: Serafim Pereira dos Santos
Advogado:Dr. Clairton Lúcio Fernandes – OAB/TO 1308
Reclamada:Banco Itaucard S/A
Advogado:Dr. Celso Marcon– OAB/TO 4009-A
SENTENÇA–DISPOSITIVO-Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e DECLARO A INEXISTÊNCIA DE DÉBITO representado pelo contrato n.º 00000029866682, no valor de R$ 201,00 (duzentos e um reais), referente as parcelas devidamente pagas de 22/9/2009, 22/10/2009 e 22/11/2009. - CONDENO a reclamada ao pagamento do valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de compensação por danos morais, acrescido de juros de mora à taxa de 1 % (um por cento) ao mês e correção monetária nos índices fixados pelo Governo Federal, a partir da fixação do valor da condenação, em primeiro grau sentença. - CONFIRMO os efeitos da decisão de fls. 27/29, em que se concedeu, liminarmente, a antecipação de tutela para exclusão da inscrição em cadastro de inadimplentes. - IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos materiais, eis que não demonstrado o fato constitutivo do direito da parte reclamante, com fundamento no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor. - Deixo de condenar a reclamada ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, primeira parte, da Lei n° 9.099/95. - Após o trânsito em julgado, aguarde-se por quinze dias a manifestação do reclamante no sentido de dar prosseguimento à execução de título judicial, caso a obrigação não seja satisfeita espontaneamente pela reclamada depois de intimada da sentença e vencido o prazo legal, devendo-se incidir multa de 10% (dez por cento) do valor da condenação no caso de não-cumprimento espontâneo da obrigação. -R.I.C - Porto Nacional-TO-, 14 de março de 2.011. Adhemar Chúfalo Filho -Juiz de Direito

Autos:2010.0011.7402-7
Protocolo Interno: 9872/10
Ação:EXECUÇÃO FORÇADA
Requerente:NODELI IVO QUADROS DOS SANTOS
Procurador: DR(A)VALDOMIRO BRITO FILHO-OAB/TO: 1080.
Requerido: NEIDE MARIA RODRIGUES LIMA PARLANDRINO
DESPACHO:.Intime-se o exequente para em dez dias indicar o atual endereço do executado, sob pena de extinção do processo nos termos do artigo 53,§ 4º da Lei 9.099/95. P. Nac. (ass. ) Adhemar Chúfalo Filho - juiz de Direito

Autos: 2009.0000.3710-3
Protocolo Interno: 8877/09
Ação: COBRANÇA
Requerente:LINDOMAR VIEIRA DE ALMEIDA
Procurador: DR(A). RENATO GODINHO-OAB/TO:2550
Requerido:ZOZIMAR PEREIRA RODRIGUES
Procurador: DR(A) FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES-OAB/TO: 413-A
DESPACHO:. Os bens penhorados nos autos do processo estão em terceiro lugar no grau de classificação legal, inclusive valores em espécie não existem em contas corrente ou outra. Portanto, não se pode anular a penhora ou substituir o bem penhorado. O exeqüente pode fazer vistoria nos bens in loco, pois reexpedir CP para pormenorização somente gerará mais atrasos na execução. Indefiro portanto, o pedido de substituição de bem ou anulação de penhora. Intime-se para os fins do despacho de fls. 79. P. Nac. (ass. ) Adhemar Chúfalo Filho - juiz de Direito

Autos: 2010.0000.3443-4
Protocolo Interno: 9527/10
Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente:LABCLIN LABORATÓRIO DE ANALISES
Procurador: DR(A).ADRIANA PRADO THOMAZ DE SOUZA-OAB/TO: 2056
Requerido: PUBLICAR DO BRASIL LISTAS TELEFÔNICAS LTDA
Procurador: DR(A) FERNANDO DENIS MARTINS- OAB/SP: 182.424
DESPACHO:...Recebo os Embargos no efeito suspensivo. Intime-se o exeqüente para, de 10 (dez) dias, manifestar-se a respeito dos Embargos. P. Nac. (ass. ) Adhemar Chúfalo Filho - juiz de Direito

Autos:2009.0008.5466-7
Protocolo Interno:9314/09
Ação: INDENIZAÇÃO
Requerente:JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
Requerido: WALTER PIRES DE OLIVEIRA
Procurador: DR(ALUIZ ANTÔNIO MONTEIRO MAIA-OAB/TO: 868)
DESPACHO:..Pelo presente fica o reclamado, através de seu procurador da AUDIÊNCIA UNA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O DIA 02 DE MAIO DE 2011, às 14:40 HORAS.. P. Nac. (ass. ) Adhemar Chúfalo Filho - juiz de Direito

Processo n°: 2010.0000.3503-1/0
Prot.Int.nº: 9.587/10
Natureza: Declaratória de Inexistência de Débito
Reclamante: Carlos Roberto Ribeiro
Def.Público:Doutor Fabrício Barros Akitaya
Reclamado: Brasil Telecom S.A
Advogados: Doutor Márcio Vinicius Silva Guimarães -OAB-GO nº 27.801, Doutor Josué Pereira de Amorim OAB-TO nº 790
SENTENÇA - DISPOSITIVO - Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e DECLARO A INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, representada pelos contratos nº 116.417.033-0 e 116.417.028-4, que deram origem às faturas vencidas nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2.009, fls. 16/22, e eventuais faturas subsequentes que se refiram aos contratos *supra*.- CONDENO a reclamada ao pagamento do valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de compensação por danos morais, acrescido de juros de mora à taxa de 1 % (um por cento) ao mês e correção monetária nos índices fixados pelo Governo Federal, a partir da fixação do valor da condenação, em primeiro grau sentença. - nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil c/c a Lei n° 9.099/95, RESOLVO O MÉRITO, em razão do acolhimento parcial do pedido do reclamante. - Deixo de condenar a reclamada ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, primeira parte, da Lei n° 9.099/95. Após o trânsito em julgado, aguarde-se por quinze dias a manifestação do reclamante no sentido de dar prosseguimento à execução de título judicial, caso a obrigação não seja satisfeita espontaneamente pela reclamada depois de intimada da sentença e vencido o prazo legal, devendo-se incidir multa de 10% (dez por cento) do valor da condenação no caso de não-cumprimento espontâneo da obrigação. - R.I.C - Porto Nacional – TO -, 9 de março de 2.011 - Adhemar Chúfalo Filho - Juiz de Direito

# TAGUATINGA

## 1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 146/99 - AÇÃO: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
Requerente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Dr. Marcelo Carmo Godinho – OBA/TO 939
Requerido: Geraldir Francisco T. Gonçalves
Advogado: Dr. Saulo de Almeida Freire – OAB/TO 164-A
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(A) DA(S) PARTE(S) CONFORME PROVIMENTO 002/2011 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - Seção 6, número 2.6.22, item XXXI: Ficam as partes intimadas do retorno dos autos da instância superior, para requererem no prazo de 15 (quinze) dias o que entenderem de direito.

AUTOS N.º 2010.0007.4807-0/0 - AÇÃO: IMPUGANAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
Requerente: Renata Cavalcanti Moreira
Advogado: Dr. Nilo Cabral – OAB/RJ – 131.752
Requerido: José Antônio Gonçalves
Advogado: Não constituído
FINALIDADE: intimação do DESPACHO: "Intime-se a parte impugnante para que comprove o recolhimento das custas. Após, conclusos. Cumpra-se. Taguatinga – TO, 28 de fevereiro de 2011. (ass.) Antônio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito".

AUTOS N.º 2010.0002.4161-8/0 - AÇÃO: ORDINÁRIA
Requerente: Gilton dos Santos Magalhães
Advogado: Dr. Vinícius Coelho da Cruz – OAB/TO 1.654
Requerido: Estado do Tocantins
Advogado: Não constituído
FINALIDADE: intimação do DESPACHO: "R. H. Intime-se o requerente para que, no prazo de 30 (trinta) dias, comprove a hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição. Taguatinga-TO, 28/02/2011. (ass.) Antonio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito".

AUTOS N.º 2010.0011.2078-4/0 - AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: FINASA BMC S/A
Advogado: Dr. Fabrício Gomes – OAB/TO 3.350
Requerido: Oziel Evangelista Oliveira
Advogado: Não constituído
FINALIDADE: conforme Provimento 002/2011 da Corregedoria Geral da Justiça, intimo o advogado do autor, para manifestar sobre o teor da certidão do Oficial de Justiça de fl.42 verso a seguir transcrito: " Certifico que em cumprimento ao r. mandado, dirigi-me nesta cidade de Taguatinga onde deixei de proceder a REINTEGRAÇÃO DE POSSE do PRISMA, bem como a CITAÇÃO do requerido, tendo em vista que o veículo descrito no mesmo não foi localizado nesta cidade, pois, encontra-se no estado do Maranhão em poder dele requerido, OZIEL EVANGELISTA OLIVEIRA, informação esta prestada pela sua esposa, Sra. Leia Antonia dos Santos. Dou fé da verdade. Taguatinga, 02 de março de 2011 (ass.) Valdemir Ribeiro de Queiroz. Oficial de Justiça".

AUTOS N.º 2008.0000.3811-0/0 - AÇÃO: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: Valmir Neri Rocha
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO 3.407
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: intimação da SENTENÇA. "Vistos, etc. (...) Ante todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da autora, contido na peça exordial e, por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, nos moldes do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, vez que o autor é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, observando-se as formalidades legais, arquivem-se. Taguatinga-TO, 28de fevereiro de 2011. (ass.) Antonio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito".

AUTOS N.º 2007.0003.7616-5/0 - AÇÃO: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: Alvarim Ferreira do Couto
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO 3.407
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: intimação da SENTENÇA: "Vistos, etc. (...) Ante todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do autor, contido na peça exordial e, por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, nos moldes do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, vez que o autor é beneficiário da assistência gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, observando-se as formalidades legais, arquivem-se. Taguatinga-TO 28 de fevereiro de 2011. (ass.) Antonio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito."

AUTOS N.º 2007.0003.9034-6/0 - AÇÃO: ORDINÁRIA
Requerente: Onelice Alves da Cruz
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO 3.407
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: intimação da SENTENÇA. "Vistos, etc. (...) Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da autora, contido na peça exordial e, por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, nos moldes do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Cível. Sem custas e honorários, vez que a autora é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, observando-se as formalidades legais, arquivem-se. Taguatinga-TO, 28 de fevereiro de 2011. (ass.) Antonio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito".

AUTOS N.º 2007.0009.8803-9/0 - AÇÃO: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: Terezinha Firmino da Costa Lima
Advogado: Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/SP 273.666
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: intimação da SENTENÇA. "Vistos, etc. (...) Ante todo o exposto, e em acolhimento à alegação de litispendência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, nos moldes do artigo 267, inciso V, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, vez que a autora é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, observando-se as formalidades legais, arquivem-se. Taguatinga-TO, 28 de fevereiro de 2011. (ass.) Antonio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito".

AUTOS N.º 2008.0001.1883-0/0 - AÇÃO: APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
Requerente: Goiaci Bispo dos Santos Souza
Advogado: Dr. Marcos Paulo Favaro – OAB/SP 229.901
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: intimação do DESPACHO: "R.H. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe o interesse no prosseguimento do feito, diante da documentação à fl. 47 dos autos, sob pena de extinção sem resolução de mérito. Cumpra-se. Taguatinga, 08/03/11. (ass.) Antônio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito."

AUTOS N.º 2008.0009.3251-1/0 - AÇÃO: APOSENTADORIA PRO INVALIDEZ
Requerente: Dalto Ferreira da Silva
Advogado: Dr. Marcio Augusto Malagoli
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: intimação do DESPACHO: R. H. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção sem resolução de mérito. Cumpra-se. Taguatinga, 08/03/2011. (ass.) Antonio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito."

AUTOS N.º 2009.0011.4436-1/0 - AÇÃO: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: David dos Santos Cardoso
Advogado: Dr. Marcio Augusto Malagoli – OAB/TO 3.685-B
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: intimação do DESPACHO: "Intime-se a parte autora, para, em obediência ao contraditório, apresentar réplica à contestação de fls. 34/39, facultando-lhes a produção de prova documental, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos artigos 326 e 327 do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Taguatinga, 25 de fevereiro de 2011. (ass.) Antonio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito."

## 1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2010.0005.4966-3/0 – AÇÃO PENAL
Autor: MINSITÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Acusada: NEIDE PEREIRA DE SOUZA
Advogado: DR. ELSIO PARANAGUÁ LAGO – OAB-TO 2.409
FINALIDADE: INTIMAR o advogado da acusada para apresentar, no prazo legal (parágrafo único do artigo 404 do CPP), suas alegações finais, através de memorial, conforme determinação de fls. 76/81, proferida no termo de audiência de instrução probatória nos autos em epígrafe.

AUTOS N.º 254/2001 – AÇÃO PENAL
Autor: MINSITÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Acusados: RAIMUNDO GOMES DA SILVA E OUTROS
Advogada: DRA. ILZA MARIA VIEIRA DE SOUZA – OAB-TO SOB N.º 2034-A
FINALIDADE: INTIMAR a advogada dos acusados para ciência da audiência de inquirição da testemunha de acusação João de Matos Ferreira, designada para o dia 07 de abril de 2011, às 14h30min, no Fórum Dr. Feliciano Machado Braga, situado na Av. Presidente Kennedy, Qd E, Lt 23, St. Aeroporto, em Porto Nacional-TO.

## 2ª Vara Cível e Família

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2010.0008.7458-0/0
AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL
REQUERENTE: Josefa França Lima
ADVOGADO: Dra. Sandra Regina V. L. Zanella –OAB/TO 1315-A
REQUERIDO: Espólio de Ladislau Ferreira Lima
OBJETO: Intimação de sentença, fls.22/26. Dispositivo: "Ante ao exposto, com fulcro no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, extingo o processo, sem resolução de mérito, por falta de um dos pressupostos de condições da ação, qual seja, a legitimidade da parte. Nos moldes do artigo 983 do Código de Processo Civil, e em face ao princípio da função social do processo, prorrogo, de ofício, o prazo para abertura do inventário, que deverá ser requerido pelas pessoas apontadas no artigo 987 a 988 do CPC, no prazo de 60 (sessenta dias) a contar da intimação dessa sentença. Sem custas, nem honorários advocatícios, diante do deferimento do benefício da gratuidade da Justiça à autora. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as observâncias de praxe. Taguatinga – TO, 28 de fevereiro de 2011. (as) Antônio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito em Substituto."

AUTOS Nº 2009.0009.4451-8/0
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
REQUERENTE: João Alves Bispo dos Santos
ADVOGADO: Dr. Márcio Augusto Malagolli – OAB/TO 3.685-B
REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
OBJETO: de acordo com o Provimento 02/2011 do CGJ, fica o advogado do autor intimado para, em dez dias, manifestar sobre a contestação de fls.39/45 dos presentes autos.
AUTOS Nº 2009.0008.4283-9/0
AÇÃO: APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
REQUERENTE: Otacílio Lopes do Carmo
ADVOGADO: Dr. Osvair Cândido Sartori Filho – OAB/TO 4301-A
REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
OBJETO: Intimação de acordo com o Provimento 02/2011 da CGJ/TO para o advogado da autora manifestar sobre a contestação de fls.47/55, no prazo de 10 (dez) dias.

AUTOS Nº 2009.0000.6824-6/0
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE SALÁRIO MATERNIDADE
REQUERENTE: Enizélia Brito dos Reis
ADVOGADO: Dr. Márcio Augusto Malagolli – OAB/TO 3.685-B
REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
OBJETO: conforme Provimento 02/2011 do CGJ fica o advogado da autora intimado para, em dez dias manifestar sobre a petição de fls.71/72 dos presentes autos.

AUTOS Nº 2009.0000.1557-6/0
AÇÃO: REVISIONAL DE ALIMENTOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
REQUERENTE: Audi Silva Pereira
ADVOGADO: Dra. Ilza Maria Vieira de Souza – OAB/TO n. 2034-B
REQUERIDO: T.H.R.S. Representado por sua genitora Janaina Malaquias Ribeiro
ADVOGADO: Defensor Público
OBJETO: Intimação do despacho de fls. 48: "Consoante Parecer Ministerial, e com base no artigo 324 do Código de Processo Civil, Intime o autor para que especifique as provas que pretende produzir em audiência, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Taguatinga – TO, 28 de fevereiro de 2011. (as) Antônio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito em Substituto."

AUTOS Nº 2008.0011.0969-0/0
AÇÃO: EXECUÇÃO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: Tiburcio Alves da Silva
ADVOGADO: Dr. Nalo Rocha Barbosa – OAB/TO 1857-A
EXECUTADO: R.M. de Carvalho, representada por Romero Matos de Carvalho
OBJETO: Intimação do despacho de fls.34: "Face à petição de fl.32, verifica-se que as partes acordaram acerca do pagamento do débito. Transcorrido o prazo apontado no certame, intime-se o exeqüente, por intermédio de seu procurador, para que informe o interesse na continuidade do feito. Cumpra-se. Taguatinga – TO, 28 de fevereiro de 2011. (as) Antônio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito em Substituto."

AUTOS Nº 2008.0010.4355-9/0
AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: B.D.S.S. representado por sua genitora Rosileide Gomes dos Santos
ADVOGADO: Dr, Maurício Tavares Moreira – OAB/TO4013-A
REQUERIDO: Maurício Almeida Silva
OBJETO: Intimação do despacho de fls. 19: "Vistos etc. Face à certidão de fl.18, intime-se a parte autora, por intermédio de seu procurador, para dar continuidade ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Cumpra-se. Taguatinga – TO, 28 de fevereiro de 2011. (as) Antônio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito em Substituto."

AUTOS Nº 2007.0004.0293-0/0
AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
EXEQUENTE: T.R.G. e outros, representados pela mãe Lucília de Souza Ribeiro
ADVOGADO: Dra. Ilza Maria Vieira de Souza – OAB/TO n. 2034-B
EXECUTADO: Rosalino Gomes da Silva
ADVOGADO: Dr. Nalo Rocha Barbosa – OAB/TO 1857-A
OBJETO: Intimação do despacho de fls. 62: "Intimem-se os autores, na pessoa de sua representante legal e da sua procuradora, constituída nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do interesse na continuidade do feito, sob pena de extinção do mesmo. Cumpra-se. Taguatinga – TO, 28 de fevereiro de 2011. (as) Antônio Dantas de Oliveira Júnior. Juiz de Direito em Substituto."

AUTOS Nº 2007.0003.9029-0/0
AÇÃO: ORDINÁRIA DE C/C DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO -APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
REQUERENTE: Paula Francisco dos Santos
ADVOGADO: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO 3407
REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
OBJETO: Intimação de acordo com o Provimento 02/2011 da CGJ/TO para o advogado da autora para, no prazo legal, assinar a petição de fl.97.

AUTOS Nº 02/93 – COBRANÇA
REQUERENTES: Luzo Mário José Pereira
ADVOGADO: Elsio Paranaguá Lago. OAB/TO 2409
REQUERIDO: Vírgilio Rodrigues da Cunha
ADVOGADO: Dr. Luiz Fernando Melo e outra – OAB/TO19.963
OBJETO: intimação do despacho de fls. 457: "Compulsando os autos verifica-se que o imóvel referido na petição de fls.453/455 foi penhorado e avaliado nos autos nº2010.0007.4789-9/0, e, naqueles autos, foi determinada a designação de hasta pública do bem. Portanto, em atenção ao devido processo legal, deixo para apreciar o petitum retro mencionado após que seja conhecido o resultado da execução da praça. Intime-se. Cumpra-se. Taguatinga, TO, 25 de fevereiro de 2011. (as) Antônio Dantas de Oliveira Júnior – Juiz de Direito.'

# TOCANTÍNIA

## 1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2010.0012.1441-0 (3287/10)
Natureza: COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: AURISA RIBEIRO NUNES
Advogado(a): DR. SERGIO MIRANDA DE OLIVEIRA RODRIGUES – OAB/TO N. 4503-A E LIDIA RIBEIRO COELHO – OAB/TO 4467
Requerido(a): ELETROMIRA MOTOS E ELETROS LTDA
Advogado(a): NÃO CONSTA
OBJETO: INTIMAR a autora, para manifestar no prazo de 10 (dez) dias, acerca da devolução da correspondência, citação AR do requerido, com certidão dos Correios – MUDOU-SE. Conforme despacho proferido à fl. 49, a seguir transcrito: Diga a autora sobre a documentação acostada ás fls. retro. Fixo o prazo de 10 (dez) dias. Tocantínia, 16 de março de 2011. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0009.2430-4 (2633/09)
Natureza: RECLAMAÇÃO
Requerente: IRISVALDO GOMES DE SOUSA
Advogado(a): DEFENSORIA PUBLICA
Requerido(a): RAIMUNDO COUTINHO DE OLIVEIRA
Advogado (a): Dr. Marcos Pereira Davi – OAB/TO 2.420
OBJETO: INTIMAR as partes do(a) decisão proferido(a) à(s) fl(s). 42 a seguir transcrito(a): "Diante da Manifestação à fl. Retro, ANTECIPO a audiência já redesignada por duas vezes em decorrência de pedidos do requerido, para o dia 06 de abril de 2011, às 15:30 horas. Intime-se partes e testemunhas e causídico, com urgência. Tocantínia, 16 de março de 2011. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito."

AUTOS: 2010.0001.2771-8 (2893/10)
Natureza: Aposentadoria Rural por Idade
Requerente: Corina Pereira dos Santos
Advogado(a): Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO N. 4301
Requerido(a): INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado(a):
OBJETO: INTIMAR a autora para impugnar contestação aviado as fls. 28/48, prazo 10 (dez) dias.

## 1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2011.0000.8476-6 – CARTA PRECATÓRIA PARA INTERROGATÓRIO E INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS
DEPRECANTE: Juízo Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins
AUTOS DE ORIGEM: 2009.43.00.004160-1
AUTOR: Ministério Público Federal
DENUNCIADO: João Hélio Teixeira Monteiro
Advogados: Dr. Marcos Garcia de Oliveira OAB/TO 1810
Dr. Roberval Aires Pereira Pimenta OAB/TO 497
INTIMAÇÃO: Ficam os advogados supramencionados, advogados do denunciado, intimados da audiência de inquirição de testemunhas e interrogatório designada
para o dia 11 de MAIO de 2011, às 15:00 horas, na sala de audiências do Fórum de Tocantínia-TO.

# TOCANTINÓPOLIS

## Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Processo nº 2009.08.5927-8/0 - Ação: ANULAÇÃO DE TÍTULO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS
Requerente: ALESSANDRA ALMEIDA COSTA
Advogado: Marcílio Nascimento Costa - OAB/TO 1110
Requerido: CREDIT CASH
Advogado: Allysson Cristiano Rodrigues da Silva – OAB/TO 3068
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Tendo em vista que transcorreu o prazo legal para interposição de eventual embargos, sem manifestação da parte requerida, impõe-se o prosseguimento do feito. – Defiro o pedido formulado pela parte autora no sentido da expedição do Alvará Judicial para levantamento dos valores que foram objetos da penhora "on line". – Intimem-se pessoalmente a parte autora da expedição do alvará bem como de seu valor. – Após, ante o exaurimento da prestação jurisdicional, arquivem-se os autos com as cautelas legais de estilo. – Cumpra-se. Tocantinópolis, 11 de março de 2011. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito."

Processo nº 2009.08.5932-4/0 - Ação: ANULAÇÃO DE TÍTULO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS
Requerente: OLGA CILÉIA DA SILVA SANTOS
Advogado: Marcílio Nascimento Costa - OAB/TO 1110
Requerido: TELEMAR NORTE LESTE S/A
Advogado: Gilbram Moisés Filho – OAB/RJ 65.026
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Tendo em vista que transcorreu o prazo legal para interposição de eventual embargos, sem manifestação da parte requerida, impõe-se o prosseguimento do feito. – Defiro o pedido formulado pela parte autora no sentido da expedição do Alvará Judicial para levantamento dos valores que foram objetos da penhora "on line". – Intimem-se pessoalmente a parte autora da expedição do alvará bem como de seu valor. – após, ante o exaurimento da prestação jurisdicional, arquivem-se os autos com as cautelas legais de estilo. – Cumpra-se. Tocantinópolis, 11 de março de 2011. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito."

Processo nº 2006.02.6927-1/0 - Ação: CABRANÇA
Requerente: DARCI MARINHO FILHO
Advogado: Daiany Cristine G. P. Jácomo
Requerido: SAYDECAR IND. E COM. DE PEÇAS LTDA
Advogado: Luis Henrique Moy – OAB/SC 8149
INTIMAÇÃO das partes e advogados da sentença a seguir: "...Posto isso, julgo extinto o processo, e o faço com fulcro no § 4º do artigo 53 da Lei 9.099/95. – Devolva-se os documentos que instruírem a inicial mediante recibo nos autos. – Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. – Imutável, arquivem-se com as cautelas de praxe. - Tocantinópolis, 16 de março de 2011. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito Substituto."

Processo nº 2010.07.2934-3/0 - Ação: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/ PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente: DIANA SETUVA DE ALMEIDA
Advogado: Samuel Ferreira Baldo - OAB/TO 1689
Requerido: BANCO BRADESCO S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO
Advogado: José Edgar da Cunha Bueno Filho – OAB/TO 4574-A
INTIMAÇÃO das partes e advogados da sentença a seguir: INTIMAÇÃO das partes e advogados da sentença a seguir: "...CONDENAR o BANCO DO BRADESCO S/A – ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO a pagar a Sra. DIANA SETUVA DE ALMEIDA BARBOSA, a quantia de R$ 4.800,00(quatro mil e oitocentos reais) pelos danos morais, sendo que o referido valor deve ser corrigido monetariamente pelo INPC, a partir da data de seu arbitramento, e com juros de mora de 1% ao mês (art. 406 do CC/2002 e art. 161, § 1º, do CNT), também a partir da data do presente arbitramento, tendo por base o enunciado 18 das Turmas Recursais do Estado do Tocantins; - Com lastro nas disposições do art. 4º do Código de Processo Civil, declarar inexistente o contrato que originou os valores que deram origem à negativação indevida do nome da parte autora junto ao cadastro dos bancos de proteção ao crédito; - Transitada em julgado, intime-se o BANCO BRADESCO S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO, para pagar a importância de acima fixada, devidamente atualizada e acrescida de juros moratórios, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar a advertência de que o não pagamento ensejará em incidência da multa prevista no art. 475, J, do Código de Processo Civil, equivalente a 10% sobre o valor do débito. – Em conseqüência, resolvo o mérito da lide (CPC, art. 269, I). – Isento de custas e honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. – P.R.I. – Tocantinópolis, 28 de fevereiro de 2011. Nilson Afonso da Silva – Juiz de Direito."

Processo nº 2010.00.4751-0/0 - Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS
Requerente: LEILA ZANIBONI SOARES
Advogado: Giovanni Moura Rodrigues - OAB/TO 732
Requerido: AMERICEL S/A CLARO
Advogado: Paulo Sousa Ribeiro – OAB/TO 1095
INTIMAÇÃO das partes e advogados da sentença a seguir: "...Ante o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE O PEDIDO para CONDENAR a Requerida na

obrigação de pagar a Requerente a quantia de R$ 3.600,00(três mil e seiscentos reais) pelos danos morais, sendo que os referidos valores deverão ser corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da data de seu arbitramento, com base na súmula 362 do STJ, e com juros de mora de 1% ao mês (art. 406 do CC/2002 E ART. 161, § 1º, do CNT), também a partir da data do presente arbitramento, tendo por base o enunciado 18 das Turmas Recursais do Estado do Tocantins; - DECLARO inexistente todo e qualquer débito proveniente do aludido contrato junto à requerida; -Deixo de condenar a empresa Americel S/A Claro pela repetição do indébito, por não restarem comprovados nos autos. - Em conseqüência, resolvo o mérito da lide (CPC, ART. 269, I). – Esclareço, ainda, que decorrido o prazo de 15 dias do trânsito e julgado desta sentença, sem o cumprimento espontâneo da obrigação, incidirá de pleno direito e independentemente de nova intimação a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. – Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. – P.R.I. - Tocantinópolis, 04 de março de 2011.-Nilson Afonso da Silva -Juiz de Direito."

Processo nº 2009.00.2146-0/0 - Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C LUCROS CESSANTES
Requerente: SIMONE PORTO DA SILVA
Advogado: Daiany Cristine G.P. Jácomo – OAB/TO 2460
Requerido: CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado: Leandro Rogeres Lorenzi
Requerido: REVEMAR MOTO CENTER
Advogado: Tiago Donato dos Santos – OAB/SP 253.046
INTIMAÇÃO da parte Requerida REVEMAR MOTO CENTER, da penhora "on line" efetivada , bem como, para, se desejando, oferecer embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias. – Tocantinópolis, 14/03/2011. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito Substituto.

Processo nº 2010.00.4220-0/0 - Ação: CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR BEM NOVO C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS
Requerente: EDSON DE JESUS SOARES
Advogado: Marcílio Nascimento Costa - OAB/TO 1110
Requerido: PONTO FRIO. COM – COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA
Advogado: Ian Mac Dowell de Figueiredo - OAB/PE 19595
INTIMAÇÃO da parte Requerida PONTO FRIO.COM – COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA e advogado, da penhora "on line" efetivada , bem como, para, se desejando, oferecer embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias. – Tocantinópolis, 14/03/2011. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito Substituto.

# WANDERLÂNDIA

## 1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS 2010.0011.0195-0/0 - AÇÃO ANULATÓRIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO COM PEDIDO DE LIMINAR C/C RESSARCIMENTO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E LUCRO CESSANTE
Requerente: ROSA LEITE DA SILVA.
Advogado: DR. JOSÉ HOBALDO VIEIRA OAB/TO 1722/A.
Requeridos: EDVALDO RODRIGUES DA COSTA e ALCEBIADES RIZZO JUNIOR.
DESPACHO: "(...) Assim, intime-a para recolher as custas, no prazo de 48 horas, sob pena de ser extinto o processo sem julgamento do mérito, conforme os termos do art. 267, parágrafo 1º do CPC. . VALOR DAS CUSTAS: R$ 1.026,60 e TAXA JUDICIÁRIA R$ 1.412,00"

AUTOS 2008.0009.5543-0/0 (005/2005) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: POSTO DE COMBUSTÍVEIS IMPERADOR.
Advogado: DR. PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO OAB/TO 2132-B.
Requerido: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A..
Advogados: DR. MURILO SUDRÉ MIRANDA OAB/TO 1536 e DR. GLAUCIO HENRIQUE LUSTOSA MACIEL OAB/TO 3579-A.
SENTENÇA: "(...) Portanto, existindo válida manifestação de vontade das partes no sentido de por fim ao litígio, EXTINGO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Custas pela parte requerente. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as formalidades de estilo."

AUTOS 2010.0011.0056-2/0 - AÇÃO ANULATÓRIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO COM PEDIDO DE LIMINAR C/C RESSARCIMENTO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E LUCRO CESSANTE
Requerente: ROSA LEITE DA SILVA.
Advogado: DR. JOSÉ HOBALDO VIEIRA OAB/TO 1722/A.
Requeridos: EDVALDO RODRIGUES DA COSTA e ALCEBIADES RIZZO JUNIOR.
DESPACHO:"Como é cediço, cabe à parte que ajuizar a ação ou, ao requerer a prática de ato processual, antecipar as respectivas custas judiciais, nos termosdo artigo 19 do CPC. Na demanda vertente, até mesmo pela sua natureza, bem como pelo seu objeto, entendo ser incabível a concessão do pedido de justiça gratuita, uma vez que não ficou demonstrada minimamente a impossibilidade da parte autora arcar com as custas respectivas. II- Portanto, intime-se a parte autora para, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, proceder ao pagamento das custas processuais, sobpena de cancelamento da distribuição. VALOR DAS CUSTAS: R$ 835,40 e TAXA JUDICIÁRIA R$ 1.059,00"

# XAMBIOÁ

## 1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

PROTOCOLO: 2010.0000.9132-2/0
NATUREZA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
REQUERENTE: MARCOS RICARDO BATISTA CANTUARIO
ADVOGADO: LUCIANA VENTURA OAB/TO 3698
REQUERIDO: PEDRO IRAM PEREIRA ESPIRITO SANTOS
ADVOGADO: NÃO CONSTITIDO
DESPACHO: " Designo o dia 26 de Maio de 2011 às 13h para realização de Audiência de Conciliação. Determinando a citação do réu, observando o prazo de 10 (dez) dias entre esta e a data da audiência. No mandado deverá constar a advertência do artigo 277, § 2º do CPC, na qual a ausência do réu ou de seu preposto com poderes de transigir, à audiência de conciliação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor na inicial, e em caso de ausência do autor, pessoalmente, ou por procurador com poderes para transigir, dá-se a sua contumácia, com extinção do processo sem julgamento do mérito. Não obtida a conciliação em audiência, deverá oferecer o réu, em audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas.

PROTOCOLO: 2010.0005.0928-9/0
NATUREZA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
REQUERENTE: JARDENILSON DOS SANTOS ALVES
ADVOGADO: DENSORIA PUBLICA
REQUERIDO: LUCIANO ROSA DA SILVA
ADVOGADO: RENILSON RODRIGUES CASTRO
FINALIDADE: PROCEDER: à INTIMAÇÃO: LUCIANO ROSA DA SILVA, brasileiro, solteiro,residente e domiciliado na Rua Caetana Lima nº 896 –Piraque-TO, para que tome ciência do despacho a seguir Transcrito: " Considerando a realização de audiência de réus presos designadas nesta mesma data, hei por bem redesignar esta audiência para o dia 11 DE ABRIL DE 2011 ÀS 16H. Intimem-se as partes. Caso haja necessidade de expedição de precatória, depreque-se. Cumpra-se. Xam. 01/02/2011 (as) José Roberto Ferreira Ribeiro-Juiz Substituto.

PROTOCOLO: 2007.0007.2771-5/0
NATUREZA: REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA
REQUERENTE: FRANCISCA SARAIVA BEZERRA
ADVOGADO: RAIMUNDO FIDELIS OLIVEIRA BARROS OAB/TO 2274
REQUERIDO: MARIA DOS SNTOS SARAIVA BEZERRA E OUTROS
DESPACHO: Ante a informação da impossibilidade da realização do estudo social (fs. 52), designo o dia 25DE ABREIL DE 2011 ÀS 14H, para realização da audiência de conciliação, instrução e julgamento. As partes comparecerão acompanhadas de suas testemunhas, independente de intimação. Caso seja necessário, deverão apresentar o rol no prazo do art. 407 do CPC.Intimem-se.Notifique-se. Xam. 04/02/2011`(as) José Roberto Ferreira Ribeiro-Juiz Substituto.,

Autos 2007.0007.2751-0 - RECLAMAÇÃO
Requerente: DÁRIO TEIXEIRA GOIS
Advogado: RAIMUNDO FIDELIS OLIVEIRA BARROS OAB-TO Nº 2274
Requerido: SILVIA CARVALHO MARQUES
SENTENÇA: "DIANTE DO EXPOSTO, com fundamento no art. 267,VIII, do Código de Processo Civil, e art. 51 da Lei nº 9.099-95, declaro EXTINTO o processo, sem resolução do mérito." Xambioá – TO, 15 de março de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz de Direito Substituto.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – 2010.0010.2886-1/0
Requerente: Ministério Público Estadual.
Requeridos: Saulo Barros Borba, Carlos Alberto Gonçalves do Carmo Oliveira, Mizael Evangelista dos Santos e Paulo Rogério Alves da Silva.
Advogados: Dr. Rubens Almeida Barros Junior, OAB/TO 1605-B e Dr. Álvaro dos Santos Silva, OAB/TO 2022.
INTIMAÇÃO: Ficam os requeridos, por meio de seus advogados, intimados do r. despacho de fls. 219 a seguir transcrito: "Oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis de Araguanã e Araguaína, conforme decisão de fls. 46. Cumpra-se o despacho de fls. 961-v, exceto com relação à nomeação da Drª Jaudiléia de Sá Carvalho. Intime-se a Defensoria Pública para informar da possibilidade de outro Defensor assistir ao requerido Mizael Evangelista, bem como apresentar resposta em relação ao requerido Carlos Alberto Gonçalves Carmo Oliveira e se manifestar sobre os documentos de fls. 958/961. Após, vista ao Ministério Público para se manifestar sobre as contestações. Intimem-se. Cumpra-se. Xambioá, 05 de março de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – 2010.0011.3425-4/0
Requerente: Ministério Público Estadual e Estado do Tocantins.
Requeridos: Paulo Rogério Alves da Silva, Alanete Pereira dos Santos, Divino Martins dos Santos Junior e Jorgan Candido da Mota.
Advogados: Dr. Álvaro dos Santos Silva, OAB/TO 2022 e Dr. Jorge Palma de Almeida Fernandes, OAB/TO 1600-B.
INTIMAÇÃO: Ficam os requeridos, por meio de seus advogados, intimados da r. decisão de fls. 98/102 a seguir transcrita em sua parte dispositiva: "DIANTE DO EXPOSTO, recebo a petição inicial, e determino a citação dos réus para apresentarem contestação, no prazo de quinze dias, a teor do que dispõe o art. 17, §9º, da Lei 8.429/92. Com fundamento no art. 461, §5º do CPC, modifico, em parte, a decisão liminar de fls. 19/23, para que o Sr. Secretário de Segurança pública do Estado do Tocantins, dentro de seu poder discricionário, possa efetuar a lotação dos requeridos em qualquer uma das delegacias de polícia ou departamento da Secretaria de Segurança Pública, desde que situada à distância mínima de 100 km desta comarca, ou se preferir, mantê-los aonde se encontram, informando este juízo o local de lotação para as comunicações forenses, ficando ratificado os dês termos da decisão liminar adrede mencionada. Retifique-se a autuação para incluir o Estado do Tocantins no pólo ativo da presente demanda. Ciência da presente decisão ao Procurador-Geral do Estado e ao Secretario de Segurança Pública do Estado do Tocantins. Intimem-se. Notifique-se o Ministério Público. Xambioá, 05 de março de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

**PODER JUDICIÁRIO**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE
Desa. JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ROSANA APARECIDA FINOTTI DE SIQUEIRA

VICE-PRESIDENTE
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI

CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA
Desa. ÂNGELA PRUDENTE
JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA
Drª. FLAVIA AFINI BOVO

TRIBUNAL PLENO
Desª. JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. CARLOS LUIZ DE SOUZA
Des. JOSÉ LIBERATO COSTA PÓVOA
Des. ANTÔNIO FÉLIX GONÇALVES
Des. AMADO CILTON ROSA
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des. DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY
Desª. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI
Des. MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS
Des. BERNARDINO LIMA LUZ
Desª. ÂNGELA PRUDENTE

JUIZES CONVOCADOS
Juíza ADELINA GURAK (Des. CARLOS SOUZA)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Des. LIBERATO PÓVOA)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Desª. WILLAMARA LEILA)

Secretário: WAGNE ALVES DE LIMA
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês (14h00)

1ª CÂMARA CÍVEL
Des. AMADO CILTON (Presidente)
ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: quartas-feiras (14h00)

1ª TURMA JULGADORA
Juíza ADELINA GURAK (Relatora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Revisora)
Des. AMADO CILTON (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Relatora)
Des. AMADO CILTON (Revisor)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. AMADO CILTON (Relatora)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Revisor)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Relator)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Revisor)
Juíza ADELINA GURAK (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Relatora)
Juíza ADELINA GURAK (Revisora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Vogal)

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. MARCO VILLAS BOAS (Presidente)
ORFILA LEITE FERNANDES, (Secretária)
Sessões: quartas-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Des. ANTONIO FELIX (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. ANTONIO FELIX (Vogal)
5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. ANTONIO FELIX (Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. DANIEL NEGRY (Presidente)
WANDELBERTE RODRIGUES OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: Terças-feiras (14h00)

1ª T'URMA JULGADORA
Des. ANTÔNIO FELIX (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. ANTÔNIO FELIX (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. ANTONIO FELIX (Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

2ª CÂMARA CRIMINAL
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Presidente)
PELÁGIO NOBRE CAETANO DA COSTA (Secretário)
Sessões: Terças-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Juíza ADELINA GURAK (Relatora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Revisora)
Des. AMADO CILTON (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Relatora)
Des. AMADO CILTON (Revisor)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. AMADO CILTON (Relatora)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Revisor)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Relator)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Revisor)
Juíza ADELINA GURAK (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Relatora)
Juíza ADELINA GURAK (Revisora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Vogal)

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desa.JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI
Desa.ÂNGELA PRUDENTE
Des. DANIEL NEGRY
Des. MARCO VILLAS BOAS

Secretária: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês, 09h00.

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO, COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO
Desa.JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI (Membro)
Desa. ÂNGELA PRUDENTE (Membro)
Desa. (Suplente)
Des. (Suplente)

Sessão de distribuição: Diariamente às 16h00 em sessões públicas.

COMISSÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Des. MOURA FILHO (Presidente)
Des. DANIEL NEGRY (Membro)
Des. LUIZ GADOTTI (Membro)

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO
Des. AMADO CILTON (Presidente)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Membro)
Des. LUIZ GADOTTI (Suplente)

COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
Des. MOURA FILHO (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Membro)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)
Des BERNARDINO LIMA LUZ (Suplente)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Desa.JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI (Membro)
Des. ÂNGELA PRUDENTE (Membro)
Des. (Suplente)
Des. (Suplente)

DIRETORIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETOR GERAL
JOSÉ MACHADO DOS SANTOS,
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
DIRETORA FINANCEIRA
MARISTELA ALVES REZENDE
DIRETOR(A) DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
VANUSA BASTOS
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCO AURÉLIO GIRALDE
DIRETOR JUDICIÁRIO
FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS
ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA DE REZENDE
DIRETORA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS
ROSANE HELENA MESQUITA VIEIRA
CONTROLADOR INTERNO
SIDNEY ARAUJO SOUSA
ESMAT
DIRETOR GERAL DA ESMAT
DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS
1º DIRETOR ADJUNTO: Des. BERNARDINO LIMA LUZ
2º DIRETOR ADJUNTO: Juiz JOSÉ RIBAMAR M. Jr
3º DIRETOR ADJUNTO: Juiz HELVÉCIO B. MAIA
DIRETORA EXECUTIVA
ANA BEATRIZ DE O. PRETTO

Divisão Diário da Justiça

JOANA PEREIRA AMARAL NETA
Chefe de Serviço

KALESSANDRE GOMES PAROTIVO
Chefe de Serviço

Expediente: segunda à sexta-feira, das 08h às 11h / 13h às 18h

**Diário da Justiça**
Praça dos Girassóis s/nº.
Palmas, Tocantins - CEP 77.015-007
Fone/Fax: (63)3218.4443
www.tjto.jus.br